

**Anuário Estatístico da Defesa Nacional  
2013**



**GOVERNO DE  
PORTUGAL**

MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL





Edição: Ministério da Defesa Nacional  
Direção: Secretaria-geral do Ministério da Defesa Nacional  
Coordenação: Direção de Serviços de Planeamento e Coordenação  
Design: Direção de Serviços de Planeamento e Coordenação  
Ano: 2014

# NOTA INTRODUTÓRIA

O Anuário Estatístico da Defesa Nacional constitui um repositório de dados da Defesa, cuja recolha é efetuada pelo Estado-Maior-General das Forças Armadas, Ramos das Forças Armadas e Serviços Centrais do Ministério da Defesa Nacional.

A informação estatística da presente edição reporta-se ao ano de 2013. Contudo em áreas específicas como *finanças, pessoal, armamento e equipamentos da Defesa, infraestruturas, ensino e formação, assistência na doença aos militares das Forças Armadas e atividade inspetiva*, são apresentados dados de anos anteriores, através dos quais é possível avaliar a respetiva evolução no passado recente.

Esta edição de 2013 é em tudo idêntica à de 2009 à exceção do Capítulo 12, área da Saúde, dado que fundiram-se as 4 unidades hospitalares existentes em Lisboa e na concomitante criação e implementação do Polo de Lisboa do Hospital das Forças Armadas (HFAR), pelo que foram alterados alguns quadros na sua estrutura.

Salienta-se que o trabalho apresentado é produto do empenho e dedicação de diversas entidades, organismos e pessoas, aos quais se agradece o seu precioso contributo. Dos utilizadores esperam-se críticas, comentários e sugestões que ajudem a melhorar a qualidade da publicação, tornando-a num instrumento de crescente utilidade para todos os que necessitam de estabelecer contacto com o setor da Defesa Nacional.

## Sinais Convencionais

- Dado confidencial
- Resultado nulo
- Dado não disponível
- Estimativa
- Dado rectificado
- Dado inferior a metade da unidade utilizada
- Não aplicável
- Dado incompleto

Nota: Por razões de arredondamento, os totais podem não corresponder à soma das parcelas indicadas.

## Índice

1.1 - DESPESAS DA DEFESA A PREÇOS CORRENTES E CONSTANTES.....	22
1.2 - VARIAÇÃO ANUAL DAS DESPESAS DA DEFESA.....	22
1.3 - DESPESAS DA DEFESA, DESPESAS PÚBLICAS E PIB, A PREÇOS CORRENTES E CONSTANTES .....	23
1.4 - PESO DAS DESPESAS DA DEFESA NAS DESPESAS PÚBLICAS E NO PIB .....	24
1.5 - PIB POR HABITANTE E DESPESAS DA DEFESA POR HABITANTE A PREÇOS A CORRENTES E CONSTANTES .....	25
1.6 VARIAÇÃO DA DESPESA PÚBLICA (ORÇAMENTO), POR MINISTÉRIO A PREÇOS CORRENTES E CONSTANTES	27
1.6. - VARIAÇÃO DA DESPESA PÚBLICA (ORÇAMENTO), POR MINISTÉRIO (CONTINUAÇÃO).....	29
1.7 - NATUREZA DAS DESPESAS DA DEFESA – DESPESAS GLOBAIS.....	30
1.8 - DISTRIBUIÇÃO DAS DESPESAS POR CAPÍTULOS DO MDN PREÇOS .....	32
CORRENTES E CONSTANTES .....	32
1.9 - NATUREZA DAS DESPESAS DA DEFESA – SERVIÇOS CENTRAIS .....	34
1.10 - NATUREZA DAS DESPESAS DA DEFESA – EMGFA .....	37
1.11 - NATUREZA DAS DESPESAS DA DEFESA – MARINHA.....	39
1.12 - NATUREZA DAS DESPESAS DA DEFESA – EXÉRCITO .....	41
1.13 - NATUREZA DAS DESPESAS DA DEFESA – FORÇA AÉREA.....	43
1.14 - CONTRATOS CELEBRADOS NA DEFESA.....	45
1.15 COMPARAÇÕES INTERNACIONAIS .....	46
2.1 – MARINHA.....	55
2.2 – EXÉRCITO.....	59
2.2.1 - COLABORAÇÃO COM AUTORIDADES CIVIS .....	59
2.3 – FORÇA AÉREA.....	66
3.1.1 - Operações da ONU em que Portugal participa.....	69
3.1.1.1 - Afeganistão (United Nations Assistance Mission in Afghanistan) (UNAMA) .....	69
3.1.1.2 - Kosovo (United Nations Interim Administration Mission in Kosovo) (UNMIK).....	70
3.1.2 - Operações da NATO em que Portugal participa.....	70
3.1.2.1 - International Security Assistance Force (ISAF) .....	70
3.1.2.2 - Kosovo Force (KFOR).....	71
3.1.2.3 - Missão da NATO no Mediterrâneo (Operação Ative Endeavour/Strait of Gibraltar) .....	71
3.1.2.4 - Missão da NATO na área do Corno de África (HoA - Operação Ocean Shield).....	71
3.1.2.4 - Missão de Policiamento Aéreo da NATO .....	72
3.1.3 - Forças em elevada prontidão no âmbito da NATO para as quais Portugal contribui com Forças e meios .....	72
3.1.3.1 - NATO Response Force (NRF) / Immediate Response Force (IRF) .....	72
3.1.3.2 - Standing NATO Maritime Group 1/2 (SNMG1/2).....	73
3.1.4 - Operações da UE em que Portugal participa .....	73
3.1.4.1 – Republica Democrática do Congo – Missão da UE de aconselhamento e assistência para a reforma do setor de segurança da RDC (EU Advisory and Assistance Mission for Security Reform in the Democratic Republic of Congo (DRC) (EUSEC RDC)) .....	73
3.1.4.2 – Somália – Missão da UE treino para a reforma do setor de segurança da Somália (EUTM Somália) .....	74
3.1.4.3 – Corno de África, Costa da Somália e Oceano Índico - Missão Militar da EU na costa da Somália (Operation Atalanta EU Naval Force to the Somália (EUNAVFOR SOMÁLIA - OP ATALANTA)). .....	75
3.1.4.4- EUROFORÇAS.....	75
3.1.4.5 – Málí – Missão de treino da UE para a reforma do setor militar e de segurança do Mali (EUTM Mali).....	75
3.1.4.6 – FRONTEX – Missão da Força Aérea Portuguesa de apoio ao Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF) através da participação de uma aeronave C-295 e 18 militares.....	76
3.2.1 Operações no âmbito do artigo 5º do Tratado da Aliança – Defesa Coletiva .....	77

3.2.2 Operações não artigo 5º - Operações de Resposta a Crises (CRO).....	77
3.2.2.1 Operações de Apoio à Paz (PSO).....	77
3.2.2.2 Outras Operações e Tarefas de Resposta a Crises (CRO) .....	77
3.4.1 – Operações/Missões realizadas.....	79
3.4.1.1 – Operações/Missões no âmbito da ONU.....	80
3.4.1.1.1 – Operações/Missões no âmbito da ONU – Efetivos .....	80
3.4.1.1.2 - Operações/Missões no âmbito da ONU – Meios envolvidos.....	80
3.4.1.2 – Operações/Missões no âmbito da NATO.....	81
3.4.1.2.1 – Operações/Missões/Compromissos no âmbito da NATO – Efetivos.....	81
3.4.1.2.2 - Operações/Missões/Compromissos no âmbito da NATO – Meios envolvidos .....	82
3.4.1.3 – Operações/Missões no âmbito da UE .....	83
3.4.1.3.1 – Operações/Missões/Compromissos no âmbito da UE – Efetivos.....	83
3.4.1.3.2 – Operações/Missões/Compromissos no âmbito da UE – Meios envolvidos .....	84
3.4.2 – Contributos nacionais para Forças de alta prontidão .....	85
4.1 – ATIVIDADE BILATERAL DE DEFESA (COM EXCEÇÃO DA ÁFRICA SUBSARIANA).....	89
4.1.1 - Tratados, acordos, convenções e memorandos de entendimento.....	89
4.1.2 - Programas de Cooperação/Atividades .....	92
4.1.3 - Cruzeiros de investigação científica .....	94
4.1.4 - Visitas a portos portugueses de navios de guerra estrangeiros.....	95
4.1.5 - Sobrevo e aterragem - Pedidos de autorização.....	96
4.2 - INICIATIVA 5+5 DEFESA.....	98
4.2.1 – Objetivos.....	98
4.2.2 - Áreas de Interesse.....	99
4.2.3 – Atividades .....	99
4.2.4 - Projetos relevantes da Iniciativa.....	100
4.2.5 - Portugal no contexto da Iniciativa 5+5 Defesa.....	100
4.2.6 - Presidência Portuguesa da Iniciativa 5+5 Defesa.....	101
4.2.6.1 - Organização .....	101
4.2.6.2 – Visão.....	101
4.2.6.3 – Objetivos .....	102
4.2.6.4 – Atividades .....	103
4.2.6.5 - Fluxograma de Atividades em 2013 .....	103
4.2.6.6 - Plano de Atividades realizado durante 2013 .....	104
4.2.6.7 - Execução do Plano de Atividades em 2013 .....	104
4.3. - COOPERAÇÃO TÉCNICO-MILITAR.....	106
4.3.1 - Projetos de cooperação técnico-militar com os PLOP .....	106
4.3.2 - Despesas globais da cooperação técnico-militar.....	107
4.3.3 - Despesas dos projetos de cooperação técnico-militar e militares portugueses deslocados em missões nos PLOP .....	107
4.3.4 - Formação de militares dos PLOP em Portugal por tipo de curso e por Ramo das FA .....	107
4.3.5 - Despesas suportadas pelos Ramos das FA.....	108
4.3.6 - Formação de militares nos PLOP por tipo de curso e Ramo das FA .....	108
5.1 - EXERCÍCIOS CONJUNTOS E COMBINADOS – EMGFA, MARINHA, EXÉRCITO E FORÇA AÉREA .....	117
5.1.1 - Exercícios Conjuntos – Exercícios Realizados.....	117
5.1.2 - Exercícios Conjuntos – Meios .....	119
5.1.3 - Exercícios Combinados – Exercícios Realizados .....	121
5.1.4 - Exercícios Combinados – Meios .....	122
5.2 – EXERCÍCIOS SECTORIAIS E ATIVIDADES DE PREPARAÇÃO ESPECÍFICA DA MARINHA.....	124
5.2.1 - Exercícios sectoriais – Exercícios Realizados.....	124

5.2.2 - Exercícios sectoriais – Meios Envolvidos .....	127
5.2.3 - Exercícios Combinados – Exercícios Realizados .....	129
5.2.4 - Exercícios Combinados – Meios Envolvidos .....	130
5.3.1 - Exercícios sectoriais – Exercícios Realizados .....	131
5.3.2 - Exercícios sectoriais – Meios Envolvidos .....	135
5.3.3 - Exercícios Combinados – Exercícios Realizados .....	138
5.3.4 - Exercícios e Treino – Exercícios Combinados – Meios envolvidos.....	138
5.4.1 - Participação em Exercícios sectoriais de Outros Ramos – Exercícios Realizados .....	139
5.4.2 - Participação em Exercícios sectoriais de Outros Ramos – Meios Envolvidos .....	139
5.4.3 - Exercícios Combinados – Exercícios Realizados .....	139
5.4.4 - Exercícios Combinados – Meios Envolvidos .....	141
6.1 – EXPORTAÇÕES E IMPORTAÇÕES DE MATERIAL DE DEFESA.....	148
6.1.1 - Exportações de Bens e Tecnologias Militares – Valores Globais .....	148
6.1.2 - Exportações de Bens e Tecnologias Militares – Valores Globais por Áreas do Globo .....	148
6.1.3 - Importações de Bens e Tecnologias Militares – Valores Globais por Áreas do Globo .....	149
6.1.4 - Comparação entre os Valores das Importações e Exportações de Bens e Tecnologias Militares.....	150
– Por Áreas do Globo .....	150
6.1.5 - Comparação entre os Valores das Importações e Exportações de Bens e Tecnologias Militares – por Países Agregados em Organizações Internacionais a que Portugal Pertence .....	150
6.1.6 - Empresas Autorizadas a Exercer Legalmente a Atividade de Comércio de Bens e Tecnologias Militares (*) .....	151
6.2 – EQUIPAMENTOS DE DEFESA E LPM .....	153
6.2.1 - Missões e Meios Disponíveis – Marinha .....	153
6.2.2 - Missões e Meios Disponíveis – Exército .....	154
6.2.3 - Missões e Meios Disponíveis – Força Aérea.....	155
6.2.4 - Lei de Programação Militar (LPM).....	156
6.3 – LOGÍSTICA .....	157
6.3.1 - Despesas com Manutenção de Meios e Sistemas Operacionais.....	157
6.3.2 - Despesas com Equipamentos e Material de Saúde, em 2013.....	158
6.3.3 - Despesas com Transportes – Aquisição de Veículos – em 2013 .....	158
6.3.4 - Despesas com Transportes – Funcionamento – em 2013.....	158
6.4 – INVESTIGAÇÃO E DESENVOLVIMENTO .....	159
6.4.1 - Investigação e Desenvolvimento por Fontes de Financiamento e Áreas Tecnológicas – MARINHA .....	159
6.4.2 - Investigação e Desenvolvimento por Fontes de Financiamento e Áreas Tecnológicas – EXÉRCITO.....	161
6.4.3 - Investigação e Desenvolvimento por Fontes de Financiamento e Áreas Tecnológicas – FORÇA AÉREA .....	162
6.4.4 – Pessoal empregue em atividades de investigação e desenvolvimento.....	162
6.4.5- Investigação e Desenvolvimento com Financiamento LPM e Respetivas Áreas Tecnológicas – Âmbito Nacional e Internacional - Sob Coordenação da DGAIED – 2013.....	163
6.5 – INDÚSTRIAS DE DEFESA.....	164
6.5.1 - Indústrias Nacionais do Setor das Indústrias de Defesa – 2012 e 2013 .....	164
6.5.2 - Indústrias Nacionais com Atividades Ligadas a Áreas da Defesa – 2012 e 2013 .....	164
6.5.3 - Empresas Autorizadas a Exercer Legalmente a Atividade de Indústria de Armamento e Tecnologias de Defesa (*) .....	165
6.5.4 - EMPORDEF (SGPS), S.A. e Associações do Setor.....	165
6.5.4.1 - A EMPORDEF (SGPS), S.A. é uma Sociedade Gestora de Participações Sociais de capitais públicos que agrupa as participações do Estado nas seguintes empresas da área da Defesa: .....	165
6.5.4.2 - A DANOTEC - Associação das Empresas de Defesa, Armamento e Novas Tecnologias, agrupa as seguintes empresas e instituições com atividades de interesse na área da Defesa: .....	165
6.6 – QUALIDADE, NORMALIZAÇÃO E CATALOGAÇÃO.....	166
6.6.1 - Qualidade .....	166
6.6.1.1 - Emissão de Certificados de Conformidade.....	166
6.6.2 - Normalização.....	166

6.6.2.1 - Acordos de Normalização NATO .....	166
6.6.3 - Catalogação.....	166
6.6.3.1 - Pedidos de Catalogação de Artigos – 2013.....	167
6.6.3.2 - Pedidos de Atribuição de Códigos de Organização (CORG) – 2013 .....	167
6.6.3.3 - Propostas de Cancelamento de Números de Abastecimento NATO (NNA) - 2013.....	168
6.6.3.4 - Situação da Base de Dados de Catalogação (SPCAT II*) em 31 de dezembro de 2013 .....	168
6.6.3.5 - Articulação do Centro Nacional de Catalogação com o Sistema Integrado de Gestão da Defesa Nacional - SIG-DN (Área Logística) – 2013.....	168
6.6.3.6 - Curso Geral de Catalogação .....	168
7.1 – UNIDADES IMOBILIÁRIAS AFETAS À DEFESA NACIONAL.....	175
7.2 – SERVIDÕES DAS UNIDADES IMOBILIÁRIAS AFETAS À DEFESA NACIONAL .....	175
7.3 – TIPOS DE UTILIZAÇÃO DAS UNIDADES IMOBILIÁRIAS .....	176
7.4 – VERBAS GASTAS COM CONSTRUÇÕES NOVAS.....	178
7.5 – VERBAS GASTAS COM GRANDES REPARAÇÕES DE UNIDADES IMOBILIÁRIAS .....	178
7.6 – CLASSIFICAÇÃO DOS EDIFÍCIOS AFETOS À DEFESA NACIONAL .....	179
7.7 – ÁREAS ATRIBUÍDAS .....	179
7.8 – UNIDADES IMOBILIÁRIAS ADQUIRIDAS.....	179
7.9 – ALIENAÇÃO DE UNIDADES IMOBILIÁRIAS AFETAS À DEFESA NACIONAL.....	180
7.10 – ALOJAMENTOS CLÁSSICOS ATRIBUÍDOS .....	180
7.11 – CAPACIDADE DOS QUARTÉIS E BASES.....	181
7.12 – NATUREZA DAS UNIDADES IMOBILIÁRIAS (a).....	181
8.1 - Despesas com a aquisição e locação de bens e serviços.....	187
8.2 - Existências referidas a 31 de dezembro de 2012 .....	189
8.3 - Áreas informatizadas – Percentagem .....	191
8.4 - Pessoal afeto exclusivamente às Tecnologias de Informação e Comunicação (pessoal TIC).....	193
8.5 - Utilização da Internet. Disponibilização de informação na Internet .....	194
8.6 - Presença do organismo na Internet.....	196
8.7 - Orientação do organismo relativamente à distribuição do acesso à Internet e correio eletrónico.....	197
9.1 – DIAGNÓSTICOS AMBIENTAIS.....	202
9.2 - PROCESSOS DE IMPLEMENTAÇÃO DE SISTEMAS DE GESTÃO AMBIENTAL (SGA).....	202
9.3 - CERTIFICAÇÃO AMBIENTAL.....	202
9.4 - AUDITORIAS/CERTIFICAÇÕES ENERGÉTICAS.....	203
9.5 – CONTROLO DE CONSUMOS.....	203
9.6 - PRODUÇÃO DE RESÍDUOS .....	203
9.7 - ATIVIDADES DE PROTEÇÃO AMBIENTAL .....	204
9.8 – FORMAÇÃO AMBIENTAL.....	205
9.9 – REUNIÕES DAS COMISSÕES E GRUPOS DE TRABALHO .....	205
9.9.1 - Nacionais .....	205
9.9.2 Internacionais.....	206
9.10 - PROTOCOLOS E COOPERAÇÃO COM OUTROS ORGANISMOS .....	206
9.11 PRÉMIO DEFESA NACIONAL E AMBIENTE .....	207
9.11.1 Candidaturas ao Prémio Defesa Nacional e Ambiente .....	207
9.11.2 Atribuição do Prémio Defesa Nacional e Ambiente .....	207
10.1 – Pessoal Militar .....	214
10.1.1 – Pessoal Militar, Segundo Regime e Situação, em 31DEZ .....	214
10.1.1.2 – Dados Retrospectivos dos Últimos Cinco Anos.....	214
10.1.1.2.1 – Militares do Quadro Permanente .....	214
10.1.1.4 – Distribuição Hierárquica do Pessoal Militar (a) .....	216
10.1.1.5 – Estrutura Etária do Pessoal Militar.....	217

10.1.1.6 – Estrutura de Tempo de Serviço dos Militares do QP, no Ativo.....	218
10.1.1.7 – Origem Geográfica dos Militares .....	219
10.1.1.8 – Distribuição por Sexo de Pessoal Militar.....	220
10.1.1.9 – Promoção de Militares do QP.....	220
10.1.1.10 – Pessoal Militar, Ingressos e Saídas por Categorias e Formas de Prestação de Serviço .....	221
10.1.1.11 – Evolução do número de baixas de pessoal.....	221
10.1.1.12 – Encargos Financeiros com os Vencimentos dos Militares em Regime de Voluntariado (RV) e Regime de Contrato (RC) (a) .....	222
10.1.1.13 – Despesas decorrentes da Aplicação da Lei do Serviço Militar .....	223
11.1 – Institutos, Academias, Escolas e Centros de Instrução das FA.....	237
11.2 – Pessoal Militar na Efetividade de Serviço que Frequentou Cursos Internos .....	237
11.3 – Pessoal Militar que Frequentou Cursos no Estrangeiro .....	238
11.4 – Cursos ministrados e número de alunos, por estabelecimento de ensino .....	240
11.4.1 – Caracterização da atividade formativa.....	240
11.5 – Docentes, por estabelecimento de ensino e por categoria (militares/ civis, .....	241
doutorados/ mestres/ licenciados) .....	241
11.6 – Pessoal de apoio por estabelecimentos de ensino (militares/ civis) .....	242
11.7 – Projetos de investigação iniciados, em curso e concluídos .....	242
11.8 - Cursos ministrados por centros de instrução .....	243
11.8.1 – Estabelecimentos de Ensino e Formação não Superior .....	243
11.8.1.1 – Caracterização de Ação Formativa.....	243
11.9 – Instrutores e pessoal de apoio, por centros de instrução .....	244
11.9.1 – Caracterização dos Docentes/ Formadores/ Instrutores por Categoria .....	244
11.9.2 – Caracterização dos Docentes/ Formadores/ Instrutores por Habilitações .....	245
11.9.3 – Caracterização do Pessoal de Apoio.....	246
12.1 – Médicos Militares e Civis .....	250
12.1.1 – Infraestruturas hospitalares .....	250
12.1.1.1 – Localização .....	250
12.1.1.2 – Camas, segundo o fim a que se destinam .....	250
12.1.1.3 – Camas por Especialidade.....	251
12.1.2 – Recursos Humanos.....	252
12.1.2.1 – Médicos militares e civis.....	252
12.1.2.2 – Enfermeiros militares e civis .....	252
12.1.2.3 – Técnicos de Superiores de Saúde.....	253
12.1.2.4 – Médicos Dentistas .....	253
12.1.2.5 – Médicos Veterinários Militares e Civis .....	254
12.1.2.6 – Enfermeiros Veterinários militares e civis .....	254
12.1.2.7 – Técnicos de Diagnóstico e Terapêutica .....	255
12.1.2.8 – Médicos, por Especialidade Exercida (a).....	255
12.1.2.9 – Técnicos Superiores, por especialidade .....	256
12.1.2.10 – Técnicos de Diagnóstico e de Terapêutica, por especialidade.....	256
12.1.3 – Atividade Hospitalar .....	257
12.1.3.1 – Consultas Efetuadas, por especialidade, nos Hospitais militares .....	257
12.1.3.2 – Evolução do total de consultas nos hospitais militares.....	257
12.1.3.3 - Atos de Diagnóstico Efetuados no Hospital das Forças Armadas.....	258
12.1.3.4 - Intervenções Cirúrgicas Realizadas, por Serviço.....	259
12.1.3.5 - Taxa Mensal de Ocupação das Camas, por Unidade Hospitalar .....	259
13.1 - Beneficiários ADM – distribuição por Ramos das Forças Armadas e por Tipologia.....	263
13.2 Evolução do número de beneficiários .....	264

13.3 Evolução dos encargos com a saúde .....	265
13.4 Evolução dos encargos com a saúde por modalidade de assistência .....	266
13.5 Evolução dos encargos com a saúde por tipologia de beneficiários .....	266
14.1 - Beneficiários do IASFA, I.P. – Distribuição por Ramos das FA .....	274
14.2 - Funções de Proteção Social – Invalidez – SUBSÍDIO .....	274
14.3 - Função de Proteção Social – Velhice – SUBSÍDIOS .....	274
14.4 - Função de Proteção Social – Sobrevivência – SUBSÍDIOS .....	274
14.5 - Função de Proteção Social – Família – SUBSÍDIOS .....	275
14.6 - Total Anual de Subsídios e Montantes Despendidos por Função .....	275
14.7 - Outras Funções de Proteção Social .....	277
15.1 / 15.2 – AUDITORIAS EXECUTADAS PELA IGDN .....	283
15.3 – AUDITORIAS REALIZADAS PELA IGDN EM 2012 .....	284
15.4 – EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE AUDITORIAS .....	285
Estrutura .....	285
15.5 – NÚMERO DE AUDITORIAS REALIZADAS NOS ÚLTIMOS ANOS .....	285
15.6 – INSPEÇÕES DA ADMINISTRAÇÃO DOS MEIOS EXECUTADAS PELOS RAMOS .....	286
16.1 – Desporto Militar .....	291
16.1.1 – Instalações desportivas, por Ramo .....	291
16.1.2 – Pessoal especializado em educação física, por Ramo .....	292
16.1.3 – Competições desportivas por Ramo das FA .....	293
16.1.4 – Pessoal militar que participou em campeonatos nacionais das FA .....	294
16.1.5 – Pessoal militar que participou em provas internacionais militares .....	295
16.2 – Museus militares .....	296
16.2.1 – Números de salas, por museu .....	296
16.2.2 – Número médio de horas semanais de abertura ao público, por museu .....	297
16.2.3 – Pessoal dos museus, segundo o seu emprego .....	298
16.2.4 – Visitas, por museu .....	299
16.2.5 – Eventos organizados .....	300
16.2.6 – Publicações editadas, por museu .....	301
16.3 – Bibliotecas militares .....	302
16.3.1 – Dados gerais das bibliotecas (número médio de horas semanais de abertura ao público, automatização, equipamento) .....	302
16.3.2 – Fundos existentes, por século, por biblioteca .....	303
16.3.3 – Entrada e saída de fundos .....	304
16.3.4 – Pessoal das bibliotecas, segundo o seu emprego .....	305
16.3.5 – Eventos organizados .....	305
16.4 – Arquivos Militares .....	306
16.4.1 – Km (ou metros lineares) de documentação, por arquivo .....	306
16.4.2 – Volume de documentação incorporada por arquivo .....	306
16.4.3 – Volume de documentação eliminada por arquivo .....	307
16.4.4 – Pessoal dos arquivos, segundo o seu emprego .....	307
16.4.5 – Restauro e encadernação de unidades de instalação por arquivo .....	307
16.4.6 – Serviço ao público – número de utilizadores .....	308
16.5 – Música .....	308
16.5.1 – Número de músicos, por banda de música e orquestra .....	308
16.5.2 – Desfiles e paradas realizadas por banda de música .....	308
16.5.3 – Concertos realizados, por banda de música e orquestra .....	309
16.6 – Outros organismos de âmbito cultural .....	309
SIGLAS .....	295

The background of the page features a collage of Euro banknotes, including 5, 10, and 20 Euro notes, overlaid with a semi-transparent blue geometric pattern of overlapping triangles and diamonds. The word "Finanças" is centered in the right half of the image.

# Finanças



## NOTA EXPLICATIVA

As estatísticas do orçamento inscritas neste capítulo têm como suporte preferencial da informação a Conta Geral do Estado (CGE).

É no entanto de referir que:

- A informação relativa à despesa pública (orçamento) adiante elencada por ministérios, tem por base os valores inscritos nas Leis do Orçamento de Estado para os anos respetivos;
- Os dados referentes à Lei da Programação Militar (LPM) refletem a informação que foi fornecida à Secretaria-geral do MDN (SG/MDN) pelas respetivas entidades envolvidas. Importa esclarecer que os valores expostos, no que concerne à LPM, não coincidem com aqueles que são publicados na Conta Geral do Estado (CGE), uma vez que estes últimos correspondem ao valor dos saques efetuados, e os valores refletidos neste capítulo correspondem à despesa efetivamente realizada.

Os dados macroeconómicos relativos ao PIB (Produto Interno Bruto) e População têm por base a informação divulgada pelo Instituto Nacional de Estatística (INE). Nos anuários de anos anteriores (até 2010) os valores relativos aos indicadores mencionados foram recolhidos junto do Departamento de Prospetiva e Planeamento (DPP) do Ministério das Finanças e da Administração Pública (MFAP).

A conversão dos valores nominais (preços correntes) em valores reais (preços constantes) é efetuada suprimindo o efeito da inflação (deflacionando), tendo como referência de cálculo o índice harmonizado de preços no consumidor (taxa de variação média anual – base 2005 - % «por agregados especiais; mensal») – Fonte: INE. Nos anuários de anos anteriores (até 2010) optou-se pela utilização do índice de preços implícito no Produto Interno Bruto (PIB) como deflacionador (dados fornecidos pelo DPP supra mencionado).

Os dados referentes às despesas da Defesa foram discriminados por natureza. Assim, de acordo com o classificador das despesas públicas, distinguiram-se três agrupamentos principais de despesa:

- Pessoal, que se identifica com o grupo “Despesas com o pessoal”;
- Operação e manutenção, que se identifica com os grupos “Aquisição de bens e serviços correntes”, “Transferências correntes” e “Outras despesas correntes”;
- Despesas de capital, que se identifica com o grupo com a mesma designação do citado classificador.

Salienta-se o facto de os montantes despendidos com a alimentação e o fardamento do efetivo militar, de acordo com o classificador das despesas públicas em vigor (aprovado pelo Decreto-Lei n.º

26/2002, de 14 de fevereiro), tal como se verificava com o classificador anterior, em vigor desde 1989, serem incorporados no agrupamento “Aquisição de Bens e Serviços Correntes”, pelo que, neste estudo, à semelhança do procedimento adotado nos anos anteriores, procedeu-se à sua inclusão no grupo “Operação e Manutenção”.

De acordo com o classificador aprovado pelo Decreto-Lei n.º 26/2002, de 14 de fevereiro, a rubrica “07.01.14 – Investimentos Militares” compreende não só as construções e as obras de engenharia que as administrações militares realizam, mas também os quartéis, os campos de tiro, os aeródromos, as estradas e as pontes militares, e ainda as grandes reparações a efetuar naquelas estruturas, bem como o armamento e os equipamentos principais utilizados pelas Forças Armadas.

Em termos globais, nos anos em análise, poder-se-á dizer que os recursos utilizados pela Defesa, a preços correntes, aumentaram progressivamente entre 2006 e 2010 (vide quadros 1.1. e 1.2.) tendo-se verificado uma inflexão entre 2010 e 2011, constatando-se uma diminuição de 7,81%; esta tendência repete-se entre 2011 e 2012, verificando-se uma variação homóloga da despesa de -12,68%, resultante sobretudo de reduções salariais. Já entre 2012 e 2013 verifica-se um ligeiro acréscimo de 4,54%.

É dado tratamento autónomo à componente da LPM, pela sua especificidade, bem como ao Capítulo 50 – Projetos (ex-PIDDAC), por serem as componentes do orçamento particularmente vocacionadas para o investimento efetuado pelo Ministério da Defesa Nacional.

#### - Capítulo 50 – Investimento (ex-PIDDAC) -

No âmbito do orçamento do “Capítulo 50 – Projetos” relativo a 2013, verificou-se uma execução global de 28,66% face ao orçamento corrigido líquido de cativos. O baixo nível de execução patenteado fica a dever-se, fundamentalmente, ao facto de, na sequência da Resolução do Conselho de Ministros (RCM) n.º79/2012, de 20 de Setembro, que veio revogar a RCM n.º183/2044, de 22 de Dezembro, referente ao Programa de “Aquisição de Navios Destinados à Marinha Portuguesa (PRAN)”, terem sido revogados os contratos-quadro visando a aquisição de Navios Patrulha Oceânicos (NPO), Lanchas de Fiscalização Costeira (LFC) e Navios de Combate à Poluição (NCP), cujo suporte orçamental líquido de cativos ascendia aos 7.915.624 €, valor que representa 55,6% do orçamento total líquido de cativos do Capítulo - 50 do MDN para 2013, que totalizava 14.226.873 €.

Acresce ao referido o baixo nível de execução (28,38%) dos projetos: “Infra-Estruturas em Terra do Sistema Nacional de Comunicações de Socorro e Segurança Marítima (GMDSS/PO)”, e “Infra-Estrutura do Site TX do Açores do Sistema Nacional de Comunicações de Socorro e Segurança Marítima (GMDSS)”, motivado por escolhos processuais de cariz administrativo, e cujo orçamento líquido de cativos representava, no conjunto dos dois projetos, cerca de 17% do orçamento do Capítulo 50.

Se expurgarmos do orçamento do Capítulo 50 do MDN relativo a 2013 a verba alocada aos projetos dos NPO, LFC e NCP, verifica-se que a execução orçamental atingiu os 64,60%.

No quadro, e gráfico, seguintes, apresenta-se uma comparação do nível de execução dos períodos homólogos, relativamente aos anos de 2007 a 2013.

(m€)

Ano	Dotação Corrigida	Montante Executado	Grau de realização
2007	40.853,9	27.925,1	68,35%
2008	36.952,0	11.732,4	31,75%
2009	35.722,5	19.053,7	53,34%
2010	11.265,2	3.282,9	29,14%
2011	4.275,0	2.234,6	52,27%
2012	14.645,3	4.617,9	31,53%
2013	14.226,8	4.077,0	28,66%

- Lei de Programação Militar (LPM) -

No âmbito do orçamento do “Capítulo 50 – Projetos” relativo a 2013, verificou-se uma execução global de 28,66% face ao orçamento corrigido líquido de cativos. O baixo nível de execução patenteado fica a dever-se, fundamentalmente, ao facto de, na sequência da Resolução do Conselho de Ministros (RCM) n.º79/2012, de 20 de Setembro, que veio revogar a RCM n.º183/2044, de 22 de Dezembro, referente ao Programa de “Aquisição de Navios Destinados à Marinha Portuguesa (PRAN)”, terem sido revogados os contratos-quadro visando a aquisição de Navios Patrulha Oceânicos (NPO), Lanchas de Fiscalização Costeira (LFC) e Navios de Combate à Poluição (NCP), cujo suporte orçamental líquido de cativos ascendia aos 7.915.624 €, valor que representa 55,6% do orçamento total líquido de cativos do Capítulo - 50 do MDN para 2013, que totalizava 14.226.873 €.

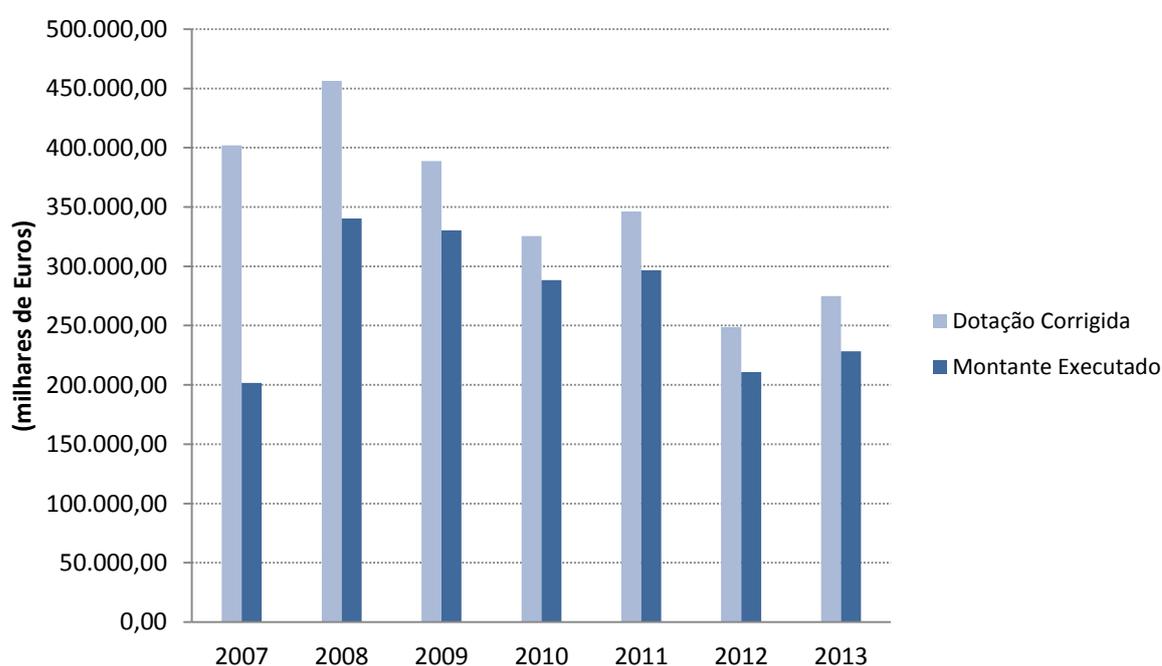
Acresce ao referido o baixo nível de execução (28,38%) dos projetos: “Infra-Estruturas em Terra do Sistema Nacional de Comunicações de Socorro e Segurança Marítima (GMDSS/PO)”, e “Infra-Estrutura do Site TX do Açores do Sistema Nacional de Comunicações de Socorro e Segurança Marítima (GMDSS)”, motivado por escolhos processuais de cariz administrativo, e cujo orçamento líquido de cativos representava, no conjunto dos dois projetos, cerca de 17% do orçamento do Capítulo 50.

Se expurgarmos do orçamento do Capítulo 50 do MDN relativo a 2013 a verba alocada aos projetos dos NPO, LFC e NCP, verifica-se que a execução orçamental atingiu os 64,60%.

No quadro, e gráfico, seguintes, apresenta-se uma comparação do nível de execução dos períodos homólogos, relativamente aos anos de 2007 a 2013.

(m€)

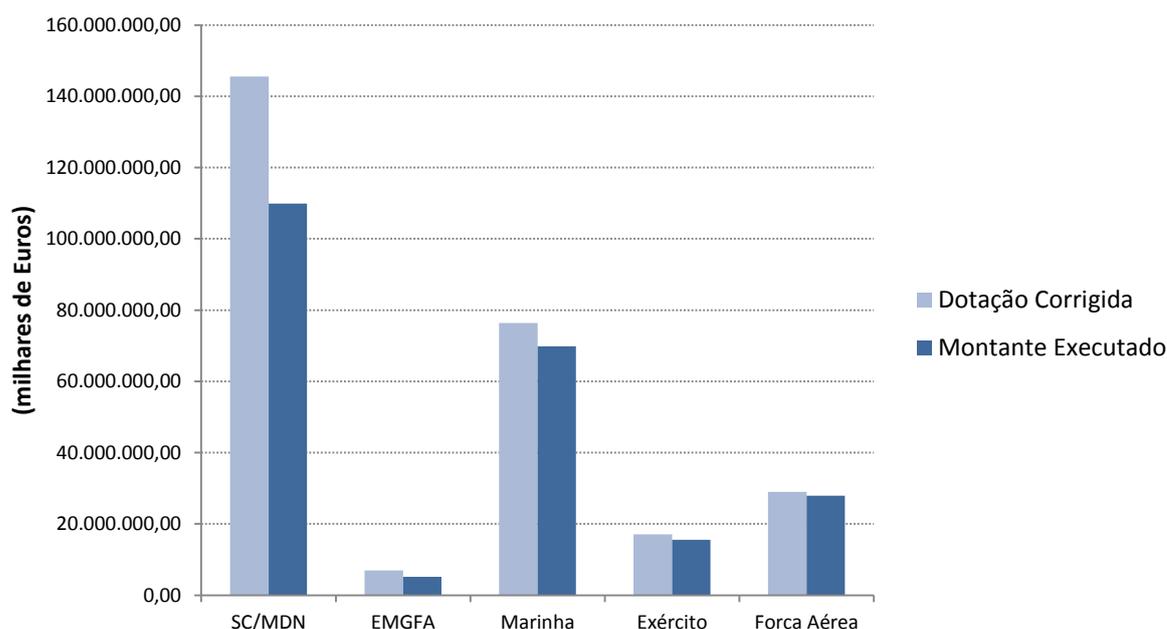
Ano	Dotação Corrigida	Montante Executado	Grau de realização
2007	401.887,8	201.612,4	50,17%
2008	456.425,5	340.425,2	74,59%
2009	388.776,4	330.478,3	85,00%
2010	325.466,5	288.372,2	88,60%
2011	346.169,0	296.738,7	85,72%
2012	248.677,1	210.692,5	84,73%
2013	274.944,5	228.361,7	83,06%



O quadro e o gráfico a seguir apresentados refletem a execução orçamental referente ao ano de 2012.

(euros)

Capítulos	Saldo 2012	Orçamento 2013			Dotação Corrigida	Execução		Saldo
		Inicial	Cativação	Alt Orç.(+/-)		Montante	%	
	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)=(1+2-3+/-4)	(6)	(7)=(6)/(5)	(8)=(5)-(6)
SCS/MDN	0,00	103.811.000,00	8.423.935,00	50.177.787,00	145.564.852,00	109.901.580,89	75,50%	35.663.271,11
EMGFA	0,00	6.798.000,00	111.100,00	219.101,00	6.906.001,00	5.166.066,59	74,81%	1.739.934,41
Marinha	0,00	78.555.000,00	2.132.225,00	0,00	76.422.775,00	69.863.916,85	91,42%	6.558.858,15
Exército	0,00	16.923.000,00	0,00	165.975,14	17.088.976,00	15.537.448,01	90,92%	1.551.527,99
Força Aérea	6.442.461,00	24.822.000,00	2.302.520,00	0,00	28.961.941,00	27.892.646,22	96,31%	1.069.294,78
<b>TOTAL</b>	<b>6.442.461,00</b>	<b>230.909.000,00</b>	<b>12.969.780,00</b>	<b>50.562.863,14</b>	<b>274.944.544,14</b>	<b>228.361.658,56</b>	<b>83,06%</b>	<b>46.582.885,58</b>



#### - PESSOAL -

A integração dos sistemas de saúde (ADMA, ADME e ADMFA) num único sistema (ADM) a partir de 2006, bem como a sua transição em termos de encargos dos Ramos para a SG/MDN justificam, a partir daquela data, o elevado acréscimo em Despesas de Pessoal dos SCS, assim como a redução consequente neste agrupamento nos orçamentos dos Ramos.

Relativamente à estrutura do ODN (orçamento da Defesa Nacional), constata-se que a componente pessoal continua a absorver a maior parte dos recursos financeiros postos à disposição da Defesa.

Em 2012, e sem prejuízo de legislação que o Governo aprovou no exercício das suas competências, foram entretanto concretizados contributos do MDN para o esforço de consolidação orçamental dos quais de destacam: A limitação de consequências financeiras associadas a promoções e progressões; o estabelecimento de quantitativos máximos para militares em regime de contrato (RC) e em regime de voluntariado (RV), neles incluindo os militares em formação; a definição do momento em que eventuais promoções produzem efeitos; o fim do pagamento de prestações pecuniárias, após o termo da prestação do serviço militar, quando o vínculo contratual não seja renovado por iniciativa do militar ou seja rescindido por motivos imputáveis ao mesmo. Consequentemente verificou-se uma redução ao nível das despesas com Pessoal, de 2011 para 2012, de 14,08%.

A Lei do Orçamento de Estado para 2013 (Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro) estabelecia a suspensão, durante a vigência do Programa de Assistência Económica e Financeira (PAEF), do pagamento de quaisquer prestações correspondentes ao subsídio de férias, nos termos previsto no Artigo 29.º daquele diploma, norma que não foi aceite pelo Tribunal Constitucional (Acórdão n.º 187/2013, publicado no D.R., 1.ª Série, n.º 78, de 22 de Abril). Como consequência, impôs-se a necessidade de reforço do orçamento do P006 – Defesa (52,7 milhões de euros), por forma a acomodar o acréscimo de encargos relativos ao agrupamento de despesas “01 – Despesas com o Pessoal”, visando fazer face à reposição da obrigatoriedade do pagamento das prestações referidas no ponto anterior. Esta circunstância influenciou de forma determinante a variação verificada entre

2012 e 2013, no que se refere aos encargos com Pessoal, que se materializou num acréscimo de 7,8%.

#### - OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO -

No contexto da NATO, prosseguiu o apoio à STRIKEFORNATO, atingindo já a sua plena capacidade operacional, e continuou o desenvolvimento do processo de transferência da Escola de Comunicações e de Sistemas de Informação da NATO (NCIS) para Portugal, assegurando a plena participação nacional no processo de transformação da Aliança.

O esforço nacional em missões humanitárias e de paz, sob a égide de organizações internacionais, através do empenhamento das Forças Armadas Portuguesas, manteve-se em 2013, dando continuidade ao compromisso com a segurança e a estabilidade internacionais.

As relações, bilaterais e multilaterais, com os Países de Língua Portuguesa foram reforçados, seja no domínio da Cooperação Técnico-Militar, seja no apoio à Reforma do Sector da Segurança, havendo abertura para dar continuidade à integração de contingentes militares de Países de Língua Portuguesa nas Forças Nacionais Destacadas, tal como sucedido com Timor-Leste (na UNIFIL-ONU, no Líbano), e com Moçambique (na operação ATALANTA-UE, no Índico).

Portugal intensificou ainda as relações externas de Defesa e o relacionamento com os nossos aliados e parceiros, destacando-se a relação estratégica privilegiada com os EUA, com a região do Mediterrâneo e do Magreb, bem como com parceiros atuais e potenciais na área da Economia de Defesa.

Por outro lado, no ano letivo 2013/2014, foram dados passos significativos nos ajustamentos nos Estabelecimentos Militares de Ensino não superior, desenvolvendo e consolidando medidas de integração e otimização de recursos iniciadas em 2012, tendo em vista a coerência do projeto educativo assente nas características próprias da instituição militar e a sua eficiência.

Deu-se também seguimento ao processo de reestruturação dos Estabelecimentos Fabris do Exército, procurando dotá-los de novos modelos organizacional e jurídico e racionalizar estruturas e recursos, dando continuidade ao processo iniciado em 2012.

No âmbito do Sistema de Saúde Militar, continuaram-se os trabalhos com vista à plena implementação do Polo de Lisboa do Hospital das Forças Armadas, resultante da fusão dos Hospitais Militares dos Ramos das Forças Armadas. Paralelamente efetuou-se a avaliação da reforma do sistema de Saúde Militar, tendo como objetivo a prestação de melhores serviços, suportada por recursos humanos, financeiros e materiais adequados às necessidades e financeiramente sustentados.

Em termos globais as despesas com operação e manutenção registam em 2013 um ligeiro incremento de 2,9 % relativamente a 2012.

#### - DESPESAS DE CAPITAL -

A execução global do programa caracteriza-se, face ao orçamento inicial, pelo crescimento da despesa nos agrupamentos Segurança Social e Transferências Correntes - Administração Central, compensadas pelas reduções, entre outras, nas Despesas de Capital.

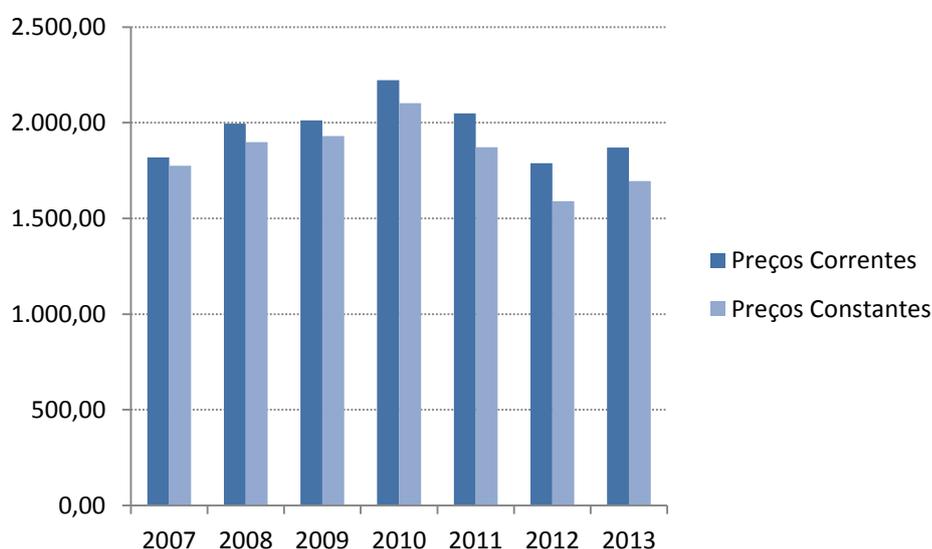
No essencial, as variações verificadas são originadas pela inscrição das dotações orçamentais destinadas a suportar os encargos decorrentes da Lei de Serviço Militar e Forças Nacionais Destacadas, pelo seu valor global, numa única rubrica de classificação económica do agrupamento de despesas de Capital e posteriormente transferidas para os agrupamentos de Pessoal e Aquisição de Bens e Serviços Correntes.

Relativamente às despesas com projetos, verifica-se em 2013 uma redução de 0,5 milhões de euros relativamente a 2012. As dotações relativas à Lei de Programação Militar foram reduzidas em 6 milhões de euros, compensando, em parte, os crescimentos verificados nas dotações de Funcionamento (+39,7 milhões de euros), Pensões de Reserva (+12,9 milhões de euros) e nos encargos com a saúde (+9,8 milhões de euros).

No cômputo geral verificou-se uma diminuição acentuada nas Despesas de Capital entre 2013 e 2012. Em 2012 as despesas de Capital, fora Capítulo 50 – Projetos e LPM, ascenderam aos 60.896.814,11 €, e em 2013 cifraram-se nos 24.604.950,10 €.

## 1.1 - DESPESAS DA DEFESA A PREÇOS CORRENTES E CONSTANTES

Ano	(milhões de euros)	
	Preços correntes	Preços constantes (base 2007)
2013	1.870,0	1.694,7
Dados retrospectivos		
2012	1.788,9	1.589,5
2011	2.048,7	1.871,2
2010	2.222,2	2.102,8
2009	2.012,4	1.931,0
2008	1.996,1	1.898,1
2007	1.818,3	1.775,7



## 1.2 - VARIAÇÃO ANUAL DAS DESPESAS DA DEFESA

Ano	Varição anual (%)
2013/2012	4,54%
Dados retrospectivos	
2012/2011	-12,68%
2011/2010	-7,81%
2010/2009	10,43%
2009/2008	0,82%
2008/2007	9,78%

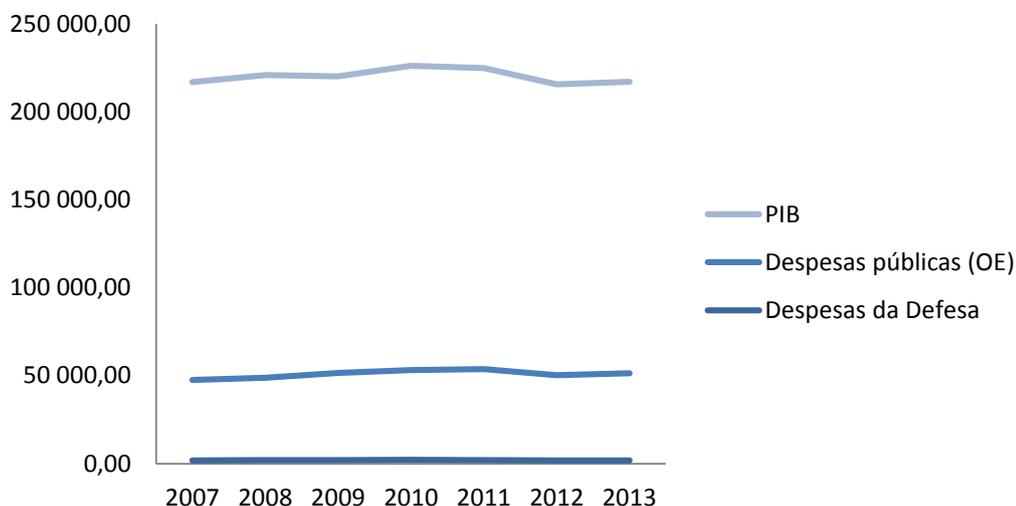
### 1.3 - DESPESAS DA DEFESA, DESPESAS PÚBLICAS E PIB, A PREÇOS CORRENTES E CONSTANTES

(milhões de euros)

Ano	Preços correntes			Preços constantes		
	Despesas da Defesa	Despesas públicas (OE)	PIB	Despesas da Defesa	Despesas públicas (OE)	PIB
2013	1.870,0	49.440,3	165.690,0	1.694,7	44.803,6	150.150,8
Dados retrospectivos						
2012	1.788,9	48.498,2	165.246,8	1.589,5	43.091,4	146.824,4
2011	2.048,7	51.675,9	171.053,1	1.871,2	47.200,5	156.238,9
2010	2.222,2	50.956,9	172.859,5	2.102,8	48.219,3	163.572,9
2009	2.012,4	49.532,1	168.529,2	1.931,0	47.527,3	161.707,9
2008	1.996,1	46.753,0	171.983,1	1.898,1	44.456,9	163.536,8
2007	1.818,3	45.650,1	169.319,2	1.775,7	44.580,2	165.350,8

**Fontes:** Leis do OE (despesas públicas); CGE (Despesas da Defesa) e dados do INE (PIB).  
Relativamente às Despesas Públicas foram expurgadas a verbas relativas a activos e passivos financeiros, por não se considerarem despesas do próprio ano.  
Quanto ao PIB, os valores compreendidos entre 2007 e 2010 são definitivos; para 2011 são dados provisorios, e para os anos de 2012 e 2013 tratam-se de dados preliminares.

**Despesas da Defesa, Despesas Públicas e PIB a Preços Correntes**

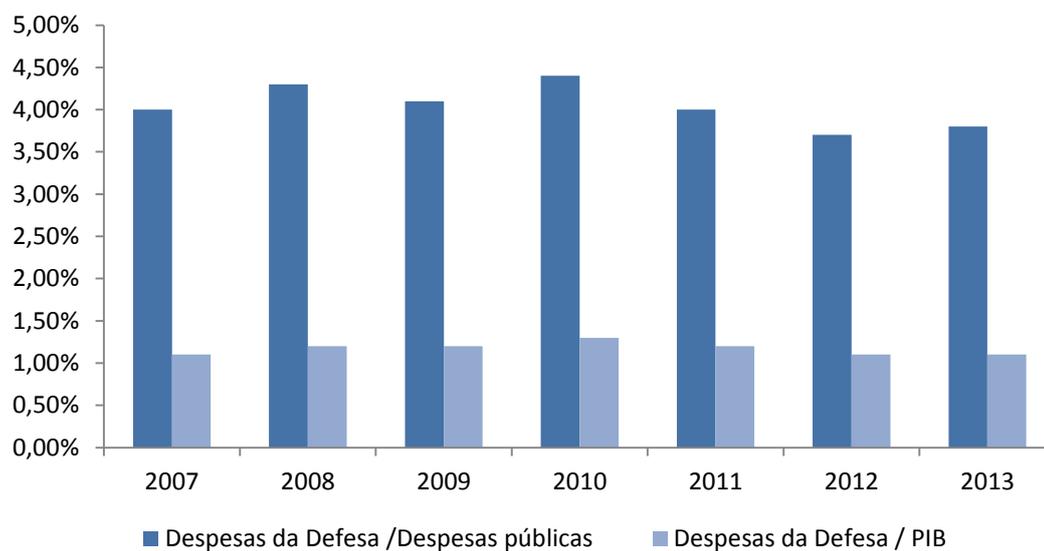


## 1.4 - PESO DAS DESPESAS DA DEFESA NAS DESPESAS PÚBLICAS E NO PIB

(%)

Ano	Despesas da Defesa / Despesas públicas	Despesas da Defesa / PIB
2013	3,8%	1,1%
Dados retrospectivos		
2012	3,7%	1,1%
2011	4,0%	1,2%
2010	4,4%	1,3%
2009	4,1%	1,2%
2008	4,3%	1,2%
2007	4,0%	1,1%

Fonte: Conta Geral do Estado 2007/2013 (despesas da defesa). Despesas Públicas: Leis do OE. PIB:INE.

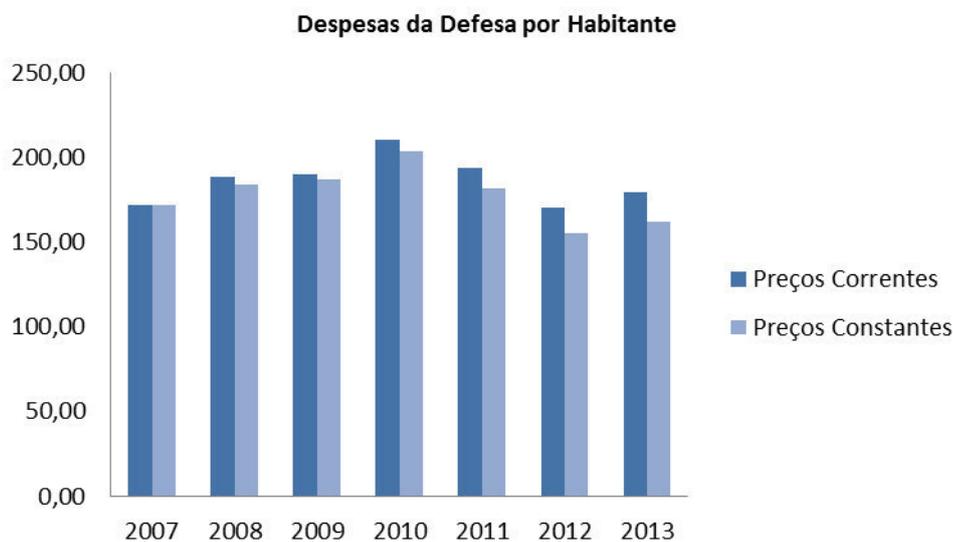


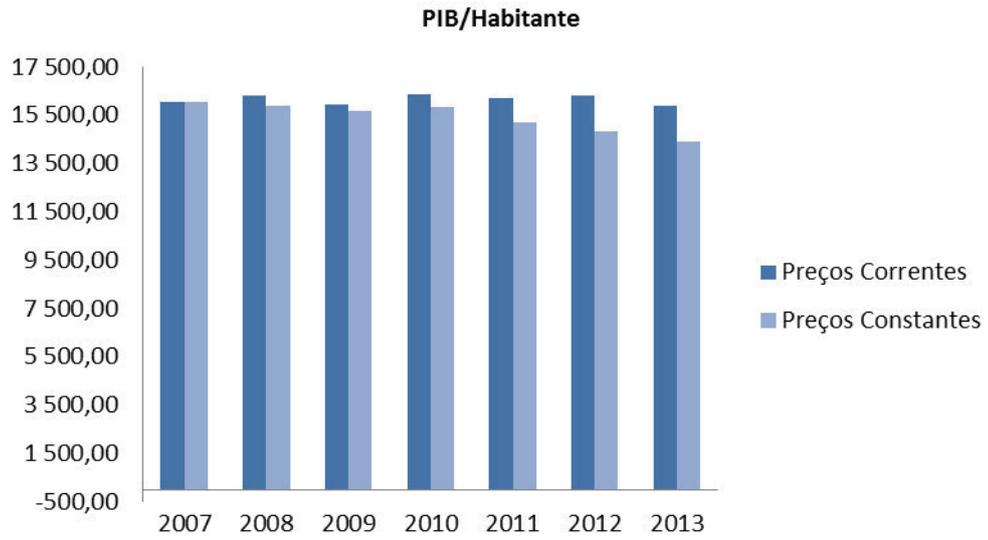
## 1.5 - PIB POR HABITANTE E DESPESAS DA DEFESA POR HABITANTE A PREÇOS CORRENTES E CONSTANTES

(euros)

Ano	Preços correntes		Preços constantes	
	Despesas da Defesa / habitante	PIB / habitante	Despesas da Defesa / habitante	PIB / habitante
2013	179,3	15.890,5	162,5	14.400,2
Dados retrospectivos				
2012	170,6	16.307,4	155,2	14.837,1
2011	194,3	16.232,8	181,8	15.182,8
2010	210,2	16.349,1	203,7	15.842,1
2009	190,3	15.939,6	187,0	15.661,5
2008	189,0	16.281,7	184,0	15.853,6
2007	172,3	16.044,7	172,3	16.044,7

Fonte: Conta Geral do Estado 2007/2013. INE.





## 1.6 VARIAÇÃO DA DESPESA PÚBLICA (ORÇAMENTO), POR MINISTÉRIO A PREÇOS CORRENTES E CONSTANTES

### A PREÇOS CORRENTES

(milhões de euros)

Ano	Encargos Gerais da Nação	Presidência Conselho de Ministros	Negócios Estrangeiros	Finanças e Administração Pública	Defesa Nacional	Administração Interna	Justiça	Ambiente, Ordenamento Território e Desenvolvimento	Economia	Agricultura e Pescas	Obras Públicas, Transportes e Comunicações	Trabalho e Segurança Social	Saúde	Educação	Ensino Superior	Cultura
2013	2.874,8	252,6	329,9	150.399,2	2.086,8	2.066,1	1.160,8	0,0	227,8	548,8	0,0	8.878,1	7.873,0	7.051,0	0,0	0,0
Dados retrospectivos																
2012	2.831,9	275,3	315,9	158.161,7	2.052,7	1.903,3	1.185,3	594,7	238,2	0,0	0,0	6.494,2	7.632,8	6.889,1	0,0	0,0
2011	3.028,9	238,0	363,4	144.413,0	2.068,1	1.822,9	1.346,3	213,1	151,8	514,5	146,0	6.816,8	8.249,8	6.532,1	1.677,4	153,8
2010	3.228,6	217,8	388,3	116.762,2	2.308,9	1.947,9	1.429,1	250,1	176,5	633,6	181,3	7.831,9	8.858,6	7.259,1	1.859,0	177,9
2009	3.164,3	208,4	336,9	127.640,1	2.071,5	1.765,3	1.297,2	253,2	150,3	485,7	209,1	6.939,3	8.261,1	6.651,9	1.736,1	158,1
2008	3.354,2	208,2	320,8	89.980,1	1.962,0	1.619,7	1.215,5	242,3	129,3	468,0	210,1	6.447,0	8.042,2	5.930,6	1.644,6	169,6
2007	3.430,8	0,0	360,2	65.792,4	1.883,4	1.606,5	1.191,4	246,7	191,8	435,1	756,9	5.968,8	7.805,4	5.813,6	1.586,6	169,5

Fonte: Leis do Orçamento Geral do Estado, desde 2007 a 2013.

## A PREÇOS CONSTANTES

(milhões de euros)

Ano	Encargos Gerais da Nação	Presidência Conselho de Ministros	Negócios Estrangeiros	Finanças e Administração Pública	Defesa Nacional	Administração Interna	Justiça	Ambiente, Ordenamento Território e Desenvolvimento	Economia	Agricultura e Pescas	Obras Públicas, Transportes e Comunicações	Trabalho e Segurança Social	Saúde	Educação	Ensino Superior	Cultura
2013	2.605,2	228,9	299,0	136.294,1	1.891,1	1.872,4	1.051,9	0,0	206,5	497,4	0,0	8.045,4	7.134,6	6.389,7	0,0	0,0
Dados retrospectivos																
2012	2.576,6	250,5	287,4	143.901,9	1.867,6	1.731,7	1.078,5	0,0	216,8	541,1	0,0	5.908,7	6.944,7	6.268,0	0,0	0,0
2011	2.833,0	222,6	339,9	135.071,7	1.934,3	1.705,0	1.259,3	199,3	142,0	481,2	136,5	6.375,8	7.716,2	6.109,6	1.568,9	143,9
2010	3.128,5	211,1	376,2	113.141,0	2.237,3	1.887,5	1.384,7	242,3	171,0	613,9	175,7	7.589,0	8.583,9	7.034,0	1.801,3	172,4
2009	3.109,0	204,8	331,0	125.413,2	2.035,4	1.734,5	1.274,5	248,8	147,7	477,2	205,5	6.818,2	8.117,0	6.535,8	1.705,8	155,4
2008	3.266,0	202,7	312,4	87.614,5	1.910,4	1.577,1	1.183,6	236,0	125,9	455,7	204,6	6.277,5	7.830,7	5.774,7	1.601,4	165,2
2007	3.430,8	0,0	360,2	65.792,4	1.883,4	1.606,5	1.191,4	246,7	191,8	435,1	756,9	5.968,8	7.805,4	5.813,6	1.586,6	169,5

## 1.6. - VARIAÇÃO DA DESPESA PÚBLICA (ORÇAMENTO), POR MINISTÉRIO (CONTINUAÇÃO)

(Porcentagem)

Ano	Encargos Gerais da Nação	Presidência Conselho de Ministros	Negócios Estrangeiros	Finanças e Administração Pública	Defesa Nacional	Administração Interna	Justiça	Ambiente, Ordenamento Território e Desenvolvimento	Economia	Agricultura e Pescas	Obras Públicas, Transportes e Comunicações	Trabalho e Segurança Social	Saúde	Educação	Ensino Superior	Cultura
2013/2012	1,5%	-8,3%	4,4%	-4,9%	1,7%	8,6%	-2,1%		-4,4%	-7,7%		36,7%	3,1%	2,3%		
Dados retrospectivos																
2012/2011	-6,5%	15,7%	-13,1%	9,5%	-0,7%	4,4%	-12,0%	179,1%	56,9%			-4,7%	-7,5%	5,5%		
2011/2010	-6,2%	9,2%	-6,4%	23,7%	-10,4%	-6,4%	-5,8%	-14,8%	-14,0%	-18,8%	-19,5%	-13,0%	-6,9%	-10,0%	-9,8%	-13,5%
2010/2009	2,0%	4,5%	15,3%	-8,5%	11,5%	10,3%	10,2%	-1,2%	17,4%	30,5%	-13,3%	12,9%	7,2%	9,1%	7,1%	12,5%
2009/2008	-5,7%	0,1%	5,0%	41,9%	5,6%	9,0%	6,7%	4,5%	16,3%	3,8%	-0,5%	7,6%	2,7%	12,2%	5,6%	-6,8%
2008/2007	-2,2%		-10,9%	36,8%	4,2%	0,8%	2,0%	-1,8%	-32,6%	7,5%	-72,2%	8,0%	3,0%	2,0%	3,7%	0,1%

## 1.7 - NATUREZA DAS DESPESAS DA DEFESA – DESPESAS GLOBAIS

### A PREÇOS CORRENTES

(milhares de euros)

Ano	Pessoal	Operação e Manutenção	PIDDAC	LPM	Despesas de Capital	TOTAL
2013	1.237.837,9	375.162,7	4.077,0	228.361,7	24.605,0	<b>1.870.044,3</b>
Dados retrospectivos						
2012	1.148.023,0	364.653,3	4.617,9	210.692,5	60.896,8	<b>1.788.883,6</b>
2011	1.336.167,2	370.022,3	2.234,6	296.738,7	43.499,0	<b>2.048.661,9</b>
2010	1.434.972,4	456.490,2	3.282,9	288.372,2	39.102,2	<b>2.222.219,9</b>
2009	1.313.836,0	317.769,2	19.053,7	330.478,0	31.287,1	<b>2.012.424,0</b>
2008	1.213.493,6	387.487,9	11.732,4	340.425,2	42.979,5	<b>1.996.118,6</b>
2007	1.184.966,6	363.482,6	27.925,1	201.612,4	40.357,2	<b>1.818.343,9</b>

Fonte: Conta Geral do Estado 2007/2013.

### A PREÇOS CONSTANTES

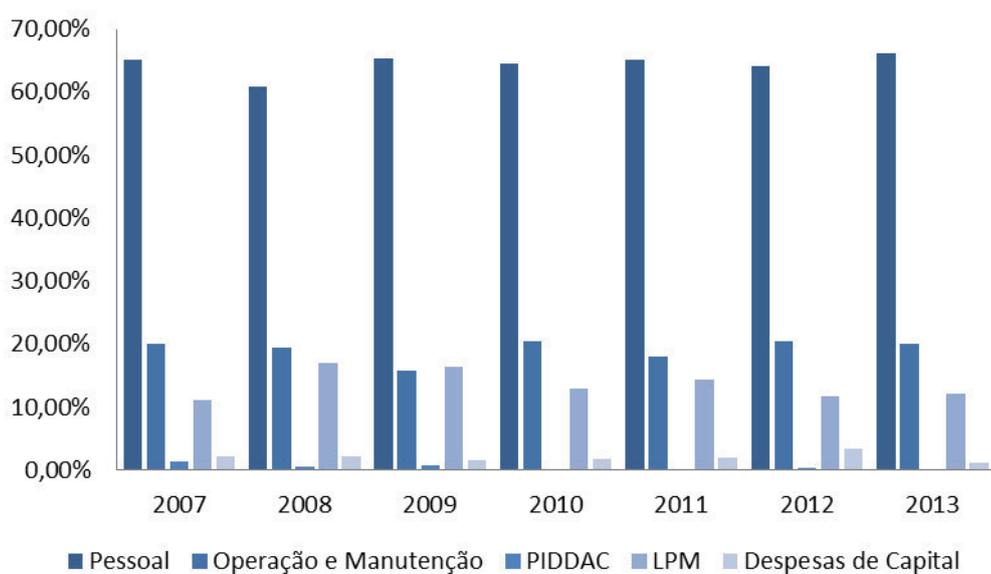
(milhares de euros)

Ano	Pessoal	Operação e Manutenção	PIDDAC	LPM	Despesas de Capital	TOTAL
2013	1.121.747,6	339.978,2	3.694,7	206.944,8	22.297,4	<b>1.694.662,7</b>
Dados retrospectivos						
2012	1.044.517,4	331.776,2	4.201,5	191.696,5	55.406,4	<b>1.627.598,0</b>
2011	1.249.738,1	346.087,6	2.090,1	277.544,4	40.685,3	<b>1.916.145,5</b>
2010	1.390.469,6	442.333,1	3.181,1	279.428,9	37.889,5	<b>2.153.302,2</b>
2009	1.290.913,3	312.225,0	18.721,3	324.712,1	30.741,2	<b>1.977.312,9</b>
2008	1.181.590,7	377.300,8	11.424,0	331.475,3	41.849,6	<b>1.943.640,3</b>
2007	1.184.966,6	363.482,6	27.925,1	201.612,4	40.357,2	<b>1.818.343,9</b>

Fonte: Conta Geral do Estado 2007/2013. INE (Ano base:2007).

## 1.7 - NATUREZA DAS DESPESAS DA DEFESA – DESPESAS GLOBAIS (CONTINUAÇÃO)

Ano	Pessoal	Operação e Manutenção	PIDDAC	LPM	Despesas de Capital	TOTAL (%)
2013	66,2%	20,1%	0,2%	12,2%	1,3%	100,0%
Dados retrospectivos						
2012	64,2%	20,4%	0,3%	11,8%	3,4%	100,0%
2011	65,2%	18,1%	0,1%	14,5%	2,1%	100,0%
2010	64,6%	20,5%	0,1%	13,0%	1,8%	100,0%
2009	65,3%	15,8%	0,9%	16,4%	1,6%	100,0%
2008	60,8%	19,4%	0,6%	17,1%	2,2%	100,0%
2007	65,2%	20,0%	1,5%	11,1%	2,2%	100,0%

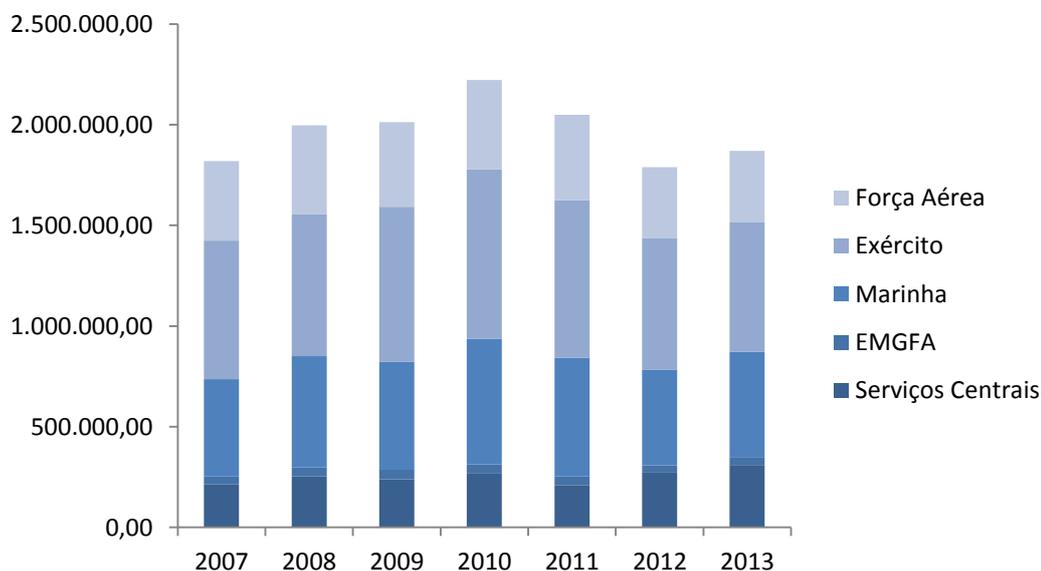


## 1.8 - DISTRIBUIÇÃO DAS DESPESAS POR CAPÍTULOS DO MDN PREÇOS CORRENTES E CONSTANTES

### A PREÇOS CORRENTES

Ano	Serviços Centrais	EMGFA	Marinha	Exército	Força Aérea	(milhares de euros)
						TOTAL
2013	309.546,6	38.753,1	523.847,6	641.968,0	355.929,2	<b>1.870.044,3</b>
Dados retrospectivos						
2012	270.809,6	36.360,7	476.174,2	651.812,4	353.726,8	<b>1.788.883,6</b>
2011	210.287,5	42.854,4	589.185,6	781.732,2	424.602,2	<b>2.048.661,9</b>
2010	267.070,3	46.191,3	621.963,2	842.564,2	444.431,0	<b>2.222.219,9</b>
2009	238.541,6	46.374,3	536.546,1	770.365,8	420.596,2	<b>2.012.424,0</b>
2008	253.185,5	45.142,0	552.127,9	703.329,6	442.333,5	<b>1.996.118,6</b>
2007	212.608,6	40.234,8	483.102,7	688.037,7	394.360,1	<b>1.818.343,9</b>

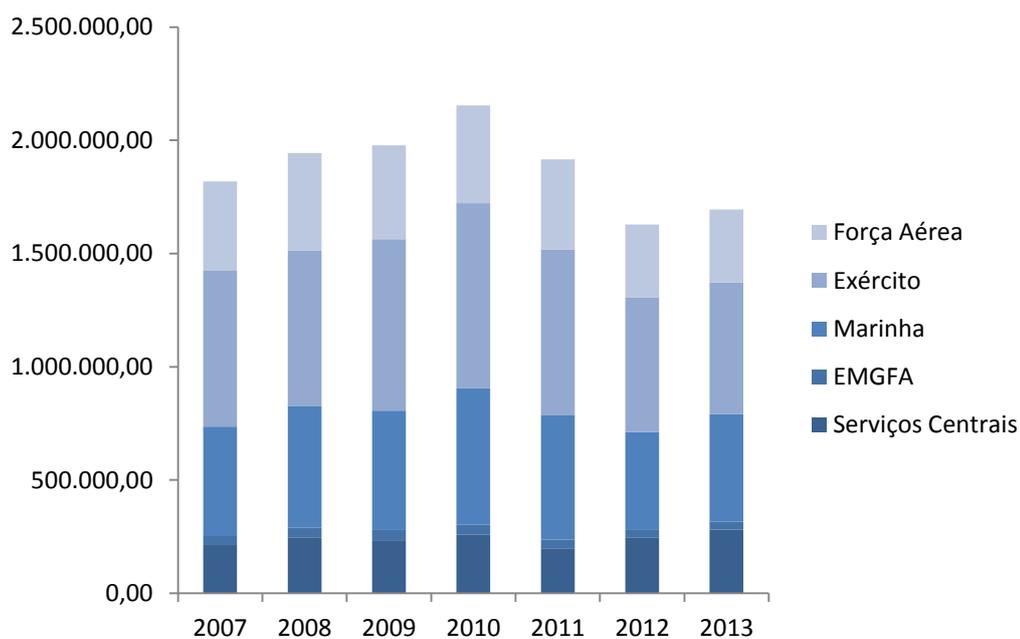
Fonte: Conta Geral do Estado 2007/2013.



## A PREÇOS CONSTANTES

Ano	Serviços Centrais	EMGFA	Marinha	Exército	Força Aérea	(milhares de euros)
						TOTAL
2013	280.515,8	35.118,6	474.718,7	581.761,2	322.548,4	<b>1.694.662,7</b>
Dados retrospectivos						
2012	246.393,4	33.082,4	433.242,3	593.045,0	321.834,8	<b>1.627.598,0</b>
2011	196.685,1	40.082,4	551.074,5	731.166,3	397.137,1	<b>1.916.145,5</b>
2010	258.787,6	44.758,8	602.674,2	816.433,8	430.647,8	<b>2.153.302,2</b>
2009	234.379,7	45.565,2	527.184,9	756.925,1	413.258,0	<b>1.977.312,9</b>
2008	246.529,2	43.955,3	537.612,4	684.839,0	430.704,5	<b>1.943.640,3</b>
2007	212.608,6	40.234,8	483.102,7	688.037,7	394.360,1	<b>1.818.343,9</b>

Fonte: Fonte: Conta Geral do Estado 2007/2013. INE (Ano base:2007).



## 1.8 - DISTRIBUIÇÃO DAS DESPESAS POR CAPÍTULOS DO MDN PREÇOS CORRENTES E CONSTANTES (CONTINUAÇÃO)

Ano	Serviços Centrais	EMGFA	Marinha	Exército	Força Aérea	TOTAL (%)
2013	16,6%	2,1%	28,0%	34,3%	19,0%	100,0%
Dados retrospectivos						
2012	15,1%	2,0%	26,6%	36,4%	19,8%	100,0%
2011	10,3%	2,1%	28,8%	38,2%	20,7%	100,0%
2010	12,0%	2,1%	28,0%	37,9%	20,0%	100,0%
2009	11,9%	2,3%	26,7%	38,3%	20,9%	100,0%
2008	12,7%	2,3%	27,7%	35,2%	22,2%	100,0%
2007	11,7%	2,2%	26,6%	37,8%	21,7%	100,0%

## 1.9 - NATUREZA DAS DESPESAS DA DEFESA – SERVIÇOS CENTRAIS

### A PREÇOS CORRENTES

Ano	Pessoal	Operação e Manutenção	PIDDAC	LPM	Despesas de Capital	TOTAL (milhares de euros)
2013	80.056,8	109.107,5	705,5	109.901,6	9.775,1	309.546,6
Dados retrospectivos						
2012	70.796,8	73.622,8	1.631,1	87.569,0	37.189,8	270.809,6
2011	80.688,9	36.448,8	57,4	82.348,4	10.743,9	210.287,5
2010	91.361,4	92.502,1	1.201,2	74.113,1	7.892,5	267.070,3
2009	136.506,5	31.350,1	14.175,4	50.873,0	5.636,6	238.541,6
2008	129.652,8	33.897,7	550,5	75.286,6	13.797,9	253.185,5
2007	80.024,2	49.332,4	443,6	69.415,4	13.393,0	212.608,6

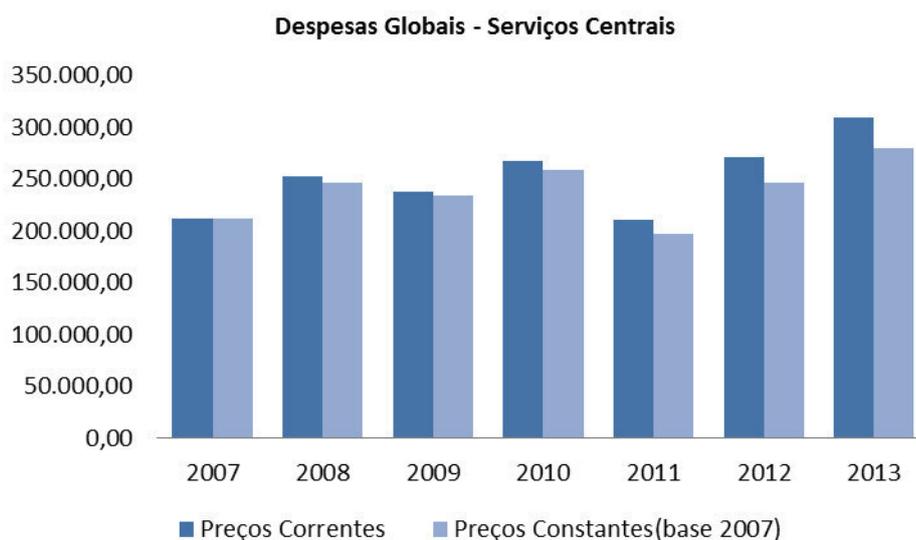
Fonte: Conta Geral do Estado 2007/2013.

## A PREÇOS CONSTANTES

(milhares de euros)

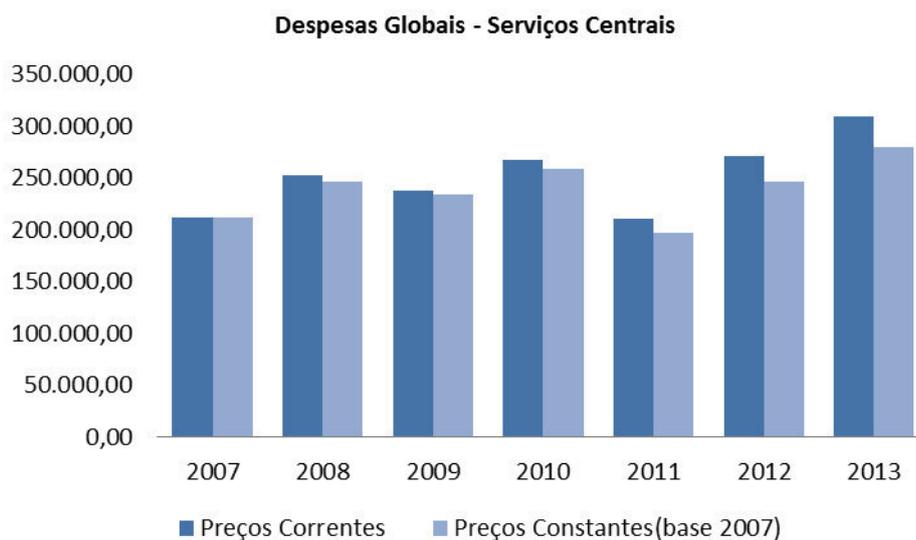
Ano	Pessoal	Operação e Manutenção	PIDDAC	LPM	Despesas de Capital	TOTAL
2013	72.548,6	98.874,9	639,4	99.594,5	8.858,4	<b>280.515,8</b>
Dados retrospectivos						
2012	64.413,8	66.984,9	1.484,0	79.673,8	33.836,8	<b>246.393,4</b>
2011	75.469,6	34.091,2	53,7	77.021,8	10.048,9	<b>196.685,2</b>
2010	88.528,0	89.633,3	1.163,9	71.814,6	7.647,7	<b>258.787,6</b>
2009	134.124,8	30.803,1	13.928,1	49.985,4	5.538,3	<b>234.379,7</b>
2008	126.244,2	33.006,5	536,0	73.307,3	13.435,2	<b>246.529,2</b>
2007	80.024,2	49.332,4	443,6	69.415,4	13.393,0	<b>212.608,6</b>

Fonte: Conta Geral do Estado 2007/2013. INE (Ano base:2007).



## 1.9 - NATUREZA DAS DESPESAS DA DEFESA – SERVIÇOS CENTRAIS (CONTINUAÇÃO)

Ano	Pessoal	Operação e Manutenção	PIDDAC	LPM	Despesas de Capital	(Porcentagem)
						<b>TOTAL</b>
2013	25,9%	35,2%	0,23%	35,5%	3,2%	<b>100,0%</b>
Dados retrospectivos						
2012	26,1%	27,2%	0,60%	32,3%	13,7%	<b>100,0%</b>
2011	38,4%	17,3%	0,0%	39,2%	5,1%	<b>100,0%</b>
2010	34,2%	34,6%	0,4%	27,8%	3,0%	<b>100,0%</b>
2009	57,2%	13,1%	5,9%	21,3%	2,4%	<b>100,0%</b>
2008	51,2%	13,4%	0,2%	29,7%	5,4%	<b>100,0%</b>
2007	37,6%	23,2%	0,2%	32,6%	6,3%	<b>100,0%</b>



## 1.10 - NATUREZA DAS DESPESAS DA DEFESA – EMGFA

### A PREÇOS CORRENTES

(milhares de euros)

Ano	Pessoal	Operação e Manutenção	PIDDAC	LPM	Despesas de Capital	TOTAL
2013	23.919,1	8.829,7	0,0	5.166,1	838,2	<b>38.753,1</b>
Dados retrospectivos						
2012	24.239,5	6.927,9	0,0	4.268,1	925,2	<b>36.360,7</b>
2011	29.681,1	8.285,2	0,0	2.605,7	2.282,4	<b>42.854,4</b>
2010	33.494,0	6.995,9	0,0	4.883,8	817,6	<b>46.191,3</b>
2009	31.422,8	6.548,0	0,0	7.072,0	1.331,5	<b>46.374,3</b>
2008	29.257,7	7.503,8	0,0	7.063,4	1.317,1	<b>45.142,0</b>
2007	26.643,0	6.494,1	0,0	6.410,7	687,0	<b>40.234,8</b>

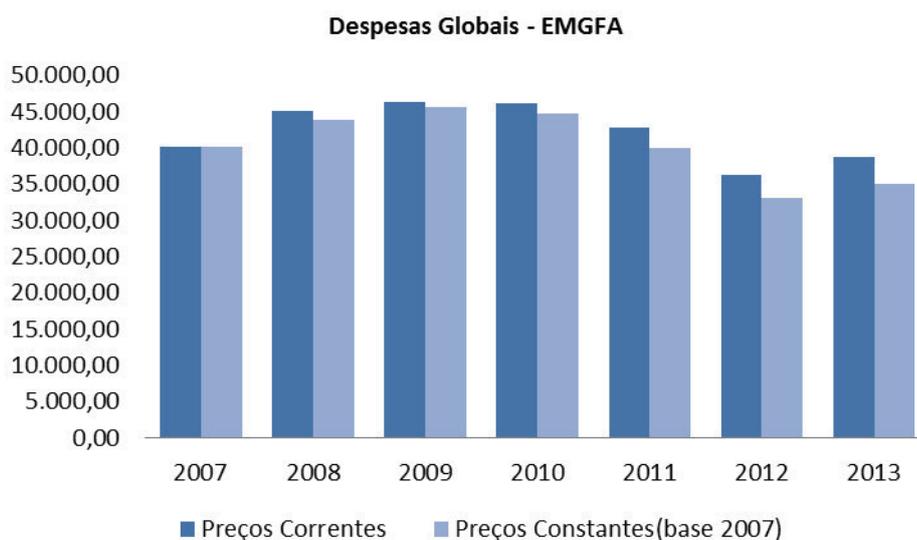
Fonte: Conta Geral do Estado 2007/2013.

### A PREÇOS CONSTANTES

(milhares de euros)

Ano	Pessoal	Operação e Manutenção	PIDDAC	LPM	Despesas de Capital	TOTAL
2013	21.675,9	8.001,6	0,0	4.681,6	759,6	<b>35.118,6</b>
Dados retrospectivos						
2012	22.054,1	6.303,3	0,0	3.883,3	841,8	<b>33.082,4</b>
2011	27.761,2	7.749,3	0,0	2.437,2	2.134,7	<b>40.082,4</b>
2010	32.455,3	6.778,9	0,0	4.732,3	792,2	<b>44.758,8</b>
2009	30.874,6	6.433,8	0,0	6.948,6	1.308,3	<b>45.565,2</b>
2008	28.488,5	7.306,5	0,0	6.877,7	1.282,5	<b>43.955,3</b>
2007	26.643,0	6.494,1	0,0	6.410,7	687,0	<b>40.234,8</b>

Fonte: Conta Geral do Estado 2007/2013. INE (Ano base:2007).



### 1.10 - NATUREZA DAS DESPESAS DA DEFESA – EMGFA (CONTINUAÇÃO)

Ano	Pessoal	Operação e Manutenção	PIDDAC	LPM	Despesas de Capital	(Porcentagem)
						TOTAL
2013	61,7%	22,8%	0,0%	13,3%	2,2%	<b>100,0%</b>
Dados retrospectivos						
2012	66,7%	19,1%	0,0%	11,7%	2,5%	<b>100,0%</b>
2011	69,3%	19,3%	0,0%	6,1%	5,3%	<b>100,0%</b>
2010	72,5%	15,1%	0,0%	10,6%	1,8%	<b>100,0%</b>
2009	67,8%	14,1%	0,0%	15,2%	2,9%	<b>100,0%</b>
2008	64,8%	16,6%	0,0%	15,6%	2,9%	<b>100,0%</b>
2007	66,2%	16,1%	0,0%	15,9%	1,7%	<b>100,0%</b>

## 1.11 - NATUREZA DAS DESPESAS DA DEFESA – MARINHA

### A PREÇOS CORRENTES

(milhares de euros)

Ano	Pessoal	Operação e Manutenção	PIDDAC	LPM	Despesas de Capital	<b>TOTAL</b>
2013	358.735,4	90.350,2	1.111,4	69.863,9	3.786,8	<b>523.847,6</b>
Dados retrospectivos						
2012	326.861,5	90.455,9	1.055,4	49.897,2	7.904,2	<b>476.174,2</b>
2011	388.078,9	110.339,3	1.680,8	84.040,3	5.046,2	<b>589.185,6</b>
2010	400.966,2	113.378,8	434,1	103.091,7	4.092,4	<b>621.963,2</b>
2009	349.732,4	108.022,9	1.182,5	72.990,0	4.618,3	<b>536.546,1</b>
2008	319.963,6	119.950,9	5.967,3	98.480,7	7.765,4	<b>552.127,9</b>
2007	316.498,4	101.680,9	22.968,3	35.456,3	6.498,8	<b>483.102,7</b>

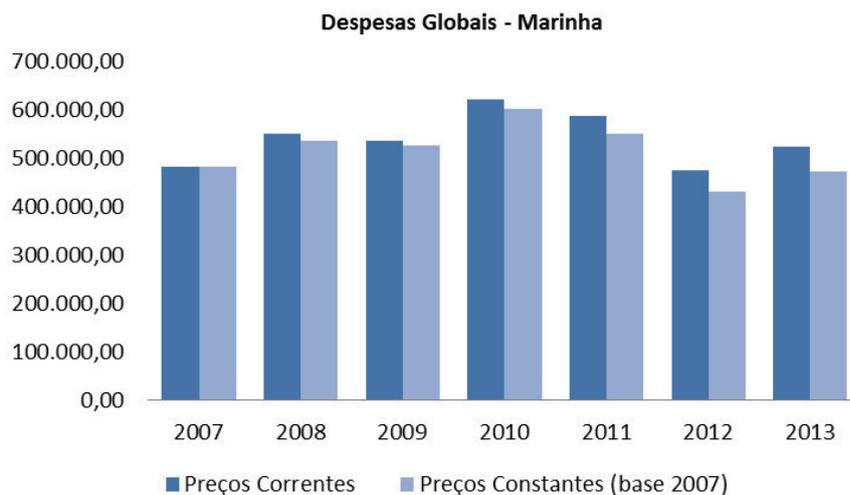
Fonte: Conta Geral do Estado 2007/2013.

### A PREÇOS CONSTANTES

(milhares de euros)

Ano	Pessoal	Operação e Manutenção	PIDDAC	LPM	Despesas de Capital	<b>TOTAL</b>
2013	325.091,5	81.876,7	1.007,1	63.311,7	3.431,6	<b>474.718,7</b>
Dados retrospectivos						
2012	297.391,7	82.300,4	960,2	45.398,5	7.191,6	<b>433.242,3</b>
2011	362.976,3	103.202,1	1.572,1	78.604,2	4.719,8	<b>551.074,5</b>
2010	388.531,0	109.862,6	420,6	99.894,5	3.965,5	<b>602.674,2</b>
2009	343.630,6	106.138,2	1.161,9	71.716,5	4.537,7	<b>527.184,9</b>
2008	311.551,7	116.797,4	5.810,4	95.891,6	7.561,2	<b>537.612,4</b>
2007	316.498,4	101.680,9	22.968,3	35.456,3	6.498,8	<b>483.102,7</b>

Fonte: Conta Geral do Estado 2007/2013. INE (Ano base:2007).



### 1.11 - NATUREZA DAS DESPESAS DA DEFESA – MARINHA (CONTINUAÇÃO)

Ano	Pessoal	Operação e Manutenção	PIDDAC	LPM	Despesas de Capital	(Porcentagem)
						TOTAL
2013	68,5%	17,2%	0,2%	13,3%	0,7%	<b>100,0%</b>
Dados retrospectivos						
2012	65,9%	18,7%	0,3%	14,3%	0,9%	<b>100,0%</b>
2011	65,9%	18,7%	0,3%	14,3%	0,9%	<b>100,0%</b>
2010	64,5%	18,2%	0,1%	16,6%	0,7%	<b>100,0%</b>
2009	65,2%	20,1%	0,2%	13,6%	0,9%	<b>100,0%</b>
2008	58,0%	21,7%	1,1%	17,8%	1,4%	<b>100,0%</b>
2007	65,5%	21,0%	4,8%	7,3%	1,3%	<b>100,0%</b>

## 1.12 - NATUREZA DAS DESPESAS DA DEFESA – EXÉRCITO

### A PREÇOS CORRENTES

(milhares de euros)

Ano	Pessoal	Operação e Manutenção	PIDDAC	LPM	Despesas de Capital	TOTAL
2013	531.440,1	86.035,1	1.063,2	15.537,4	7.892,1	<b>641.968,0</b>
Dados retrospectivos						
2012	512.019,4	103.595,7	1.027,1	23.551,2	11.619,0	<b>651.812,4</b>
2011	580.671,3	110.912,0	121,4	70.254,6	19.772,8	<b>781.732,2</b>
2010	639.518,3	123.558,8	47,6	60.488,5	18.951,0	<b>842.564,2</b>
2009	558.316,5	81.904,2	1.845,8	117.177,0	11.122,3	<b>770.365,8</b>
2008	517.341,7	115.803,0	3.522,8	55.574,3	11.087,8	<b>703.329,6</b>
2007	550.014,1	108.231,6	1.830,9	17.571,2	10.389,9	<b>688.037,7</b>

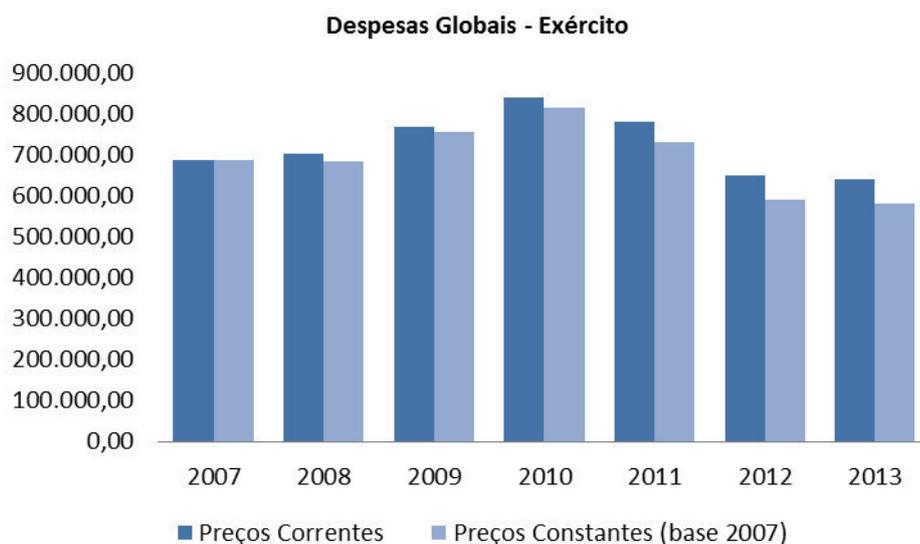
Fonte: Conta Geral do Estado 2007/2013.

### A PREÇOS CONSTANTES

(milhares de euros)

Ano	Pessoal	Operação e Manutenção	PIDDAC	LPM	Despesas de Capital	TOTAL
2013	481.599,1	77.966,3	963,5	14.080,3	7.152,0	<b>581.761,2</b>
Dados retrospectivos						
2012	465.855,8	94.255,5	934,5	21.427,8	10.571,4	<b>593.045,0</b>
2011	543.110,9	103.737,7	113,6	65.710,3	18.493,8	<b>731.166,3</b>
2010	619.684,9	119.726,9	46,1	58.612,6	18.363,3	<b>816.433,8</b>
2009	548.575,4	80.475,2	1.813,6	115.132,6	10.928,2	<b>756.925,1</b>
2008	503.740,7	112.758,5	3.430,2	54.113,3	10.796,3	<b>684.839,0</b>
2007	550.014,1	108.231,6	1.830,9	17.571,2	10.389,9	<b>688.037,7</b>

Fonte: Conta Geral do Estado 2007/2013. INE (Ano base:2007).



### 1.12 - NATUREZA DAS DESPESAS DA DEFESA – EXÉRCITO (CONTINUAÇÃO)

Ano	Pessoal	Operação e Manutenção	PIDDAC	LPM	Despesas de Capital	TOTAL (%)
2013	82,8%	13,4%	0,2%	2,4%	1,2%	100,0%
Dados retrospectivos						
2012	78,6%	15,9%	0,2%	3,6%	1,8%	100,0%
2011	74,3%	14,2%	0,0%	9,0%	2,5%	100,0%
2010	75,9%	14,7%	0,0%	7,2%	2,2%	100,0%
2009	72,5%	10,6%	0,2%	15,2%	1,4%	100,0%
2008	73,6%	16,5%	0,5%	7,9%	1,6%	100,0%
2007	79,9%	15,7%	0,3%	2,6%	1,5%	100,0%

## 1.13 - NATUREZA DAS DESPESAS DA DEFESA – FORÇA AÉREA

### A PREÇOS CORRENTES

(milhares de euros)

Ano	Pessoal	Operação e Manutenção	PIDDAC	LPM	Despesas de Capital	<b>TOTAL</b>
2013	243.686,6	80.840,3	1.196,9	27.892,6	2.312,7	<b>355.929,2</b>
Dados retrospectivos						
2012	214.105,8	90.051,2	904,3	45.407,0	3.258,6	<b>353.726,8</b>
2011	257.047,0	104.036,9	374,9	57.489,7	5.653,8	<b>424.602,2</b>
2010	269.632,5	120.054,6	1.600,0	45.795,2	7.348,7	<b>444.431,0</b>
2009	237.857,8	89.944,0	1.850,0	82.366,0	8.578,4	<b>420.596,2</b>
2008	217.277,8	110.332,5	1.691,8	104.020,1	9.011,3	<b>442.333,5</b>
2007	211.786,9	97.743,6	2.682,3	72.758,8	9.388,5	<b>394.360,1</b>

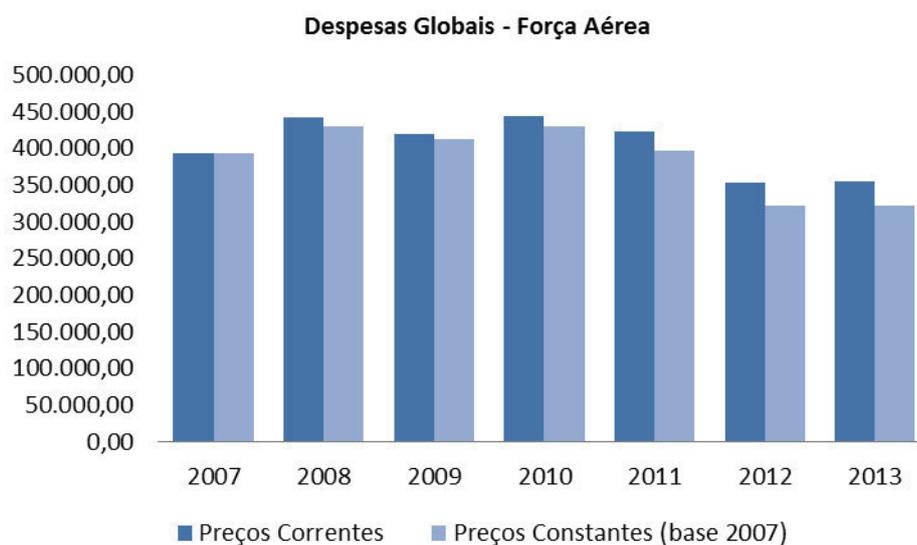
Fonte: Conta Geral do Estado 2007/2013.

### A PREÇOS CONSTANTES

(milhares de euros)

Ano	Pessoal	Operação e Manutenção	PIDDAC	LPM	Despesas de Capital	<b>TOTAL</b>
2013	220.832,5	73.258,7	1.084,7	25.276,7	2.095,8	<b>322.548,4</b>
Dados retrospectivos						
2012	194.802,0	81.932,2	822,7	41.313,1	2.964,8	<b>321.834,8</b>
2011	240.420,1	97.307,3	350,7	53.771,0	5.288,1	<b>397.137,1</b>
2010	261.270,4	116.331,3	1.550,4	44.374,9	7.120,8	<b>430.647,8</b>
2009	233.707,8	88.374,7	1.817,7	80.928,9	8.428,7	<b>413.258,0</b>
2008	211.565,5	107.431,8	1.647,3	101.285,4	8.774,4	<b>430.704,5</b>
2007	211.786,9	97.743,6	2.682,3	72.758,8	9.388,5	<b>394.360,1</b>

Fonte: Conta Geral do Estado 2007/2013. INE (Ano base:2007).



### 1.13 - NATUREZA DAS DESPESAS DA DEFESA – FORÇA AÉREA (CONTINUAÇÃO)

Ano	Pessoal	Operação e Manutenção	PIDDAC	LPM	Despesas de Capital	(Porcentagem)
						TOTAL
2013	68,5%	22,7%	0,3%	7,8%	0,6%	<b>100,0%</b>
Dados retrospectivos						
2012	60,5%	25,5%	0,3%	12,8%	0,9%	<b>100,0%</b>
2011	60,5%	24,5%	0,1%	13,5%	1,3%	<b>100,0%</b>
2010	60,7%	27,0%	0,4%	10,3%	1,7%	<b>100,0%</b>
2009	56,6%	21,4%	0,4%	19,6%	2,0%	<b>100,0%</b>
2008	49,1%	24,9%	0,4%	23,5%	2,0%	<b>100,0%</b>
2007	53,7%	24,8%	0,7%	18,4%	2,4%	<b>100,0%</b>

## 1.14 - CONTRATOS CELEBRADOS NA DEFESA

### Aquisições Centralizadas na Unidade Ministerial de Compras da Secretaria-geral do MDN

(milhares de euros)

Anos	Serviço Móvel Terrestre	Equipamento Informático	Cópia e Impressão	Consumíveis de Papel, Economato e Consumíveis de Software	Licenciament o	Combustíveis Rodoviários	Seguros de Veículos	Veículos Rodoviários	Energia	Vigilância e Segurança	Higiene e Limpeza	Serviço de Voz e Dados em	Viagens e Alojamentos	Mobiliário de Escritório	Plataforma Eletrónica de Contratação	Confecionada	Refeições
2013	354,5		204,3	1.138,5	1.071,3		105,0		11.065,9	519,7	938,0	192,2	1.408,9		10,8		
Dados retrospectivos																	
2012	354,5	471,0	45,2	1.171,3			52,5		7.792,3		994,9	186,9	6.757,1	109,2	10,8		

Fonte: Unidade Ministerial de Compras da SG/MDN.

## 1.15 COMPARAÇÕES INTERNACIONAIS

País (a)	Despesas de Defesa (b)			PIB Per capita (dólar EUA)
	Total (preços correntes) (milhões de euros)	% do PIB	Per capita (dólar EUA)	
Portugal	2.501''	1.5''	25.243''	268''
Alemanha	36.739''	1.3''	41.951''	505''
Bélgica	3.964''	1.0''	40.236''	383''
Eslovénia	391''	1.1''	27.065''	203''
Espanha	9.612''	0.9''	32.301''	234''
França	39.402''	1.9''	36.702''	653''
Grécia	4.275''	2.3''	24.628''	419''
Itália	18.983''	1.2''	33.633''	299''
Luxemburgo	187	0.4''	89.205''	336''
Países Baixos	7.777''	1.3''	43.170''	503''
Outros dados				
NATO – Europa	269.736''	1.6''	31.807''	401''
Canadá	18.953''	1.0''	43.318''	380''
EUA	735.154''	4.4''	52.971''	1.946
América do Norte	735.582''	4.1''	52.009''	1.790''
NATO - Total	1.023.318''	2.9''	39.569''	934''

Fonte: NATO

- (a) A fim de permitir a comparação dos dados, foram selecionados apenas os países da NATO cujos gastos com a Defesa são expressos em euros.  
 (b) Conceito NATO. De acordo com a definição da NATO, são despesas de Defesa, além das suportadas pelo Ministério da Defesa, as financiadas por outros ministérios (no caso português, contribuem com verbas para a Defesa os das Finanças, Negócios Estrangeiros e Administração Interna);



# Missões de Interesse Público





## **NOTA EXPLICATIVA**

As Missões de Interesse Público inserem-se numa nova postura das Forças Armadas, pretendendo-se que estas alcancem uma maior visibilidade dentro da sociedade, em especial com o impacto decorrente do desempenho das missões relacionadas com a proteção civil, o desenvolvimento sustentado em ambiente saudável e a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos.

É neste contexto que as Forças Armadas colocam ao serviço do país e também da comunidade internacional os seus meios humanos e materiais e, ainda, o seu acumulado conhecimento, exercendo importantes missões nos espaços marítimo, terrestre e aéreo.

O resultado dessa atividade encontra-se resumido em quadros próprios, onde se assinalam as áreas de missão que competem a cada um dos Ramos das Forças Armadas e os elementos orgânicos que têm responsabilidade primária de as assegurar, bem como os meios utilizados e respetivos encargos financeiros.

## **MARINHA**

A geografia de Portugal, os vastos espaços marítimos de soberania e de jurisdição nacional, a ligação entre o continente e os arquipélagos atlânticos, aliados aos interesses nacionais subjacentes, são fatores que ditam o entrosamento da Marinha com a Nação que orgulhosamente serve.

Neste contexto, para que Portugal disponha das condições necessárias à realização dos importantes objetivos marítimos nacionais, nomeadamente aqueles que têm em vista a sua segurança e desenvolvimento, é preciso dispor dos instrumentos necessários à concretização da ação pública no mar.

O exercício dessa ação implica um profundo conhecimento do mar, acompanhado de uma presença efetiva e permanente em toda a vasta extensão do espaço marítimo sob soberania ou jurisdição nacional. Só assim é possível garantir a vigilância e fiscalização das atividades que nele se desenvolvem e, dessa forma, contribuir para a segurança de pessoas e bens, ao mesmo tempo que se exerce a dissuasão e a repressão de eventuais ameaças. Para o efeito, é indispensável a existência de meios adequados, apoiados por um sistema logístico com vista à sua sustentação.

É neste contexto que a Marinha assume especial relevância, pela sua capacidade e versatilidade de atuação num vasto espectro de tarefas, que se dividem em três funções fundamentais:

- Defesa militar e apoio à política externa;
- Segurança e autoridade do estado;
- Desenvolvimento económico, científico e cultural.

A função de defesa militar e apoio à política externa concretiza-se através de um vasto conjunto de tarefas, desde garantir a defesa militar própria e autónoma, passando por ações de defesa coletiva e expedicionária, além da proteção dos interesses nacionais e diplomacia naval.

A função de segurança e autoridade do Estado engloba as tarefas de segurança marítima e salvaguarda da vida humana no mar, vigilância, fiscalização e exercício de polícia, bem como a atuação dos meios da Marinha no quadro das ações de proteção civil e em estados de exceção (sítio e emergência).

A função desenvolvimento económico, científico e cultural abarca um conjunto alargado de tarefas que

cobre o apoio e participação da Marinha em projetos de interesse económico, de investigação científica e de preservação da nossa cultura marinha.

A missão da Marinha, consagrada na Lei Orgânica da Marinha (LOMAR), pode ser expressa de forma concisa pelo enunciado «Contribuir para garantir o uso do mar», que sintetiza a perceção do valor criado pela Marinha.

No ano a que se reporta este anuário, as ações mais significativas realizadas pela Marinha foram as seguintes:

Função de defesa militar e apoio à política externa:

A função de defesa militar e apoio à política externa concretiza-se através de um espectro muito alargado de tarefas, desde garantir a defesa militar própria e autónoma, passando por ações de defesa coletiva e expedicionária, além da proteção dos interesses nacionais e diplomacia naval.

Em 2013, no que respeita aos compromissos internacionais assumidos por Portugal, foi mantida a prontidão dos meios navais atribuíveis à NATO, ONU e UE.

No âmbito da NATO, a Marinha integrou o *Standing NATO Maritime Group 2* (SNMG2) por um período de cerca de um mês, durante o qual participou na operação ACTIVE ENDEAVOUR, no Mar Mediterrâneo, relacionada com o combate a atividades terroristas e outras atividades ilícitas.

No que concerne à UE, a Marinha empenhou uma unidade naval durante cinco meses como navio chefe na força naval da União Europeia, a EUNAVFOR, no decurso da operação ATALANTA, no âmbito do combate à pirataria no Golfo de Áden e Bacia da Somália.

Tendo em vista o adestramento das forças e unidades navais, de fuzileiros e mergulhadores, a Marinha participou em diversos exercícios nacionais e internacionais, conjuntos e combinados dos quais se salientam o INSTREX 13, LUSITANO 13 e o SPONTEX 13.

Relativamente ao treino e adestramento de mergulhadores destaca-se a participação em treinos conjuntos com os mergulhadores da marinha da Bélgica, que constituiu uma excelente oportunidade para a troca de conhecimentos e experiências, designadamente nas áreas do mergulho profundo, inativação de engenhos explosivos e guerra de minas, no evento de AUV-RAPID ENVIRONMENTAL PICTURE 2013 (REP13) e no exercício de mergulho profundo DEEP DIVEX 2013.

No âmbito da Cooperação Securitária Multilateral, no que concerne à Iniciativa 5+5, a Marinha participou em diversas atividades e exercícios, com unidades navais e de fuzileiros, de que se destaca a participação no exercício de segurança marítima SEABORDER 13, em que a Mauritânia organizou a fase CPX (fase de terra) e Portugal a fase LIVEX (fase de mar) do exercício, com a participação dos NRP *Vasco da Gama*, NRP *Tridente*, NRP *Auriga*, NRP *Centauro*, duas aeronaves *Lynx* MK95 e o Pelotão de Abordagem do Batalhão de Fuzileiros nº1.

Também no âmbito da Cooperação Securitária Multilateral, mais propriamente no que concerne ao *North Atlantic Coast Guard Forum* (NACGF), a Marinha participou no exercício de segurança marítima GUARDEX 13, com diversas unidades navais, de fuzileiros e de mergulhadores, nomeadamente com os NRP *Viana do*

Castelo, NRP *Jacinto Cândido*, NRP *D. Carlos I*, NRP *Bacamarte*, NRP *Auriga*, uma aeronave *Lynx MK95*, o Destacamento de Mergulhadores Sapadores nº3 e o Destacamento de Ações Especiais.

O cumprimento do programa de exercícios conjuntos e combinados, quer no âmbito da NATO, quer no domínio bilateral e nacional, constituiu a base fundamental para a manutenção dos padrões de prontidão de forças e unidades navais, de fuzileiros e de mergulhadores, assim como dos diversos estados-maiores envolvidos.

Função de segurança e da autoridade do Estado:

A função de segurança e autoridade do Estado engloba as tarefas de segurança marítima e salvaguarda da vida humana no mar, de vigilância, fiscalização e policiamento, bem como a atuação dos meios da Marinha em estados de exceção (sítio e emergência) e, ainda, no quadro de ações de proteção civil.

Foi mantido um Dispositivo Naval Permanente, tendo as unidades navais cumprido 3.237 dias de missão, e realizado 16.249 horas de navegação, o que corresponde a 7 navios permanentemente com missão atribuída e 1,85 navios permanentemente a navegar. Neste âmbito, o quadro 5.5.1 representa os valores correspondentes em horas de missão distribuídos pelas áreas do Continente, Açores e Madeira. Todos estes meios asseguraram elevada prontidão para ações no âmbito da salvaguarda da vida humana no mar, sendo que o quadro 5.4.2.5 refere o empenhamento efetivo de meios em ações de busca e salvamento.

Foi mantida a colaboração com a Polícia Judiciária no combate a atividades ilícitas, através da disponibilização de meios navais, de fuzileiros e de facilidades de monitorização através do Centro de Operações Marítimas (COMAR). A título de exemplo, realizaram-se durante o ano de 2013, duas operações, que resultaram na apreensão de mais de 6 toneladas de haxixe.

A Marinha colaborou na imposição de medidas de segurança implementadas por ocasião de 72 visitas de navios estrangeiros, tendo sido conduzidas as necessárias ações de acompanhamento e proteção durante as entradas, saídas e permanências em portos nacionais. Nestas tarefas participaram unidades navais, unidades de fuzileiros, destacamentos de mergulhadores e elementos da Polícia Marítima.

A colaboração da Marinha com a Autoridade Nacional de Proteção Civil efetuou-se através do Comando do Corpo de Fuzileiros, que manteve, durante o Inverno, a prontidão dos meios atribuídos ao Plano Tejo (plano de prevenção de cheias) e, durante o Verão, a prontidão dos meios atribuídos ao DECIF (Dispositivo Especial de Combate a Incêndios Florestais).

Durante o ano de 2013, a Marinha (Comando Naval e Direção-Geral de Autoridade Marítima) realizou 20 063 ações de fiscalização. A maioria destas ações teve lugar no Continente (18 467 - 92%), tendo as remanescentes ocorrido nos Açores (976 - 5%) e na Madeira (620 - 3%). De salientar ainda, 6 ações de fiscalização realizadas nas áreas da NAFO (*Northwest Atlantic Fisheries Organization*).

Mantiveram-se ativados em permanência durante 24 horas por dia, todos os dias do ano, os dois Centros de Coordenação de Busca e Salvamento Marítimo (Lisboa e Ponta Delgada), o Sub-Centro do Funchal, bem como o dispositivo naval composto por duas corvetas, um navio patrulha e quatro lanchas de fiscalização.

No âmbito dos compromissos assumidos por Portugal, nas áreas de responsabilidade nacional de Busca e Salvamento Marítimo, foram realizadas 547 ações de Busca e Salvamento (SAR), das quais 284 ocorreram

na *Search and Rescue Region* (SRR) de Lisboa e 253 na SRR de Santa Maria. Decorrente destas ações foram salvas 482 pessoas, tendo-se registando um total de 56 mortos e de 24 desaparecidos.

Foi mantida a colaboração com outras agências e departamentos governamentais que exercem as suas competências no mar, nomeadamente através de protocolos operacionais, por exemplo, com a Polícia Judiciária (PJ) no combate ao tráfico de estupefacientes, com o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF) no combate à imigração clandestina, e com o Instituto Portuário e dos Transportes Marítimos, IP (IPTM, IP) na inspeção de navios estrangeiros.

À semelhança do ano transato, manteve-se a promoção e participação em exercícios do tipo “cooperativo”, com participação de meios do Comando Naval e da Direção-Geral da Autoridade Marítima/Comando-Geral da Polícia Marítima, tendo sido realizado um grande exercício de combate da poluição no mar por hidrocarbonetos, na área de jurisdição da Capitania do Porto de Cascais.

No apuramento das despesas no âmbito do Comando Naval, foram imputados às diferentes atividades os custos com suplemento de embarque, alimentação, combustíveis e manutenção, sendo estes últimos calculados com base no custo médio de manutenção por dia de utilização operacional das Unidades Navais empenhadas.

No que respeita aos órgãos regionais e locais da Direção-Geral da Autoridade Marítima (5 Departamentos Marítimos e 28 Capitánias), foram considerados dois critérios de apuramento de despesas. No primeiro um serviço de 7 horas por dia, durante 251 dias do ano, e no segundo um serviço permanente de 24 horas, durante 365 dias do ano.

No âmbito da Segurança Marítima (30 estações salva-vidas e 55 faróis) foi seguido o critério de se considerar um serviço permanente de 24 horas, durante 365 dias do ano.

No que concerne ao Serviço de Combate à Poluição no Mar por Hidrocarbonetos, tomou-se como critério um serviço de 7 horas por dia, durante 251 dias no ano.

Por fim e, no que diz respeito aos restantes organismos, o número total de horas de missão foi calculado tomando-se como base o horário normal de funcionamento dos serviços (7 horas/dia) durante o número de dias úteis verificado durante o ano de 2013.

No que diz respeito ao Instituto Hidrográfico, nos quadros apresentados, as “despesas” com pessoal são de facto custos, visto que o IH aplica “custos-padrão” às imputações de meios humanos realizadas, por categoria de pessoal, aos vários trabalhos que executa.

Por fim e, no que diz respeito aos restantes organismos, o número total de horas de missão foi calculado tomando-se como base o horário normal de funcionamento dos serviços (7 horas/dia) durante o número de dias úteis verificado durante o ano de 2013.

Desenvolvimento económico, científico e cultural:

Durante o ano de 2013 a Marinha, através do Instituto Hidrográfico (IH), continuou a desenvolver atividades de Investigação, Desenvolvimento e Inovação, relacionadas com as ciências e técnicas do mar, tendo em vista a sua aplicação na área militar e contribuir para o desenvolvimento do País nas áreas económica, científica e de defesa do ambiente marinho.

Entre as múltiplas atividades desenvolvidas neste ano, é de salientar a prossecução de diversos projetos de caracterização e monitorização do meio marinho e de investigação científica, com financiamento nacional e estrangeiro, como sejam os projetos RAIACO, SIMOC, TRADE, JERICO e Beach to Canyon.

No âmbito do apoio meteo-oceanográfico às operações navais e da autoridade marítima foi operacionalizada a ferramenta METOCMIL e, concomitantemente, foi desenvolvido um conjunto de produtos da série “Qual é a tua Onda?” para apoio à comunidade civil.

No domínio científico, continua a merecer particular destaque o programa de monitorização ambiental da Zona Económica Exclusiva, essencial para a investigação e conhecimento do ambiente marinho nos espaços marítimos de interesse nacional.

No quadro de intervenção da Marinha, o IH prosseguiu as responsabilidades que lhe estão atribuídas na segurança da navegação e na proteção do ambiente marinho, contribuindo também, como Laboratório do Estado, para o aprofundamento do conhecimento técnico-científico e da colaboração com a comunidade científica nacional.

O Setor Cultural da Marinha manteve em 2013 a forte ligação da Marinha com a sociedade civil, bem patente na atividade cultural que disponibiliza e que visa, acima de tudo, divulgar o vasto património que a Armada criou e guardou ao longo dos séculos.

A qualidade desta atividade cultural está aliás simbolizada na atribuição do Prémio de “Melhor Catálogo”, pela Associação Portuguesa de Museologia, referente à edição dos “Tesouros do Museu de Marinha” e o impacto na sociedade das Comemorações dos 100 Anos do Submarino em Portugal, com extensa cooperação com entidades nacionais.

É de sublinhar também a coordenação, por parte do Museu de Marinha, do International Congress of Maritime Museums, que no ano de 2013 teve lugar em Cascais e pela primeira vez em Portugal.

Não remetendo especificamente às múltiplas atividades exercidas pela Comissão Cultural de Marinha e pelos órgãos na sua dependência, sublinham-se do ponto de vista editorial, a edição de 6 obras escritas de investigação histórica-científica, de onde se destacam o livro “Álbuns de Memórias – Os Submarinos em Portugal” e o II Volume “Estudos da História da Náutica e das Navegações de Alto Mar”

Realça-se também a realização de 16 exposições temporárias de cariz histórico e cultural e os 131 concertos, audições e cerimónias protocolares proporcionados em todo o território nacional pela Banda da Armada bem como a renovação do ciclo de colóquios e conferências, com convidados de instituições nacionais de renome.

O Centro de Investigação Naval (CINAV) foi criado pelo despacho n.º 13/10, de 03 de fevereiro, do Almirante Chefe do Estado-Maior da Armada e tem por missão:

- a) Promover a Investigação, Desenvolvimento e Inovação (ID&I) em áreas de interesse da Marinha;
- b) Promover e apoiar as atividades de ID&I da Escola Naval;
- c) Coordenar e supervisionar as atividades de ID&I desenvolvidas na Marinha, que não sejam da competência do Instituto Hidrográfico (IH), fomentando iniciativas interdisciplinares em áreas científicas de interesse para a Marinha.

O CINAV funciona na dependência direta do Comandante da Escola Naval (EN), tendo como membros oficiais da Marinha envolvidos em projetos de ID&I, docentes da EN e outros investigadores que colaboram com a Marinha.

O CINAV, neste momento, está organizado em torno de 7 Linhas de Investigação:

- Processamento de Sinal;
- Robótica Móvel;
- Sistemas de Apoio à Decisão;
- Gestão da Manutenção;
- História Marítima;
- Estratégia Marítima;
- Saúde Naval.

No entanto, também tem desenvolvido trabalho de investigação não integrado em Linhas de Investigação.

## ELEMENTOS ORGÂNICOS, MEIOS AFETOS E DESPESAS POR ÁREA DE MISSÃO

### 2.1 – MARINHA

Áreas de Missão	Elementos Orgânicos Afetos		Meios Afetos		Horas de Missão	Natureza das Despesas			TOTAL
			Humanos	Materiais		Pessoal	Operação e Manutenção	Investimento	
Autoridade Marítima	DGAM	DGAM (a)	124		2.408				12.609.805,00
		Departamentos Marítimos/ Capitánias	712	931	2.408	5.756.932,00	5.896.452,00	956.421,00	
		Polícia Marítima/ Comandos Regionais e Locais	558		8.760				
Segurança Marítima		IH	6	-	4.928	76.058,00	14.783,00	0,00	90.841,00
		CN	329	2 FFGH / FS / PSO 1 PBO / ABU 4 PB 1 PBR	77.678	1.551.094,05	3.463.246,00	0,00	5.014.340,54
		DGAM	1.276	Faróis - 53 Farolins - 241 Bóias e Balizas - 71 Sinais Sonoros - 19 Viaturas - 38 Estações DGPS - 4 Embarcações - 58 Estações Salva-Vidas- 30	3.654	1.987.960,00	1.789.200,00	540.125,00	4.317.285,00
		IH	10	Garrafas de colheita – 2 Salinómetro -1 Autoanalisador – 1 Espectrofotómetro UV-visível - 1 Espectrómetro Absorção Atómica -1 Analisador de mercúrio – 1 Espectrofotómetro de Infra-vermelhos – 1 Cromatógrafo com detetor de massa - 2	224	2.920,00	15.749,00	198.701,00	217.370,00

(a) Inclui Escola de Autoridade Marítima e Repartição de Pessoal da Polícia Marítima.

## 2.1 – MARINHA (Continuação)

Áreas de Missão	Elementos Orgânicos Afetos	Meios Afetos		Horas de Missão	Natureza das Despesas			TOTAL
		Humanos	Materiais		Pessoal	Operação e Manutenção	Investimento	
Preservação do Meio Marítimo	DGAM - Serviço de Combate à Poluição no Mar por Hidrocarbonetos	22	UAM's – 2 Botes pneumáticos – 1 Lancha semi-rígido – 1 Viaturas – 7 Viaturas tipo TIR – 2 Porta-máquinas – 1 Galeras – 1 Tratores – 2 Retro-escavadoras – 1 Gruas-móveis – 1 Auto-gruas – 1 Empilhador – 4 Recuperadores – 30 Barreiras – 6200 m Enroladores – 14 Bombas – 39 Compressores – 4 Máquina de lavagem de alta pressão – 10 Atrelados com máquina lavagem alta pressão, torre de iluminação e gerador - 1 Sistemas de barreira V-SWEEP- 260 m Tanques portáteis – 39 VCOT(veículo operações táticas)-1 Bacias de retenção - 8 Tenda HNS-1+1 Fatos HNS-20+4 Sistema Localização-1 Repetidor Digital Motorola-1 Cabos Dados e Repetidor-4 Fonte de alimentação-1 Rádios-14 Auricular de Vigilância-1 Mastro Extensível-3 Mat. 1ª Interv. VCOT(cx EPI; pá; almofadas; lanternas; jarricã)-1 Balão Iluminação VCOT- 1 Antena VHF- COM e VCOT-5 Contentor Oficina 10 pés-1 COM - Centro Operações Movel-1 Contentor de gases 20 pés-1	2.019	301.458,00	298.457,00	147.320,00	747.235,00
	IH	10	Garrafas de colheita – 2 Salinómetro -1 Autoanalisador – 1 Espectrofotómetro UV-visível - 1 Espectrómetro Absorção Atômica -1 Analisador de mercúrio – 1 Espectrofotómetro de Infravermelhos – 1 Cromatógrafo com detetor de massa -2	224	2.920,00	15.749,00	198.701,00	217.370,00

## 2.1 – MARINHA (Continuação)

Áreas de Missão	Elementos Orgânicos Afetos	Meios Afetos		Horas de Missão	Natureza das Despesas			TOTAL			
		Humanos	Materiais		Pessoal	Operação e Manutenção	Investimento				
Presença Naval	CN							-			
Investigação Científica no Mar	IH	78	Plotter A0-1 Workstation-5 Sist. Aquis. Proc. Dados Geof.-1 Sistema filtragem-2 LISST-1 Difratômetro RX-1 Sedimentógrafo laser-1 Balanças-4 Moinhos-2 Tina ultra-sons-2 Estufas-4 Colhedores sedimentos SMT-7 Corer gravidade-1 Vibrocorer-2 Multitubos-1 Lupas e microscópio-3 Analisador carbono- 2 Sistema peneiração-2 Sistema reflexão sísmica-3 Sistema sonar lateral-3 ROV-2 Magnetômetro e estação referencia-1 Sistema posicionamento acústico-1 Autoanalisador-1 Espectrofotômetro UV-VIS-1 Espectrômetro Absorção Atômica-1 Analisador de mercúrio-1 Cromatógrafos-2 Sondadores multifeixe-5 Sondadores feixe simples-10 Perfiladores SVP-6 Recetores GPS-14 Embarcações-7 Compensador de movimentos-7 Plotters-3 Correntômetros Aanderaa-11 Termistores-2 Estações Meteo-3 Salinômetro-2 ADCP-18; CTD-3 Bóias Ondógrafo-6 Marégrafos-30 Estações UNIX-4 Bóias Multiparâmetro-4 Cluster 96 processadores-1	89.568	1.420.137,00	287.657,00	257.250,00	1.965.044,00			
			CN	35	1 LCU 1 AGSC	336	567,78	1.232,23		1.800,01	
			EN-CINAV	6					42.303,07		42.303,07
			Busca e Salvamento	IH	4		29	462,00			462,00
<b>TOTAL</b>	-	<b>3.160</b>		<b>192.012</b>	<b>11.097.588,83</b>	<b>11.809.079,3</b>	<b>2.099.817,00</b>	<b>25.006.485,62</b>			

## EXÉRCITO

O Exército presta anualmente apoio a diversas entidades civis, tarefas às quais dedica especial empenho e que são objeto do reconhecimento público. Este Ramo tem procurado dar resposta a inúmeras solicitações que não se esgotam apenas no âmbito das chamadas Missões de Interesse Público. Dessa forma, e no intuito de estreitar o contacto com a população e sensibilizar a comunidade civil para a instituição militar, as unidades têm acolhido ao longo do ano visitas de várias escolas e outras entidades, tendo igualmente sido realizadas exposições e outros eventos de natureza cultural e desportiva.

A exemplo do sucedido em anos anteriores, a ação do Exército pode ser enquadrada em três áreas fundamentais, designadamente, Colaboração com as Autoridades Civis, Apoio à Autoridade Nacional de Proteção Civil e Ações de Defesa do Meio Ambiente.

### Colaboração com Autoridades Civis

#### Atividades da Engenharia Militar

No âmbito da colaboração com as autoridades civis, e de acordo com o Plano de Atividade Operacional Civil (PAOC), a Engenharia Militar realizou trabalhos de abertura e melhoramento de itinerários e alargamento de estradões florestais, em apoio à satisfação das necessidades básicas das populações, nos concelhos de Coimbra, Alandroal, Setúbal, Covilhã e Sabugal.

#### Apoio Recreativo e Cultural

Para além das inúmeras visitas de escolas a unidades militares e da cedência de áreas para realização de acampamentos, o Exército proporcionou também o acesso ao património nacional à sua responsabilidade, com particular ênfase para a garantia de acessibilidade ao Castelo de Almourol, às instituições coletivas que assim o solicitaram.

As Bandas Militares e a Orquestra Ligeira do Exército realizaram concertos e atuações, em resposta a solicitações de autarquias locais e outros organismos, contribuindo deste modo para a ação cultural e recreativa das populações.

A equipa de queda-livre "Os Falcões Negros" efetuou sessões de saltos de demonstração de paraquedismo, no âmbito de eventos recreativos realizados por todo o país.

Realizaram-se exposições e foi igualmente prestada colaboração a várias entidades no domínio da Cartografia Militar.

#### Apoio Logístico

Com os seus meios humanos e materiais, o Exército prestou apoio logístico à realização de diversos eventos desportivos, recreativos e culturais realizados por todo o país.

As unidades participaram e prestaram apoio logístico a diversos eventos de carácter religioso, entre os quais se salienta o efetuado aos peregrinos a Fátima.

Foram ainda utilizadas as carreiras de tiro do Exército pela GNR, PSP, PJ, Serviço de Estrangeiros e Fronteiras e Serviços Prisionais.

Colaboração com a Autoridade Nacional de Proteção Civil

Nos termos definidos na legislação em vigor, o Exército colabora e presta apoio à Autoridade Nacional de Proteção Civil (ANPC), a nível nacional e regional, nomeadamente em situações de cheias e calamidades provocadas pelas chuvas, e no apoio ao combate aos incêndios florestais.

A ação nestas áreas obedece a um planeamento centralizado e a uma execução descentralizada. Desta forma, o apoio é normalmente executado através do acionamento de planos de operações previamente elaborados que permitem responder prontamente às solicitações da ANPC em situações de calamidade.

Houve envolvimento do Exército em ações de combate direto a incêndios, em operações de rescaldo e na cedência de equipamentos para apoio logístico, de Norte a Sul do país.

Ações de Defesa do Meio Ambiente

A nível interno, foram desenvolvidas atividades de recuperação e conservação ambiental e de sensibilização e formação dos seus efetivos. É também de referir o esforço contínuo no domínio da sensibilização do contingente militar para os problemas ambientais, através da realização de ações de formação, palestras e outras atividades.

## 2.2 – EXÉRCITO

### 2.2.1 - COLABORAÇÃO COM AUTORIDADES CIVIS

Missão	Estrutura	Elementos Orgânicos Afetos	Meios Afetos		Horas de Missão	Distância Percorrida (Km)	Natureza das Despesas			TOTAL (a)
			Humanos	Materiais			Pessoal	Operação e Manutenção	Investimento	
<b>Casa do Artista:</b> Reparação de parede exterior com reboco em argamassa cimento.	Inopina do civil	RE1	1Sarg 2Pr	1VTL						-
<b>Junta de Freguesia da Pontinha:</b> Apoio no depósito de resíduos da Junta de Freguesia.	Inopina do civil	RE1	1Sarg 2Pr	1VTL 1 CR	2					-
<b>CM Aljustrel:</b> Nivelamento e compactação de estrada, execução de passagens hidráulicas, execução de valetas, transporte de manilhas	PAOC	RE1	1Sarg 11Pr	2VTM;2VTL; 2PL;2VB; 1CR;1CV; 1RE;1NV; 1TL;1EL; 1 AD	695					-
<b>Escola Agrícola D. Dinis Paia:</b> Execução de uma pista de Obstáculos	Inopina do civil	RE1	1Sarg 2Pr	1VTL;1EL; 1DP	502					-
<b>Câmara Municipal de Tondela:</b> Ponte Mabey de 33.53 m, classe 70/80 Ton	Ponte	EPE	2Of 6Sarg 20Pr	5PL; 1VB; 1VTP; 1VTL; 1TP27; 1Grua	47					-

<b>Câmara Municipal de Odivelas:</b> Montagem de exposição no âmbito da semana da proteção civil de Odivelas no Strada Shopping	Inopina do civil	RE1	3Sarg 6Pr	1VTL	-	-
<b>Vila de chã:</b> Desmatção e regularização do terreno	Inopina do civil	RE3	1Sarg 3Pr	1VTM 1TL 1PL	16	-
<b>CM Fronteira:</b> Execução de arruamentos de um loteamento municipal	PAOC	RE1	1Sarg 3Pr	2VTL;2P L:1TL;1C R;1AD	1.407	-
<b>CM Setúbal:</b> Escavação no recinto de Santiago; Reabilitação de itinerário na Serra da Arrábida	Inopina do civil	RE1	2Sarg 6Pr	1VTL;1V TM; 2VB;1PL; 1EL;1RE	2.684	-
<b>Câmara Municipal do Entroncamento:</b> Beneficiação de Itinerário; Construção de 2 plataformas	PAOC	EPE	1Sarg 4Pr	1VTM; 1L; 1DU; 1EL; 1PL	2.302	-
<b>Câmara Municipal de Espinho:</b> Regularização da cota no areal na Praia de Espinho e Praia de Silvalde	Inopina do civil	RE3	2Sarg 10Pr	1PL; 2VTM; 1VL; 1CL; 3TL; 1ER	255	-
<b>Câmara Municipal do Entroncamento:</b> Tramo intermédio RIBBOM	Ponte	EPE	2Sarg 8Pr	1VTP; 1VLP	-	-
<b>Casa do Artista:</b> Reparação de cobertura plana de cerca 600m2	Inopina do civil	RE1	1Sarg 4Pr	1VTL	-	-
<b>Santa Casa de Misericórdia de Azeitão:</b> Reparação e pintura de fachadas	Inopina do civil	RE1	1Sarg 4Pr	1VTM; 1MCT	52	-
<b>CM Lisboa/Clube Atlético e Cultural:</b> Demolição de bancadas e recuo de talude	Inopina do civil	RE1	1Sarg 3Pr	1VTM; 1TL; 1CL; 1EL; 1PL	286	-
<b>Oliveira de Azeméis:</b> Associação de desenvolvimento Rural integrado das terras de santa Maria	Ponte Inopina do civil	EPE	2Sarg 8Pr	1VTP; 1VLP	-	-
<b>TOTAL</b>					<b>8.248</b>	<b>101.385</b>

(a) As despesas associadas a estas missões foram suportadas pelas entidades apoiadas

Colaboração com a Autoridade Nacional de Proteção Civil

**- Ações de Vigilância e deteção de incêndios florestais**

ESTRUTURA	MISSÃO	UNIDADE	Elementos Orgânicos Afetos	Meios Empregues/Dia Pessoal	Viaturas	Nº. Patrulhas	Dist. Percorr. (Km)	Despesas (euros)(a)
		BrigMec		50	10	a)	5840	4992,68
		CmdPess		10	2	a)	2610	2101,52
		CTCmnds		44	4	a)	3234	1114,69
		CTOE		129	9	a)	3486	2295,03
		EPA		30	3	a)	2158	843,33
		EPE		57	15	a)	4610	1600,50
		EPI		22	2	a)	2472	1255,00
		EPS		130	5	a)	5357	3538,55
		EPT		117	11	a)	4381	3980,29
		ETP		84	9	a)	4537	2410,81
		RA4		24	5	a)	1935	693,44
		RA5		66	6	a)	2159	702,34
X	Plano Lira	RAAA1	X	48	4	a)	4036	3105,56
		RC6		66	9	a)	3428	1266,26
		RE1		4	3	a)	1460	621,23
		RE3		57	15	a)	10440	8488,07
		RI1		36	6	a)	1131	649,26
		RI3		32	8	a)	1073	154,03
		RI10		98	18	a)	5924	1770,82
		RI13		248	12	a)	10426	8473,27
		RI14		179	32	a)	8504	1564,34
		RI15		26	5	a)	1254	262,08
		RI19		48	6	a)	1647	713,10
		RMan		36	6	a)	5853	6263,99
		RTransp		10	5	a)	5612	4874,45
		UALE		24	4	a)	3153	1288,88
<b>TOTAL</b>				<b>8.248</b>	<b>214</b>	<b>-</b>	<b>106.720</b>	<b>65.023,52</b>

**Ações de combate de incêndios florestais**

ESTRUTURA	MISSÃO	UNIDADE	Elementos Orgânicos Afetos	Meios Afetos		Despesas (euros)
				Humanos	Equipamento	
<b>TOTAL</b>			<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

**Nota:** Não se realizaram ações de combate a incêndios florestais, apenas ações de rescaldo e vigilância

**- Outras ações em apoio à Autoridade Nacional de Proteção Civil**

Missão	UEO	Elementos Orgânicos afectos	Meios Afectos		Horas de Missão x Máquina	Km Percorridos	Despesa (euros)
			Humanos	Equipamento			
Apoio à População: Montagem de geradores na região de Pombal/ intempéries de janeiro	RA4		5Of; 6Sarg; 45Pr	2 VTP; 4 VTL		2.842	272,45
	DGME			10 Geradores			4.316,09
	RTransp		12Pr	4 PL; 2 VTP	11	3.192	863,91
	RL2		20Of; 3Sarg; 10Pr	10 VTL; 7 Motas		4.454	624,26
Operação "Porta da Cruz"	CME		4Sarg; 2 Pr	1 VTL		1.001	2.425,33
	ZMM		180Of; 125 Pr	18 VTM		1.613	
Empenhamento de meios em ações de patrulhamento e vigilância	BrigMec		87Of; 255Sarg; 1725Pr	204VTL; 138VTM; 45VTP		31.953	26.968,76
	CTOE		31Of; 75Sarg; 607Pr	11 VTL; 7VTM; 2VTP		49.559	16.800,18
	EPC		9Sarg; 54Pr	18 VTL		7.422	3.698,25
	EPS		60Of; 19Sarg; 102Pr	2 VTL; 24 VTP		11.095	6.984,49
	EPT		60Of; 12Sar; 84Pr	23 VTP		11.531	7.468,98
	RA4		27Of; 90Sarg; 540Pr	180 VTL		53.549	19.355,00
	RA5		12Of; 30Sarg; 209Pr	8 VTL; 2 VTP		27.607	10.854,55
	RC6		19Of; 80Sarg; 451Pr	6 VTL; 3 VTM		49.128	22.581,23
	RI1		6 Sarg; 35 Pr	4VTL; 1VTM; 3VTP		8.468	12.679,36
	RI 10		132Of; 264Sarg; 396Pr	792 VTL		17.051	11.632,25
	RI13		29Of; 116Sarg; 715Pr	19 VTL; 117 VTM		20.411	18.826,07
	RI 14		14Of; 60Sarg; 306Pr	72 VTL; 24 VTM		23.256	11.665,77
	RI15		60Of; 19Sarg; 115Pr	5 VTL + 4 VTP		13.892	19.680,90
	RI19		7Of; 35Sarg; 192 Pr	98 VTL		34.444	10.286,92
	UALE			1Of; 2Sarg; 15Pr	4 VTL; 1 VTP		2.410
			1Of, 3Sarg; 22Pr	5 VTL; 1 VTP		2.077	2.956,30
			1Of, 3Sarg; 22Pr	5 VTL; 1 VTP; 1TP23; 1 VTG		3.711	
<b>TOTAL</b>		-	<b>404Of, 1091 Sarg; 5784Pr</b>	<b>1.871</b>	<b>11</b>	<b>380.666</b>	<b>210.941</b>

## Ações de Defesa do Meio Ambiente

### - Trabalhos de Limpeza, reconstrução e conservação

Missão	UEO	Elementos Orgânicos afectos	Meios Afetos		Horas de Missão x Máquina	Km Percorridos	Despesa (euros)
			Humanos	Equip			
-							

---

**Nota: Não foram registadas quaisquer trabalhos de limpeza, reconstrução e conservação**

## FORÇA AÉREA

Do conjunto das várias atividades desenvolvidas pela Força Aérea, no ano transato, continua a ser significativo o esforço que tem sido dedicado às ações realizadas no âmbito das Missões de Interesse Público.

A diversidade de atividades desenvolvidas em colaboração com as autoridades e organismos civis, quer através do emprego de meios em missões de Busca e Salvamento, evacuação sanitária, transporte de órgãos, controlo de poluição, controlo aduaneiro e de fiscalização, quer através do apoio a atividades de cariz recreativo, cultural e logístico, refletem a importância e o peso desta vertente na atividade da Força Aérea, permitindo uma interação constante de interesse nacional entre a comunidade civil e a instituição militar.

Do total de 16456:00 horas de voo (H/V) realizadas em 2013, 4897:30 H/V foram voadas em missões operacionais, das quais cerca de 35,2% foram em benefício de Missões de Interesse Público (1724:30 H/V), repartidas por diversas áreas de atividade.

Em matéria de autoridades civis, foram apoiadas as seguintes entidades e organismos: Presidência da República (7 missões, com 23:35 H/V); Governo da República, incluindo a Presidência do Conselho de Ministros (8 missões, 21:00 H/V) e vários ministérios: Ministério da Administração Interna (1 missão, 08:00 H/V); Ministério da Defesa Nacional (2 missões, 11:55 H/V); Ministério das Finanças (1 missões, 5:15 H/V); Governo Regional dos Açores (167 missões, 315:00 H/V); Governo Regional da Madeira (116 missões, 65:00 H/V).

Foram ainda executadas missões para os seguintes organismos: Autoridade Nacional de Proteção Civil (21 missões, 123:00 H/V); Banco de Portugal, no transporte de valores (2 missões, 12:50 H/V); Armadores de Navios e Seguradoras - Evacuações Médicas de Tripulantes de Navios - (28 missões, 92:10 H/V).

No âmbito das missões de Transporte e Evacuação Sanitária, foi elevado o número de ações realizadas, num total de 336 missões, que corresponderam ao transporte de 390 doentes e o dispêndio de 595:30 H/V; no Transporte de Órgãos para transplante, efetuaram-se 24 missões, 54:20 H/V

Em apoio do Governo Regional dos Açores, foi efetuado o transporte de 190 doentes e para Governo Regional da Madeira, 145 doentes

Nas operações de Controlo da Poluição, foram empregues 01:00 H/V, numa missão.

No que se refere às missões de Fiscalização no Âmbito das Pescas (SIFICAP), foram gastas 410:35 H/V, num total de 91 missões, distribuídas pelo Continente, Açores e Madeira (Continente: 303:50 H/V, 75 missões; Açores: 67:05 H/V, 11 missões; e Madeira: 39:40 H/V, 5 missões). Refira-se ainda que a área coberta nestas ações de fiscalização totalizou cerca de 4014.950 milhas náuticas, permitindo detetar 3940 alvos.

No cumprimento das responsabilidades nacionais no âmbito da prestação do Serviço de Busca e Salvamento nas vastas áreas das Regiões de Informação de Voo de Lisboa e da Região de Informação de Voo Oceânica de Santa Maria, foram mantidas, permanentemente, ao longo do ano de 2013, 8 tripulações em alerta e empenhadas as aeronaves P 3P/C, C 130, EH 101, SA-330, C-295 e AL III, a partir de Bases no Continente, nos Açores (Lajes) e na Madeira (Porto Santo).

Os alertas foram ativados para 75 missões, 372:05 H/V das quais pelos Centros Coordenadores de Busca e Salvamento de Lisboa, num total de 216:35 H/V, distribuídas da seguinte forma: 50 missões e 181:10 H/V ativadas a pedido do MRCC; 3 missões e 8:30 H/V activadas pelo RCC; 7 missões para “Apoio Aeronaves FAP” 25:55 H/V. Quanto aos Centros Coordenadores de Busca e Salvamento da Região Oceânica de Santa Maria, do total de 25 missões foram gastas 155:30 H/V, assim distribuídas: 12 missões em resposta aos alertas do MRCC, com 93:45 H/V; 7 missões e 40:40 H/V voadas em apoio do RCC; 6 missão para “Outras Entidades” 21:05 H/V.

No que respeita à divulgação do património histórico da Força Aérea junto da população, são de referir as diversas exposições temporárias e itinerantes, as 136 cerimónias, os 27 concertos da Banda de Música da Força Aérea, bem como a exposição estática de aeronaves no Museu do Ar, tendo este órgão de natureza cultural acolhido cerca de 29.536 visitantes (incluem-se as visitas aos Pólos de Ovar e Sintra). As exposições de maior relevo foram a SEGUREX 2013 na FIL, a exposição da Força Aérea em Elvas, por ocasião do Dia de Portugal, de Camões e das Comunidades Portuguesas; na QUALIFICA – Feira de Educação, Formação, Juventude e Emprego; na FUTURALIA – Feira da Juventude, Qualificação e Emprego; no FESTIVAL IN – Festival de Inovação e Criatividade. Para além das ações de divulgação relacionadas com a sua atividade e património histórico, importa ainda referir outras atividades efetuadas pela Força Aérea, nomeadamente, receção de visitas em várias unidades e a organização de acampamentos no Campo de Tiro, em Alcochete.

Por último, no que toca ainda à divulgação das atividades da Força Aérea em território nacional e internacional, quer de âmbito militar, quer em termos de cultura aeronáutica há a referir que a Força Aérea organizou e participou em vários eventos e demonstrações aéreas: Dia de Portugal, de Camões e das Comunidades Portuguesas e Dia da Força Aérea em Monte Real. A revista aeronáutica “Mais Alto” manteve-se como publicação de referência junto da população civil.

## 2.3 – FORÇA AÉREA

Missão	Elementos Orgânicos Afetos	Meios Afetos		Horas de Voo	Natureza das Despesas			TOTAL
		Humanos	Materiais		Pessoal	Operação e Manutenção	Investimento	
Colaboração com Entidades Cíveis - Transportes Especiais	ESQ. 501	4	C-130	15:15	33.963	59.083	35.438	<b>391.753</b>
	ESQ. 502	28	C-295	9:00	5.726	13.060	13.571	
	ESQ. 504	32	FALCON 50	85:10	34.730	44.212	25.848	
	ESQ. 751	16	EH-101	16:30	22.317	50.906	52.899	
Busca e Salvamento	ESQ. 501	5	C-130	0:20	742	1.291	775	<b>246.873</b>
	ESQ. 502	120	C-295	119:20	14.844	33.860	35.185	
	ESQ. 552	65	ALL III	43:15	20.333	15.369	4.143	
	ESQ. 601	48	P3C	55:00	19.784	27.803	21.149	
	ESQ. 751	210	EH-101	150:45	9.130	20.825	21.640	
Evacuação Sanitária	ESQ. 502	800	C-295	205:50	8.800	20.074	20.860	<b>313.786</b>
	ESQ. 504	68	FALCON 50	71:20	61.547	78.350	45.806	
	ESQ. 751	484	EH-101	322:15	13.863	31.624	32.861	
Transporte de Órgãos	ESQ. 502	9	C-295	5:15	3.340	7.618	7.917	<b>27.498</b>
	ESQ. 504	63	FALCON 50	49:05	2.858	3.638	2.127	
Fiscalização SIFICAP	ESQ. 502	504	C-295	324:35	8.005	18.260	18.975	<b>268.403</b>
	ESQ. 601	14	P3C	17:05	48.281	67.851	51.614	
	ESQ. 751	119	EH-101	79:15	9.806	22.368	23.243	
Deteção e Controlo de Poluição	ESQ. 502	10	C-295	1:00	636	1.451	1.508	<b>3.595</b>
Apoio a Outras Entidades	ESQ. 501	10	C-130	12:50	28.581	49.720	29.822	<b>188.471</b>
	ESQ. 502	10	C-295	11:50	7.528	17.172	17.844	
	ESQ. 504	5	FALCON 50	4:45	12.529	15.950	9.325	
Combate a incêndios	ESQ. 502	10	C-295	9:30	6.044	13.786	14.325	<b>102.043</b>
	ESQ. 552	90	ALL III	110:20	15.140	11.444	3.085	
	ESQ. 751	5	EH-101	5:00	6.763	15.426	16.030	
<b>TOTAL</b>		<b>2.729</b>	<b>-</b>	<b>1.724:30</b>	<b>395.290</b>	<b>641.141</b>	<b>505.990</b>	<b>1.542.421</b>



# Forças Nacionais Destacadas



## 3





## NOTA EXPLICATIVA

Em cumprimento do constitucionalmente estabelecido “Incumbe às Forças Armadas, nos termos da lei, satisfazer os compromissos internacionais do Estado Português no âmbito militar e participar em missões humanitárias e de paz assumidas pelas organizações internacionais de que Portugal faça parte”.

Neste contexto, desde finais de 1993, Portugal, tem vindo a participar em Missões Humanitárias e de Paz (MHP) com Forças Nacionais Destacadas (FND) em diversos teatros de operações (TO) ou com militares em outras missões no exterior, e a contribuir com forças e meios para: as NATO *Graduated Forces* (NGF) (*Immediate Reaction Force* (IRF) da NATO *Response Force* (NRF) e para as *Standing NATO Maritime Group 1 e 2* (SNMG 1 e 2)), bem como para a EU *Battle Groups* (EUBG) e EUROFORÇAS (EUROFOR ou EUROMARFOR), os quais, por razões de simplificação, quando empregues, se consideram abrangidas no conceito de FND.

De um modo geral, as Forças Armadas Portuguesas têm participado em operações humanitárias, de apoio à paz e outras, que decorrem de Resoluções do Conselho de Segurança da ONU (CS/ONU), sob a responsabilidade dessa organização, da OTAN, da UE, integradas em coligações e outras dirigidas para a prossecução dos interesses estratégicos e particulares de Portugal.

A atuação do EMGFA orienta-se de modo a validar, com a participação e colaboração dos Ramos, a adequabilidade, a aceitabilidade e a exequibilidade das forças e meios nacionais, que possam satisfazer às condições de emprego e outros requisitos estabelecidos pelas organizações internacionais, em termos de capacidades próprias, composição da força e custos relacionados com o seu levantamento, preparação, aprontamento e sustentação.

Compete ao EMGFA propor a participação nacional, especificando os requisitos operacionais que as forças e meios podem satisfazer, as eventuais limitações ao seu emprego e a sua composição, organização e custos associados, em função dos diversos cenários de participação definidos pelo Governo para o desenvolvimento da sua política externa.

### **3.1 – CONTRIBUIÇÃO NACIONAL PARA OPERAÇÕES E FORÇAS DE ELEVADA PRONTIDÃO**

#### **3.1.1 - Operações da ONU em que Portugal participa**

Portugal, como membro das Nações Unidas (NU), tem satisfeito os compromissos internacionais assumidos no âmbito militar, participando em missões de carácter humanitário e de apoio à paz, designadamente:

##### **3.1.1.1 - Afeganistão (United Nations Assistance Mission in Afghanistan) (UNAMA)**

A missão das NU no Afeganistão, com a designação de UNAMA, foi aprovada pelo Conselho de Segurança das NU (CS/NU) e resultou da necessidade de viabilizar a consolidação do processo de reconstrução e de restabelecimento de um ambiente de segurança, num quadro de instabilidade e violência existentes. Portugal participa com 1 oficial nas funções de *Military Advisor* (MilAd) para a UNAMA, destacado na *Military Advisory Unit* (MAU).

### 3.1.1.2 - Kosovo (United Nations Interim Administration Mission in Kosovo) (UNMIK)

Em 10 de Junho de 1999, o CS/NU aprovou a Resolução 1.244 autorizando a Missão das Nações Unidas para a Administração Interina do Kosovo (UNMIK).

A UNMIK tem como principal objetivo estratégico a promoção da segurança, estabilidade e respeito pelos direitos humanos no Kosovo, através do seu envolvimento com todas as comunidades locais, com as lideranças em Pristina e Belgrado e com os diferentes atores regionais e internacionais, incluindo a OSCE, EULEX e a KFOR.

Portugal participou na UNMIK com 1 militar, com o posto de Coronel, como Chefe do *Military Liaison Office*, tendo esta participação terminado em 23 de setembro de 2013.

### 3.1.2 - Operações da NATO em que Portugal participa

#### 3.1.2.1 - International Security Assistance Force (ISAF)

Na sequência do processo de transição<sup>1</sup>, surgiu o conceito operacional de Assistência de Segurança de Forças (SFA2) no Afeganistão (AFG), destinado a apoiar as *Afghan National Army* (ANA) e *Afghan National Police* (ANP) à medida que as forças da ISAF forem reduzindo. Salienta-se, nesta fase do processo de transição e no âmbito do conceito de SFA, a importância do preenchimento pelas nações *das Advisors Teams* (AT) (em substituição das OMLTs<sup>3</sup>) de modo a apoiar as ANSF, pré-requisito para a transferência de responsabilidades de segurança até final de 2014. Nessa medida, tornou-se necessário proceder a algumas alterações na constituição do Contingente Nacional, refletindo a versão implementada da CJSOR<sup>4</sup>, dentro do teto de efetivos estabelecido e de modo a potenciar o contributo nacional para a ISAF.

Em sessão do CSDN, de 15 de março de 2012, foi dado parecer favorável a uma proposta do Governo relativa a novas contribuições para 2012, elevando-se o efetivo máximo autorizado para 235 militares, posteriormente determinada através de Portaria<sup>5</sup>, refletindo o novo dispositivo. Este, além de prever o nosso empenhamento na segurança do Aeroporto Internacional de Kabul (KAIA), alterou a tipologia de apoio às Forças Armadas e Polícia Afegãs com o fim das OMLT e a implantação de uma componente muito forte de mentoria e formação a militares (através das MAT<sup>6</sup> e PeH SAT<sup>7</sup>), polícia (através da ANPTC Wardak<sup>8</sup>) e civis afegãos (através do KAIA TP<sup>9</sup>), componente esta que certamente deixará contributo efectivo para o futuro do Afeganistão.

Mais recentemente, em resultado da reunião ordinária do Conselho em 2013 foi emitida uma Nota Informativa divulgando a manutenção, de uma maneira geral, dos destacamentos das nossas Forças, com algumas adaptações, em particular no Afeganistão com a redução de efectivos naquele Teatro de Operações, reflexo da preparação do final de missão da Força Internacional de Segurança e Assistência, prevista para o final de 2014.

Nesta conformidade, o efectivo presente no 7º Contingente Nacional ISAF em 31DEC13 era de 118 militares, distribuídos pelas diferentes mentorias e formação (MAT, PeH SAT e KAIA TP), Unidade de Apoio

<sup>1</sup> O processo de transição foi dividido em 5 fases, dependentes da situação de segurança e das capacidades das ANSF. Neste momento já se concluiu a fase 3, o que significa que 75% da população do Afeganistão vive em território cuja segurança é primariamente garantida pelas ANSF. Aguarda-se que o Presidente Hamid Karzai anuncie o início da fase 4.

<sup>2</sup> SFA – *Security Forces Assistance*.

<sup>3</sup> OMLT – *Operational Mentor and Liaison Teams*.

<sup>4</sup> CJSOR – *Combined Joint Statement of Requirements*.

<sup>5</sup> Portaria nº 187/2012 do Ministro da Defesa Nacional, de 11 de Abril de 2012, publicada no Diário da República de 26 de Abril

<sup>6</sup> MAT: *Military Advisor Team*

<sup>7</sup> *Pohantoon-e-Hawayee* (Academia Aérea) Staff Advisor Team

<sup>8</sup> *Afghan National Police Training Center em Wardak*

<sup>9</sup> *KAIA Transition Plan*

e Protecção da Força, Célula de Informações Militares e ainda cargos isolados em QG (ISAF HQ, ISAF IJC, ISAF SOF, NSOCC), efectivo este que sofreu pequenas flutuações em função das necessidades manifestadas pela missão e em consonância com as solicitações efectuadas pela estrutura de comando NATO.

### **3.1.2.2 - Kosovo Force (KFOR)**

Em 01MAR11 a KFOR transitou para o “Gate 2” da *Deterrent Presence*. Em 26SET12 (FOC), o Agrupamento Índia da Brigada Mecanizada, com um efetivo de 164 militares, ficou sediado no complexo de “Camp *Slim Lines*”, perto de Pristina, e constitui, com uma Companhia Húngara, a Reserva Tática do Comandante da KFOR (*KFOR Tactical Reserve Maneuver Battalion – KTM*).

A KTM contava com um efetivo de 309 militares, dos quais 164 nacionais.

Em final de outubro de 2012 foram projetados para o TO do Kosovo 5 militares constituindo a Célula de Informações Militares (CIM), localizados junto do QG da KFOR em Campo FilmCity.

Portugal contribuiu ainda com 4 militares colocados no QG do Comando da KFOR: 2 no *Joint Effects Coordination* (1 com funções de chefia), 1 como *Environmental Officer* e 1 como chefe da célula J4 (Logística).

Desde 29SET13 (FOC), o 2º Batalhão de Infantaria da Brigada de Intervenção, com um efetivo de 177 militares, está sediado no complexo de “Camp *Slim Lines*”, perto de Pristina, e constitui, com uma *Companhia Húngara*, a *Reserva Tática do Comandante da KFOR (KFOR Tactical Reserve Maneuver Battalion – KTM)*.

A KTM conta com um efetivo de 309 militares, dos quais 177 são nacionais.

Em funções na Célula de Informações Militares (CIM) no TO do Kosovo encontram-se 5 militares que permanecem localizados junto do QG da KFOR em Camp Film City.

Portugal contribui ainda com 4 militares colocados no QG do Comando da KFOR: 2 no *Joint Effects Coordination* (1 com funções de chefia), 1 como *Environmental Officer* e 1 como chefe da célula J4 (Logística).

### **3.1.2.3 - Missão da NATO no Mediterrâneo (Operação *Active Endeavour*/Strait of Gibraltar)**

A Operação *Active Endeavour* (OAE) teve início em 2001 e tem como objetivos demonstrar a determinação e solidariedade da NATO no combate ao terrorismo e apoiar a deteção e combate às atividades terroristas no Mediterrâneo.

No ano de 2011 o número de missões realizado foi de duas saídas por mês, tendo sido reduzido para uma saída mensal a partir de janeiro de 2012. De 6 a 20 de Setembro e de 13 a 27 de Outubro de 2012, o submarino NRP *Arpão* (SSG) integrou a SNMG2 no tendo participado, durante esse período, na OAE.

De 9 a 21 de Setembro de 2013, o submarino NRP *Tridente* (SSG) integrou a SNMG2 tendo participado, durante esse período, na OAE.

### **3.1.2.4 - Missão da NATO na área do Corno de África (HoA - Operação *Ocean Shield*)**

A *Operation Ocean Shield* (OOS) sucedeu à *Operation Allied Protector* (OAP) retendo as lições identificadas e aprendidas e é, desde 17 de agosto de 2009, a face visível da contribuição da NATO no esforço internacional da luta contra a pirataria na área do Corno de África (HoA).

Assim, reconhecendo a importância estratégica do HoA para o hemisfério ocidental bem como para a região, a Aliança continua a contribuir para o esforço da comunidade internacional no combate à pirataria. Convergentes com este entendimento e conscientes do valor acrescentado da presença das forças da NATO na região, a União Europeia e as *Coalition Maritime Forces* (CMF) já terão divulgado que, se eventualmente a NATO retirar do teatro de operações, o esforço internacional será afetado significativamente. Neste sentido, o Conselho do Atlântico Norte (NAC), estendeu o mandato da OOS de até final de 2014.

Os esforços da NATO no combate à pirataria têm sido prejudicados pela inexistência de um edifício jurídico robusto e aplicável, com vista à perseguição, detenção e transferência de indivíduos suspeitos de praticarem atos de pirataria. Acredita-se, ainda, que este problema, não inibindo a NATO de continuar a OOS, tem vindo a prejudicar a capacidade de gerar meios operacionais para emprego no teatro de operações.

A NATO tem vindo a operar na área de operações da costa da Somália através da contribuição do SNMG 1 e 2, em cooperação com outras organizações (União Europeia, *Combined Task Force 151* (CTF-151) e outros países Non-NATO) no combate à pirataria.

Em 2012, Portugal, preencheu (até ao final de Maio) o cargo de Chefe do Estado-Maior no *Force Headquarters Afloat* da SNMG1.

Em 2013, Portugal, preencheu desde 21 de janeiro o cargo de *Staff Above Water and Electronic Warfare Officer* no *Force Headquarters Afloat* da SNMG1.

#### **3.1.2.4 - Missão de Policiamento Aéreo da NATO**

O Sistema Integrado de Defesa Aérea da NATO, em tempo de paz, assenta no empenhamento das capacidades de defesa aérea de cada Estado membro no policiamento do respetivo espaço aéreo.

O Conselho Superior de Defesa Nacional (CSDN), reunido em 24 de novembro de 2011, deu parecer favorável, por unanimidade, à missão de Policiamento Aéreo da Islândia, por um período de 2 meses entre setembro e dezembro, posteriormente alterado a pedido das autoridades islandesas.

A participação nacional ocorreu de 14 de agosto a 17 de setembro de 2012.

O contingente nacional constou de 12 elementos de operações (incluindo 8 pilotos-aviadores), uma equipa CRC com 7 elementos e uma equipa de apoio com 51 elementos, perfazendo um total de 70 militares. Os meios destacados incluíram 6 aeronaves F-16.

Durante o ano de 2013 não houve participação nacional em missões desta natureza, estando previsto empenhamento de forças nacionais neste âmbito, em policiamento do espaço aéreo da Lituânia, durante o último quadrimestre de 2014.

#### **3.1.3 - Forças em elevada prontidão no âmbito da NATO para as quais Portugal contribui com Forças e meios**

##### **3.1.3.1 - NATO Response Force (NRF) / Immediate Response Force (IRF)**

A NRF/IRF é uma força de reação imediata, conjunta e combinada, com um efetivo aproximado de 13.000 militares, com uma prontidão entre 5 e 30 dias, capacidade de sustentação no mínimo para 30 dias e

preparada para intervir como *Initial Entry Force* em operações de Resposta a Crises ou ao abrigo do artigo 5º.

No ano de 2013, Portugal integrou a estrutura da NRF na componente IRF com as seguintes capacidades:

<b>NRF 2013 - STANDBY DE 01 DE JANEIRO A 31 DE DEZEMBRO DE 2013</b>	
<b>Designação</b>	<b>Caracterização</b>
<b>FFGH</b>	Fragata com um efectivo de 180 militares, apenas no 2º semestre de 2013
<b>MPCoy</b>	Companhia de Polícia do Exército, com um efetivo de 90 militares
<b>Força Aérea – 1 P3-C</b>	Efetivo 35 militares

### **3.1.3.2 - Standing NATO Maritime Group 1/2 (SNMG1/2)**

As SNMG1/2 são forças navais permanentes da NATO, aptas a desempenhar ações de presença naval, assim como outras atividades típicas de tempo de paz, no âmbito das MSO, constituindo um dos elementos permanentes da NRF.

Em 2012, Portugal, preencheu (até ao final de Maio) o cargo de Chefe do Estado-Maior no *Force Headquarters Afloat* da SNMG1.

Ainda no ano de 2012, o NRP Arpão (SSG) integrou a SNMG2 no período de 4 de Setembro a 27 de Outubro tendo participado, durante esse período, na Operação *Active Endeavour* (OAE).

Em 2013, Portugal, preencheu, desde 21 de janeiro, o cargo de *Staff Above Water and Electronic Warfare Officer* no *Force Headquarters Afloat* da SNMG1.

Ainda no ano de 2013, o NRP Tridente (SSG) integrou a SNMG2 no período de 9 a 21 de setembro tendo participado, durante esse período, na Operação *Active Endeavour* (OAE).

### **3.1.4 - Operações da UE em que Portugal participa**

Como membro da União Europeia, Portugal tem contribuído igualmente no âmbito dos compromissos militares assumidos por esta organização, nomeadamente através da participação em missões de carácter humanitário e de manutenção de paz.

#### **3.1.4.1 – República Democrática do Congo – Missão da UE de aconselhamento e assistência para a reforma do setor de segurança da RDC (EU Advisory and Assistance Mission for Security Reform in the Democratic Republic of Congo (DRC) (EUSEC RDC))**

A missão EUSEC RDC teve início em 2005, na sequência de um pedido de apoio das autoridades da RDC, e tem por objetivos prestar aconselhamento e assistência às instituições congolezas no setor da segurança, assegurando que as reformas se fazem no respeito pelos direitos humanos, direito internacional e princípios democráticos, sustentada na transparência e respeito pela lei.

Portugal participa na EUSEC com 2 militares.

### **3.1.4.2 – Somália – Missão da UE treino para a reforma do setor de segurança da Somália (EUTM Somália)**

No sentido de viabilizar a consolidação do processo de restabelecimento de um ambiente de segurança e desenvolvimento, no caminho da paz e estabilidade na Somália, o Conselho da União Europeia, através da decisão 2010/96/CFSP de 15 de Fevereiro de 2010, em estreita cooperação e coordenação com a União Africana, aprovou o estabelecimento de uma missão “não-executiva” para contribuir para o treino das forças de Segurança da Somália, designada por UE *Training Mission* (EUTM) Somália, em curso no Uganda e em duas localizações distintas: Kampala, onde está sediado o Quartel-General da Missão e Bihanga *Training Centre* (BTC) onde se desenvolvem todas as ações de treino.

O 4º Intake do 2º Mandato teve início com a Operação *Crested Star* III, que decorreu de 1 a 6 julho 2012. A Operação foi liderada pelo US *Government Department of State* e envolveu o movimento de militares somalis entre o *JAZEERAH Camp* (Mogadíscio/Somália) e o *Training Center* (Bihanga/Uganda).

Em 26Ago12, apresentaram-se no Teatro de Operações (TO) Uganda, 13 militares portugueses que constituíram a equipa de formação *Fighting in Build-up Areas* (FIBUA).

Em 03Set12, a equipa portuguesa deu início à 2ª fase com a formação FIBUA aos soldados somalis.

Em 29Out12, iniciou-se a Fase 3 de formação onde a equipa FIBUA centrou a sua actuação na monitorização da formação ministrada por militares Somalis que constituem a equipa de especialistas em FIBUA. Entre 17 e 18Nov12 foi realizado o exercício “*VigilantLion*”, marcando o fim da Fase 3.

No dia 25 de novembro de 2012 foram retraídos do TO 11 elementos do módulo de FIBUA, ficando a equipa com 2 militares para darem apoio à fase de Coesão em BTC, continuando a manter ainda um militar no desempenho da função de Chefe da Repartição de Informações (J2) do Quartel-General da Missão em Kampala.

Em 2013 e até 10 de Março, Portugal continuou a contribuir para esta missão nos mesmos moldes anteriores.

Desde 11 de Março, Portugal participou, numa 1ª fase com um efetivo de 5 militares. Continuou a garantir o J2 em Kampala e começou a contribuir com 4 militares para a equipa de instrução no Curso de Comandantes de Companhia *Coy Commanders Course* do 5º Intake, liderada por um militar espanhol.

Numa segunda fase, a partir de 03 de Agosto de 2013 e até 5 de Dezembro 2014, altura em que retraiu, Portugal liderou a equipa de treino de Comandantes de Companhia do 6º Intake, contribuindo então com um efetivo de 5 militares para esta equipa que liderou.

Portugal continuou a garantir um militar na função de J2 em Kampala até ao dia 30 de Dezembro, dia em que foi projetado para Mogadíscio (Mogadíscio *International Airport* – MIA) na Somália, dando início a uma nova fase nesta missão de treino em que o seu Quartel-General foi deslocalizado para o MIA e as missões de treino serão efetuadas no *Jazeera Training Camp* (JTC), em Mogadíscio.

### **3.1.4.3 – Corno de África, Costa da Somália e Oceano Índico - Missão Militar da EU na costa da Somália (Operation Atalanta EU Naval Force to the Somália (EUNAVFOR SOMÁLIA - OP ATALANTA)).**

A União Europeia (UE), em apoio às Resoluções 1.814 (2008), 1.816 (2008) e 1.838 (2008) do Conselho de Segurança das Nações Unidas, deu início a uma operação militar em 2008 na costa da Somália, com a designação Operação Atalanta, aprovada pela Resolução do Conselho da União Europeia 2008/851/CFSP de 10 de novembro de 2008.

A “Operação Atalanta” tem como objetivo, proteger o tráfego marítimo que atravessa o Golfo de Áden e a bacia da Somália, em particular os navios fretados pelas Nações Unidas no âmbito do *World Food Programme*, e ainda, prevenir e deter os atos de pirataria ou assaltos a navios nessa área.

Em 2012, Portugal voltou a empenhar um meio naval, por 2 meses.

Em 2013, Portugal voltou a estar empenhado nesta Missão, tendo participado com um Comando, respetivo Estado-Maior e uma unidade naval (NRP Álvares Cabral), por um período de 4 meses (6 de abril a 6 de agosto).

### **3.1.4.4- EUROFORÇAS**

Este Grupo de Cargos inclui os cargos na EUROMARFOR e na EUROFOR.

Na EUROMARFOR, resultante dos compromissos assumidos, Portugal tem um cargo atribuído, que é o Representante Nacional na Célula Permanente desta Força Marítima Europeia, com a particularidade da sede desta célula alternar, de 2 em 2 anos, entre os países que dela fazem parte (Portugal, Espanha, França e Itália), estando, atualmente, sediada em Rota (Espanha).

Na sequência da Declaração de Petersberg (1992), que foi assinada pelos ministros dos negócios estrangeiros da União Europeia (UE), as quatro nações demonstraram vontade de contribuir para o cumprimento das missões previstas naquela Declaração, e assim, em 15 de Maio de 1995, em Lisboa, foi criada formalmente a EUROFORCE (que compreende a componente marítima, EUROMARFOR, e a componente terrestre EUROFOR).

A EUROMARFOR, criada em Maio de 1995 pela França, Itália, Portugal e Espanha, pode ser empregue em vários tipos de missões como missões humanitárias e de salvamento, missões de manutenção da paz, missões de combate em gestão de crises, incluindo de restabelecimento da paz.

A EUROFOR, com o Quartel-General em Florença (Itália), tem tido 16 militares portugueses a prestarem serviço nesse QG. Esta força foi desativada em 14 de Junho de 2012.

### **3.1.4.5 – Mali – Missão de treino da UE para a reforma do setor militar e de segurança do Mali (EUTM Mali)**

Por carta datada de 24 de dezembro de 2012, o Presidente da República do Mali endereçou à Alta Representante da União para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança um convite no qual se congratulava com o destacamento de uma missão de formação militar da UE no Mali.

Tendo em conta a Decisão 2013/34/PESC do Conselho da União Europeia, de 17 de janeiro de 2013, promove uma missão militar da União Europeia que tem em vista contribuir para a formação das Forças Armadas do Mali (EUTM Mali).

A EUTM Mali foi então lançada em 18 de fevereiro de 2013 e cujo Mandato teria uma duração de prevista de 15 meses, com o objetivo de treinar e aconselhar as para as Forças Armadas do Mali (MAF), sob o controle das autoridades civis legítimas, a fim de contribuir para restaurar a sua capacidade militar com vista a permitir-lhes participar em operações de combate.

Para esta missão contribuem 27 Nações num total de 564 Militares entre o Quartel-general da Missão em Bamako e o Campo de Treino em Koulikoro, a 60 Km da capital.

Em 06 de Fevereiro de 2013 o Conselho Superior de Defesa Nacional deu parecer favorável sobre o apoio militar nacional para esta missão de treino com um efetivo de 7 militares, nos termos definidos pela PortariaNº 116/2013, de 20 de Fevereiro, publicada no Diário da República 2ª série, Nº43, de 1 de Março de 2013.

Neste âmbito a 25 de Fevereiro de 2013 foi projetado um Oficial da Força Aérea para o cargo de Adjunto para as Comunicações (DJ6), no Quartel-general da Missão.

Em 12 de Outubro de 2013, foram projetados mais 6 militares para o Campo de Treino de Koulikoro, para ministrar Instrução e Treino de Atiradores Especiais aos 2º e 3º Batalhões. A formação a estes 2 Batalhões terminou a 20 de Março de 2014.

#### **3.1.4.6 – FRONTEX – Missão da Força Aérea Portuguesa de apoio ao Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF) através da participação de uma aeronave C-295 e 18 militares.**

A Agência Europeia de Gestão da Cooperação Operacional nas Fronteiras Externas dos Estados-Membros da União Europeia (FRONTEX), é um organismo da União Europeia criado pelo Regulamento Nº2007/2004 do Conselho Europeu de 26 de Outubro de 2004, tendo em vista uma gestão integrada das fronteiras externas dos Estados-Membros. Ao Ministério da Administração Interna (MAI), através do SEF, cabe a missão, entre outras, de proceder ao controlo da circulação de pessoas, na qual se inclui a prevenção dos riscos da imigração ilegal. Assim, o SEF constitui-se a entidade para a coordenação no que respeita a operações da Agência FRONTEX, sendo, quando necessária, assessorado pela Força Aérea.

Nos últimos 2 anos a Força Aérea tem sido solicitada para cooperar em operações conjuntas da FRONTEX, com meios específicos de vigilância marítima.

Neste âmbito, e a coberto da DIROP Nº21 do CEMGFA de 2013, a Força Aérea Portuguesa tem contribuído com uma Aeronave C-295 e 18 militares para a missão de Informações, Vigilância e Reconhecimento (ISR), com o objetivo de detetar, caraterizar e seguir os alvos de interesse e apoiar as unidades marítimas na interceção dos mesmos.

Durante o ano de 2013 a Força Aérea contribuiu para as Operações Conjuntas (JO):

- JO POSEIDON, de 01-31 de julho a partir de Kerkira, na Grécia, tendo efetuado 28 missões num total de 100 horas e detetados 2.490 contatos de superfície;
- JO HERMES, de 01-31 de agosto a partir de Trapani, na Sicília, tendo sido efetuadas 15 missões num total de 90 horas e detetados 2.151 contatos de superfície;

- JO INDALO, de 04 de setembro a 04 de outubro a partir de Málaga, no Sul de Espanha, tendo sido efetuadas 18 missões num total de 93 horas e detetados 2.449 contatos de superfície;

- JO HERMES EXTENSION, de 05-31 de outubro a partir de Sigonella, na Sicília, tendo sido efetuadas 18 missões num total de 89 horas e detetados 1.633 contatos de superfície.

### **3.2 - TIPOLOGIA DAS OPERAÇÕES**

Para tipificar a participação de Forças Armadas em operações em apoio da ação externa do Estado, foi adotada a Doutrina em vigor na NATO, a qual preconiza a seguinte partição:

#### **3.2.1 Operações no âmbito do artigo 5º do Tratado da Aliança – Defesa Coletiva**

#### **3.2.2 Operações não artigo 5º - Operações de Resposta a Crises (CRO)**

##### **3.2.2.1 Operações de Apoio à Paz (PSO)**

- (1) Manutenção de Paz (PK);
- (2) Imposição de Paz (PE);
- (3) Prevenção de Conflitos (CP);
- (4) Restabelecimento da Paz (PM);
- (5) Consolidação da Paz (PB);
- (6) Operações Humanitárias (HO).

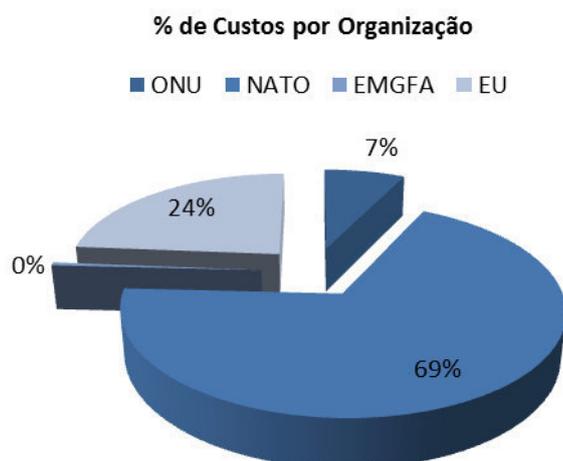
##### **3.2.2.2 Outras Operações e Tarefas de Resposta a Crises (CRO)**

- (1) Apoio a operações humanitárias.
  - a. Assistência a deslocados e refugiados;
  - b. Operações humanitárias (fora do âmbito das PSO).
- (2) Assistência a desastres;
- (3) Busca e salvamento;
- (4) Operações de evacuação de não combatentes (NEO);
- (5) Operações de extração;
- (6) Apoio às autoridades civis;
- (7) Imposição de sanções e embargos.

### 3.3 - DESPESAS COM AS MISSÕES

Os encargos financeiros resultantes da participação das Forças Armadas em missões humanitárias e de paz conduzidas sob a égide das diversas organizações de que Portugal faz parte atingiram, no ano de 2013, um total de **49.660.622,00€**, conforme indicado no quadro seguinte, sendo as missões da NATO aquelas que, de longe, representaram a maior parcela:

			Ano: 2013	
Organização	Missão	Custo/Missão (Euros)	TOTAL (Euros)	
ONU	UNAMA	37.832	<b>3.590.016</b>	
	MINUSMA	3.552.184		
NATO	ISAF	15.083.257	<b>34.053.512</b>	
	KFOR	11.564.145		
	ACTIVE ENDEAVOUR	1.349.469		
	IRF/NRF	2.877.360		
	SAHARAN EXPRESS	492.494		
	STEADFAST JAZZ	880.065		
	THRACIAN STAR	18.489		
	HOT BLADE	1.731.529		
	QG's EMGFA	56.704		
	UE	EUNAVFOR ATALANTA		11.034.444
EUTM-SOMALIA		391.736		
EUTM-MALI		217.286		
EUSEC		46.143		
EUROMARFOR		80.368		
EMGFA	INOPINADOS	247.117	<b>247.117</b>	
<b>TOTAL</b>			<b>49.660.622</b>	



### 3.4 – APOIO MILITAR À AÇÃO EXTERNA DO ESTADO PORTUGUÊS

#### 3.4.1 – Operações/Missões realizadas

Organização	Código/Operação	Tipo Operação	País/Região	Período Operação/Missão	Pessoal Empenhado
ONU	UNMIK		KOSOVO	01JAN-26SET	1
	5º CN ISAF			01JAN-09MAI	211
	6º CN ISAF		Afeganistão	09MAI-11NOV	227
	7º CN ISAF			11NOV-31DEZ	121
	Active Endeavour		Mediterrâneo	05SET-04OUT 09-21SET	Empenhamento
NATO	Agr.India-BrigMec KFOR			01JAN-26MAR	173
	2º BI Para BrigRR KFOR		KOSOVO	26MAR-26SET	173
	2ºBI-BrigInt KFOR			26SET-31DEZ	186
	Operação Atalanta		Oceano Indico	21MAR-21AGO 06ABR-06AGO	196
	EUTM Mali		Mali	25FEV-11OUT 12OUT-31DEZ	1 7
			Uganda-Kampala	01JAN-30DEZ	1
UE	EUTM Somália		Uganda-Bihanga	01JAN-10MAR	2
			Uganda-Bihanga	11MAR-03AGO	4
			Uganda-Bihanga	03AGO-05DEZ	5
			Grécia	JO POSEIDON 01-31JUL	18
			Sicília	JO HERMES 01-31JUL	18
	FRONTEX (2)		Málaga	JO INDALO 04SET-04OUT	18
			Sicília	JO HERMES EXTENSION 05-31OUT	18
<b>TOTAL</b>					<b>1.398</b>

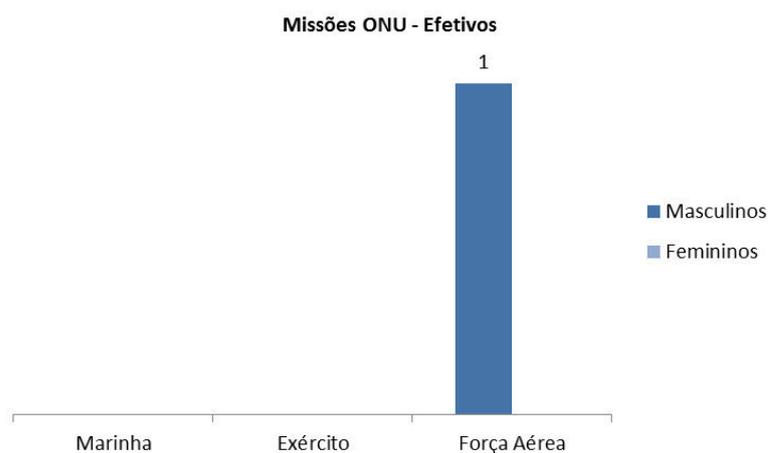
(1) Em standby

(2) Missões inteiramente pagas pela Agência FRONTEX

### 3.4.1.1 – Operações/Missões no âmbito da ONU

#### 3.4.1.1.1 – Operações/Missões no âmbito da ONU – Efetivos

Código/Operação	Unidades Orgânicas/Meios	Marinha				Exército				Força Aérea			
		QP	RC	M	F	QP	RV/RC	M	F	QP	RC	M	F
UNAMA	Military Advisor									1		1	
<b>TOTAL</b>		-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	1	-

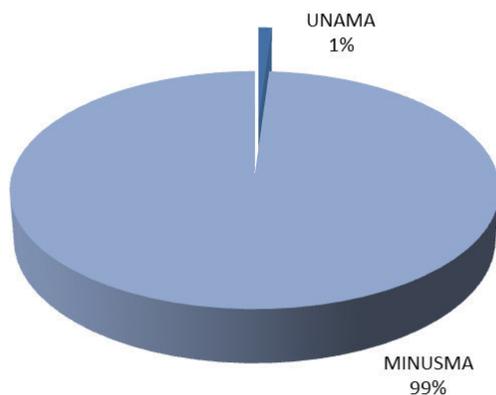


#### 3.4.1.1.2 - Operações/Missões no âmbito da ONU – Meios envolvidos

Código/Operação	Unidades Orgânicas/Meios	Despesas (euros)
UNAMA	Oficial - Military Liasion Officer (1 Oficial superior - 365 dias)	37.832
MINUSMA	1 C -130	3.552.184
<b>TOTAL</b>		<b>3.590.016</b>

(1) Regularização de despesas

Missões ONU - Despesas com Unidades Orgânicas/Meios



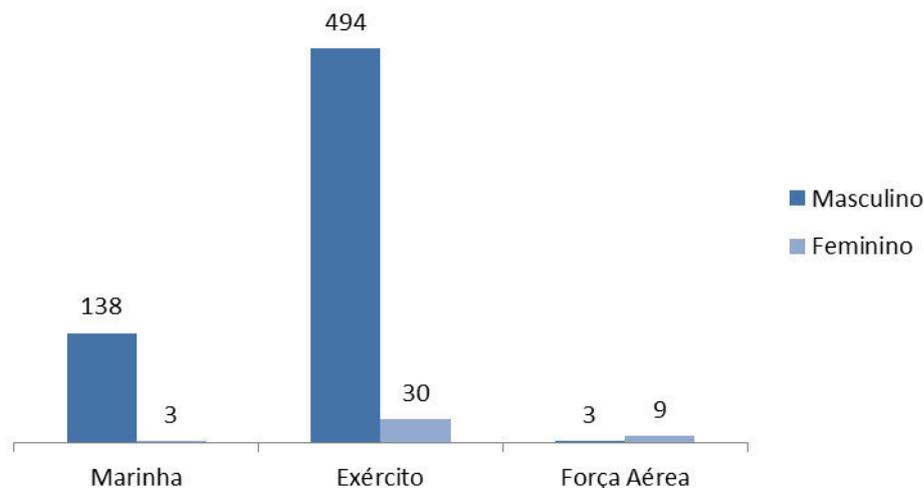
3.4.1.2 – Operações/Missões no âmbito da NATO

3.4.1.2.1 – Operações/Missões/Compromissos no âmbito da NATO – Efetivos

Código/Operação	Unidades Orgânicas/Meios	Marinha				Exército				Força Aérea			
		QP	RC	M	F	QP	RV/RC	M	F	QP	RC	M	F
ISAF	5º CN	31	13	44		62	74	134	2	25	6	27	4
	6º CN	31	14	45		65	90	146	9	23	4	24	3
	7º CN	12		11	1	51	37	88		19	2	19	2
Active Endeavour	1 SSG	34		34									
KFOR	Agr.India-BrigMec	2		1	1	64	107	153	19				
	2º BI Para BrigRR	2		1	1	64	107	167	4				
	2ºBI-BrigInt	2		2		59	122	174	7	3		3	
<b>TOTAL</b>		<b>114</b>	<b>27</b>	<b>138</b>	<b>3</b>	<b>187</b>	<b>336</b>	<b>494</b>	<b>30</b>	<b>10</b>	<b>12</b>	<b>3</b>	<b>9</b>

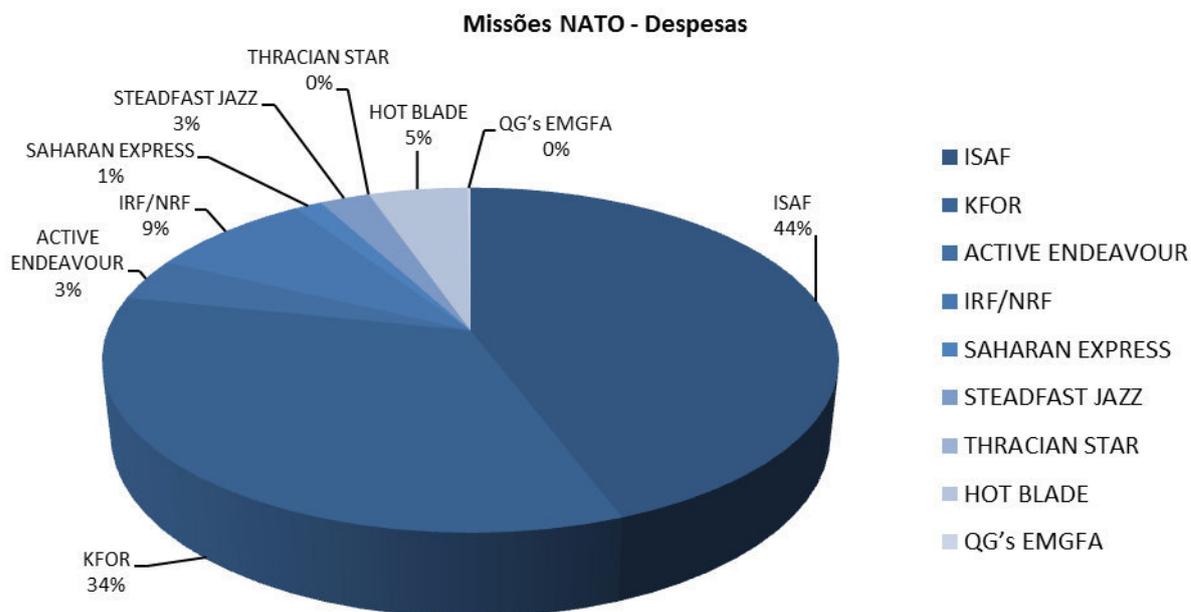
(\*) Duas saídas/mês.

**Operações/Missões/Compromissos no âmbito da NATO – Efetivos**



**3.4.1.2.2 - Operações/Missões/Compromissos no âmbito da NATO – Meios envolvidos**

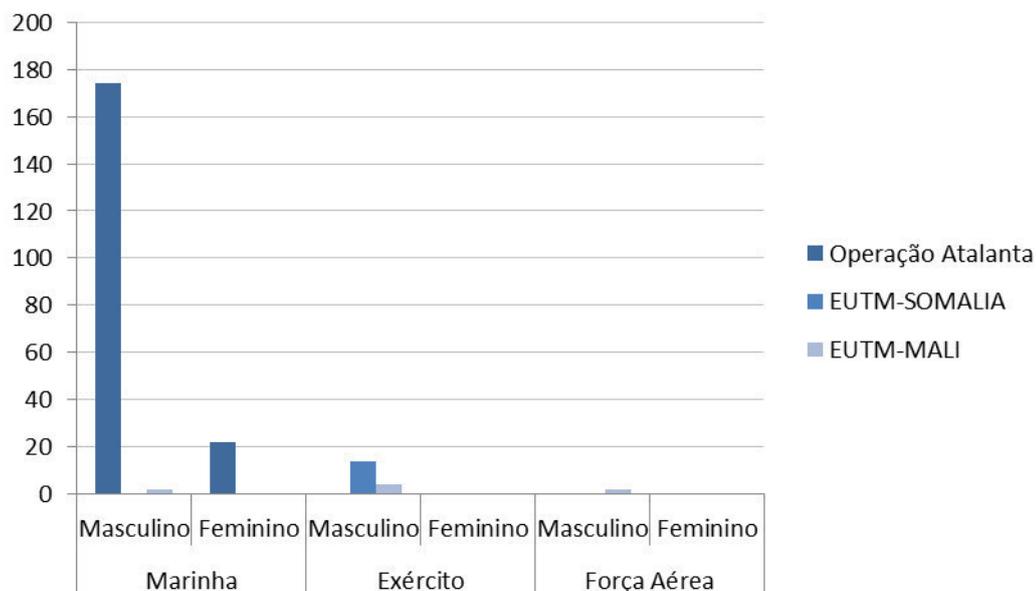
(euros)		
<b>Código/Operação</b>	<b>Unidades Orgânicas/Meios</b>	<b>Despesas</b>
ISAF	CISMIL (2 Oficiais e 4 Sarg, 365 dias); NTM-A (1 Oficial superior 365 dias); Contingente Nacional Retração KAIA APOD FP em 1OUT2013; C - 130 (2 voos sustentação CN)	15.083.257
KFOR	CISMIL (2 Oficiais e 3 Sarg, 365 dias); Efetivos 2012 (157+ 7 + 5 HQ) 12 meses; C - 130 (2 voos sustentação CN)	11.564.145
ACTIVE ENDEAVOUR	P -3P (12 meses - 1 Voo/8HV/Mês)	1.349.469
IRF/NRF	4 F-16; Certificação 1 FFGH	2.877.360
SAHARAN EXPRESS	x	492.494
STEADFAST JAZZ	1 P3 - C	880.065
THRACIAN STAR	x	18.489
HOT BLADE	x	1.731.529
QG's EMGFA	Cargos internacionais	56.704
<b>TOTAL</b>		<b>34.053.512</b>



### 3.4.1.3 – Operações/Missões no âmbito da UE

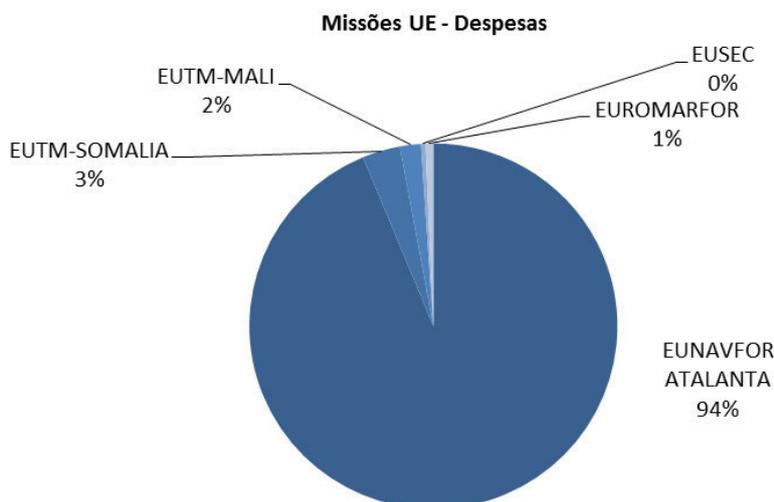
#### 3.4.1.3.1 – Operações/Missões/Compromissos no âmbito da UE – Efetivos

Código/Operação	Unidades Orgânicas/Meios	Marinha				Exército				Força Aérea			
		QP	RC	M	F	QP	RV/RC	M	F	QP	RC	M	F
Operação Atalanta	1 FFGH	159	37	174	22								
EUTM-SOMALIA						14		14					
EUTM-MALI		2		2		4		4		2		2	
<b>TOTAL</b>		<b>161</b>	<b>37</b>	<b>176</b>	<b>22</b>	<b>18</b>	<b>-</b>	<b>18</b>	<b>-</b>	<b>8</b>	<b>-</b>	<b>2</b>	<b>-</b>



### 3.4.1.3.2 – Operações/Missões/Compromissos no âmbito da UE – Meios envolvidos

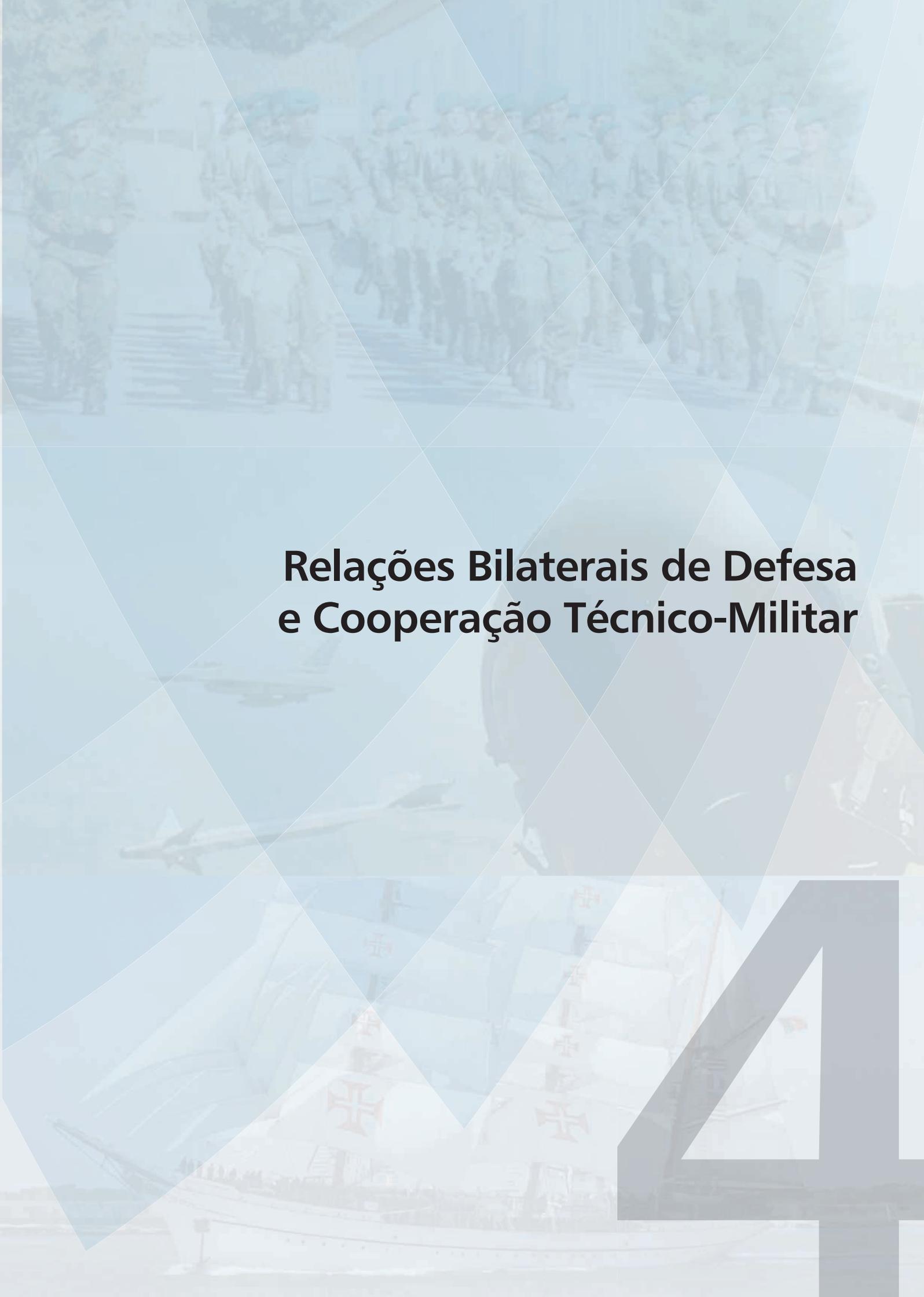
		(euros)
Código/Operação	Unidades Orgânicas/Meios	Despesas
EUNAVFOR ATALANTA	Oficial no navio-almirante (1 Oficial superior - 365 dias) + Equipamento / satélite	11.034.444
EUTM-SOMALIA	Elementos nacionais destacados (1 Oficial Superior em Kampala - 365 dias) + 1 militar 12 meses+2 Equipas de instrução - Bihanga (8+5)	391.736
EUTM-MALI		217.286
EUSEC	Elementos nacionais destacados (2 Oficiais superiores - 365 dias)	46.143
EUROMARFOR	1 Exercício "COC SP" 5 dias	80.368
<b>TOTAL</b>		<b>11.769.977</b>



### 3.4.2 – Contributos nacionais para Forças de alta prontidão

Código/Operação	Unidades Orgânicas/Meios	Marinha				Exército			Força Aérea				
		QP	RC	M	F	QP	RV/RC	M	F	QP	RC	M	F
NRF 13	MPCoy					22	68	78	12				
NRF 13		1 FFGH	143	37	156	24							
NRF 13		1 P3- C									35		
<b>TOTAL</b>			<b>143</b>	<b>37</b>	<b>156</b>	<b>46</b>	<b>68</b>	<b>78</b>	<b>12</b>	<b>-</b>	<b>35</b>	<b>-</b>	<b>-</b>





# **Relações Bilaterais de Defesa e Cooperação Técnico-Militar**

# 4



## NOTA EXPLICATIVA

O relacionamento bilateral de defesa (com exceção da Cooperação Técnico-Militar com os Países de Língua Portuguesa, que pela sua especificidade será tratada em capítulo próprio) continuou a refletir, durante o ano de 2013, as limitações orçamentais transversais a todo o Ministério da Defesa e Ramos das Forças Armadas.

A cooperação internacional desenvolvida neste quadro refletiu sobretudo os compromissos assumidos no âmbito dos acordos internacionais e nos planos de atividades negociados em sede de comissões mistas, mas regista-se o esforço que tem sido desenvolvido na procura de novos parceiros e potencialmente novos mercados, assumido o objetivo da diplomacia económica no quadro da cooperação internacional de defesa.

Acresce que o regular desempenho desta área da política externa de defesa, assente nas grandes linhas orientadoras definidas superiormente - aprovadas no novo Conceito Estratégico - traduz-se na concretização das atividades acordadas, planeadas mas também algumas inopinadas. Para o sucesso da cooperação internacional de defesa é fundamental o contributo e o envolvimento das Forças Armadas e dos Órgãos e Serviços Centrais do Ministério da Defesa Nacional, continuando-se a registar níveis crescentes de articulação e partilha de informação entre todos os agentes da diplomacia de defesa.

Nos quadros seguintes apresenta-se o ponto de situação, referente ao ano de 2013, das atividades desenvolvidas no âmbito do relacionamento bilateral de defesa.

### 4.1 – ATIVIDADE BILATERAL DE DEFESA (COM EXCEÇÃO DA ÁFRICA

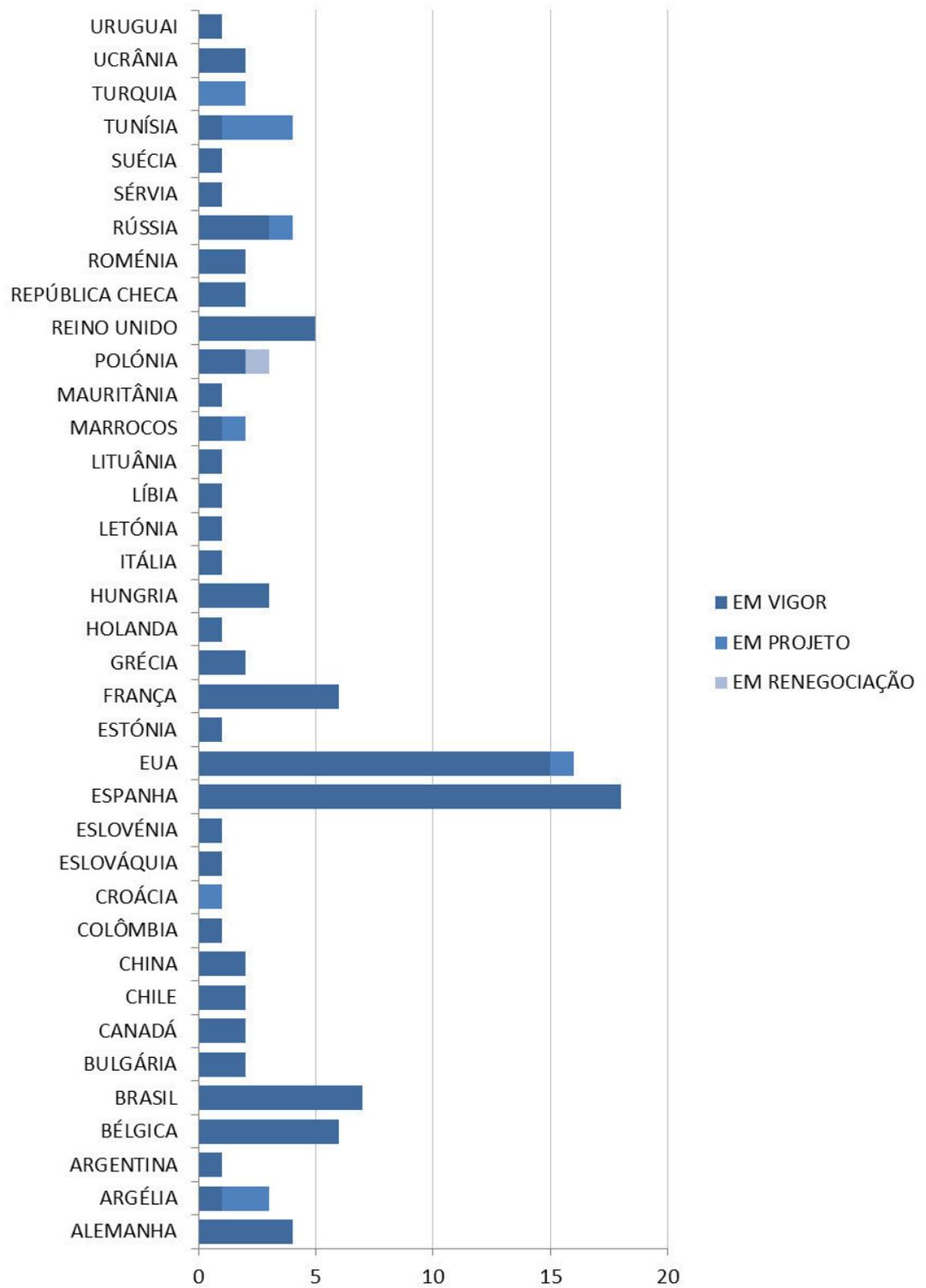
#### SUBSARIANA)

##### 4.1.1 - Tratados, acordos, convenções e memorandos de entendimento

PAÍS	EM VIGOR	EM PROJETO	EM RENEGOCIAÇÃO
ALEMANHA	4		
ARGÉLIA	1	2	
ARGENTINA	1		
BÉLGICA	6		
BRASIL	7		
BULGÁRIA	2		
CANADÁ	2	1	
CHILE	2		
CHINA	2		
COLÔMBIA	1		
CROÁCIA		1	
ESLOVÁQUIA	1		
ESLOVÉNIA	1		
ESPAÑA	18	1	
EUA	16	2	
ESTÓNIA	1		
FRANÇA	6		

GRÉCIA	2		
HOLANDA	1		
HUNGRIA	3		
ITÁLIA	1		
LETÓNIA	1		
LÍBIA	1		
LITUÂNIA	1		
MARROCOS	1	1	
MAURITÂNIA	1		
POLÓNIA	2		1
REINO UNIDO	5		
REPÚBLICA CHECA	2		
ROMÉLIA	2		
RÚSSIA	3	1	
SÉRVIA	1		
SUÉCIA	1		
TUNÍSIA	1	2	
TURQUIA	2		
UCRÂNIA	2		
URUGUAI	1		
<b>TOTAL</b>	<b>105</b>	<b>11</b>	<b>1</b>

Tratados, acordos, convenções e memorando de entendimento



#### 4.1.2 - Programas de Cooperação/Atividades

PAÍS	ATIVIDADES
<b>ARGÉLIA</b>	<p>VIII Reunião da Comissão Mista luso-argelina</p> <p>Visita de Indústrias de Defesa à Argélia tendo em vista a prospeção de parcerias com a Argélia nesse domínio</p> <p>Participação nas Jornadas Médico-Cirúrgicas da ANP (Argélia)</p> <p>Escala de um meio naval das Forças Navais Argelinas num porto português</p> <p>Visita e troca de experiências na formação de oficiais e sargentos no âmbito da manutenção aeronáutica (Argélia)</p> <p>Troca de experiências no âmbito de aviões de combate (Esquadras 201 e 301) (Argélia)</p> <p>Intercâmbio de tripulações de EH101 no âmbito SAR (Argélia)</p> <p>Participação na qualidade de observador num exercício SAR (Argélia)</p> <p>Curso de luta anti-terrorista (Argélia)</p> <p>Visitas à Argélia no âmbito da construção e reparação naval (EMPORDEF)</p> <p>Visita de uma delegação de docentes do ensino superior militar à Escola Naval (Portugal)</p> <p>Visita no âmbito do sistema de controlo e defesa aérea (Portugal)</p> <p>Troca de experiências no âmbito da meteorologia (Portugal)</p> <p>Intercâmbio de tripulações de EH101 no âmbito SAR (Portugal)</p> <p>Participação na qualidade de observador num exercício SAR (Portugal)</p> <p>Participação num exercício de nível brigada na qualidade de observadores (Portugal)</p> <p>Participação num exercício de nível "Exército" (Portugal)</p> <p>Participação em estágios de operações especiais (Portugal)</p> <p>Troca de experiências/visitas à Brigada Mecanizada, Brigada de Reação rápida ou Brigada de Intervenção de uma delegação do Exército argelino (Portugal)</p>
<b>ARGENTINA</b>	Estágio de embarque a bordo do NE "Sagres"
<b>ALEMANHA</b>	Reunião com o Diretor de Política de Defesa do Ministério da Defesa, Dr. Ulrich Schlie, Berlim
<b>BRASIL</b>	<p>IV Reunião de Cooperação Estratégica de Defesa Portugal-Brasil (Portugal)</p> <p>Intercâmbio de Unidades Aéreas de Transporte (Brasil)</p>
<b>CHILE</b>	<p>Visita nos domínios Operacional, de Sustentação e do Sistema Docente do Exército do Chile (Chile)</p> <p>Implementação de capacidades operativas no âmbito de material de aeronaves F-16 (Portugal)</p> <p>Visita de conhecimento entre Institutos Geográficos do Exército (Chile)</p>
<b>CHINA</b>	<p>Visita de delegação liderada pela, Vice</p> <p>Visita de cortesia ao Porto de Lisboa de uma <i>task force</i> de navios da Marinha chinesa chefiada pelo Contra-Almirante Li Xiaoyan, Vice</p>
<b>ESPAÑHA</b>	<p>Reunião informal de Diretores de Política de Defesa, Dublin</p> <p>Reunião do Grupo de Trabalho Político-Estratégico do Conselho Luso-Espanhol de Segurança e Defesa, Lisboa</p>

	Reunião informal de Diretores de Política de Defesa, Portimão
<b>EUA</b>	<p>Apoio à visita oficial do Secretário de Defesa dos EUA a Portugal</p> <p>Apoio à visita de cumprimentos do Encarregado de Negócios a.i. da Embaixada dos EUA em Lisboa a Sexa. a Secretária de Estado Adjunta e da Defesa Nacional</p> <p>4.<sup>as</sup> conversações de alto nível entre DGPDN-<i>Office of Secretary of Defense</i> do Departamento de Defesa dos EUA (Washington)</p> <p>Participação na 32.<sup>a</sup> Reunião da Comissão Bilateral Permanente (Washington)</p> <p>3.<sup>a</sup> Reunião do Comité de Defesa da Comissão Bilateral Permanente Portugal-EUA, videoconferência</p> <p>Participação na Reunião preparatória e na 43.<sup>a</sup> Reunião da Comissão Técnica (Portugal)</p> <p>Participação na Reunião preparatória e na 44.<sup>a</sup> Reunião da Comissão Técnica (Portugal)</p> <p>Participação na Reunião preparatória e na 45.<sup>a</sup> Reunião da Comissão Técnica (Portugal)</p> <p>35.<sup>a</sup> Reunião da Comissão Laboral (Washington)</p> <p>Reuniões de trabalho com representantes do AFRICOM do Departamento de Defesa dos EUA (Portugal)</p> <p>Assinatura do “Memorandum of Arrangement between the Department of Defense of the United States of America as represented by the Defense Security Cooperation Agency and the Ministry of National Defense of the Portuguese Republic as represented by the National Defence Policy Directorate regarding the Assignment of Portuguese Republic Defence Personnel to the Africa Center For Strategic Studies, Fort McNair, Washington, D.C.” pelo Diretor-Geral de Política de Defesa Nacional e representante da <i>Defense Security Cooperation Agency</i> do Departamento de Defesa dos EUA (Portugal)</p>
<b>FRANÇA</b>	Reunião com o Diretor Adjunto da Divisão de Estudos Estratégicos do Ministério da Defesa (DAS), General Eric Bonnemaïson, Lisboa
<b>ISRAEL</b>	<p>Reunião Informal com o Conselheiro Chefe da Delegação do Ministério da Defesa de Israel para Espanha e Portugal, Gil Flores, Lisboa</p> <p>Encontro com o Chefe do Gabinete Político-Militar do Ministério da Defesa e Presidente das Negociações com os Palestínianos, General Amos Gilad, Tel Aviv</p> <p>2.<sup>o</sup> Diálogo Político-Estratégico, Tel Aviv</p>
<b>KOSOVO</b>	Visita oficial de S.Ex. <sup>a</sup> o Ministro da Defesa Nacional às Forças Nacionais Destacadas
<b>LITUÂNIA</b>	Reunião informal com o Diretor de Política do Ministério da Defesa, Vaidotas Urbelis, Bruxelas
<b>MARROCOS</b>	<p>XVIII Reunião da Comissão Mista (Portugal)</p> <p>Participação no Curso de Sobrevivência no mar e em terra (Força Aérea)</p> <p>Estágio de Fisiologia de Voo (Portugal)</p> <p>Visita ao CNDA em Marrocos</p> <p>Participação de militares marroquinos na qualidade de observadores num exercício SAR (Portugal)</p> <p>Intercâmbio de cadetes entre Academias da Força Aérea (Marrocos)</p> <p>Troca de Experiências no Domínio do Controlo não Destrutivo (Portugal)</p> <p>Estágio de embarque a bordo do NE "Sagres"</p> <p>Troca de Experiências no domínio das Aeronaves de Caça (Portugal)</p> <p>Troca de experiências entre fuzileiros (Portugal)</p>

Observação de Exercício de Operações Especiais (Portugal)

Participação na qualidade de observadores num exercício CPX (Portugal)

Visita no âmbito da logística às Indústrias de Defesa (Portugal)

Troca de Experiências no domínio do Ensino Superior Militar (Portugal)

Participação de observadores num exercício em Ambiente desértico (Marrocos)

Participação de militares da Força Aérea Portuguesa num Exercício SAR a realizar em Marrocos

Ciclos de estágio no Simulador C-130 das Forces Royales Air de Marrocos

Visita de uma delegação do IESM ao CREMS (Marrocos)

Reunião de Coordenação sobre a criação do CTS de Marrocos (Marrocos)

Reunião de coordenação para exercício conjunto SAR em ambiente desértico (Marrocos)

Intercâmbio de Instrutores de sobrevivência (Marrocos)

Visita ao IGEOE no âmbito da cartografia e da topografia (SIG) (Portugal)

Exercício PASSEX (Portugal)

Visita ao CPSIFA (Portugal)

**TURQUIA** Consultas entre uma delegação do Estado-Maior-General da Turquia e a DGPDN, em Lisboa, no âmbito da negociação de um acordo militar.

Embarque de cadete da Marinha Turca a bordo do Navio Escola “Sagres”

**URUGUAI** II Conversações Político-Estratégicas de Defesa Portugal-Uruguai, Montevideu.

#### 4.1.3 - Cruzeiros de investigação científica

PAÍS	CRUZEIROS
Alemanha	4
Bélgica	2
Espanha	3
EUA	1
França	5
Itália	1
Países Baixos	1
Reino Unido	8
<b>TOTAL</b>	<b>25</b>

#### 4.1.4 - Visitas a portos portugueses de navios de guerra estrangeiros

Relação dos pedidos de autorização diplomática para visita de navios de guerra estrangeiros:

<b>PAÍS</b>	<b>VISITAS</b>
Alemanha	16
Argélia	3
Bélgica	3
Brasil	4
China	3
Espanha	50
EUA	30
França	14
Índia	1
Itália	2
Marrocos	3
México	1
Noruega	2
Países Baixos	3
Reino Unido	9
Rússia	5
Suécia	3
<b>TOTAL</b>	<b>152</b>

#### 4.1.5 - Sobrevoos e aterragem - Pedidos de autorização Aeronaves Estrangeiras

País	Permanentes	Pedidos Processados Não Permanentes	Total
África do Sul		6	6
Alemanha	79	73	152
Angola	8	0	8
Argélia	18	0	18
Argentina		2	2
Austrália		2	2
Áustria	17	10	27
Bangladesh		3	3
Bélgica	119	24	143
Bielorrússia		2	2
Bolívia		6	6
Brasil	59	19	78
Bulgária	3		3
Burkina Faso		2	2
Camarões	3	3	6
Canadá	39	38	77
Cazaquistão		1	1
Chade		7	7
Chile	5	4	9
Colômbia		5	5
Costa do Marfim		9	9
Croácia	6		6
Dinamarca	1	2	3
Egito	44	19	63
Emirados Árabes	16	31	47
Equador		8	8
Espanha	102	99	201
EUA	3.286	68	3.354
França	488	99	587
Gâmbia		2	2
Grécia		1	1
Holanda	33	62	95
Hungria	1		1
Índia		6	6
Irão		2	2
Irlanda	1		1
Israel	0	8	8
Itália	16	11	27
Jordânia	9		9
Líbano		1	1
Líbia	36		36
Luxemburgo	0	2	2
Macedónia	1		1

Marrocos	64	13	77
México		17	17
Mónaco		1	1
Namíbia		2	2
NATO	3	2	5
Nigéria	9		9
Noruega		1	1
Panamá		13	13
Paquistão	9	25	34
Peru		4	4
Polónia	2		2
Reino Unido	105	14	119
República Centro Africana		3	3
República Checa	2		2
Ruanda		7	7
Rússia		32	32
Suécia	5	20	25
Suíça		1	1
Tunísia	4	3	7
Turquia	3	1	4
Venezuela		16	16
<b>TOTAL</b>	<b>4.596</b>	<b>812</b>	<b>5.408</b>

## INICIATIVA 5+5 DEFESA



### NOTA EXPLICATIVA

Em paralelo e de forma complementar ao relacionamento bilateral, Portugal tem-se empenhado igualmente na cooperação de âmbito multilateral, sendo de destacar os avanços significativos na aproximação de ambas as margens do Mediterrâneo Ocidental, conseguida no quadro da Iniciativa 5+5 Defesa, que constitui uma importante ferramenta no estabelecimento de medidas concretas de cooperação entre os países que a integram (Argélia, França, Itália, Líbia, Malta, Mauritânia, Marrocos, Portugal, Espanha e Tunísia). Caracterizada por um clima de confiança e de franca colaboração entre aqueles países, esta Iniciativa vem possibilitando a construção de um espaço dinâmico de reflexão e de procura de respostas para as preocupações comuns na área da Segurança e Defesa, designadamente a segurança marítima, o terrorismo, a imigração ilegal, o tráfico de estupefacientes, entre outras.

Portugal assumiu a Presidência da Iniciativa 5+5 Defesa durante o ano de 2013, endossada formalmente na reunião de Ministros da Defesa que teve lugar em Rabat, Marrocos, na primeira quinzena de dezembro de 2012.

## 4.2 - INICIATIVA 5+5 DEFESA

### 4.2.1 – Objetivos

Criada em 21 de Dezembro de 2004, a Iniciativa 5+5 Defesa tem como objetivos favorecer o conhecimento mútuo entre os países membros, reforçar o entendimento e confiança e desenvolver a cooperação multilateral, a fim de fomentar a Segurança no Mediterrâneo Ocidental.

A Iniciativa 5+5 Defesa procura, através de medidas concretas de cooperação, ajudar a criar e manter um clima de confiança e de franca colaboração entre os dez países, com o objetivo de dar um contributo significativo para soluções que respondam a problemas comuns na área da Segurança e Defesa.

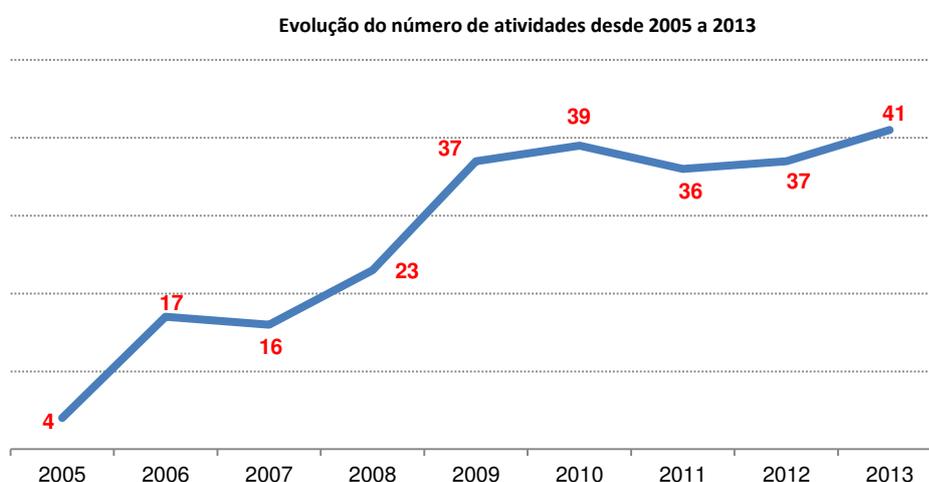
#### 4.2.2 - Áreas de Interesse

A Iniciativa 5+5 Defesa tem vindo a desenvolver projetos em quatro grandes áreas de interesse ou pilares:

- Vigilância Marítima;
- Segurança Aérea;
- Participação das Forças Armadas no domínio da Proteção Civil;
- Educação e Investigação.

#### 4.2.3 – Atividades

Desde a sua criação, o número de atividades realizadas tem vindo a ser incrementado de forma significativa, conforme demonstra o quadro abaixo.



As atividades de cooperação realizadas no âmbito deste fórum concretizam-se, normalmente, sob a forma de:

- Reuniões ao nível de decisão técnica e política, materializadas através da realização anual de duas reuniões do Comité Diretor e uma de Ministros da Defesa;
- Reuniões ao nível militar e técnico (CEMGFA, CEMA, CEME, CEMFA, IGDN, Diretores de Serviço de Saúde);
- Seminários;
- Reuniões de planeamento e de preparação de atividades e de peritos e investigadores em cada área específica de trabalho;
- Cursos no âmbito do Colégio 5+5 Defesa;
- Exercícios Conjuntos e Combinados, testando a interoperabilidade entre as Forças Armadas dos Estados Membros;
- Participação de representantes dos países 5+5 noutros exercícios militares.

#### 4.2.4 - Projetos relevantes da Iniciativa

- Colégio 5+5 Defesa;
- Centro Virtual de Tráfego Marítimo Regional;
- Centro Euro-Magrebino de Estudos Estratégicos;
- Rede de Pontos de Contacto;
- Centro de Formação em Desminagem Humanitária 5+5 Defesa;
- Centro de Coordenação e Planeamento Operacional 5+5;
- Centro de Formação em Busca e Salvamento;
- Poluição Marítima Acidental;
- *Website* da Iniciativa 5+5 Defesa;
- Mecanismo de Coordenação Naval.

#### 4.2.5 - Portugal no contexto da Iniciativa 5+5 Defesa

Portugal tem reunido um capital de “simpatia”, em especial junto dos países do Magrebe, cujo adequado aproveitamento contribuirá para reforçar o papel do país no âmbito das relações entre estes dez países, bem como entre a União Europeia e o Magrebe.

Para essa imagem tem contribuído uma participação nacional muito ativa e dinâmica nas atividades mais importantes da Iniciativa 5+5 Defesa, de que se destacam as seguintes:

- Organização de dois Seminários Conjuntos com Espanha, o primeiro realizado em Madrid, em 2009, subordinado ao tema “Estados-Maiores Conjuntos e Comuns” e o segundo, realizado em Lisboa, em 2010, tendo como tema “A questão de Interoperabilidade entre as Forças Armadas dos países da Iniciativa 5+5 Defesa”;
- Realização do Exercício Conjunto (aeronaval) e Combinado “SEABORDER”, coorganizado com a Espanha desde 2008 e alargado à participação e organização de outros países (especialmente os do Magrebe) nos anos seguintes (2011 Marrocos, 2012 Argélia e 2013 Mauritânia). Refira-se que o Exercício “SEABORDER” se traduz na principal atividade que Portugal organiza no âmbito da Iniciativa 5+5 Defesa, tendo sido a DGPDN, desde a sua criação, a responsável pela coordenação geral deste evento;
- Criação e adoção de um Logótipo único, como símbolo de Unidade e Identidade desta Iniciativa, implementado a partir de janeiro de 2013;
- Criação do Website da Iniciativa 5+5 Defesa, projeto conjunto com Argélia e Malta, que entrou em funcionamento em 11 de dezembro de 2013, durante a reunião de Ministros da Defesa, em Guimarães.

A organização das referidas atividades e a participação nas mais relevantes tem sido importante para Portugal pela repercussão externa que comportaram, quer ao nível da comunicação social, quer em termos de prestígio junto dos parceiros da Iniciativa e, de entre estes e muito particularmente, os do flanco Sul.

#### 4.2.6 - Presidência Portuguesa da Iniciativa 5+5 Defesa

Atendendo à relevância que, no quadro das relações externas de Defesa, este fórum assumiu para Portugal, e de forma a garantir uma eficiente coordenação e um adequado controlo de todas as atividades inerentes a este evento, a Direção-geral de Política de Defesa Nacional (DGPDN) foi constituída como Entidade Primariamente Responsável pela coordenação de todas as atividades atinentes à Presidência Portuguesa da Iniciativa 5+5 Defesa, tendo como principais tarefas:

- Assegurar a coordenação de todos os contatos necessários com a estrutura organizacional nacional;
- Assegurar a coordenação de todos os contatos necessários com as estruturas homólogas dos Estados Membros da Iniciativa 5+5 Defesa;
- Coordenar as atividades desenvolvidas por todas as estruturas envolvidas;
- Organizar os eventos que se realizaram em Portugal, sob sua responsabilidade;
- Garantir o estabelecimento de vias de comunicação claras entre os vários intervenientes/pontos de contacto da estrutura organizacional.

##### 4.2.6.1 - Organização



##### 4.2.6.2 – Visão

- Os recentes eventos que marcaram a região magrebina confirmaram a imprevisibilidade dos desafios securitários com os quais os países do Mediterrâneo Ocidental se confrontam, bem como a complexidade dos riscos que diariamente enfrentam e que requerem respostas conjuntas e assertivas.
- A Presidência Portuguesa saúda, por isso, os esforços tidos pelas Presidências anteriores que cimentaram o espírito de cooperação e proximidade existente entre os países da Iniciativa 5+5 Defesa.

- Portugal acredita, mais do que nunca, que a solidariedade, cooperação e amizade entre os dez Estados da Iniciativa 5+5 Defesa, princípios que há oito anos norteiam o relacionamento entre estes, devem ser amplamente valorizados. Efetivamente, ano após ano, temos, conjuntamente, vindo a contribuir para o aumento do capital de confiança que hoje estrutura o relacionamento privilegiado entre as duas margens do Mediterrâneo Ocidental.
- Com esse desiderato, a Presidência Portuguesa da Iniciativa 5+5 Defesa deu continuidade aos esforços e ações que, desde 2004, são levados a cabo por todos os Estados da Iniciativa nas quatro áreas de interesse comum, nomeadamente no que diz respeito à Vigilância Marítima através da realização dos exercícios SEABORDER. Acresce, ainda, a participação das Forças Armadas (FA) no domínio da Proteção Civil através do exercício LUSITANO 13, assim como outros relacionados com a Segurança Aérea. Por fim, há que relevar a importância das ações na área da Educação e Investigação, por via dos cursos do Colégio 5+5 Defesa e dos projetos de investigação do Centro Euro-Magrebino de Estudos Estratégicos.
- Ambicionou-se, dessa forma, facultar um enfoque especial ao aperfeiçoamento dos progressos já consolidados, sem esquecer a realização contínua dos grandes propósitos que são a razão de ser desta Iniciativa. Em última análise, os projetos em curso devem continuar a proporcionar respostas válidas e concretas para que as questões de segurança comuns sejam abordadas conjuntamente, uma vez que só unidos poderemos enfrentar os desafios com os quais nos deparamos.

#### 4.2.6.3 – Objetivos

- Prosseguir os esforços para fortalecer e aprofundar o diálogo entre os países participantes da Iniciativa 5+5 Defesa – através da continuidade das ações conjuntas e reforço das relações bilaterais e multilaterais entre os países do Sul da Europa e do Norte de África.
- Fortalecer a cooperação com outros setores do Diálogo 5+5 – dado o grande propósito estratégico deste fórum, é necessário complementar a relação destes 10 países em todas as vertentes, de forma a reforçar os laços diplomáticos.
- Promover a cooperação militar, melhorando a interoperabilidade entre as FA dos países participantes - dada a natureza das ameaças que agora emergem em regiões próximas dos países 5+5, é vital que a eficaz cooperação das respetivas FA seja um dos grandes desígnios desta Iniciativa, através da realização de iniciativas várias, designadamente exercícios conjuntos e combinados.
- Divulgar a Iniciativa – a Iniciativa 5+5 Defesa sempre defendeu a necessidade de informar e cativar a sociedade civil para as atividades levadas a cabo por esta Iniciativa. De forma a concretizar esse objetivo, Portugal apresentou um logotipo único que identifica este fórum perante outras audiências e *fora*. De forma a reforçar essa divulgação, foi criado o *website* 5+5 durante Presidência para que no futuro se consiga alcançar um público maior e mais variado.

#### 4.2.6.4 – Atividades

Das atividades organizadas por Portugal em 2013, destacam-se as seguintes:

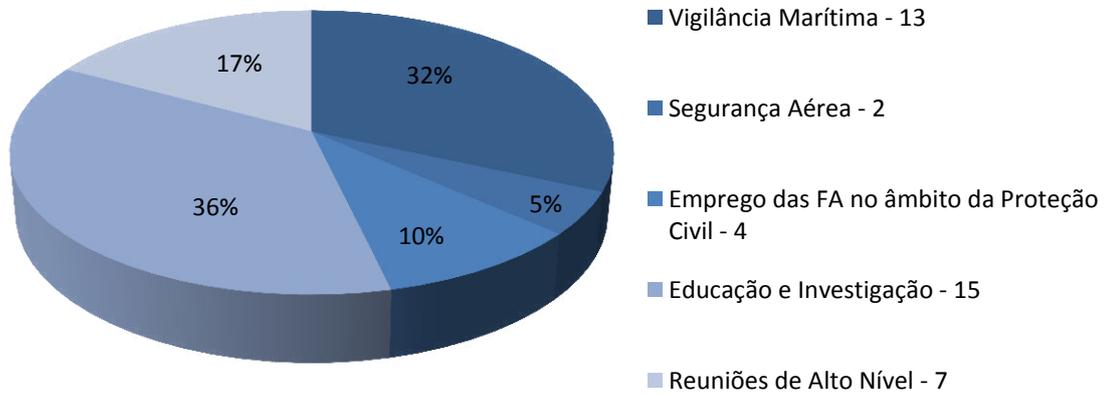
- Duas reuniões relativas ao projeto de Investigação no âmbito do Centro Euro-Magrebino de Estudos Estratégicos;
- Duas Reuniões do Comité Diretor;
- Planeamento e execução do Exercício Conjunto e Combinado SEABORDER 13;
- Reunião do Comité Académico do Colégio 5+5 Defesa;
- Reunião dos Chefes de Estado-Maior-General das Forças Armadas;
- Participação de observadores dos países da Iniciativa no exercício LUSITANO 13, a desenvolver no âmbito do apoio das Forças Armadas a ações de proteção civil, na Região Autónoma da Madeira;
- Reunião de Ministros da Defesa 5+5, onde para além da aprovação do Plano de Ação para 2014, foi também inaugurado o *website* da Iniciativa 5+5 Defesa.

#### 4.2.6.5 - Fluxograma de Atividades em 2013

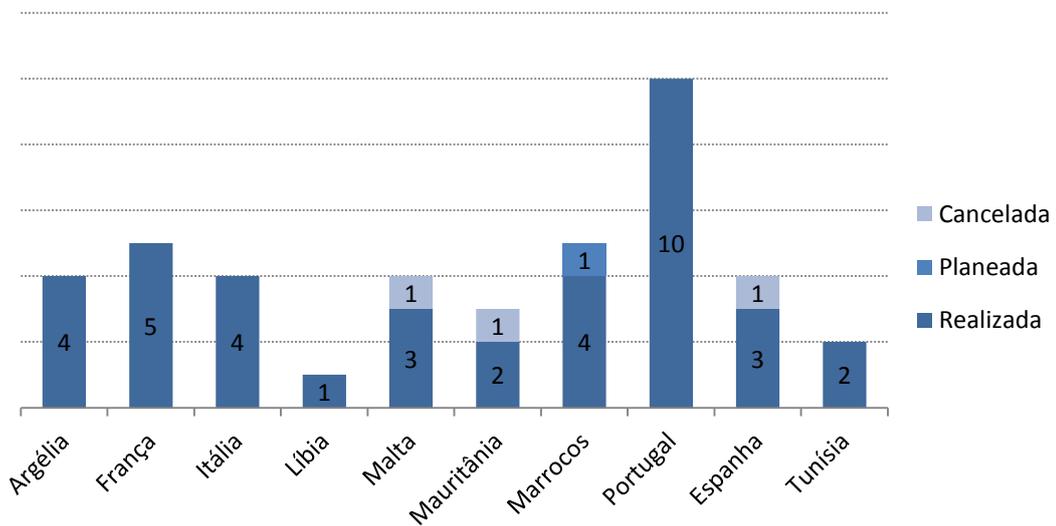


#### 4.2.6.6 - Plano de Atividades realizado durante 2013

Atividades realizadas por áreas de interesse



#### 4.2.6.7 - Execução do Plano de Atividades em 2013



## **COOPERAÇÃO TÉCNICO-MILITAR**

### **NOTA EXPLICATIVA**

A cooperação Técnico-Militar (CTM) com os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa e com Timor-Leste, encontra-se estruturada em Programas-Quadro bilaterais, de carácter indicativo e flexível, constituídos por Projetos concretos a executar no terreno, e que envolvem também ações de natureza complementar, decorrentes das orientações e conceitos aplicados à execução da política de CTM, essencialmente dirigida à capacitação dos órgãos de conceção, coordenação e direção da política de Defesa Nacional e das Forças Armadas daqueles Países, bem como à capacitação destas últimas e à formação dos seus quadros militares.

A execução dos Projetos contempla quatro componentes: assessorias técnicas e/ou unidades móveis de instrução, recuperação de infraestruturas locais, fornecimentos de equipamento e formação de pessoal em Portugal e/ou nos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa e Timor-Leste.

Na formação, que constitui componente nuclear da CTM, para além da execução anual de um plano de formação de quadros dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa e de Timor-Leste em Portugal, os Projetos que se executam no terreno são, na sua maioria, direcionados para a criação e/ou reorganização de estabelecimentos de ensino e centros de instrução/formação militar naqueles Países, com o objetivo de, progressivamente, se criarem capacidades que garantam a autossuficiência e a autonomia no domínio da formação e instrução das respetivas Forças Armadas.

Tendo a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa/CPLP consagrado, em 2001, na sua Declaração Constitutiva, a defesa como área de cooperação, a CTM alargou a sua atividade ao nível multilateral, dando corpo ao desenvolvimento de uma componente de Defesa da Comunidade.

As ações de CTM executadas multilateralmente são definidas e avaliadas pelos Ministros da Defesa da CPLP em sede das respetivas reuniões anuais.

Os encargos relativos ao suporte financeiro dos Programas-Quadro de CTM bilateral e à componente de Defesa da CPLP inscrevem-se, na parte em que sejam elegíveis, na contribuição portuguesa para a Ajuda Pública ao Desenvolvimento (APD portuguesa).

Os quadros relativos à CTM com os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa e Timor-Leste procuram identificar e quantificar as ações realizadas, as áreas de intervenção e os consequentes investimentos.

### 4.3. - COOPERAÇÃO TÉCNICO-MILITAR

#### 4.3.1 - Projetos de cooperação técnico-militar com os PLOP

<b>República de Cabo Verde</b>
Estrutura Superior das Forças Armadas Escola Militar Polícia Militar Guarda Costeira Unidade de Fuzileiros Navais Centro de Instrução Militar Conjunto Formação em Portugal
<b>República da Guiné-Bissau</b>
Sem projetos em curso
<b>República Democrática de S. Tomé e Príncipe</b>
Organização Superior da Defesa e das Forças Armadas Formação e Treino de Unidades para Operações Conjuntas de Interesse Público, Ajuda Humanitária, Gestão de Crises e de Apoio à Paz Pelotão de Engenharia Militar de Construções Formação da Guarda Costeira Manutenção do Sistema de Ajudas Visuais à Navegação Assistência Hospitalar em Portugal
<b>República de Angola</b>
Estrutura Superior da Defesa e das Forças Armadas Angolanas Instituto Superior de Ensino Militar Academia Militar de Angola Brigada de Forças Especiais Centro de Instrução de Operações de Paz Escola de Administração Militar Direção do Serviço de Saúde das FAA Marinha de Guerra Angolana Engenharia do Exército Escola Militar de Formação Aeronáutica Centro Psicotécnico da FAN Formação em Portugal
<b>República de Moçambique</b>
Estrutura Superior da Defesa e das Forças Armadas Marinha de Guerra de Moçambique Academia Militar Marechal Samora Machel Polícia Militar Centro de Formação de Forças Especiais Grupo de Escolas de Formação da Marinha de Guerra Fuzileiros Navais Escola de Sargentos das Forças Armadas de Moçambique Comunicações Militares Formação em Portugal
<b>República Democrática de Timor-Leste</b>
Estrutura Superior da Defesa e das F-FDTL Componente Naval Centro de Instrução Militar Formação em Portugal

#### 4.3.2 - Despesas globais da cooperação técnico-militar

(euros)

Tipo de Despesas	PAÍSES						TOTAL
	República de Cabo Verde	República da Guiné-Bissau	República Democrática de S. Tomé e Príncipe	República de Angola	República de Moçambique	República Democrática de Timor-Leste	
Despesas suportadas pelos Ramos das FA	247.596	51.072	168.618	1.352.529	1.107.375	595.031	3.522.221
Despesas suportadas Pela DGPDN	271.929	115.114	258.259	1.544.022	1.518.399	814.753	4.522.476
<b>TOTAL</b>	<b>519.525</b>	<b>166.186</b>	<b>426.877</b>	<b>2.896.551</b>	<b>2.625.774</b>	<b>1.409.784</b>	<b>8.044.697</b>

#### 4.3.3 - Despesas dos projetos de cooperação técnico-militar e militares portugueses deslocados em missões nos PLOP

(euros)

PAÍSES												TOTAL	
República de Cabo Verde		República da Guiné-Bissau		República Democrática de S. Tomé e Príncipe		República de Angola		República de Moçambique		República Democrática de Timor-Leste		N.º	Valor
N.º Militares	Valor	N.º Militares	Valor	N.º Militares	Valor	N.º Militares	Valor	N.º Militares	Valor	N.º Militares	Valor		
10	117.986	1	29.097	12	105.577	85	1.139.098	72	858.477	36	561.255	216	2.812.490

#### 4.3.4 - Formação de militares dos PLOP em Portugal por tipo de curso e por Ramo das FA

(N.º de alunos)

Tipo de Curso		PAÍSES						TOTAL
		República de Cabo Verde	República da Guiné-Bissau	República Democrática de S. Tomé e Príncipe	República de Angola	República de Moçambique	República Democrática de Timor-Leste	
Formação	Marinha	5	1	4	3	3	-	16
	Exército	4	2	3	7	5	1	22
	Força Aérea	3	-	-	2	2	-	7
Promoção	Marinha	-	-	-	-	-	-	-
	Exército	-	-	-	-	-	-	-
	Força Aérea	-	-	-	-	-	-	-
Atualização	Marinha	-	-	-	-	-	-	-
	Exército	-	-	-	-	-	-	-
	Força Aérea	-	-	-	-	-	-	-
Qualificação	Marinha	-	-	-	-	-	-	-
	Exército	-	-	-	-	-	-	-
	Força Aérea	-	-	-	2	2	-	4
<b>TOTAL</b>	<b>Marinha</b>	<b>5</b>	<b>1</b>	<b>4</b>	<b>3</b>	<b>3</b>	<b>-</b>	<b>16</b>
	<b>Exército</b>	<b>4</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>7</b>	<b>5</b>	<b>1</b>	<b>22</b>
	<b>Força Aérea</b>	<b>3</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>4</b>	<b>4</b>	<b>-</b>	<b>11</b>

#### 4.3.5 - Despesas suportadas pelos Ramos das FA

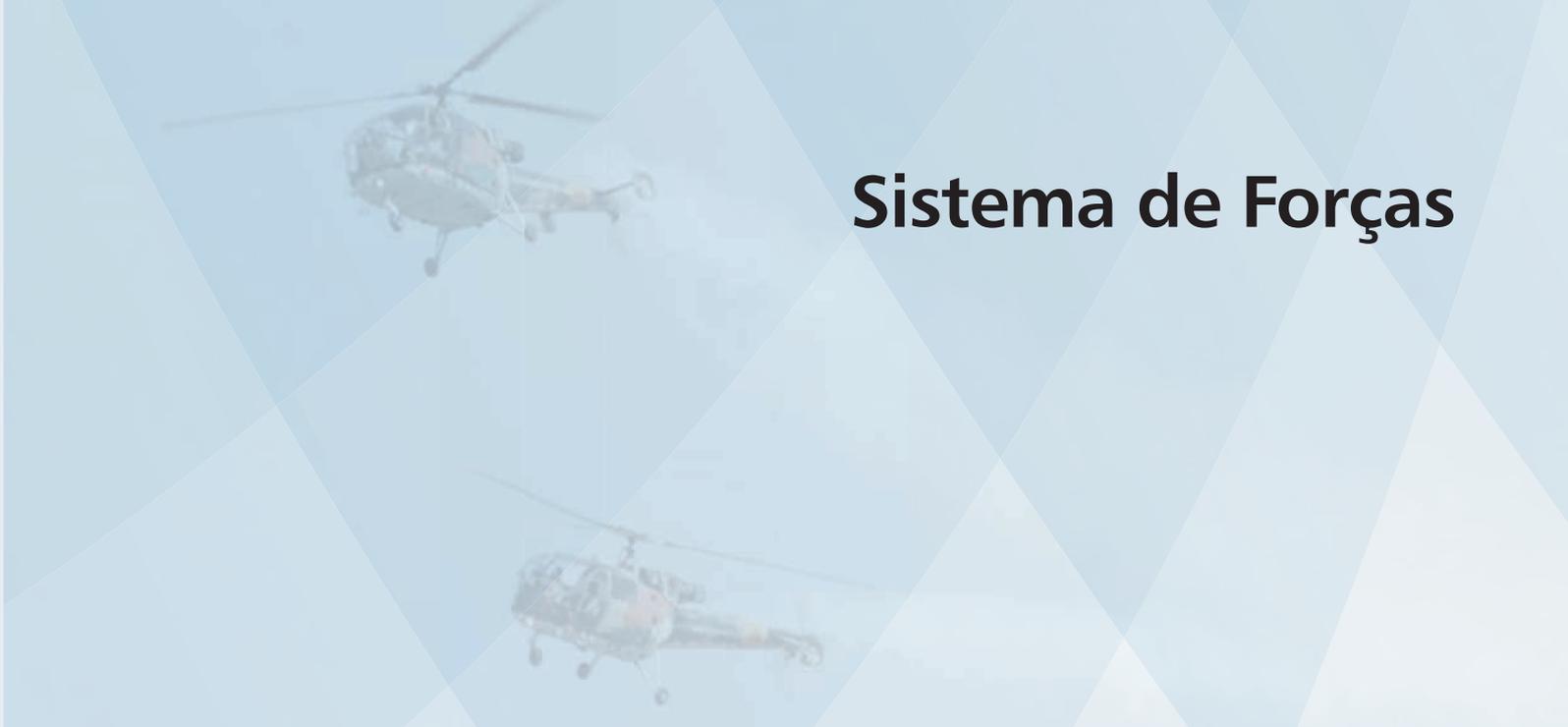
(euros)

Ramo das Forças Armadas		PAÍSES						TOTAL
		República de Cabo Verde	República da Guiné-Bissau	República Democrática de S. Tomé e Príncipe	República de Angola	República de Moçambique	República Democrática de Timor-Leste	
Formação em Portugal	Marinha	25.210	3.610	12.346	4.869	9.020	587	55.642
	Exército	34.964	16.462	13.659	56.755	42.517	8.540	172.897
	Força Aérea	42.286			28.190	28.190		98.666
Vencimentos dos militares em missões nos PLOP e Timor-Leste	Marinha	85.961		60.406	441.623	293.564	217.506	1.099.060
	Exército	55.327	31.000	79.727	489.546	386.209	336.069	1.377.878
	Força Aérea				301.481	197.611	14.822	513.914
Material fornecido	Marinha	837		420	6.925	2.029	2.102	12.313
	Exército							-
	Força Aérea				1.322	135.025		136.347
Outros custos	Marinha	119		411	931	1.077	493	3.031
	Exército	2.892		1.649	12.448	12.133	14.912	44.034
	Força Aérea				8.439			8.439
<b>TOTAL</b>	<b>Marinha</b>	<b>112.127</b>	<b>3.610</b>	<b>73.583</b>	<b>454.348</b>	<b>305.690</b>	<b>220.688</b>	<b>1.170.046</b>
	<b>Exército</b>	<b>93.183</b>	<b>47.462</b>	<b>95.035</b>	<b>558.749</b>	<b>440.859</b>	<b>359.521</b>	<b>1.594.809</b>
	<b>Força Aérea</b>	<b>42.286</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>339.432</b>	<b>360.826</b>	<b>14.822</b>	<b>757.366</b>

#### 4.3.6 - Formação de militares nos PLOP por tipo de curso e Ramo das FA

(N.º de alunos)

Tipo de Curso		PAÍSES						TOTAL
		República de Cabo Verde	República da Guiné-Bissau	República Democrática de S. Tomé e Príncipe	República de Angola	República de Moçambique	República Democrática de Timor-Leste	
Formação	Marinha	45		28	1.411	235	146	1.865
	Exército	366		48	2.611	3.038	175	6.238
	Força Aérea				10	208		218
Promoção	Marinha					113	9	122
	Exército						15	15
	Força Aérea							-
Atualização	Marinha					90	58	148
	Exército							-
	Força Aérea							-
Qualificação	Marinha			3	103	123		229
	Exército				14		32	46
	Força Aérea				128	129		257
<b>TOTAL</b>	<b>Marinha</b>	<b>45</b>	<b>-</b>	<b>31</b>	<b>1.514</b>	<b>561</b>	<b>213</b>	<b>2.364</b>
	<b>Exército</b>	<b>366</b>	<b>-</b>	<b>48</b>	<b>2.625</b>	<b>3.038</b>	<b>222</b>	<b>6.299</b>
	<b>Força Aérea</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>138</b>	<b>337</b>	<b>-</b>	<b>475</b>



# Sistema de Forças





## **NOTA EXPLICATIVA**

Para assegurar a execução das missões e tarefas da sua competência, como parte integrante do sistema de forças nacional, e habilitar ao cumprimento dos compromissos internacionais assumidos pelo país, as Forças Armadas (FFAA) proporcionam às suas unidades um rigoroso programa de treino, bem como a participação em exercícios nacionais e internacionais. Entre as ações de treino, visando estabelecer os padrões definidos, tem lugar a participação, de forma regular, em exercícios conjuntos e exercícios combinados. Com a finalidade de tornar a leitura dos quadros mais objetiva, é anexada à presente nota explicativa uma relação do âmbito dos exercícios indicados pelo EMGFA/Ramos nos respetivos quadros.

### **MARINHA**

Na área dos exercícios e atividades para o aprontamento das forças descreveram-se, qualitativa e quantitativamente, todos os exercícios em que a responsabilidade da preparação e condução foi da Marinha, os exercícios combinados realizados em território estrangeiro em que participaram meios navais e, ainda, os exercícios da responsabilidade de outros Ramos em que houve participação da Marinha.

Foram também incluídas outras atividades conducentes à preparação e aprontamento das unidades navais, designadas por programas de treino, e que englobam o treino básico, operacional, específico e próprio, que se realizam após prolongados períodos de paragem dos navios ou decorrentes de ações de manutenção, rendições de elementos da guarnição em número significativo e preparação de missões cujas características exigem treino específico.

Foram ainda consideradas as viagens de instrução e os embarques de fim-de-semana dos cadetes da Escola Naval, cujo principal objetivo é a aplicação prática dos conhecimentos escolares adquiridos, e que, pelo seu cariz operacional, permitem proporcionar simultaneamente treino às unidades navais envolvidas.

No que concerne à apresentação dos meios financeiros envolvidos, seguiu-se a metodologia de apenas considerar os custos acrescidos, isto é, as despesas com pessoal e operação dos meios efetuadas exclusivamente por força da realização dos exercícios. Assim sendo, contabilizaram-se somente as despesas que não seriam efetuadas caso os exercícios não se tivessem realizado, o que significa que, de um modo geral, só se consideraram as despesas com suplemento de embarque, alimentação (exceto o almoço) e combustível. As exceções a esta orientação geral encontram-se devidamente assinaladas nos quadros respetivos.

### **EXÉRCITO**

Na área específica do treino operacional descrevem-se os exercícios em que a responsabilidade da preparação foi do Exército, os exercícios combinados e aqueles que sendo da responsabilidade primária de outros Ramos, tiveram participação de forças do Exército.

Os totais dos custos acrescidos, que se inserem no quadro dos exercícios sectoriais, consideram, no tocante a "pessoal", as ajudas de custo despendidas nas reuniões preparatórias e em exercícios e, quanto a "operação", as despesas da rubrica orçamental de "Aquisição de bens e serviços correntes", em munições consumidas e alimentação.

No quadro referente aos meios envolvidos em exercícios combinados, os custos acrescidos traduzem essencialmente o valor global das ajudas de custo no estrangeiro, os encargos com o transporte e despesas gerais de preparação.

## **FORÇA AÉREA**

A execução da Política de Defesa Nacional exige, permanentemente, eficiência operacional. Para a alcançar é necessário planear e executar exercícios que preparem, treinem e assegurem a prontidão dos sistemas de armas, de forma a atingirem as capacidades para que foram adquiridos e assim poderem cumprir as missões a que se destinam. Com este objetivo, são realizados exercícios sectoriais, conjuntos e combinados em que os meios da Força Aérea intervêm com outros meios e forças nacionais ou internacionais para assegurarem os níveis de prontidão e combate definidos.

Sem a execução destas atividades e a avaliação dos resultados atingidos não é possível conhecer as capacidades e as limitações existentes, assim como a segurança na operação, interoperabilidade com outras forças e o desenvolvimento de táticas e técnicas adequadas. É por isso essencial a preparação e execução de um plano anual detalhado que assegure a preparação das forças e certifique a sua prontidão, ao qual têm de ser atribuídos os recursos materiais e financeiros adequados que viabilizem a sua concretização.

Estas atividades essenciais visam preparar a utilização eficiente do poder aéreo em todas as suas modalidades, designadamente: de defesa aérea, interdição, TASMO, TASLO, MPA, SAR, transporte, vigilância, guerra eletrónica, comando e controlo e apoio aéreo a outras forças militares e militarizadas e a organizações civis, bem como preparar o seu emprego em operações de paz e humanitárias.

Para qualificar os elementos recrutados para operar os equipamentos, a Força Aérea desenvolve a atividade de instrução e treino, que representa um valor importante do orçamento atribuído.

Os custos dos exercícios sectoriais, conjuntos e combinados, a seguir apresentados, têm como base de cálculo o preço da hora de voo por aeronave aprovado para 2010, nas envolventes de pessoal e operação.

## **CONCEITOS**

### **Exercícios Conjuntos**

Exercícios envolvendo forças militares nacionais de dois ou mais Ramos. A sua finalidade é desenvolver o planeamento operacional conjunto, proporcionar treino operacional e avaliar a prontidão do sistema de forças nacional, a estrutura de comando, os sistemas de comunicações e informação, a interoperabilidade, os conceitos e os planos.

### **Exercícios Combinados**

Exercícios com forças militares nacionais e de outro país, podendo ou não ser realizados em território nacional. A sua finalidade é desenvolver o planeamento operacional conjunto/combinado e avaliar a prontidão do sistema de forças nacional, proporcionar treino operacional e avaliar a capacidade e a interoperabilidade das forças participantes.

### **Exercícios sectoriais**

Exercícios de um Ramo, com eventual participação de forças de outro Ramo ou forças aliadas/amigas, em que aquele Ramo tem a responsabilidade primária do planeamento, condução e avaliação.

## Definição do Âmbito dos Exercícios Referidos nos Quadros do Anuário Estatístico da Defesa Nacional

### Exercícios Conjuntos:

Ano: 2013

EXERCÍCIO	DEFINIÇÃO DO ÂMBITO
AÇOR	Exercício coordenado pelo Comando Operacional dos Açores e visa exercitar, testar e avaliar as diretivas e os planos existentes no âmbito da participação das FFAA em ações de proteção civil e defesa militar de pontos estratégicos na ilha afetada. Tem como finalidade desenvolver o planeamento operacional conjunto e avaliar a prontidão das forças sedeadas no arquipélago dos Açores, a estrutura de comando, os sistemas de comunicações e informação, a interoperabilidade, os conceitos, as diretivas e os planos.
ACORDIVEX	Exercício promovido pelo Comando de Zona Marítima dos Açores com o objetivo de treinar ações de busca e salvamento decorrentes de um acidente de mergulho.
APOLO	Principal exercício da Brigada de Reação Rápida, visou exercitar e treinar o emprego operacional da BrigRR num cenário complexo e atual bem como potenciador de todas as capacidades da Brigada. Teve ainda por finalidade testar e demonstrar a <i>Full Operational Capability</i> do 1BIPara FRI e da SOLTG da NRF12.
ARMAGEDDON	Exercício conjunto envolvendo o Exército a Marinha e a Força Aérea, com a finalidade de atingir a <i>Full Operational Capability</i> (FOC) da Companhia Geral CIMIC (CGERCIMIC). O treino visa desenvolver as capacidades da CGerCIMIC em apoio a uma Brigada numa Operação de Estabilização.
CANÁRIO	Exercício organizado pelo Comando Operacional dos Açores (COA), com vista ao Treino de embarque, instalação e desembarque em aeronaves.
EFICÁCIA	Exercícios de nível Exército e destinam-se prioritariamente a desenvolver a capacidade operacional das Unidades de Apoio de Fogos, constituintes da Componente Operacional do Sistema de Forças do Exército.
FOCA	Exercício organizado pelo Comando Operacional dos Açores (COA), com vista ao Treino de Embarque, Instalação e Desembarque em Meio Naval.
GAIVOTA	Exercício promovido pelo Comando Operacional dos Açores para treino de ações de VERTREP (Vertical Replenishment) entre unidades navais e aeronaves.
INSTREX	Exercício realizado pela Marinha para treino de proficiência individual básico.

LUSÍADA	Exercício conjunto das FFAA, conduzido na forma de CPX, que visa exercitar Comando e Estado-Maior da FRI e as diversas componentes no apoio a uma operação de assistência, seguida de uma operação de evacuação de não-combatentes (NEO).
PARDAL	Exercícios de comunicações com o objetivo de treinar e exercitar a interoperabilidade das comunicações entre os Ramos na banda VHF.
PEDRA VIVA	Os Exercícios da série PEDRA VIVA, destinam-se a treinar a execução de fogos reais das armas colectivas que equipam as forças da ZMM pertencentes à Componente Operacional do Sistema de Forças (ECOSF) do Exército.
PRIOLO	Treino dos Encargos Operacionais, à responsabilidade dos Regimentos da ZMA.
REP 13	Exercício Recognized Environmental Picture (REP) realiza-se desde 2010 no âmbito do MOU assinado em 2005 entre a Marinha Portuguesa e a Universidade do Porto (UP), tendo em vista o desenvolvimento dos sistemas SEACON (UAV).
SAREX	Exercícios realizados no âmbito da Busca e Salvamento, entre a Marinha e a Força Aérea.
SWIMMEX	Participação do Exército, através do Destacamento de Precursores Aero-terrestres do Batalhão Operacional Aero-terrestre ( BOAT) da Escola de Tropas Pára-quedistas ( ETP), para operarem a Zona de Lançamento, em saltos de abertura automática do Destacamento de Precursores e do Destacamento de Ações Especiais do Corpo de Fuzileiros.
ZARCO	Exercício do Comando Operacional da Madeira, para teste e treino dos planos de contingência no quadro do planeamento de defesa militar do Arquipélago da Madeira, prevendo ainda a colaboração com a protecção civil.

### Exercícios Combinados:

EXERCÍCIO	DEFINIÇÃO DO ÂMBITO
ARRCADE CAESAR	Exercício de treino coletivo do HQ ARRC, com um <i>Staff Ride</i> para o <i>Senior HQ ARRC Staff</i> e para convidados baseado num estudo detalhado da campanha aliada na SICILIA em 1943 (Operação <i>HUSKY</i> ).
BRIILLIANT MARINER 13	Exercício promovido pelo Joint Force Command Brunssun, no âmbito da certificação das Nato Response Forces (NRF).
CAPABLE LOGISTICIAN	Exercício de treino dos standards e interoperabilidade logística, tendo por base um cenário de assistência humanitário no âmbito das operações de resposta a crises (CRO).

CIRCAETE (Iniciativa 5+5)	Exercício <i>AirDefense</i> no âmbito da Iniciativa 5+5.
CMX	Exercício do tipo CPX ( <i>Command Post Exercise</i> ) decorre ao nível estratégico político-militar, no âmbito da NATO, sob o patrocínio do Secretário-geral da OTAN. Tem por finalidade praticar, testar e validar a gestão, as medidas e os mecanismos relacionados com o processo de consulta e de decisão coletiva na resposta a crises, de maneira a manter e melhorar a capacidade da Aliança na resolução de crises.
COMBINED ENDEAVOUR	Exercício internacional de interoperabilidade ao nível dos Sistemas de Informação e Comunicação (SIC) patrocinado pelo Comando Europeu dos EUA (USEUCOM)
CONVEX 3	Exercício promovido pela ANPC na península de setúbal, com o objetivo de testar capacidades das organizações internacionais e dos estados membros para reagirem a acidentes radiológicos e/ou nucleares graves e com implicações transnacionais e transfronteiriças.
CRUZEX	Exercício CPX conduzido pelo Comando da Força Aérea do Brasil.
DEEP DIVEX 2013	Exercício de mergulho profundo em cenário MW-EOD (Mine Warfare – Explosive Ordnance Disposal), realizado em Itália em 2013.
FELINO	Exercício conjunto e combinado no âmbito da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP) e tem por finalidade exercitar uma Força Tarefa conjunta e combinada no quadro desta organização, no sentido de incrementar a interoperabilidade e o treino das Forças Armadas dos estados membros, com vista ao seu emprego em operações de apoio à paz e ajuda humanitária, sob a égide das Nações Unidas.
FLEETEX	Exercício Naval e Anfíbio.
HOT BLADE	Exercício coordenado pela Força Aérea e pela EDA, para treino de operações com Helicópteros.
IRON GUARD	Exercício NATO EW conduzido em simultâneo com o exercício REAL THAW.
JCET	Joint Combined Exchange Training – Exercício de Operações Especiais bi-lateral entre Portugal e os Estados Unidos da América, sob coordenação do QGOE (Quartel General de Operações Especiais) e do United States Special Operations Command Europe (SOCEUR).
LONE PARATROOPER	Exercício multinacional, que contou com a presença de 15 elementos do Batalhão Operacional Aero terrestre (BOAT) da Brigada de Reação Rápida e visou treinar os saltos em paraquedas assistidos com oxigénio a altitudes não fisiológicas. Decorreu em Espanha, na Base Aérea de Leon.
LONG PRECISION	O exercício caracteriza-se por ser de natureza técnico-tática e incide na troca de experiências e no treino de técnicas, táticas e procedimentos na vertente de atirador <i>sniper</i> (Calibre 0.5)
MAGRE 2013-01	Exercício de mergulho promovido pelo Comando Operacional Espanhol (ALFLOT), com o objetivo de exercitar as capacidades de MCM (Mine Counter-Measures) e EOD (Explosive Ordnance Disposal).
MORSA 01	Exercício de âmbito SAR em ambiente terrestre.

---

MORSA 02	Exercício de âmbito SAR em ambiente marítimo.
NATO TIGER MEET	O Exercício <i>TigerMeet</i> é um encontro multinacional anual em que participam Esquadras de Voo, membros da NATO, que compartilham como simbologia ou heráldica a cabeça de um tigre. O exercício abrange um largo espectro de operações militares e tem como objetivo a partilha de conhecimentos e melhoria das áreas operacionais das Esquadras de Voo participantes, bem como a criação de um espírito de corpo entre as Esquadras da comunidade " <i>Tiger</i> ".
NCDEX	Exercício NATO no âmbito da <i>Cyber Defence</i> .
NOBLE MARINER	Exercício NATO no âmbito da certificação dos meios navais nacionais para a NRF.
O.T.E.	O <i>Operational Testing &amp; Evaluation (O.T.E)</i> insere-se no programa de teste e desenvolvimento da <i>Operational Functional Program (OFP) M6.1</i> do F16.
RAMSTEIN GUARD 1	Exercício de guerra eletrónica, promovido pelo JEWCS (Joint Electronic Warfare Core Staff) da NATO.
REAL THAW	Exercício realizado pela Força Aérea, da responsabilidade primária do Comando Aéreo no âmbito da defesa aérea, transporte aéreo tático e apoio aéreo próximo, com participação do Batalhão de Comandos, dos Batalhões de Paraquedistas, dos destacamentos de Precursores e de Operações Especiais, da Artilharia de Campanha e Antiaérea e do Esquadrão de Reconhecimento.
SAHARAN EXPRESS 13	Exercício promovido pelo Comando da Componente Naval (NAVAF) do Comando das Forças Americanas em África (US AFRICOM), no âmbito da Segurança Marítima (MSA - Maritime Situation Awareness)
SEABORDER (Iniciativa 5+5)	Exercício no âmbito da Iniciativa 5+5 para treino de operações de segurança marítima (MSO).
STEADFAST ILLUSION/ UNIFIED BLADE	Exercício cujo objetivo principal é o treino de uma força multinacional, de escalão Batalhão, com especialistas nas áreas da recolha de informação com base em fontes humanas (HUMINT) e de Contrainformação (CI), visando atuar num cenário de conflito de baixa intensidade numa operação de resposta a crises (CRO).
STEADFAST INDICATOR	Exercício organizado anualmente pelo SHAPE no âmbito do HUMINT tendo por finalidade uniformizar táticas, técnicas e procedimentos HUMINT, aproveitando a oportunidade para colocar em prática a doutrina e normalizando os seus procedimentos de acordo com o que de mais recente se pratica nos actuais Teatros de Operações.
SWIMMEX	Exercício destinado a aumentar a proficiência em inserções através de mergulho de combate e natação de combate em cenários táticos, pelos militares das unidades
TROPICALEX	Exercício promovido pelo Comando da Marinha do Brasil, com o objetivo de treinar a sua força naval em ambiente multidisciplinar.

---

## 5.1 - EXERCÍCIOS CONJUNTOS E COMBINADOS – EMGFA, MARINHA, EXÉRCITO E FORÇA AÉREA

### 5.1.1 - Exercícios Conjuntos – Exercícios Realizados

Ano: 2013

Nome de Código do Exercício	Forma/Tipo	Período	Área	OSE	OCE	Comandos Operacionais Envolvidos	Observações
AÇOR 13	CPX	7-14 JUN	Arquipélago dos Açores	CEMGFA	COA	COA CZMARA CZMILA CZAA	
ACORDIVEX	LIVEX	25 OUT	Arquipélago dos Açores	CZMARA	CZMARA	CZMARA	
AIDA STELA	LIVEX	04 NOV	Arquipélago da Madeira	APRAM	CRPM		
AMPHIBEX ALFA	LIVEX	11-18 FEV	Campo Tiro Alcochete	CCF	CMDT BF2	CN	
CANÁRIO 131	LIVEX	12 ABR	S. Miguel	COA	CZMA	COA CZMARA CZAA	
CANÁRIO 132	LIVEX	19 SET	Terceira	COA	CZMA	COA CZMILA CZAA	
EFICÁCIA	LIVEX	20-24 MAI	Campo Tiro Sta. Margarida	COMNAV	CMDT CAF	CN	
FOCA 131	LIVEX	11- 14 MAR	S. Miguel / Santa Maria	COA	CZMILA	COA CZMARA CZMILA CZAA	
FOCA 132	LIVEX	26 JUN	Terceira	COA	CZMARA	COA CZMILA CZMARA CZAA	
FOCA 133	LIVEX	12 NOV	S. Miguel	COA	CZMILA	COA CZMILA CZMARA CZAA	
FOCA 134	LIVEX	01 DEZ	S. Miguel / Terceira	COA	CZMARA	COA CZMILA CZMARA	
GAIVOTA 131	LIVEX	11 ABR	Arquipélago dos Açores	COA	CZMARA / CZAA	COA CZMARA CZMILA CZAA	

GAIVOTA 132	LIVEX	25 OUT	Arquipélago dos Açores	COA	COA	COA CZMARA CZMILA CZAA
HOT BLADE 13	AIR/LIVEX	17-31 JUL	Portugal	EDA	CA	CA CN CFT
INSTREX 13	LIVEX	3-16 ABR	Áreas nacionais de exercícios	CEMA	COMNAV	CN CA
LUSITANO 13	LIVEX	18-23 NOV	Arquipélago da Madeira	CEMGFA	COC	CE COC CN, CA, CFT, COM, COMFRI, CZMILM, CZMARM
PEDRA VIVA 13	LIVEX	14 MAR	Arquipélago da Madeira	CEMGFA	COM	COM
PRIOLO 131	LIVEX	04 ABR	Arquipélago dos Açores	CZMILA	CZMILA	COA CZMARA CZMILA CZAA
REAL THAW 13	LIVEX	11-22 FEV	BrigMec	CEMFA	CA	CN CFT CA
REP 13	LIVEX	8-19- JUL	Área1: Sul Sesimbra/ Área2: Sul Portimão	COMNAV DGAM	COMNAV/ DGAM	CN/DGAM
SAREX	LIVEX	15 MAI	Arquipélago dos Açores	CZMARA	CZMARA	CZMARA
STEADFAST INDICATOR	LIVEX	9-21 SET	Roménia	SACEUR	SHAPE J2	
SWIMMEX 13	LIVEX	14-15 MAI	Tróia	CEMA	COMNAV	CN

## 5.1.2 - Exercícios Conjuntos – Meios

Ano: 2013

Nome de Código do Exercício	Unidades Orgânicas/Meios			Pessoal/Viaturas			Custos Acrescidos (euros)			Observações
	Marinha	Exército	Força Aérea	Marinha	Exército	Força Aérea	Pessoal	Operação	Total	
AÇOR 13	1 FS 2 Oficiais (EXCON)	CZMILA RG1 RG2	C295M	77	52/2	25	482,00 (FAP)	1.142,36 (EX) 12.538,00 (FAP) a)	1.624,36	b)
ACORDIVE X	1 FS			75					b)	
AIDA STELA				1			c)		-	
AMPHIBEX ALFA	BF2			72				6.071,40	6.071,40	
CANÁRIO 131		RG2	EH101		74/8	12	130,00 (FAP)	778,60 (EX) 26.940,00 (FAP) a)	908,60	
CANÁRIO 132		RG1			61/4			750,20	750,20	
EFICACIA	CAF		F16 TACP	34		4	274,00 (FAP)	19.782,00 (FAP) a) 20.705,25 (MAR)	20.979,25	
FOCA 131	1 FS	RG2		75	54/8			1.397,73 (EX)	1.397,73 b)	
FOCA 132	1 FS	RG1		75	51/9			1.001,12 (EX)	1.001,12 b)	
FOCA 133	1 FS	RG2		75	46/7			802,00 € (EX)	802,00 b)	
FOCA 134		RG1			51/4			1.001,12	1.001,12	
GAIVOTA 131	1 FS		EH101	75		11	119,00	34.711,00 (FAP) a)	119,00 b)	
GAIVOTA 132	1 FS			75					b)	
HOT BLADE 13	1 AOR, BLD DAE	BrigRR		170	354/25		4.390,47	3.245,28 (EX) 33.419,35 (MAR)	41.055,10	
INSTREX 13	3 FFGH 1 AOR 2 FS 1 SSG 2 LFR 1 LCU 1 AGS 1 AGSC 1 SSG BLD DAE DMS 1 DMS 2		F16 P3C EH101	1.020		71	€ 97.716,7 3	327.328,0 0 (FAP) a) 557.773,0 9 (MAR)	655.489,8 2	
LUSITANO 13	1 FFGH EM FRI 1 SSG 1 AOR	CZMILM BrigRR (LCC/FRI) BrigInt	C130 P3C C295M F16	422	477/59	148	2.510,00 (FAP) 92.514,2 1	15.182,00 (EX) 399.322,0 0	571.797,1 3	

	1 AGS Eq. HIDRO. BLD DAE CDT	CSMIE	EH101			(MAR)	(FAP) a) 461.590,9 2 (MAR)	
PEDRA VIVA 13	1 PB			35				b)
PRIOLO 131	1 FS			75				b)
REAL THAW 13	3 FFGH 1 AOR BLD DAE LYNX MK95	BrigMec; BrigRR		740	625/91	8.138,17	35.251,27 (EX) 86.960,59 (MAR)	130.450,0 3
REP 13	1 LCU 1 AGSC DMS 1 DMS 3			35		567,78	1.232,23	1.800,01
ROSA BRAVA 13			F16 TACP		5	187,00	48.465,00 a)	187,00
SAREX	1 FS			75				b)
STEADFAS T INDICATOR	BF			1				-
SWIMMEX 13		BOAt			6/1		1.000,00	1.000,00
ZEUS 13			F16 C295M TACP		12	360,00	51.595,00	360,00

- a) FAP - Os custos inerentes às horas de voo efetuadas em cada um dos exercícios, apesar de identificados/apresentados são considerados pela FAP como parte integrante do regime de esforço atribuído às Esquadras de Voo (treino e qualificação das tripulações). Deste modo, os valores em causa não foram adicionados ao custo total;
- b) MAR - Custos englobados no Dispositivo Naval Padrão (ZMARA/ZMARM);
- c) MAR - Custos com ajudas de custo em território nacional.

### 5.1.3 - Exercícios Combinados – Exercícios Realizados

Ano: 2013

Nome de Código do Exercício	Forma/Tipo	Período	Área	OSE	OCE	Comandos Operacionais Envolvidos	Observações
BRAPOR 13	LIVEX	03-12 JUN	Portugal	CEMFA	CA		
BRILLIANT ARROW 13	LIVEX	21 AGO-06 SET	Noruega	COM JFC BRUNSSUM	COM AC RAMSTEIN		
CAPABLE LOGISTICIAN 13	LIVEX	09-23 JUN	Eslováquia	JFC RC	MLCC	CFT	
CIRCAETE 13	CPX LIVEX	29-31 OUT	Mediterrâneo	CHOD's 5+5	FRANÇA		
Coop PRT-BEL Fase I	LIVEX	01-24 MAR	Portugal	Cmdt BrigRR	Cmdt ETP		Atividade L60
Coop PRT-BEL Fase II	LIVEX	21 JUN-06 JUL	Portugal	Cmdt BrigRR	Cmdt ETP		Atividade L63
CRUZEX 13	LIVEX	04-15 NOV	Brasil	COM FA BRASIL	COM OP FA BRASIL		
FRONTERA 13		11-15 NOV	Badajoz		BMZ XI	Cmd BrigMec;	
HIREX 13		18-24 JUN	Valencia	JHQ (L)	NRDC -SP	Cmd BrigMec;	
HOT BLADE 13	LIVEX	17-31 JUL	Portugal	EDA	CA		
JCET 13	LIVEX	03-28 JUN	Lamego, Lisboa e Setúbal	CEMGFA	CQGOE	CFT, CN, QGOE, CTOE, DAE US SOF	
JCET 13	LIVEX	03-21 JUN	Portugal	CEMGFA	CQGOE		
LONE PARATROOPER 13	LIVEX	20-31 MAI	Espanha	SP LIGHT FORCES CMDR	SP AIRBORNE BRIGADE CMDR		

MORSA 13-01	LIVEX	13 MAR	Portugal	JEFATURA SAR / CA	RCC LISBOA		
MORSA 13-02	LIVEX	09-10 OUT	Espanha	JEFATURA SAR / CA	RCC CANÁRIAS		
NATO TIGER MEET 13	LIVEX	17-28 JUN	Noruega	NTA	NTA		
REAL THAW 13	LIVEX	11-22 FEV	Portugal	CA	DOA/CA		
SAHARAN EXPRESS 13	LIVEX	08-15 MAR	África Ocidental	US AFRICA COMMAND	US AFRICA COMMAND		
SEABORDER 13	CPX/LIVEX	23-27 SET	Mauritânia / Portugal	CHOD PO / CHOD SP	COMNAV		
STEADFAST FOUNT	CPX/CAX	16-21 SET	Turquia	SHAPE	SHAPE	CFT	NRF 2014
STEADFAST ILLUSION/ UNIFIED BLADE 13	FTX	29 JUN-11JUL	Letónia	SHAPE	SHAPE		
STEADFAST INDICATOR 13	FTX	06-20 SET	Roménia	SHAPE	SHAPE	CISMIL CSMIE	
STEADFAST JAZZ 13	LIVEX / CAX	28 OUT-10 NOV	Polónia / Letónia	ACO	COM JFC BRUNSSUM	CFT CA	NRF 2014

#### 5.1.4 - Exercícios Combinados – Meios

Ano: 2013

Nome de Código do Exercício	Unidades Orgânicas/Meios			Pessoal/Viaturas			Custos Acrescidos (euros)		Observações	
	Marinha	Exército	Força Aérea	Marinha	Exército	Força Aérea	Pessoal	Operação		
BRAPOR 13			P3C F16			61	72,00	86.760,00 a)	72,00	
BRILLIANT ARROW 13			F16 C130 (Apoio)			87			1.041.042,00	
CAPABLE LOGISTICIAN 13		CFT			3		4.506,51		4.506,51	
CIRCAETE 13			F16			5		20.771,00 a)	-	(b)
Coop PRT-BEL Fase I		BrigRR			47/8			23.330,60	23.330,60	

Coop PRT-BEL Fase II	BrigRR		137/6			597,82	597,82	
CRUZEX 13				2		3.801,00	3.801,00	
FRONTERA 13	Cmd BrigMe c		2			1.118,10	1.118,10	
HIREX 13	Cmd BrigMe c		9/1			8.846,82	8.846,82	
HOT BLADE 13	BrigRR	F16 EH101 P3C	354/25	303		3.245,28 (EX) 1.107.459,00 (FAP) a)	3.245,28	c)
JCET 13	FOE	EH101 C295M	81/8	11		10.184,00 (EX) 23.768,00 (FAP) a)	10.184,00	
LONE PARATROOPER 13	BOAt		10/2		4.695,80	3.821,12	8.516,92	
MORSA 13-01 (SATER)		P3C ALIII		26		10.262,00 a)	-	
MORSA 13-02 (SAMAR)		C295M EH101		11	1.604,00	105.405,00 a)	1.604,00	
RAMSTEIN GUARD 01-13							-	(d)
REAL THAW 13	BrigMe c; BrigRR	F16 C130 C295M ALIII EH101 P3C	625/91	274	55.465,00 (FAP)	35.251,27 (EX) 1.481.187,00 (FAP) a)	90.716,27	
SAHARAN EXPRESS		P3C		16			480.868,00	
SEABORDER 13		P3C EH101 C295M (Apoio)		37		55.542,00	-	(b)
STEADFAST FOUNT	RecceCoy/NRF 2014		1			4.295,10	4.295,10	
STEADFAST ILLUSION / UNIFIED BLADE 13	CSMIE		3			4.397,00	4.397,00	
STEADFAST INDICATOR 13	CSMIE		1			€ 2.611,00	€ 2.611,00	
STEADFAST JAZZ 13	RecceCoy/NRF 2014	P3C	4	33		7.527,00 (EX) 750.422,00 (FAP)	€ 757.949,00	

- (a) FAP - Os custos inerentes às horas de voo efetuadas em cada um dos exercícios, apesar de identificados/apresentados são considerados pela FAP como parte integrante do regime de esforço atribuído às Esquadras de Voo (treino e qualificação das tripulações). Deste modo, os valores em causa não foram adicionados ao custo total.
- (b) FAP - Despesas com pessoal suportadas pela DGPDN do MDN.
- (c) FAP - Despesas com pessoal financiadas pela *European Defence Agency* e Luxemburgo.
- (d) FAP - Decorreu em simultâneo com o *Real Thaw 13*, tendo os custos sido inseridos no mesmo.

## 5.2 – EXERCÍCIOS SECTORIAIS E ATIVIDADES DE PREPARAÇÃO ESPECÍFICA DA MARINHA

### 5.2.1 - Exercícios sectoriais – Exercícios Realizados

Ano: 2013

Nome de Código do Exercício	Forma/Tipo	Período	Área	OSE	OCE	Comandos Operacionais Envolvidos	OBS.
STX	Seriado	28 FEV-04 MAR	Pinheiro da Cruz	CCF	Cmdt CAF		
FTX	Seriado	28 FEV-04 MAR	Pinheiro da Cruz	CCF	Cmdt CF21		
FTX	Seriado	04-08 MAR	Pinheiro da Cruz	CCF	Cmdt CF22		
FTX	Seriado	08-12 MAR	Pinheiro da Cruz	CCF	Cmdt BF1/UP N		
CPX / LOGEX	Seriado	18-22 MAR	Mata da BNL	CCF	Cmdt BLD		
FTX	Seriado	18-22 MAR	Pinheiro da Cruz	CCF	Cmdt CAF		
FTX	Seriado	12-16 MAR	Pinheiro da Cruz	CCF	Cmdt BF1/CF 11		
FTX	Seriado	6-10 MAI	Pinheiro da Cruz	CCF	Cmdt CATT		
TIREX	Seriado	15-17 ABR	Pinheiro da Cruz	CCF	Cmdt DAE		
TIREX	Seriado	15-17 MAI	Pinheiro da Cruz	CCF	Cmdt CAF		
MOBILIDADE	Seriado	27-31 MAI	BF/BNL/Sesimbra/M UXITO	CCF	Cmdt DAE		
MOUNTAINEX	Seriado	16-22 SET	Serra da Estrela	CCF	Cmdt DAE		
TIRO SNIPER	Seriado	30-31 OUT	Campo tiro Pinheiro da Cruz	CCF	Cmdt DAE		
TIREX	Seriado	01-03 OUT	EF/Pinheiro da Cruz	CCF	Cmdt DAE		
TROIA	Seriado	17-21 OUT	Tróia/Pinheiro da Cruz	CCF	Cmdt UMD		
TROIA	Seriado	13-17 OUT	Pinheiro da Cruz	CCF	Cmdt BF2		
TACEX	Seriado	01-25 OUT	EF/CTALC/Pinheiro da Cruz	CCF	Cmdt DAE		
TROIA	Seriado	04-12 NOV	Tróia/Pinheiro da Cruz	CCF	Cmdt BF1		
TROIA	Seriado	12-17 NOV	Pinheiro da Cruz	CCF	Cmdt CAF		
AMPHIBEX BRAVO	Seriado	27 OUT – 02 NOV	CTALC/Estuário do Tejo	CCF	Cmdt BF2		
SOFREADYNE SS	Seriado	02-06 DEZ	EF	CCF	Cmdt DAE		
PNL	LIVEX/Formaç ão	31 JAN – 01 FEV	Mata da Machada	Cmdt EF	DTP/EF		
BROWNING 1301	LIVEX/Formaç ão	17 JAN	Campo tiro Pinheiro da Cruz	Cmdt EF	DTP/EF		
BLOCO TREINO FAC	LIVEX/Formaç ão	07 JAN – 01 FEV	EF/Cabo Espichel/Pinheiro da Cruz/Ceisseiros	Cmdt EF	DTP/EF		
MOBILIDADE	Seriado	27-31 MAI	BF/BNL/Sesimbra/M UXITO	CCF	Cmdt DAE		
PAME	LIVEX/Formaç ão	21-25 JAN	BF/BF1/EFZ	Cmdt EF	DTP/EF		
COM RAÇA	LIVEX/Formaç ão	27 FEV	Mata da Machada	Cmdt EF	DTP/EF		
BROWNING	LIVEX/Formaç ão	27-28 FEV	Pinheiro da Cruz	Cmdt EF	DTP/EF		

ALFANGE 1301	LIVEX/Formação	21 MAR	Quinta da Ferraria/Cabo Espichel	Cmdt EF	DTP/EF
BROWNING	LIVEX/Formação	25-26 FEV	Pinheiro da Cruz	Cmdt EF	DTP/EF
PNL	LIVEX/Formação	07 FEV	Mata da Machada	Cmdt EF	DTP/EF
BROWNING 1302	LIVEX/Formação	06-22 MAR	Pinheiro da Cruz	Cmdt EF	DTP/EF
Curso Aperf.Abord.AA Z19	LIVEX/Formação	14 MAR	EF/BNL/ Rio Coina/Mar da Palha/FRAGAMA	Cmdt EF	DTP/EF
TIREX	LIVEX/Formação	15 MAR	Pinheiro da Cruz	Cmdt EF	DTP/EF
FAST-ROPE	LIVEX/Formação	18-20 MAR	DRIHELI-BA6/MONTIJO	Cmdt EF	DTP/EF
NOITE ESCURA	LIVEX/Formação	01 MAR	Mata da Machada	Cmdt EF	DTP/EF
NOITE ESCURA	LIVEX/Formação	16-17 ABR	Mata da Machada	Cmdt EF	DTP/EF
COM RAÇA	LIVEX/Formação	10-12 ABR	Mata da Machada	Cmdt EF	DTP/EF
ANTARES	LIVEX/Formação	22-24 ABR	Mata da Machada	Cmdt EF	DTP/EF
ANTARES	LIVEX/Formação	06-07 ABR	Pinheiro da Cruz	Cmdt EF	DTP/EF
ALFANGE	LIVEX/Formação	08-09 MAI	Quinta da Ferraria/Cabo Espichel	Cmdt EF	DTP/EF
PNL	LIVEX/Formação	02-03 MAI	Mata da Machada	Cmdt EF	DTP/EF
NOITE ESCURA	LIVEX/Formação	08-09 MAI	Mata da Machada	Cmdt EF	DTP/EF
NOITE ESCURA	LIVEX/Formação	21-22 MAI	Mata da Machada	Cmdt EF	DTP/EF
ALFANGE	LIVEX/Formação	22-26 MAI	Quinta da Ferraria/Cabo Espichel	Cmdt EF	DTP/EF
EXPLOSIVOS	LIVEX/Formação	22-24 MAI	Campo Tiro Pinheiro da Cruz	Cmdt EF	DTP/EF
SOL NASCENTE/LIPOCHE	LIVEX/Formação	13-14 MAI	Pinheiro da Cruz	Cmdt EF	DTP/EF
PNL	LIVEX/Formação	09 MAI	Mata da Machada	Cmdt EF	DTP/EF
MILHAFRE	LIVEX/Formação	23-24 MAI	Mata da Machada	Cmdt EF	DTP/EF
COM RAÇA	LIVEX/Formação	28 JUN	Mata da Machada	Cmdt EF	DTP/EF
CONTRA PONTO	LIVEX/Formação	24-26 JUN	EF	Cmdt EF	DTP/EF
NOITE ESCURA	LIVEX/Formação	11-12 JUN	Mata da Machada	Cmdt EF	DTP/EF
ANTARES	LIVEX/Formação	06 JUN	Mata da Machada	Cmdt EF	DTP/EF
MILHAFRE	LIVEX/Formação	17-20 JUN	Mata da Machada	Cmdt EF	DTP/EF
SOL NASCENTE/LIPOCHE	LIVEX/Formação	03-07 JUN	Pinheiro da Cruz	Cmdt EF	DTP/EF
TIRO COMBATE MERGULHADORES	LIVEX/Formação	04-05 JUL	Pinheiro da Cruz	Cmdt EF	DTP/EF
SOL NASCENTE	LIVEX/Formação	10-12 JUL	Pinheiro da Cruz	Cmdt EF	DTP/EF
GUIDAJE	LIVEX/Formação	10-11 JUL	Mata da Machada	Cmdt EF	DTP/EF
SOCINCO/TRIDENTE	LIVEX/Formação	29-31 JUL	Pinheiro da Cruz	Cmdt EF	DTP/EF
PNL	LIVEX/Formação	29-31 JUL	Mata da Machada	Cmdt EF	DTP/EF

SOL NASCENTE/LIPOCHE	LIVEX/Formação	12-17 JUL	Pinheiro da Cruz	Cmdt EF	DTP/EF
TORPEDO/BUJARRONA	LIVEX/Formação	08-10 JUL	CTALC	Cmdt EF	DTP/EF
FINALMENTE	LIVEX/Formação	02 JUL	Melides/Pinheiro da Cruz	Cmdt EF	DTP/EF
ANTARES	LIVEX/Formação	26-27 AGO	Mata da Machada	Cmdt EF	DTP/EF
MILHAFRE	LIVEX/Formação	29 AGO	Mata da Machada	Cmdt EF	DTP/EF
MILHAFRE	LIVEX/Formação	27-28 AGO	Mata da Machada	Cmdt EF	DTP/EF
CONTRA PONTO	LIVEX/Formação	09-10 SET	Mata da Machada	Cmdt EF	DTP/EF
ESCORPIÃO	LIVEX/Formação	11-12 SET	7ª Bateria do Outão	Cmdt EF	DTP/EF
CHALUPA	LIVEX/Formação	17-18 SET	Campo Tiro Alcochete	Cmdt EF	DTP/EF
GUIDAJE	LIVEX/Formação	25-27 SET	Mata da Machada	Cmdt EF	DTP/EF
PNL	LIVEX/Formação	25-26 SET	Mata da Machada	Cmdt EF	DTP/EF
SOCINTO/TRIDENTE	LIVEX/Formação	30 SET-09 OUT	Tróia/Pinheiro da Cruz	Cmdt EF	DTP/EF
TIRO COMBATE FZ	LIVEX/Formação	16-17 OUT	Campo Tiro Pinheiro da Cruz	Cmdt EF	DTP/EF
MAR VERDE	LIVEX/Formação	29-31 OUT	Tróia/Estuário do Sado/Melides/Pinheiro da Cruz/Trem Naval de Setúbal/Praia da Albarquel	Cmdt EF	DTP/EF
GATA BRAVA	LIVEX/Formação	06-07 NOV	EF/Estuário do Tejo	Cmdt EF	DTP/EF
PNL	LIVEX/Formação	25 NOV - 03 DEZ	Mata da Machada	Cmdt EF	DTP/EF
TORPEDO	LIVEX/Formação	05-06 DEZ	Campo Tiro Alcochete	Cmdt EF	DTP/EF
GURUPÉS	LIVEX/Formação	07-08 DEZ	Mata da Machada	Cmdt EF	DTP/EF
CHALUPA / GATA BRAVA / FINALMENTE	LIVEX/Formação	14 NOV	Estuário do Sado/Alcácer/PANTR OIA/Praia da Raposa/Pego do Altar	Cmdt EF	DTP/EF
PNL	LIVEX/Formação	17-18 DEZ	Mata da Machada	Cmdt EF	DTP/EF
TABELAS DE TIRO CFP FZ	LIVEX/Formação	03 DEZ	Campo Tiro Pinheiro da Cruz	Cmdt EF	DTP/EF
PNL	LIVEX/Formação	03 DEZ	Mata da Machada	Cmdt EF	DTP/EF
CAAP	LIVEX/Formação	10 DEZ	Campo Tiro Alcochete	Cmdt EF	DTP/EF
CAAP	LIVEX/Formação	10 DEZ	Campo Tiro Pinheiro da Cruz	Cmdt EF	DTP/EF
ESCORPIÃO	LIVEX/Formação	09-10 DEZ	7ª Bateria do Outão	Cmdt EF	DTP/EF
PNL	LIVEX/Formação	10-11 DEZ	Mata da Machada	Cmdt EF	DTP/EF

## 5.2.2 - Exercícios sectoriais – Meios Envolvidos

Ano: 2013

Nome de Código do Exercício	Unidades Orgânicas/ Meios	Efetivo	Custos Acrescidos (euros)			Unidades Orgânicas/ Meios		OBS.
			Pessoal	Operação	Total	Nacionais (Outros Ramos)	Não Nacionais	
STX	CAF	17		3.901,66	3.901,66			
FTX	BF2-CF21	96		4.342,13	4.342,13			
FTX	BF2-CF22	78		4.279,16	4.279,16			
FTX	BF1-UPN	154		4.001,53	4.001,53			
CPX / LOGEX	BLD	85		1.437,71	1.437,71			
FTX	BF1-CF11	79		4.001,53	4.001,53			
FTX	CAF	72		3.677,65	3.677,65			
FTX	CATT	65		6.760,12	6.760,12			
TIREX	DAE	22		3.348,26	3.348,26			
TIREX	CAF	74		35.047,43	35.047,43			
MOBILIDADE	DAE	20		15,75	15,75			
MOUNTAINEX	DAE	38		3.714,20	3.714,20			
TIRO SNIPER	DAE	14		2.159,89	2.159,89			
TIREX	DAE	22		-	-			
TROIA	BF2	174		36.500,04	36.500,04			
TROIA	UMD	106		8.375,60	8.375,60			
TACEX	DAE	34		3.975,24	3.975,24			
TROIA	BF1	159		11.501,35	11.501,35			
TROIA	CAF	96		121.400,03	121.400,03			
AMPHIBEX BRAVO	BF2	174		36.500,04	36.500,04			
SOFREADYNESS	DAE	9		624,99	624,99			
PNL	EF/BI	22		4,14	4,14			
BROWNING 1301	EF/BI	15		2.877,86	2.877,86			
BLOCO TREINO FAC	DAE	11		2.486,00	2.486,00			
PAME	BF1	63		1.074,98	1.074,98			
COM RAÇA	EF/BI	30		88,60	88,60			
BROWNING	EF/BI	17		4.655,20	4.655,20			
ALFANGE 1301	EF/BI	31		149,00	149,00			
BROWNING	EF/BI	17		4.315,89	4.315,89			
PNL	EF/BI	28		5,60	5,60			

BROWNING 1302	EF/BI	21	2.951,12	2.951,12
CURSO APERF.ABORD. AAZ19	EF/BI	43	28.059,00	28.059,00
TIREX	EF/BI	32	-	-
FAST-ROPE	EF/BI	17	-	-
NOITE ESCURA	EF/BI	29	483,48	483,48
NOITE ESCURA	EF/BI	15	97,86	97,86
COM RAÇA	EF/BI	16	91,10	91,10
ANTARES	EF/BI	33	1.587,67	1.587,67
ANTARES	EF/BI	32	3.086,56	3.086,56
ALFANGE	EF/BI	17	88,47	88,47
PNL	EF/BI	23	6,55	6,55
NOITE ESCURA	EF/BI	15	73,60	73,60
NOITE ESCURA	EF/BI	16	75,44	75,44
ALFANGE	EF/BI	84	138,95	138,95
EXPLOSIVOS	EF/BI	26	4.412,65	4.412,65
SOL NASCENTE / LIPOCHE	EF/BI	42	9.012,38	9.012,38
PNL	EF/BI	26	6,55	6,55
MILHAFRE	EF/BI	28	505,93	505,93
COM RAÇA	EF/BI	81	217,15	217,15
CONTRA PONTO	EF/BI	61	165,08	165,08
NOITE ESCURA	EF/BI	79	492,95	492,95
ANTARES	EF/BI	13	618,23	618,23
MILHAFRE	EF/BI	37	582,68	582,68
SOL NASCENTE/ LIPOCHE	EF/BI	154	2.863,94	2.863,94
TIRO COMBATE MERGULHADORES	EF/BI	26	1.381,17	1.381,17
SOL NASCENTE	EF/BI	46	10.161,51	10.161,51
GUIDAJE	EF/BI	58	1.214,20	1.214,20
SOCINCO/ TRIDENTE	EF/BI	89	13.985,76	13.985,76
PNL	EF/BI	27	5,32	5,32
SOL NASCENTE LIPOCHE	EF/BI	98	13.794,03	13.794,03
TORPEDO/ BUJARRONA	EF/BI	65	3.079,63	3.079,63
FINALMENTE	EF/BI	88	-	-
ANTARES	EF/BI	70	2.524,10	2.524,10
MILHAFRE	EF/BI	20	45,70	45,70

MILHAFRE	EF/BI	20	409,74	409,74
CONTRA PONTO	EF/BI	64	193,00	193,00
ESCORPIÃO	EF/BI	70	1.543,15	1.543,15
CHALUPA	EF/BI	81	4.905,88	4.905,88
GUIDAJE	EF/BI	66	1.957,00	1.957,00
PNL	EF/BI	30	15,96	15,96
SOCINTO / TRIDENTE	EF/BI	90	14.086,52	14.086,52
TIRO COMBATE FZ	EF/BI	37	5.072,83	5.072,83
MAR VERDE	EF/BI	108	27.093,81	27.093,81
GATA BRAVA	EF/BI	74	2.854,92	2.854,92
PNL	EF/BI	27	10,64	10,64
TORPEDO	EF/BI	81	3.209,86	3.209,86
GURUPÉS	EF/BI	79	1.997,58	1.997,58
CHALUPA/GATA BRAVA/FINALMENTE	EF/BI	103	9.091,52	9.091,52
PNL	EF/BI	29	10,48	10,48
TABELAS DE TIRO CFP FZ	EF/BI	30	554,39	554,39
PNL	EF/BI	34	2,60	2,60
CAAP	EF/BI	17	304,38	304,38
CAAP	EF/BI	19	22.641,39	22.641,39
ESCORPIÃO	EF/BI	87	2.804,48	2.804,48
PNL	EF/BI	29	2,60	2,60

### 5.2.3 - Exercícios Combinados – Exercícios Realizados

Ano: 2013

Nome de Código do Exercício	Forma/ Tipo	Período	Área	OSE	OCE	Comandos Operacionais Envolvidos	OBS.
RAMSTEIN GUARD 1	LIVEX	18-22 FEV	Áreas de Exercícios Nacionais	CMDR AC HQ Monsanto	CMDR AC HQ Monsanto	CN CA AC HQ Monsanto	
SAHARAN EXPRESS 13	LIVEX	07-14 MAR	Costa W África Golfo da Guiné	AFRICOM	NAVAF	CN	
TROPICALEX	LIVEX	29 ABR - 26 MAI	Brasil	Comando Marinha Brasil	Comando Marinha Brasil	Comando Marinha Brasil	
SPONTEX 13	LIVEX	13-22 MAI	Golfo da Biscaia	ALFAN	ALFAN	ALFAN/CN	
MAGRE 2013-01	LIVEX	12-18 MAI	Espanha	ALMART	CTF 68	ALMART/CN	

FELINO 13	LIVEX	16-27 SET	Brasil	Comando Marinha Brasil	Cmdt da Força de Fuzileiros da Esquadra	Cmdt da Força de Fuzileiros da Esquadra
BRILLIANT MARINER 13	LIVEX	23 SET - 06 OUT	Itália	JFC BRUNSSUM	MARCO M NORTHWO OD	MARCOM NORTHWOOD
GUARDEX 13	LIVEX	24-25 SET	Sines-Cascais	COMNAV/ DGAM	COMNAV / DGAM	CN
STEADFAST INDICATOR	LIVEX	09-21 SET	Roménia	NATO HUMINT CoE	NATO HUMINT CoE	NATO HUMINT CENTRE OF EXCELLENCE
DEEP DIVEX 2013	LIVEX	30 SET - 11 OUT	Itália	COMSUBIN	COMSUB IN	COMSUBIN
SEABORDER 13	CPX/LIVE X	01-03 OUT	Áreas de Exercícios Nacionais-Sul Portimão	CEMGFA CHOD ESP CHOD MAR	COMNAV	ALMART CN CA
SWIMMEX	LIVEX	13-17 MAI	PANTROIA Pinheiro da Cruz	COMNAV	Cmdt DAE	
JCET	LIVEX	01-22 JUN	Lamego/Muxito/ Outão/Tróia/ Campo Tiro Pinheiro da Cruz	COMNAV	Cmdt DAE	
PASSEX C/ NAVIO INGLÊS "BULWARK"	LIVEX	21-22 AGO	Península de Tróia	COMNAV	CCF	
CONVEX 3	LIVEX	20-21 NOV	Península de Setúbal (Santiago do Cacém)	COMNAV	CMDT CATT	

#### 5.2.4 - Exercícios Combinados – Meios Envolvidos

Ano: 2013

Nome de Código do Exercício	Unidades Orgânicas/Meios	Efetivo	Custos Acrescidos (euros)			OBS.
			Pessoal	Operação	Total	
RAMSTEIN GUARD 1	3 FFGH, 1 AOR, BLD, DAE, LYNX MK95	(a)	(a)	(a)	(a)	
SAHARAN EXPRESS 13	1 OFICIAL (OBSERVADOR )	1	(b)			
TROPICALEX	1 OFICIAL	1	(b)			
SPONTEX 13	1 SSG	30	(c)	(c)	(c)	
MAGRE 2013- 01	DMS 1	8	(b)			
FELINO 13	1 OFICIAL	1	(b)			
BRILLIANT MARINER 13	1 OFICIAL	1	(b)			
GUARDEX 13	1 OPV, 1 FS, 1 AGS, 1 AGSC, 1 LCU, DAE, DMS 3, LYNX MK95	235	16.555,90	34.545,70	51.101,60	
STEADFAST INDICATOR	1 OFICIAL	1	(b)			
DEEP DIVEX 13	2 OF, 4 SAR e 2 PRA	8	17.517,00		17.517,00	
SEABORDER 13	1 FFGH, 1 AGSC, 1 LFR, PELBOARD	221	903,97	4.638,30	5.542,27	
SWIMMEX	DAE	30		2.738,31	2.738,31	

JCET	DAE	55	14.039,31	14.039,31
PASSEX C/ NAVIO INGLÊS "BULWARK"	CCF	42	331,90	331,90
CONVEX 3	CATT/BF	19	239,73	239,73

- (a) Os meios e os custos são os mesmos apresentados para o exercício *Real Thaw 13*.  
(b) Custos com ajudas de custo no estrangeiro.  
(c) Os custos deste exercício estão englobados no treino do SSG em "Adestramento e Treino".

### 5.3 – EXERCÍCIOS SECTORIAIS E ATIVIDADES DE PREPARAÇÃO ESPECÍFICA DO EXÉRCITO

#### 5.3.1 - Exercícios sectoriais – Exercícios Realizados

Nome de Código do Exercício	Forma/Tipo	Período	Área	OSE	OCE	Comandos Operacionais Envolvidos	OBS.
APOLO 13	LIVEX	17-31 JUL	Região Norte e Centro de Portugal	Cmdt FT	Cmdt BrigRR		
BELEROFONTE 13	LIVEX	13-17 MAI	Sintra	Cmdt BrigRR	Chefe do G7/BrigRR		
CACHALOTE 13	LIVEX	29 OUT - 01 NOV	S. Miguel/Terceira	Cmdt FT	Cmdt ZMA	CFT, CZMILA	
CELULEX 13	LIVEX	27-28 MAI	Tancos	CEME	Cmdt FT		
CENTAURO 13	LIVEX	27-30 MAI	Stª Margarida	Cmdt BrigRR	Cmdt RC 3		
CIBER PERSEU 13	LIVEX	05-08 NOV	Portugal	CEME	Cmdt FT	DCSI	
CRATOS 13	LIVEX	07-09 MAI	S. Jacinto	Cmdt BrigRR	Cmdt RI 10		
DRAGÃO 13	LIVEX/FTX	22-31 JUL	Vila Real/Vila Pouca de Aguiar/Murça	Cmdt FT	Cmdt BrigInt	Cmd BrigInt	
EFICÁCIA 13	LIVEX	19-24 MAI	Stª Margarida	CEME	Cmdt FT		
ESTIO 131 1ªFASE	LIVEX	02-08 ABR	Beja	Cmdt BrigRR	Cmdt CTC		
ESTIO 132 2ªFASE	LIVEX	02-06 DEZ	Leiria	Cmdt BrigRR	Cmdt CTC		
ESTRELA 13	CPX	27-31 MAI	RE3	Cmdt BrigInt	Cmdt RE3		
GARAJAU 131	LIVEX	18-23 FEV	Porto Santo	Cmdt ZMM	Cmdt RG3	Cmd ZMM	
GOLFINHO 13	CPX/LIVEX	24-28 JUN	Madeira	Cmdt FT	Cmdt ZMM	Cmd ZMM	
GRIFO 13	LIVEX	04-05 NOV	Tancos	Cmdt BrigRR	Cmdt ETP		
HERCULES 13	LIVEX	15-19 ABR	Tancos	Cmdt BrigRR	Cmdt EPE		
HERMES 13	LIVEX	08-12 ABR	Tancos	Cmdt BrigRR	Cmdt UALE		

HIDRA 1ª FASE	LIVEX	08-12 ABR	Tancos	Cmdt BrigRR	Cmdt UALE	
HIDRA 2ª FASE	LIVEX	04-08 NOV	Tancos	Cmdt BrigRR	Cmdt UALE	
JUPITER 13	LIVEX/FTX	27-31 MAI	Fraga de Almotolia/Vila Real	Cmdt BrigInt	Cmdt RI13	
KABUL 131	LIVEX/FTX	19-27 MAR	Chaves	Cmdt BrigInt	2Cmdt BrigInt	Aprontamento 6CN/ISAF
KABUL 132	LIVEX	17-23 OUT	Stª Margarida	Cmdt BrigMec	2Cmdt BrigMec	Aprontamento 7CN/ISAF
LEOPARDO 131	LIVEX	04-06 MAR	Stª Margarida	Cmdt BrigMec	2Cmdt BrigMec	
LEOPARDO 132	LIVEX	12-14 NOV	Stª Margarida	Cmdt BrigMec	2Cmdt BrigMec	
LINCE 131	LIVEX	15-18 ABR	Stª Margarida	Cmdt BrigMec	2Cmdt BrigMec	
LOBO 131	LIVEX	15-18 ABR	Stª Margarida	Cmdt BrigMec	2Cmdt BrigMec	
LOBO 132	LIVEX	21-23 OUT	Stª Margarida	Cmdt BrigMec	2Cmdt BrigMec	
MACONTENE 132 1ª FASE	LIVEX	26-28 NOV	Stª Margarida	Cmdt BrigRR	Cmdt RC 3	
MACONTENE 132 2ª FASE	LIVEX	02-11 DEZ	Stª Margarida	Cmdt BrigRR	Cmdt RC 3	
MARTE 13	LIVEX/FTX	04-08 MAR	Região de Crasto/Viseu	Cmdt BrigInt	Cmdt RI14	
MEDULA 131	LIVEX/FTX	07-11 JAN	RI19	Cmdt BrigInt	2ºCmdt BrigInt	
MEDULA 132	LIVEX/FTX	11-15 NOV	RI19	Cmdt BrigInt	2ºCmdt BrigInt	
MEDULA 133	LIVEX/FTX	02-06 DEZ	RI19	Cmdt BrigInt	2ºCmdt BrigInt	
MERCÚRIO 13/NRF2014	LIVEX/FTX	24-28 JUN	Póvoa de Lanhoso	Cmdt BrigInt	Cmdt RC6	Recce Coy/NRF 2014
MERCÚRIO 131	LIVEX/FTX	04-10 MAI	Chaves	Cmdt BrigInt	Cmdt RC6	Recce Coy/NRF 2014
MERCÚRIO 132	LIVEX/FTX	11-17 OUT	Chaves	Cmdt RC6	Cmdt Recce Coy	Recce Coy/NRF 2014
MERCÚRIO 133	LIVEX/FTX	27 NOV - 04 DEZ	Stª Margarida	Cmdt BrigInt	Cmdt RC6	Recce Coy/NRF 2014
METROSÍDERO 131	LIVEX	15-17 MAI	Terceira	Cmdt ZMA	Cmdt RG1	Cmd ZMA
METROSÍDERO 132	LIVEX	15-17 OUT	Terceira	Cmdt ZMA	Cmdt RG1	Cmd ZMA
MORSA 131	LIVEX	03-07 JUN	Madeira	Cmdt ZMM	CmdtRG3	Cmd ZMM
MORSA 132	LIVEX	09-10 OUT	Madeira	Cmdt ZMM	CmdtRG3	Cmd ZMM

NEPTUNO 13	LIVEX	11-15 NOV	Vieira de Leiria	CEME	Cmdt FT	
NEPTUNO 13	LIVEX/LFX	11-15 NOV	Fonte dos Morangos/Vieira de Leiria	Cmdt BrigInt	Cmdt RAAA1	
ONÇA 131	LIVEX	15-19 ABR	Stª Margarida	Cmdt BrigMec	2Cmdt BrigMec	
ONÇA 132	LIVEX	11-15 NOV	Stª Margarida	Cmdt BrigMec	2Cmdt BrigMec	
PANTERA 131	LIVEX	16-18 ABR	Stª Margarida	Cmdt BrigMec	2Cmdt BrigMec	
PANTERA 132	LIVEX	18-21 NOV	Stª Margarida	Cmdt BrigMec	2Cmdt BrigMec	
PEDRA VIVA 13	LFX	11-15 MAR	Ponta do Pargo (Madeira)	Cmdt ZMM	CmdtRG3	Cmd ZMM, Cmd ZMarM
PLUTÃO 13	CPX	20-24 MAI	RC6	Cmdt BrigInt	Cmdt RC6	
PRIOLO 131	LIVEX/LFX	01-05 ABR	S. Miguel	Cmdt ZMA	Cmdt RG2	Cmd ZMA
PRIOLO 132	LIVEX	11-15 NOV	S. Miguel	Cmdt ZMA	Cmdt RG2	Cmd ZMA
PRISTINA 131	LIVEX	25 FEV - 01 MAR	Leiria	Cmdt BrigRR	2º Cmdt BrigRR	
PRISTINA 132	LIVEX/FTX	22-31 JUL	Vila Real/Vila Pouca de Aguiar/Murça	Cmdt BrigInt	2Cmdt BrigInt	Aprontamento 2BI/KFOR
PRISTINA START	LIVEX/LFX	22-28ABR	Stª Margarida	Cmdt BrigInt	2Cmdt BrigInt	Aprontamento 2BI/KFOR
RAIO 13	LIVEX/SIGEX	01-05JUL	Vila Real/Murça	Cmdt BrigInt	Cmdt EPT	
RAPOSA 131	LIVEX	11-15 MAR	Stª Margarida	Cmdt BrigMec	2Cmdt BrigMec	
RELAMPAGO 13	LIVEX	15-19 ABR	Vieira de Leiria	Gen CEME	Cmdt FT	
RINO 131	LIVEX	26-28 FEV	Stª Margarida	Cmdt BrigMec	2Cmdt BrigMec	
RINO 132	LIVEX	02-05 ABR	Stª Margarida	Cmdt BrigMec	2Cmdt BrigMec	
RINO 133	LIVEX	23-26 SET	Stª Margarida	Cmdt BrigMec	2Cmdt BrigMec	
RINO 134	LIVEX	28-31 OUT	Stª Margarida	Cmdt BrigMec	2Cmdt BrigMec	
ROSA BRAVA 13	LIVEX	06-12 MAI	Stª Margarida	Cmdt CFT	Cmdt BrigMec	
S.GABRIEL 131	SIGEX	01-03 MAI	Stª Margarida	Cmdt FT	2Cmdt BrigMec	
S.GABRIEL 132	SIGEX	04-08 NOV	Stª Margarida	Cmdt FT	2Cmdt BrigMec	
SATURNO 13	CPX/LOGEX	11-14 JUN	RI19	Cmdt BrigInt	Cmdt RI19	

SERRA 13	LIVEX	10-12 DEZ	Tomar	Cmdt BrigRR	Cmdt RI15
TIGRE 132	LIVEX	18-22 NOV	Stª Margarida	Cmdt BrigMec	2Cmdt BrigMec
TIRO ENCARGO OPERACIONAL Erec	LIVEX	13-14 NOV	Stª Margarida	Cmdt BrigMec	2Cmdt BrigMec
TROVÃO 131	LIVEX	07-11 ABR	Stª Margarida	Cmdt BrigRR	Cmdt RA 4
TROVÃO 132	LIVEX	25-29 NOV	Stª Margarida	Cmdt BrigRR	Cmdt RA 4
URANO 13	LIVEX/FTX	04-08 NOV	Stª Margarida	Cmdt BrigInt	Cmdt RA5
VENUS 13	CPX	27-31 MAI	RE3	Cmdt BrigInt	Cmdt RE3
VIRIATO 13	LIVEX	12-21 JUN	Lamego	Cmdt BrigRR	Cmdt CTOE
ZEUS 1ª FASE	LIVEX	01-05 ABR	Lamego	Cmdt BrigRR	Cmdt RI15
ZEUS 2ª FASE	LIVEX	15-19 ABR	Alter do Chão	Cmdt BrigRR	Cmdt RI15
ZEUS 3ª FASE	LIVEX	24 JUN - 05JUL	Mafra	Cmdt BrigRR	Cmdt RI15

### 5.3.2 - Exercícios sectoriais – Meios Envolvidos

Nome de Código do Exercício	Unidades Orgânicas/ Meios	Efetivo	Custos Acrescidos (euros)			Unidades Orgânicas/ Meios		OBS.
			Pessoal	Operação	Total	Nacionais (Outros Ramos)	Não Nacionais	
APOLO 13	BrigRR	259		44.684,22	44.684,22			
BELEROFONTE 13	BtrAAA	24		1.000,00	1.000,00			
CACHALOTE 13	RG1, RG2, UnAp/Cmd ZMA	464		6.089,00	6.089,00			
CELULEX 13	PeIDefNBQ	34		388,05	388,05			
CENTAURO 13	ERec	89		2.733,47	2.733,47			
CIBER PERSEU 13	DCSI; BrigMec; BrigRR	48		120,25	120,25			
CRATOS 13	2BIPara	153		5.059,95	5.059,95			
DRAGÃO 13	BrigInt	1.847		87.864,85	87.864,85			
EFICACIA 13	GAC	143		8.298,39	8.298,39			
EFICÁCIA 13	GAC/BrigRR; GAC/BrigInt; GAC/BrigMec	451		20.049,75	20.049,75			
ESTIO 131 1ª FASE	CTC	138		3.432,90	3.432,90			
ESTIO 132 2ª FASE	CTC	117		3.526,71	3.526,71			
ESTRELA 13	BEng	9		998,81	998,81			
GARAJAU 131	RG3	36			-			Não houve custos associados ao Exército
GOLFINHO 13	RG3	117		9.500,00	9.500,00			
GRIFO 13	BOAt	140		1.864,62	1.864,62			
HERCULES 13	CEng	57		596,51	596,51			
HERMES 13	CCS e CTm da BrigRR	43		1.027,06	1.027,06			
HIDRA 1ªFASE	CCS e CTm da BrigRR	27		1.288,21	1.288,21			
HIDRA 2ªFASE	CCS e CTm da BrigRR	34		1.000,00	1.000,00			
JUPITER 13	1BI	352		10.002,20	10.002,20			
KABUL 131	7CN/ISAF	171		38.629,94	38.629,94			
KABUL 131	6CN/ISAF	245		6.147,40	6.147,40			
LEOPARDO 131	CEng	52		1.372,72	1.372,72			
LEOPARDO 132	CEng	34		978,40	978,40			
LINCE 131	1BIMec	316		17.958,05	17.958,05			
LOBO 131	ERec	74		2.234,15	2.234,15			

LOBO 132	ERec	67	2.009,44	2.009,44	
MACONTENE 132 1ªFASE	ERec	95	3.310,07	3.310,07	
MACONTENE 132 2ªFASE	ERec	110	3.511,75	3.511,75	
MARTE 13	2BI	327	5.032,82	5.032,82	
MEDULA 131	RI19	20	500,00	500,00	
MEDULA 132	RI19	17	500,00	500,00	
MEDULA 133	RI19	28	500,00	500,00	
MERCÚRIO 13/NRF2014	Recce Coy/NRF2014	200	15.278,36	15.278,36	
MERCÚRIO 131	Recce Coy/NRF2014	142	4.267,80	4.267,80	
MERCÚRIO 132	Recce Coy/NRF2014	142	2.744,12	2.744,12	
MERCÚRIO 133	Recce Coy/NRF2014	142	11.651,89	11.651,89	
METROSÍDERO 131	RG1	111	4.001,25	4.001,25	
METROSÍDERO 132	RG1	96	2.932,37	2.932,37	
MORSA 131	RG3	63	1.750,00	1.750,00	
MORSA 132	RG3	63	750,00	750,00	
NEPTUNO 13	BtrAAA	43	1.603,94	1.603,94	
NEPTUNO 13	BtrAAA	242	16.604,36	16.604,36	
ONÇA 131	GAC	103	3.518,85	3.518,85	
ONÇA 132	GAC	117	3.998,12	3.998,12	
PANTERA 131	BApSvc	207	2.635,95	2.635,95	
PANTERA 132	BApSvc	207	2.635,95	2.635,95	
PEDRA VIVA 13	RG3	72	930,00	930,00	
PLUTÃO 13	GAM	85	5.401,07	5.401,07	
PRIOLO 131	RG2	96	4.790,96	4.790,96	
PRIOLO 132	RG2	140	3.140,00	3.140,00	
PRISTINA 131	2BIPara/KFOR	264	12.596,86	12.596,86	
PRISTINA 132	2BI/KFOR; RG3	177	-	-	As verbas despendidas são referentes ao orçamento atribuído para o apontamento da FND
PRISTINA START	2BI/KFOR	177	-	-	
RAIO 13	CTm	46	2.000,00	2.000,00	

RAPOSA 131	BtrAAA	48	2.635,48	2.635,48	
RELAMPAGO 13	RG2, BtrAAA/RG3, BtrAAA/BrigRR, BtrAAA/BrigMec, BtrAAA/BrigInt	105	23.146,88	23.146,88	
RINO 131	GCC	36	5.385,24	5.385,24	
RINO 132	GCC	54	6.649,44	6.649,44	
RINO 133	GCC	34		-	Custos incluídos nas outras três fases da série RINO
RINO 134	GCC	47	5.729,94	5.729,94	
ROSA BRAVA 13	BrigMec	934	60.972,73	60.972,73	
S.GABRIEL 131	BrigMec	34	300,93	300,93	
S.GABRIEL 132	BrigMec	33	262,00	262,00	
SATURNO 13	BApSvc	10	1.000,00	1.000,00	
SERRA 13	1BIPara	236	549,63	549,63	
TIGRE 131	2BIMec	141	2.094,04	2.094,04	
TIGRE 132	2BIMec	370	11.984,87	11.984,87	
TIRO ENCARGO OPERACIONAL ERec	ERec	44	1.242,00	1.242,00	
TROVÃO 131	GAC, CCA/RG3	216	5.357,15	5.357,15	
TROVÃO 132	GAC	186	6.635,00	6.635,00	
URANO 13	GAC	227	9.199,69	9.199,69	
VENUS 13	CEng	5	999,31	999,31	
VIRIATO 13	FOE	72	8.000,00	8.000,00	
VULCANO 13	RI13/RI14/RC6	354	9.000,00	9.000,00	
ZEUS 1ªFASE	1BIPara	171	4.288,82	4.288,82	
ZEUS 2ªFASE	1BIPara	243	3.917,09	3.917,09	
ZEUS 3ªFASE	1BIPara	134	2.379,28	2.379,28	

### 5.3.3 - Exercícios Combinados – Exercícios Realizados

Ano: 2013

Nome de Código do Exercício	Forma/Tipo	Período	Área	OSE	OCE	Comandos Operacionais Envolvidos	OBS.
CAPABLE LOGISTICIAN 13	LIVEX	09-23 JUN	Eslováquia	JFC RC	MLCC	CFT	
Coop PRT-BEL Fase I	LIVEX	01-24 MAR	Portugal	Cmdt BrigRR	Cmdt ETP		Actividade L60
Coop PRT-BEL Fase II	LIVEX	21 JUN - 06 JUL	Portugal	Cmdt BrigRR	Cmdt ETP		Actividade L63
FRONTERA 13		11-15 NOV	Badajoz		BMZ XI	Cmd BrigMec;	
HIREX 13		18-24 JUN	Valencia	JHQ (L)	NRDC -SP	Cmd BrigMec;	
JCET 13	LIVEX	03-28 JUN	Lamego, Lisboa e Setubal			CFT, CN, QGOE, CTOE, DAE, US SOF	
LONE PARATROOPER 13	LIVEX	20-31 MAI	Leon/Espanha	SP LIGHT FORCES COMMANDER	SP AIRBORNE BRIGADE COMMANDER		
STEADFAST FOUNT	CPX/CAX	16-21 SET	Turquia	SHAPE	SHAPE	CFT	NRF 2014
STEADFAST ILLUSION/ UNIFIED BLADE 13	FTX	29 JUN - 11 JUN	Riga/Letónia	SHAPE	SHAPE		
STEADFAST INDICATOR 13	FTX	06-20 SET	Roménia	SHAPE	SHAPE	CISMIL, CSMIE	
STEADFAST ZAZZ	LIVEX/CAX	28 OUT – 10 NOV	Letónia	SHAPE	SHAPE	CFT	NRF 2014

### 5.3.4 - Exercícios e Treino – Exercícios Combinados – Meios envolvidos

Ano: 2013

Nome de Código do Exercício	Unidades Orgânicas/Meios	Efetivo	Custos Acrescidos (euros)			OBS.
			Pessoal	Operação	Total	
CAPABLE LOGISTICIAN 13	CFT	3	4.506,51		4.506,51	
Coop PRT-BEL Fase I	BrigRR	47/8		23.330,60	23.330,60	
Coop PRT-BEL Fase II	BrigRR	137/6		597,82	597,82	
FRONTERA 13	Cmd BrigMec	2		1.118,10	1.118,10	
HIREX 13	Cmd BrigMec	9/1		8.846,82	8.846,82	
JCET 13	FOE	81/8		10.184,00	10.184,00	
LONE PARATROOPER 13	BOAt	10/2	4.695,80	3.821,12	8.516,92	
STEADFAST FOUNT	RecceCoy/ NRF2014	1		4.295,10	4.295,10	

STEADFAST ILLUSION/ UNIFIED BLADE 13	CSMIE	3	4.397,00	4.397,00
STEADFAST INDICATOR 13	CSMIE	1	2.611,00	2.611,00
STEADFAST ZAZZ	RecceCoy/ NRF2014	4	7.527,00	7.527,00

## 5.4 – EXERCÍCIOS SECTORIAIS E ATIVIDADES DE PREPARAÇÃO ESPECÍFICA DA FORÇA AÉREA

### 5.4.1 - Participação em Exercícios sectoriais de Outros Ramos – Exercícios Realizados

Ano: 2013

Nome de Código do Exercício	Forma/Tipo	Período	Área	OSE	OCE	Comandos Operacionais Envolvidos	OBS.
ROSA BRAVA 13	LIVEX	06-12 MAI	CMSM	CFT	BRIGMEC		
ZEUS 13	LIVEX	15-19 ABR	PONTE DE SÔR	CFT	BRR		

### 5.4.2 - Participação em Exercícios sectoriais de Outros Ramos – Meios Envolvidos

Ano: 2013

Nome de Código do Exercício	Unidades Orgânicas/Meios	Efetivo	Custos Acrescidos (euros)			OBS.
			Pessoal	Operação	Total	
ROSA BRAVA 13	F16 TACP	5	187,00	48.465,00 a)	187,00	
ZEUS 13	F16 C295M TACP	12	360,00	51.595,00 a)	360,00	

(a) FAP - Os custos inerentes às horas de voo efetuadas em cada um dos exercícios, apesar de identificados/apresentados são considerados pela FAP como parte integrante do regime de esforço atribuído às Esquadras de Voo (treino e qualificação das tripulações). Deste modo, os valores em causa não foram adicionados ao custo total.

### 5.4.3 - Exercícios Combinados – Exercícios Realizados

Ano: 2013

Nome de Código do Exercício	Forma/Tipo	Período	Área	OSE	OCE	Comandos Operacionais Envolvidos	Observações
BRAPOR 13	LIVEX	03-12 JUN	Portugal	GEMFA	CA		
BRILLIANT ARROW 13	LIVEX	21AGO - 06SET	Noruega	COM JFC BRUNSSUM	COM AC RAMSTEIN		
CIRCAETE 13	CPX LIVEX	29-31 OUT	Mediterrâneo	CHOD's 5+5	FRANÇA		
CRUZEX 13	LIVEX	04-15 NOV	Brasil	COM FA BRASIL	COM OP FA BRASIL		
HIREX 13		18-24 JUN	Valencia	JHQ (L)	NRDC -SP	CmdBrigMe c;	
HOT BLADE 13	LIVEX	17-31 JUL	Portugal	EDA	CA		
JCET 13	LIVEX	03-21 JUN	Portugal	CEMGFA	CQGOE		
MORSA 13-01	LIVEX	13 MAR	Portugal	JEFATURA SAR / CA	RCC LISBOA		

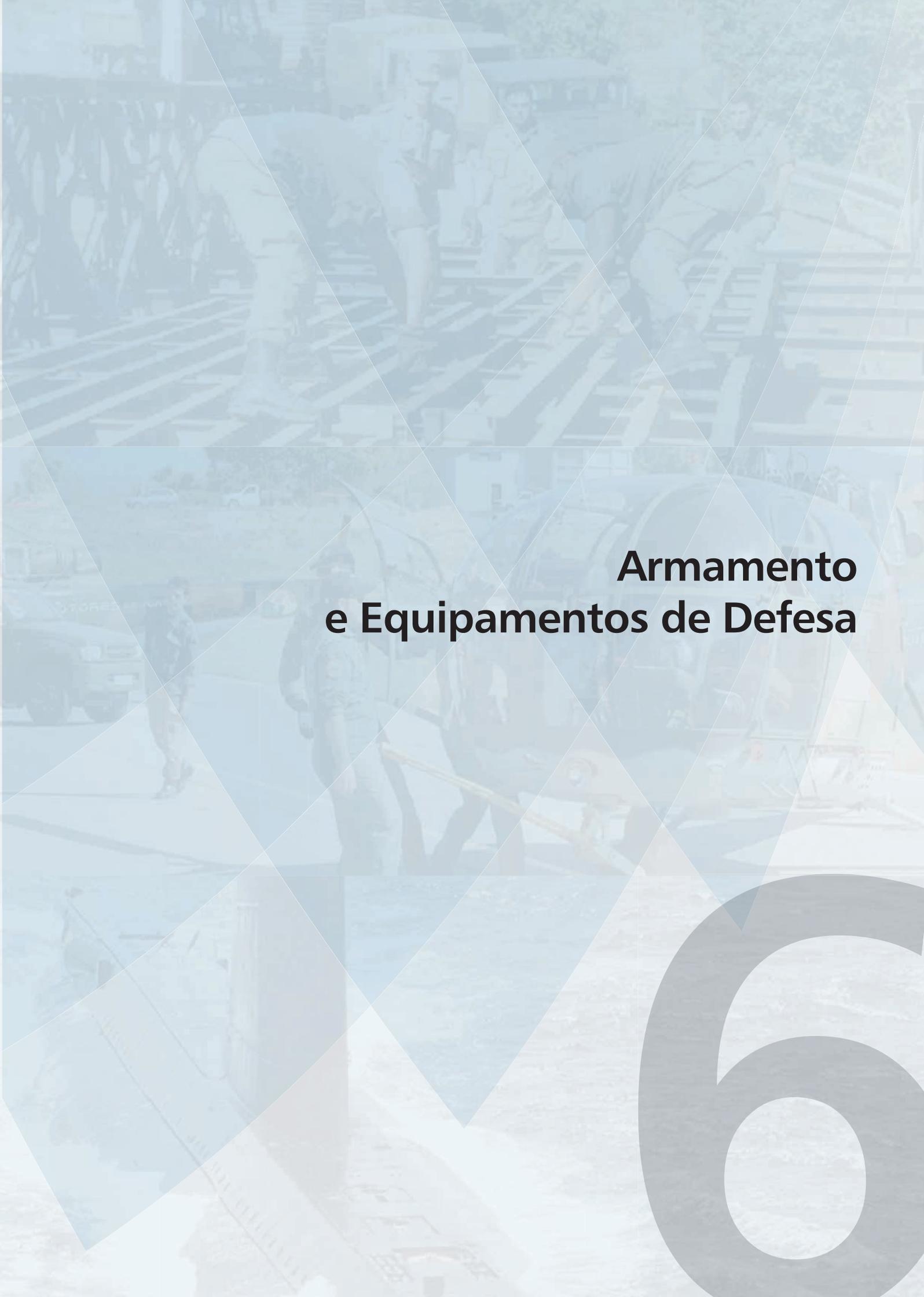
MORSA 13-02	LIVEX	09-10 OUT	Espanha	JEFATURA SAR / CA	RCC CANÁRIAS		
NATO TIGER MEET 13	LIVEX	17-28 JUN	Noruega	NTA	NTA		
REAL THAW 13	LIVEX	11-22 FEV	Portugal	CA	DOA/CA		
SAHARAN EXPRESS 13	LIVEX	08-15 MAR	África Ocidental	US AFRICA COMMAND	US AFRICA CMDR		
SEABORDER 13	CPX/LIV EX	23-27 SET	Mauritânia / Portugal	CHOD PO / CHOD SP	COMNAV		
STEADFAST JAZZ 13	LIVEX / CAX	28 OUT-10 NOV	Polónia / Letónia	ACO	COM JFC BRUNSSUM	CFT CA	NRF 2014

#### 5.4.4 - Exercícios Combinados – Meios Envolvidos

Ano: 2013

Nome de Código do Exercício	Unidades Orgânicas/Meios			Pessoal/Viaturas			Custos Acrescidos (euros)			Observações
	Marinha	Exército	Força Aérea	Marinha	Exército	Força Aérea	Pessoal	Operação	Total	
BRAPOR 13		P3C F16			61		72,00	86.760,00 a)	72,00	
BRILLIANT ARROW 13		F16 C130 (Apoio)			87				1.041.042,00	
CIRCAETE 13		F16			5			20.771,00 a)	-	b)
CRUZEX 13					2			3.801,00	3.801,00	
HOT BLADE 13		F16 EH101 P3C			303			1.107.459,00 a)	-	c)
JCET 13		EH101 C295M			11			23.768,00 a)	-	
MORSA 13-01		P3C ALIII			26			10.262,00 a)	-	
MORSA 13-02		C295M EH101			11		1.604,00	105.405,00 a)	1.604,00	
RAMSTEIN GUARD 01-13										d)
REAL THAW 13		F16 C130 C295M ALIII EH101 P3C			274		55.465,00	1.481.187,00 a)	55.465,00	
SAHARAN EXPRESS 13		P3C			16				480.868,00	
SEABORDER 13		P3C EH101 C295M			37			55.542,00		b)
STEADFAST JAZZ 13		P3C			33				750.422,00	





# **Armamento e Equipamentos de Defesa**

**6**



O capítulo 6.º, da responsabilidade da Direção-Geral de Armamento e Infraestruturas de Defesa (DGAIED), cujo regime de organização e funcionamento se encontra regulamentado pelo Decreto Regulamentar n.º5/2012, de 18 de janeiro, portaria n.º 92/2012 de 2 de abril, e despacho n.º 7636/2012 do Diretor-geral de Armamento e Infraestruturas de Defesa, de 4 de abril de 2012, publicado no Diário da República, 2ª série, n.º 108, de 4 de junho de 2012, inclui dados estatísticos referentes a:

- Exportações e Importações de Material, Equipamentos e Tecnologias de Defesa;
- Equipamentos de Defesa e Lei de Programação Militar (LPM);
- Investigação e Desenvolvimento (I&D) na área das ciências e tecnologias de defesa, da base tecnológica e industrial de defesa;
- Logística;
- Qualidade, Normalização e catalogação dos Bens Militares.

Os valores apurados respeitantes a 2013 e indicados nos quadros seguintes, resultaram de contributos do EMGFA, dos Ramos das Forças Armadas, do IASFA, dos SC/MDN e da consulta efetuada às indústrias nacionais na área da defesa e afins, sendo os restantes elementos provenientes das atividades normais da DGAIED.

## **CONCEITOS**

### **Carro de Combate**

Viatura de combate blindada e de autopropulsão, com forte poder de fogo, munida fundamentalmente com uma peça principal de alta velocidade inicial, capaz de fazer tiro direto para alvos blindados e outros, com elevada mobilidade em todo o terreno, com um elevado nível de autoproteção e que não está vocacionada nem equipada para transporte de tropas de combate.

### **Avião de Combate**

Avião de asa fixa ou asa de geometria variável, armado e equipado para defrontar alvos, utilizando mísseis guiados, foguetes não guiados, bombas, metralhadoras, canhões ou outras armas de destruição, assim como qualquer modelo ou versão de avião que desempenhe outras funções militares, tais como avião de transporte não armado, reconhecimento ou guerra eletrónica.

### **Helicóptero de Combate**

Aparelho de asa rotativa, armado e equipado para defrontar alvos ou equipado para desempenhar outras funções militares.

**Fragata**

Navio de 1.500 a 3.500 toneladas de deslocamento e comprimento entre 75 e 150 metros, com armamento anti superfície, antiaéreo e antissubmarino e cuja missão principal é a escolta e a luta antissubmarina.

**Corveta**

Navio de menor deslocamento que as fragatas, comprimento entre 60 e 100 metros, com armamento semelhante mas de menor calibre, que desempenha o mesmo tipo de missões embora com menores capacidades oceânicas.

**Patrulha**

Navio de pequeno a médio deslocamento (200 a 400 toneladas) e comprimento inferior a 45 metros, destinado a operar junto a zonas costeiras em missões de vigilância, patrulha e defesa.

**Lancha de Desembarque**

Grande

Navio de 120 a 500 toneladas de deslocamento e comprimento entre os 25 e os 55 metros, capaz de transportar e desembarcar 2 a 3 carros de combate ou 300 a 450 combatentes.

Média

Navio com comprimento entre os 15 e os 25 metros, capaz de transportar e desembarcar 1 carro de combate ou 50 a 200 combatentes.

Pequena

Navio com comprimento entre os 7,5 e os 30 metros, destinado exclusivamente ao transporte e desembarque de pessoal.

**Lancha de Fiscalização**

Navio de pequeno deslocamento (inferior a 150 toneladas) e com comprimento inferior a 30 metros, com fraco armamento e destinado à fiscalização das águas ribeirinhas e interiores.

**Navio**

Hidrográfico

Navio especialmente construído ou equipado para a execução de trabalhos hidrográficos ou oceanográficos.

Balizador

Navio especialmente construído ou equipado para a execução de trabalhos relacionados com a manutenção e conservação dos meios de assinalamento marítimo.

Escola

Navio especificamente construído ou equipado para fins de instrução.

**Reabastecedor**

Navio com deslocamento entre 5.000 e 10.000 toneladas e com comprimento entre 40 e 140 metros, destinado a prover o reabastecimento no mar de outros navios, quer em combustíveis quer em outros produtos, tais como alimentos, sobressalentes, etc..

**Submarino**

Navio de guerra cuja especificidade reside na capacidade de efetuar operações navais em imersão.

**Unidade Auxiliar de Marinha**

Navio e embarcação que pelas suas características ou natureza do serviço a que se destinam não deva ser considerada como unidade naval.

## 6.1 – EXPORTAÇÕES E IMPORTAÇÕES DE MATERIAL DE DEFESA

Os dados inseridos nos quadros 6.1.1 e 6.1.2 foram obtidos a partir das exportações efetuadas pelas indústrias de Defesa nacionais e outras empresas legalmente autorizadas. Os elementos indicados referem-se a produtos relacionados com a defesa, que, nos termos da Lei n.º 37/2011, de 22 de junho, são licenciados pelo MDN (DGAIED).

Os dados relativos ao quadro 6.1.3 foram obtidos a partir das importações efetuadas pelas empresas comerciais autorizadas, indústrias nacionais, Forças Armadas e Forças de Segurança, sendo apurados de acordo com a Lei 37/2011, de 22 de junho, nomeadamente o seu Anexo I, que define os bens cujas operações de importação/exportação carecem de licenciamento prévio e controlo por parte da DGAIED.

O quadro 6.1.6 indica-nos a relação das empresas inscritas na DGAIED que, nos termos da Lei 49/2009, de 5 de agosto, se encontram autorizadas a exercer a atividade de comércio de bens e tecnologias militares previstos no Anexo I do capítulo VII da Lei 37/2011, de 22 de junho, incluindo a sua importação e exportação.

### 6.1.1 - Exportações de Bens e Tecnologias Militares – Valores Globais

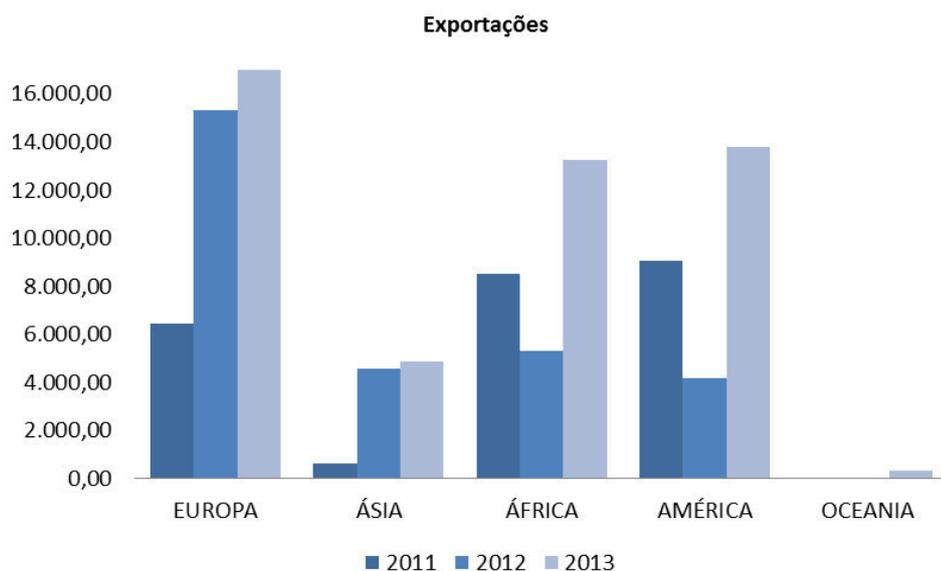
(Apenas as exportações que carecem de licenciamento prévio e controlo por parte da DGAIED)

Ano	Valor (milhares de euros)
2013	99.495,78
2012	29.433,30
2011	24.633,33

### 6.1.2 - Exportações de Bens e Tecnologias Militares – Valores Globais por Áreas do Globo

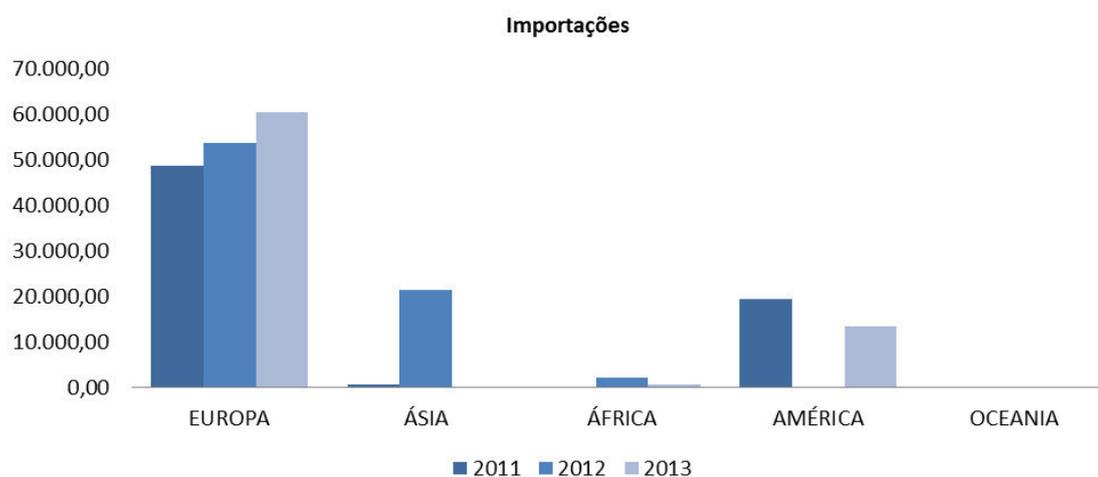
(Apenas as exportações que carecem de licenciamento prévio e controlo por parte da DGAIED)

Continente	2011		2012		2013	
	(milhares de euros)	%	(milhares de euros)	%	(milhares de euros)	%
EUROPA	6.448,73	26,18	15.328,60	52,08	67.221,56	67,56
ÁSIA	615,50	2,50	4.586,72	15,58	4.853,30	4,88
ÁFRICA	8.503,94	34,52	5.316,61	18,06	13.265,77	13,33
AMÉRICA	9.064,47	36,80	4.201,36	14,27	13.831,19	13,90
OCEANIA	0,69	0,002	-	-	323,96	0,33
<b>TOTAL</b>	<b>24.633,33</b>	<b>100,00</b>	<b>29.433,30</b>	<b>100,00</b>	<b>99.495,78</b>	<b>100,00</b>



**6.1.3 - Importações de Bens e Tecnologias Militares – Valores Globais por Áreas do Globo**  
(Apenas as importações que carecem de licenciamento prévio e controlo por parte da DGAIED)

Continente	2011		2012		2013	
	(milhares de euros)	%	(milhares de euros)	%	(milhares de euros)	%
EUROPA	48.628,26	70,45	53.510,20	69,20	60.305,93	80,82
ÁSIA	772,64	1,12	21.502,52	27,81	225,45	0,30
ÁFRICA			2.213,80	2,86	609,75	0,82
AMÉRICA	19.439,57	28,16	9,62	0,01	13.475,07	18,06
OCEANIA	188,01	0,27	96,08	0,12	0,80	
<b>TOTAL</b>	<b>69.028,48</b>	<b>100,00</b>	<b>77.332,22</b>	<b>100,00</b>	<b>74.617,00</b>	<b>100,00</b>



#### 6.1.4 - Comparação entre os Valores das Importações e Exportações de Bens e Tecnologias Militares – Por Áreas do Globo

(Apenas as exportações e importações que carecem de licenciamento prévio e controlo por parte da DGAIED)

Ano: 2013

Continente	Importação		Exportação		Saldo (Exp. - Imp.) (milhares de euros)
	(milhares de euros)	%	(milhares de euros)	%	
EUROPA	60.305,93	80,82	67.221,56	67,56	6.915,63
ÁSIA	225,45	0,30	4.853,30	4,88	4.627,85
ÁFRICA	609,75	0,82	13.265,77	13,33	12.656,02
AMÉRICA	13475,07	18,06	13.831,19	13,90	356,12
OCEANIA	0,80	0,00	323,96	0,33	323,16
<b>TOTAL</b>	<b>74.617,00</b>	<b>100,00</b>	<b>99.495,78</b>	<b>100,00</b>	<b>24.878,78</b>

#### 6.1.5 - Comparação entre os Valores das Importações e Exportações de Bens e Tecnologias Militares – por Países Agregados em Organizações Internacionais a que Portugal Pertence

Ano: 2013

Organização	Importação (milhares de euros)	Exportação (milhares de euros)	Saldo Exportação- Importação (milhares de euros)	Exp/Import * 100 (%)
NATO	70.468	68.082	-2.386	96,61%
UE	58.595	67.118	8.523	114,55%

### 6.1.6 - Empresas Autorizadas a Exercer Legalmente a Atividade de Comércio de Bens e Tecnologias Militares (\*)

Empresa	Sede	Objeto da Atividade	Capital Social (euros)
Advanced Resources, Lda.	Carnaxide	Geral - Bens e tecnologias militares	200.000,00
A. Montez, S.A.	Lisboa	Armas, Geral. Comércio de bens e tecnologias militares	450.000,00
AFN, Lda	S. João Madeira	Geral – Comércio de bens e tecnologias militares	250.000,00
AHM, Lda	Vialonga	Geral – Comércio de bens e tecnologias militares	5.000,00
A. Silva Leal, Lda.	Lisboa	Geral – Comércio de bens e tecnologias militares	50.000,00
Aeroequipo, Soc P. E. A. Lda	Lisboa	Geral – Comércio de bens e tecnologias militares	40.000,00
Aerohélice, Lda	Alenquer	Acessórios aeronáuticos. Comércio de bens e tecnologias militares	25.000,00
Aeropart, Unipessoal Lda	Loures	Geral – Comércio de bens e tecnologias militares	5.000,00
Agusta Westland Port SA	Lisboa	Geral – Comércio de bens e tecnologias militares	100.000,00
Antero Lopes, Lda.	Lisboa	Geral – Comércio de bens e tecnologias militares	160.000,00
Apcol, Lda.	Prior Velho	Geral – Comércio de bens e tecnologias militares	9.976,00
Arsenal do Alfeite	Alfeite	Geral – Comércio e Indústria de bens e tecnologias militares	32.400.000,00
Aviquito de Portugal, Lda.	Oeiras	Geral – Comércio de bens e tecnologias militares	150.000,00
A.V.P. Aero Voo de Portugal	S. João Estoril	Geral – Comércio de bens e tecnologias militares	5.000,00
Browning Viana	Viana do Castelo	Fabrico e comércio de armas	4.400.000,00
Caetano Coatings	Carregado	Comércio de bens e tecnologias militares	3.000.000,00
Cacicambra, Lda.	Sta.Maria Feira	Comércio de bens e tecnologias militares	750.000,00
Cinave, Nav Aeronáut, Lda	Camarate	Comércio e Indústria de bens e tecnologias militares	2.000.000,00
Critical Software	Coimbra	Redes e telecomunicações. Indústria de bens e tecnologias militares	1.000.000,00
Croker Delaforce, S.A.	Lisboa	Geral – Comércio e indústria de bens e tecnologias militares	473.858,00
Cruzair, Lda.	Sintra	Peças e componentes. Comércio de bens e tecnologias militares	10.000,00
DEFAERLOC, S.A.	Lisboa	Comércio e locação de aeronaves militares e prestação de serviços	50.000,00
DEFLOC, S. A.	Lisboa	Geral. Comércio de bens e tecnologias militares	125.000,00
DEFMAT	Lisboa	Comércio de bens e tecnologias militares	21.000,00
E. Dias Serras, Lda.	Lisboa	Eletrónica, produtos náuticos. Comércio de bens e tecnologias militares	280.000,00
Edisoft, S.A.	Lisboa	Informática, prestação de serviços de consultadoria, assistência	500.000,00
EID, S.A.	Caparica	Eletrónica – Comércio e Indústria de bens e tecnologias militares	11.000.000,00
EMPORDEF	Lisboa	Software e equipamentos informáticos – Comércio e indústria de bens e tecnologias militares	100.000,00
Espaçomar, Lda.	Lisboa	Geral – Comércio de bens e tecnologias militares	5.000,00
Espingardaria Belga, Lda.	Lisboa	Comércio de armamento	165.417,67
Est Nav de Viana do Castelo	Viana do Castelo	Construção e reparação navais. Comércio e Indústria de bens e tecnologias militares	29.875.000,00
Extincêndios, Lda	Torres Vedras	Comércio de bens e tecnologias militares	76.000,00
Exide Technologies	V. F. Xira	Baterias, componentes e acessór p/ automóv. Indústria de bens e tecnologias militares	23.126.795,00
Fabitrade, Imp e Exp, Lda	Unhos Loures	Geral – Comércio e Indústria de bens e tecnologias militares	50.000,00
Fralibra, Lda.	Amadora	Geral – comércio de bens e tecnologias militares	5.000,00
GLOBALEDA, S. A.	Ponta Delgada	Comércio e indústria de bens e tecnologias militares	483.125,00
Head Solutions, Lda.	Lisboa	Geral – Comércio de bens e tecnologias militares	6.000,00
Hydraplan	Lisboa	Comércio e Indústria de bens e tecnologias militares	650.000,00
Holos, S. A.	Caparica	Desenvolvimento e comercialização de software e hardware. Comércio de bens e tecnologias militares	383.250,00
Honos, Lda.	Algés	Material aeronáutico e armamento	100.000,00
IDD, S.A.	Alcochete	Geral – Comércio e Indústria de bens e tecnologias militares	50.000,00
IEMA, Lda.	Lisboa	Aeronáutica, material de deteção física e química	5.000,00
INDRA SISTEMAS PORTUGAL, S.A.	Amadora	Geral. Comércio de bens e tecnologias militares	8.624.661,00
INTERDEF TRADING S.A.	Lisboa	Geral – Comércio e Industria de bens e tecnologias militares	50.000,00
INVENTARIUM SR&D	Lisboa	Pesquisa e desenvolv. Comercio e Industria de bens e tecnologias militares	5.000,00
J. GARRAIO	Lisboa	Comércio e Indústria de bens e tecnologias militares	149.639,37

J. Nicolau, Lda.	Alfragide	Geral – Comércio de bens e e tecnologias militares	5.000,00
Lasi Eletrónica, Lda.	Barcarena	Eletrónica, Geral – Comércio de bens e tecnologias militares	24.940,00
Latino Confeções, Lda	Braga	Geral – Comércio de bens e tecnologias militares	150.000,00
LAUAK – Ind Aeronautica Ld	Setúbal	Indústria de bens e tecnologias militares	150.000,00
LISSA, Lda.	Amadora	Transitário de mercadorias – Comércio de bens e tecnologias militares	50.000,00
Lostical	Oeiras	Gestão de projetos. Comércio de bens e tecnologias militares	5.000,00
LUSIS, Lda.	Lisboa	Geral – Comércio de bens e tecnologias militares	500.000,00
Lusodef, Lda	Amadora	Equipamentos de defesa e proteção. Comércio de bens e tecnologias militares	6.000,00
Mardef, Lda	Mem Martins	Geral – Comércio de bens e tecnologias militares	5.000,00
Melco, Lda.	Lisboa	Geral – Comércio de bens e tecnologias militares	50.000,00
Micotec, Lda.	Lisboa	Eletrónica, aparelhos elétricos – Manutenção e comércio de armamento	50.000,00
Mil-Parts	Foros de Amora	Geral – Comércio de bens e tecnologias militares	5.000,00
Montitec Mont Eletri Eletro Ld	Montijo	Comércio e Indústria de bens e tecnologias militares	498.789,00
Navaltrading, Lda.	Paio Pires	Equipamentos e produtos para indústria naval	5.000,00
Novonorte-Peças e Motores Ld	Penafiel	Comércio de bens e tecnologias militares	20.000,00
OGMA, S.A.	Alverca	Aeronáutica, Geral – Comércio e Indústria de bens e tecnologias militares	34.000.000,00
Omnitécnica, S.A.	Amadora	Eletrónica - Materiais e equipamentos - Prestação de serviços	750.000,00
Orey – Técnica Naval e Ind, Lda	Forte da Casa	Geral – Comércio de bens e tecnologias militares	350.000,00
Palbit, S. A.	Albergaria-a-Velha	Comércio e Indústria de bens e tecnologias militares	1.200.000,00
Para-Equipa-Para-Quedas Equip	Lisboa	Equipamentos. Comércio de bens e tecnologias militares	7.500,00
Pinhol Defense, Lda	Évora	Indústria de bens e tecnologias militares	25.000,00
Pinhol, Gomes & Gomes, Lda.	Carnaxide	Geral – Comércio de bens e tecnologias militares	4.040.263,00
Pinto Basto, Elet Máquinas, Lda.	Lisboa	Máquinas, Geral – comércio de bens e tecnologias militares	375.000,00
POAVIATION	Alverca Ribatejo	Componentes aeronáuticos, manutenção de aeronaves. Comércio de bens e tecnologias militares	25.000,00
PROHERAL Exp Imp Art Her Lda	Almada	Comércio de bens e tecnologias militares	5.000,00
PROTILIS Portugal, Lda	Sintra	Comércio e Indústria de bens e tecnologias militares	50.000,00
Quadri, Lda.	Lisboa	Geral – Comércio de bens e tecnologias militares	124.700,00
Qualifire, Lda	Póvoa da Galega	Geral – Comércio de bens e tecnologias militares	5.000,00
RANGEL	Porto	Geral – comércio de bens e tecnologias militares	500.000,00
Rhode & Schwarz	Linda-a-Velha	Manutenção de produtos e equipamentos eletrónicos. Comércio de bens e tecnologias militares	500.000,00
RFS Telecomunicações, Lda.	Cascais	Material de telecomunicações – Comércio de bens e tecnologias militares	100.000,00
Salemo & Merca	Palmela	Geral – comércio de bens e tecnologias militares	1.500.000,00
Scope, Lda.	Mem Martins	Geral – Comércio de bens e tecnologias militares	119.711,49
SDT Eletrónica, S.A.	Lisboa	Geral – Comércio de bens e tecnologias militares	300.000,00
Setronix, Lda.	Carcavelos	Geral – Comércio de bens e tecnologias militares	100.000,00
Sipamar, Lda.	Algés	Geral – Comércio de bens e tecnologias militares	5.000,00
Socimarpe	Mem Martins	Geral – Comércio de bens e tecnologias militares	5.000,00
Sodarca, Lda.	Lisboa	Armas, cartuchos. Geral – Comércio de bens e tecnologias militares	404.525,00
SPIN WORKS, Lda.	Porto	Inv Cient Proj. Comércio e Indústria de bens e tecnologias militares	65.004,00
STE – Serv Telec e Eletron, S.A.	Prior Velho	Comércio e Indústria de bens e tecnologias militares	500.000,00
Studia I, Lda	Oeiras	Geral – Comércio de bens e tecnologias militares	42.000,00
Sunviauto	V. N. Gaia	Geral – Comércio de bens e tecnologias militares	8.400.000,00
Thalles Portugal, S.A.	Paço Arcos	Comércio e Indústria de bens e tecnologias militares	362.250,00
Transfral Trading	Lisboa	Geral – Comércio de bens e tecnologias militares	50.000,00
Vianas, S.A.	Gondomar	Geral - Comércio de bens e tecnologias militares	200.000,00

(\*) Nos termos do Decreto-Lei nº 397/98, de 17 de dezembro.

## 6.2 – EQUIPAMENTOS DE DEFESA E LPM

### 6.2.1 - Missões e Meios Disponíveis – Marinha

Ano: 2013

MEIOS	TOTAL	DEFESA MILITAR E APOIO À POLÍTICA EXTERNA						SEGURANÇA E AUTORIDADE DO ESTADO						DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO, CIENTÍFICO E CULTURAL														
		Proteção dos interesses nacionais e diplomacia naval			Defesa coletiva e expedicionária			Segurança marítima e salvamento da vida humana no mar			Vigilância, fiscalização e policiamento			Estados de exceção e proteção civil		Estados de exceção e proteção civil		Fomento Económico										
		Defesa militar própria e autónoma	Proteção e evacuação de cidadãos nacionais	Diplomacia naval	Cooperação Técnico-Militar	Relações Internacionais	NATO	EU	ONU	EUROMARFOR	Busca e salvamento marítimo	Assistência a banhistas	Assinalamento Marítimo	Prevenção e combate a poluição do mar	Atividades de reparação marítima e conservatória de registo patrimonial	Fiscalização dos espaços marítimos e proteção dos recursos	Repressão de ilícitos marítimos			Estado de sítio e de emergência	Atividades de proteção civil	Estado de sítio e de emergência	Atividades de proteção civil	Apoio logístico naval	Formação	Parcerias em projetos	Investigação Científica	Cultura
																	Narcotráfico	Imigração ilegal	Outros									
UNIDADES NAVAIS	Fragatas "Vasco da Gama" com helicóptero orgânico	3																										
	Fragatas " Bartolomeu Dias" com helicóptero orgânico	2																										
	Helicóptero orgânico "Lynx"	5																										
	Corvetas "Batista de Andrade"	3																										
	Corvetas "João Coutinho"	3																										
	Submarinos "Tridente"	2																										
	Reabastecedor de esquadra "Bérrio"	1																										
	Patrulhas "Viana do Castelo"	2																										
	Patrulhas "Cacine"	3																										
	Lanchas de Fiscalização "Argos" e "Centaurio"	9																										
	Lanchas de Fiscalização "Albatroz" e "Rio Minho"	3																										
	Lancha desembarque "Bacamarte"	1																										
	Navios hidrográficos "D. Carlos I"	2																										
	Lanchas hidrográficas "Andrómeda"	2																										
	Navio balizador "Schultz Xavier"	1																										
Navios escola "Sagres" e "Polar"	2																											
UNIDADES FUZILEIROS	BF1	200																										
	BF2	283																										
	UPN	137																										
	DAE	35																										
	UMD	94																										
	CAF	119																										
	CATT	117																										
UNIDADES Mergulhadores	DMS 1	11																										
	DMS 2	46																										
	DMS 3 - Guerra Minas	5																										
OUTROS DESTACAMENTOS OU UNIDADES	UAM's IH	3																										
	Brigadas hidrográficas	2																										
	UAM's DGAM	41																										
	NTM "Creoula"	1																										
	UAM Albacora	1																										
	Fragata D. Fernando e Glória																											
Outros Meios	Biblioteca Central de Marinha																											
	Museu de Marinha																											
	Aquário Vasco da Gama																											
	Planetário de Calouste Gulbenkian																											
<b>TOTAL</b>	<b>1139</b>																											



Empenhamento operacional muito provável.



Empenhamento operacional provável.

## 6.2.2 - Missões e Meios Disponíveis – Exército

Ano: 2013

Armamento/Equipamento		OCAD		FOPE					Total	Obs.
				Grandes Unidades			ZM A	ZM M		
		CLog	CID	Brig Mec	Bri g RR	Bri g Int				
Carros de Combate	M48A5								-	
	M60A3	22		79					101	
	Leopard			37					37	
Viaturas Blindadas de Lagartas	M113A1 e A2	42		199					241	
	M113A2 TOW			15					15	
	M577A2	2		49		1			52	
	M125A1 e A2 c/ Mort 81 mm		1	18					19	
	M106A1 e A2 c/ Mort 107 mm		1	15					16	
	M901A1 ITV			4					4	
	M578	14		9					23	
	M74	4		2					6	
	M548 e A1	2		22					24	
	M728 VC Engenharia	3							3	
M88A1 e A2	1		7					8		
Viaturas Blindadas de Rodas	Chaimite V-200	52	5			15			9	81
	Commando V-150	3	1			11				15
	Panhard M-11	8			10	2			18	38
	Pandur	6				160				166
Obuses	105 mm M101A1 e A1L	46		4						50
	105 mm Oto Melara									0
	105 mm Light Gun	3			18					21
	155 mm Reb M114	20				17				37
	155 mm AP M109A2			6						6
	155 mm AP M109A5	2		16						18
Sistemas de Mísseis AC	MILAN	13		1	3	2				19
	M220A1 TOW	23								23
	M220A2 TOW									-
Sistemas de Mísseis AA	Stinger	11								11
	Chaparral M90			4		1				5
	Chaparral M98	12		8		11				31
Material AA	Met Bitubo AA 20 mm	10				3	12	12		37
	Peça AA 40 mm	4								4
Morteiros	60 mm + Morteiretes	338	2		170	48				558
	61 mm LA									-
	81 mm	40	6	11	36	30	3		4	130
	81 mm L16A2	10	1		21					32
	107 mm M24 e A1	42								42
	120 mm B e St	13	7		10	14	7	5		56
Pontes (a)	VBLP			4						4
	Apoios fixos		6							6
	Apoios flutuantes		1							1
Outro	LGA 40mm SB-M1	8			1	1			3	13
	DISP. LG HK 79 40 mm	23	34	81	20	9	8	7	16	188
Armamento/ Equipamento	Can SR 106mm M40A1 e A2	25	3			7	4	5		44
	Can SR 84mm Carl Gustaf				2					2
	Can SR 90 mm M67	15				5	4	4		28

a) O Exército acrescentou esta nova coluna relativa a Forças Nacionais Destacadas (FND) por forma a caracterizar melhor a distribuição dos meios disponíveis.

### 6.2.3 - Missões e Meios Disponíveis – Força Aérea

Ano: 2013

Meios		Missões															TOTAL			
		Defesa Aérea		Ataque Convencional			Reconhecimento Aéreo Tático	Apoyo ao Combate	Vigilância	Patrulhamento Marítimo	Interesse Público				Transporte Aéreo			Instrução e Treino		
		Patrulhamento e Interceção	Escolta Aérea	Interdição Aérea	TASMO	Apoio Aéreo					Policimento Aéreo	Busca e Salvamento	Vigilância Marítima	Evacuação Sanitária	Intra Teatro	Inter Teatros			VIP	
AVIÕES	F-16	X		X	X	X	X				X									30
	P3-C				X				X	X		X	X					X		5
	C-295								X	X		X	X	X	X			X		12
	FALCON 50													X	X	X	X			3
	C130							X				X		X	X	X	X			6
	AJET					X		X											X	10
	EPSIL																		X	16
	Ligeiros																		X	10
HELIS	EH101							X				X	X	X	X			X		12
	AL III											X		X	X				X	13

Nota: Total de meios disponíveis para as missões referenciadas.

√ - Capacidade dos meios

#### 6.2.4 - Lei de Programação Militar (LPM)

##### Principais Programas de Reequipamento das Forças Armadas

A LPM tem por objeto a programação do investimento público das Forças Armadas relativo a forças, equipamento, armamento, investigação e desenvolvimento e infraestruturas com impacto direto na modernização e na operacionalização do Sistema de Forças Nacionais, concretizado através das medidas e capacidades fixadas em planos plurianuais.

Os principais procedimentos executados em 2013, tendo em vista a realização de programas de aquisição, foram os seguintes:

##### - Programas concluídos em 2013 -

Tipo de Armamento/Equipamento Contratado	Empresa/Entidade Contratada	País de Origem
F16/MLU – Aquisição JHMCS – NVG ANVIS	QUADRI	Portugal
Aquisição de Flares	NSPA	Luxemburgo

##### - Programas de aquisição com contratos assinados em 2013 –

Tipo de Armamento/Equipamento Contratado	Empresa/Entidade Contratada	País de Origem
Material para Ground Support Equipment	ESX	Portugal
Ferramentas para os Sistemas de Armas	EUROFERRAMENTAS	Portugal
F16/MLU – Aquisição JHMCS – NVG ANVIS	QUADRI	Portugal
Aquisição de Flares	NSPA	Luxemburgo
F-16/MLU - Aquisição de Grupo A ARC-210 GEN5	DFAS	EUA
Material para a sustentação da frota F-16	KELLSTROM INDUSTRIES	EUA

## 6.3 – LOGÍSTICA

No intuito de disponibilizar uma informação mais alargada e melhorada, são englobados os quadros com dados da área da Logística que foram fornecidos pelo EMGFA, Ramos das Forças Armadas, SCS/MDN e IASFA.

Os elementos estatísticos do quadro 6.3.2 referem-se exclusivamente à aquisição de equipamento hospitalar, meios de diagnóstico e curativos e à manutenção do equipamento hospitalar.

A assistência na doença e outras participações aos militares das Forças Armadas são incluídas no Capítulo 4.

### CONCEITOS

#### Escalões de Manutenção

##### 1º Escalão

Manutenção preventiva e corretiva executada pela unidade (utilizador).

##### 2º Escalão

Manutenção preventiva e corretiva executada pela unidade, com o apoio de equipamento oficial e de meios humanos especializados.

##### 3º Escalão

Manutenção corretiva por avaria de um ou mais dos conjuntos ou subconjuntos de um sistema. A execução desta categoria de manutenção é feita em instalações oficiais (Oficinas Gerais ou Arsenal) ou ainda por recurso ao mercado civil.

##### 4º Escalão

Manutenção que compreende a reparação geral de artigos principais e a recuperação de grandes conjuntos. Os artigos principais e os conjuntos que beneficiam desta categoria de manutenção, após recuperados, são normalmente destinados a alimentar o canal de reabastecimento.

#### 6.3.1 - Despesas com Manutenção de Meios e Sistemas Operacionais

(euros)

Ano	EMGFA	Marinha	Exército	Força Aérea	TOTAL
2013	187.371,27	25.045.000,00	x	17.487.054	42.721.438,27
2012	82.350,00	18.838.383,27	12.345.660,73	17.188.669,00	<b>48.455.063,00</b>
2011	72.143,00	28.317.220,00	5.748.176,49	22.831.365,00	<b>56.896.761,49</b>
2010	92.147,00	35.876.275,00	4.001.748,51	32.341.283,00	<b>72.311.454,00</b>

X – dados indisponíveis

### 6.3.2 - Despesas com Equipamentos e Material de Saúde, em 2013

(euros)

Ramo das FA	Marinha	Exército	Força Aérea	TOTAL
Aquisição de:				
- Equipamento hospitalar		167.322,04		-
- Meios auxiliares de diagnóstico		248.343,10		-
- Meios curativos	(a)	854.675,26		-
Manutenção de equipamento hospitalar		93.194,91		-
<b>TOTAL</b>		<b>1.363.535,31</b>	-	-

(a) Em virtude do Hospital de Marinha ter sido extinto em 16 agosto de 2012, de acordo com o Decreto- Lei nº 187/2012 de 16 de agosto, não existe informação para preencher o quadro

### 6.3.3 - Despesas com Transportes – Aquisição de Veículos – em 2013

(euros)

Equipamento	SC/MDN		IASFA		EMGFA		Marinha		Exército		Força Aérea		TOTAL	
	N.º	Valor	N.º	Valor	N.º	Valor	N.º	Valor	N.º	Valor	N.º	Valor	N.º	Valor
Transporte de pessoal									X	X				-
Transporte geral					4	97.835,38			X	X			4	97.835,38
Todo-o-terreno	4	90.838,00							X	X			4	90.838,00
Serviços especiais									X	X				-
Motociclos, ciclomotores e velocípedes									X	X				-
<b>TOTAL</b>	<b>4</b>	<b>90.838,00</b>	-	-	<b>4</b>	<b>97.835,38</b>	-	-	<b>X</b>	<b>X</b>	-	-	<b>8</b>	<b>188.673,38</b>

X – dados indisponíveis

### 6.3.4 - Despesas com Transportes – Funcionamento – em 2013

(euros)

Equipamento	SC/MDN	IASFA	EMGFA	Marinha	Exército	Força Aérea	TOTAL
Manutenção	30.923,25	65615,34	81.835,48	398.119,42	X	630.172,09	<b>1.206.665,58</b>
Combustíveis e lubrificantes	132.725,44	60964,91	221.234,78	328.716,87	X	1.646.009,44	<b>2.389.651,44</b>
Aquisição de serviços	218.457,07	0	38.843,58	47.885,29	X	333.330,77	<b>638.516,71</b>
<b>TOTAL</b>	<b>382.105,76</b>	<b>126.580,25</b>	<b>341.913,84</b>	<b>774.721,58</b>	<b>X</b>	<b>2.609.512,30</b>	<b>4.234.833,73</b>

X – dados indisponíveis

## 6.4 – INVESTIGAÇÃO E DESENVOLVIMENTO

O MDN, tendo como instrumento financeiro a Lei de Programação Militar, promove, dinamiza e coordena, através da Direção-Geral de Armamento e Equipamentos de Defesa, o investimento em Investigação e Desenvolvimento (I&D) de Defesa, mediante participação em programas e projetos cooperativos internacionais de I&D no quadro das alianças militares em que Portugal participa, assim como em projetos de âmbito nacional de tecnologias de Defesa.

Entende-se por I&D de Defesa, o conjunto de iniciativas e atividades de índole científica e/ou tecnológicas ligadas à geração e aplicação de competências, conhecimentos e saber em áreas e domínios que direta ou indiretamente concorrem para a satisfação de lacunas ou objetivos de capacidades de Defesa, para o reforço da base tecnológica e industrial de Defesa (nacional e europeia) e ainda para o apoio e informação ao processo de tomada de decisão em matéria de opção e aquisição de novos equipamentos e sistemas de armas.

### 6.4.1 - Investigação e Desenvolvimento por Fontes de Financiamento e Áreas Tecnológicas – MARINHA

Programa/Projeto	Entidade Responsável	Área Tecnológica	Fontes de Financiamento				TOTAL
			ODN-M	PIDDAC	LPM	Outras Fontes	
MECPAB	CINAV	Gestão da Manutenção					-
ERM	CINAV	Química e Materiais Energéticos					-
FPNEM	CINAV	Química e Materiais Energéticos					-
Sentinel	CINAV	Química e Materiais Energéticos					-
BlueEye	CINAV	Sistemas de Apoio à Decisão					-
SafePort	CINAV	Sistemas de Apoio à Decisão					-
e-Ventos	CINAV	Robótica Móvel					-
Award	CINAV	Sistemas de Apoio à Decisão					-
SADAP	CINAV	Sistemas de Apoio à Decisão					-
ICARUS	CINAV	Robótica Móvel				23.661,75	<b>23.661,75</b>
RSEM	CINAV	Química e Materiais Energéticos					-
Mission Planning	CINAV	Robótica Móvel					-
Archimaria	CINAV	História Marítima					-
Patacho de Pedro Dias	CINAV	História Marítima					-
Robonoise	CINAV	Robótica Móvel					-
NETMAR	CINAV	Robótica Móvel					-
AISINTEL	CINAV	Sistemas de Apoio à Decisão					-
INTERMAR	CINAV	Linguística					-
NECSAVE	CINAV	Robótica Móvel					-
Autoland	CINAV	Robótica Móvel					-
REMAR	CINAV	Robótica Móvel					-
Archinaves	CINAV	História Marítima					-
CNO	CINAV	Sistemas de Apoio à Decisão					-

Share	CINAV	Meteorologia e Oceanografia				1.997,85	<b>1.997,85</b>
Seacon II	CINAV	Robótica Móvel					-
Seagull	CINAV	Robótica Móvel					-
MaSSGP	CINAV	Sistemas de Apoio à Decisão					-
Oceanides	CINAV	História Marítima					-
Dicionário de História Marítima	CINAV	História Marítima					-
MIDNET	CINAV	Processamento de Sinal					-
Perseus	CINAV	Sistemas de Apoio à Decisão					-
SoSMSA	CINAV	Sistemas de Apoio à Decisão					-
Automatização dos levantamentos hidrográficos	IH	Ciências da Terra e do Ambiente	32.750,00	20.707,00	511.722,00		<b>565.179,00</b>
IDAMAR - Sistema de informação e dados técnico-científicos	IH	Ciências da Informação	47.761,00	12.000,00	27.999,00		<b>87.760,00</b>
Automatização dos sistemas de cartografia náutica	IH	Ciências da Terra e do Ambiente	19.650,00				<b>19.650,00</b>
Vigilância da qualidade do meio marinho	IH	Ciências da Terra e do Ambiente	18.954,00	14.611,00	184.090,00		<b>217.655,00</b>
SEPLAT - Cartas sedimentológicas da plataforma continental	IH	Ciências da Terra e do Ambiente	171.189,00	4.200,00			<b>175.389,00</b>
Estudo das tecnologias das ajudas e segurança da navegação	IH	Ciências da Terra e do Ambiente	13.100,00				<b>13.100,00</b>
Cooperação com Universidades e outros organismos	IH	Ciências da Terra e do Ambiente	15.000,00				<b>15.000,00</b>
Geologia Marinha	IH	Ciências da Terra e do Ambiente	170.153,00	20.857,00	122.089,00		<b>313.099,00</b>
Previsão operacional	IH	Ciências da Terra e do Ambiente	62.192,00	6.747,00			<b>68.939,00</b>
TORMEM		Ciências da Terra e do Ambiente	2.515,00				<b>2.515,00</b>
Inovação e desenvolvimento de técnicas de análise	IH	Engenharia Química	92.111,00	3.979,00			<b>96.090,00</b>
Dinâmica sedimentar (projetos BeachSandCODE, Cd-ToxCon, B2C, SURGE)	IH	Ciências da Terra e do Ambiente	169.617,00		71.739,00		<b>241.356,00</b>
Rede maregráfica	IH	Ciências da Terra e do Ambiente	67.165,00	10.439,00			<b>77.604,00</b>
Rede boias ondógrafo	IH	Ciências da Terra e do Ambiente	29.770,00	12.000,00			<b>41.770,00</b>
Rede meteorológica	IH	Ciências da Terra e do Ambiente	4.167,00	2.861,00			<b>7.028,00</b>
Rede Radar HF	IH	Ciências da Terra e do Ambiente	2.356,00				<b>2.356,00</b>
Rede boias multiparametricas	IH	Ciências da Terra e do Ambiente	99.859,00	43.601,00			<b>143.460,00</b>
SIMOC	IH	Ciências da Terra e do Ambiente	2.576,00				<b>2.576,00</b>
TRADE	IH	Ciências da Terra e do Ambiente	5.830,00		10.746,00		<b>16.576,00</b>
TRADE 2	IH	Ciências da Terra e do Ambiente	3.866,00				<b>3.866,00</b>
HERMIONE	IH	Ciências da Terra e do Ambiente	10.511,00		25.097,00		<b>35.608,00</b>
SeaDataNet 2	IH	Ciências da Terra e do Ambiente	33.604,00		30.149,00		<b>63.753,00</b>
RAIA	IH	Ciências da Terra e do Ambiente	9.101,00		15.330,00		<b>24.431,00</b>
RAIAco	IH	Ciências da Terra e do Ambiente	31.239,00		36.582,00		<b>67.821,00</b>
JERICO	IH	Ciências da Terra e do Ambiente	4.820,00		15.000,00		<b>19.820,00</b>
<b>TOTAL</b>			<b>1.119.856,00</b>	<b>152.002,00</b>	<b>845.900,00</b>	<b>230.302,60</b>	<b>2.348.060,60</b>

Fonte: Marinha

## 6.4.2 - Investigação e Desenvolvimento por Fontes de Financiamento e Áreas Tecnológicas – EXÉRCITO

Programa/Projeto	Entidade Responsável	Área Tecnológica	Fontes de Financiamento			TOTAL
			PIDDAC (*)	MDN (I&D)	OMDN-EX 13	
Simulações de Colisões e Explosões	Academia Militar	Tecnologias de apoio à Defesa e à Segurança			1.066,19	1.066,19
"Eu, Tu & Nós" projeto de promoção da resiliência nas famílias dos militares	CPAE	Comando, Liderança e Fatores Humanos			1.903,67	1.903,67
O Bem-estar dos Militares Portugueses: Antecedentes e consequências para os militares e o Exército	CPAE	Comando, Liderança e Fatores Humanos			1.416,98	1.416,98
Modelo de gestão de conhecimento intergerecional em contexto militar: comando e liderança	Academia Militar	Comando, Liderança e Fatores Humanos			4.874,76	4.874,76
Microsensores na monitorização de fármacos administrados nas forças nacionais destacadas	Academia Militar	Operacional e Tecnologias de apoio à Defesa e à Segurança			8.303,00	8.303,00
SIGARM - O SIG como ferramenta de apoio às missões de tiro das armas	Academia Militar	Tecnologias de apoio à Defesa e à Segurança			11.070,00	11.070,00
Demolições de Emergência pelo uso Controlado de Explosivos – FASE II	Academia Militar e EPE	Gestão de Crises, Ambiente Operacional e Tecnologias de apoio à Defesa e à Segurança			2.393,58	2.393,58
A Influência da Diabetes Mellitus tipo 2 no grau de destruição periodontal - Efeito do controlo glicémico e dislipidémia	Hospital Militar Principal	Medicina Operacional			7.488,52	7.488,52
Adaptabilidade ao Ensino Superior Universitário Militar: Implicações para o Sucesso Académico e Militar	Academia Militar	Comando, Liderança e Fatores Humanos			4.490,83	4.490,83
Aquisição de Dados Tridimensionais para Sistemas de Informação Geográfica (SIG 3D)	Instituto Geográfico do Exército	Gestão de Crises, Apoio à Decisão e Tecnologias de apoio à Defesa e à Segurança			13.300,00	13.300,00
Laboratório de Computação Forense	Academia Militar e DCSI	Direito e Segurança e Defesa e Tecnologias de apoio à Defesa e à Segurança				a)
FIREND- Projétil para combate a incêndios	Academia Militar	Gestão de Crises e Tecnologias de apoio à Defesa e à Segurança				a)
PANDORA - Plataforma Aérea Não Tripulada para Detecção e Operações de Reconhecimento Aéreo NBQR	Laboratório de Bromatologia e Defesa Biológica	Ambiente Operacional e Tecnologias de apoio à Defesa e à Segurança			46.828,36	46.828,36
SNIFFER - Sensory Devlces Network For Food Supply Chain Securritty	Laboratório de Bromatologia e Defesa Biológica	Tecnologias de apoio à Defesa e à Segurança			b)	59.454,06

Fonte:Exército

a) Projeto ativo que não teve necessidade de financiamento

b) Projeto financiado em 59454,06 € pela UE

### 6.4.3 -Investigação e Desenvolvimento por Fontes de Financiamento e Áreas Tecnológicas – FORÇA AÉREA

(euros)

Programas	Entidade	Área Tecnológica	Fontes de Financiamento				TOTAL
			PI DD AC	MDN (I&D)	OMDN-EX	Outras Fontes	
SHERLOC	AFA	Estruturas em Compósitos	-	-	-	QREN	129.000
<b>TOTAL</b>			-	-	-		<b>129.000</b>

Fontes: Força Aérea

### 6.4.4 – Pessoal empregue em atividades de investigação e desenvolvimento

Pessoal			
Ramos	2013		
	Militar	Civil	TOTAL FORÇAS ARMADAS
Marinha			
Exército	26	6	
Força Aérea	6	-	
<b>TOTAL POR CLASSE</b>	<b>32</b>	<b>6</b>	
Entidades Ensino Superior			2013
	Militar	Civil	TOTAL UNIVERSITÁRIO
Escola Naval			
Academia Força Aérea	2	-	
FEUP			
FCUL			
LNEG			
<b>TOTAL POR CLASSE</b>	<b>2</b>	<b>-</b>	
<b>TOTAL DE PESSOAL</b>	<b>34</b>	<b>6</b>	

#### 6.4.5- Investigação e Desenvolvimento com Financiamento LPM e Respetivas Áreas Tecnológicas – Âmbito Nacional e Internacional - Sob Coordenação da DGAIED – 2013

(euros)

Programa/Projeto	Entidades Envolvidas	Área Tecnológica	Montantes 2012
Projetos Cooperativos Internacionais – EDA e Outros Mecanismos de Cooperação Europeia			
<i>Combat Equipment for Dismounted Soldier (CEDS)</i>	TBD	Proteção Individual	175.000,00
<i>European Unmanned Maritime Systems for MMCN and other naval applications (UMS)</i>	CINAV (Marinha), CIAFA (Força Aérea), UP, APDL, INESC-Porto, OCEANSCAN-MST	Robôs e Veículos não-tripulados	96.848,00
<i>Formulation &amp; Production of New Energetic Materials (FPNEM)</i>	LEDAP	Materiais Energéticos	52.800,00
<i>Cognitive Radio for Dynamic Spectrum Management (CORASMA)</i>	TEKEVER	Tecnologias de Informação e Comunicações	160.160,40
<i>Joint Investment Program on Chemical, Biological, Radiological and Nuclear Technologies (JIP-CBRN)</i>	TBD	Tecnologias de Defesa QBRN	48.000,00
<i>Reduced Sensitivity Energetic Materials for the Higher Performance of the Inertial Confinement (RSEM)</i>	ADAI/IDD	Materiais Energéticos	35.000,00
<i>Environmentally Responsible Munitions (ERM)</i>	ADAI/IDD	Materiais Energéticos	67.320,00
<b>Subtotal Cooperação Europeia</b>			<b>635.128,40</b>
<b>Subtotal NATO</b>			<b>635.128,40</b>
<b>Total INTERNACIONAL</b>			<b>635.128,40</b>
Projetos de Âmbito Nacional (Ramos, Institutos e Universidades)			
<i>SIMOC – Sistema de Monitorização Operacional de Correntes Costeiras</i>	IH	Ambiente Operacional	48.000,00
<i>PITVANT – Projeto de Investigação em Veículos Aéreos Não-Tripulados</i>	FEUP/ AFA	Veículos não Tripulados	-
<b>Total NACIONAL</b>			<b>48.000,00</b>
<b>TOTAL</b>			<b>683.128,40</b>

Fonte: DGAIED

## 6.5 – INDÚSTRIAS DE DEFESA

Nos quadros seguintes apresentam-se de forma sucinta os elementos estatísticos relativos às empresas portuguesas com atividades no âmbito da Defesa, incluindo os Estabelecimentos Fabris das Forças Armadas (EFFA), respeitantes a 2012 e 2013.

### 6.5.1 - Indústrias Nacionais do Setor das Indústrias de Defesa – 2012 e 2013

(euros)

Áreas de Atuação	Situação	Volume de Vendas Anual - Global		Volume de Vendas em AETD	Despesas de I&D em AETD	Número de Efetivos		Exportação				
		2012	2013	2013	2013	2012	2013	TOTAL 2012	2013			
									Países UE	Países 3 <sup>es</sup>	TOTAL	
<b>IDD</b> Ind. de Desmilitarização e Defesa, SA	Desmilitarização de munições e explosivos	1.012.938	847.506	812.932	48.212	19	19	-				-
<b>LMPQF</b> Laboratório Militar Produtos Químicos e Farmacêuticos	SAÚDE	14.741.716	9.235.934			85	75	-				-
<b>EID</b> Empresa de Investigação e Desenvolvimento de Electrónica, S.A.	Desenvolvimento, produção e comercialização de Equipamentos e Sistemas Electrónicos e de Comunicações	18.671.283	15.432.505	14.974.950	2.107.839	148	143	<b>10.760.187</b>	3.825.289	3.291.802	<b>7.117.091</b>	

AETD = Armamento, Equipamento e Tecnologias de Defesa (bens e serviços)

### 6.5.2 - Indústrias Nacionais com Atividades Ligadas a Áreas da Defesa – 2012 e 2013

(euros)

Áreas de Atuação	Situação	Volume de Vendas Anual - Global		Volume de Vendas em AETD	Despesas de I&D em AETD	Número de Efetivos		Exportação				
		2012	2013	2013	2013	2012	2013	TOTAL 2012	2013			
									Países UE	Países 3 <sup>es</sup>	TOTAL	
Critical Software, SA	Desenvolvimento de Software	14.269.157	14.830.103	855.321	639.260	222	239	<b>7.524.519</b>	5.181.625	3.101.666	<b>8.283.292</b>	
SETRONIX, SA	Telecomunicações	5.436.571	5.428.611	48.118		61	76					-
Critical Software Technologies Ltd (Reino Unido)	Desenvolvimento de Software	2.790.860	4.082.077	2.627.808		27	40					-

AETD - Armamento, Equipamento e Tecnologias de Defesa.

### 6.5.3 - Empresas Autorizadas a Exercer Legalmente a Atividade de Indústria de Armamento e Tecnologias de Defesa (\*)

(euros)

Empresa	Sede	Objeto da Atividade	Capital Social	Efetivos	Volume de Negócios
---------	------	---------------------	----------------	----------	--------------------

(\*) Nos termos da Lei 49/2009, de 5 de agosto

Nota: Já existe esta lista no 6.1.6. – Empresas autorizadas a exercer legalmente a atividade de Indústria e/ou Comércio de Bens e Tecnologias Militares

### 6.5.4 - EMPORDEF (SGPS), S.A. e Associações do Setor

#### 6.5.4.1 - A EMPORDEF (SGPS), S.A. é uma Sociedade Gestora de Participações Sociais de capitais públicos que agrupa as participações do Estado nas seguintes empresas da área da Defesa:

Arsenal do Alfeite S.A.	
EDISOFT	Empresa de Serviços e Desenvolvimento de Software, S.A.
EID	Empresa de Investigação e Desenvolvimento de Eletrónica, S.A.
Empordef-TI	Tecnologias de Informação, S.A.
ENVC	Estaleiros Navais de Viana Do Castelo, S.A.
IDD	Indústria de Desmilitarização e Defesa, S.A.
NAVALROCHA	Sociedade de Construção e Reparações Navais, S.A.
OGMA	Indústria Aeronáutica de Portugal, S.A.
DEFAERLOC	Locação de Aeronaves de Portugal, S.A.
DEFLOC	Locação de Equipamentos, S.A.
OGMA-Imobiliária	Imobiliária
Ribeira D'Atalaia	

#### 6.5.4.2 - A DANOTEC - Associação das Empresas de Defesa, Armamento e Novas Tecnologias, agrupa as seguintes empresas e instituições com atividades de interesse na área da Defesa:

AEROHÉLICE	Sociedade de Manutenção e Revisão Geral de Hélices, Lda
ARSENAL DO ALFEITE, SA	Manutenção e construção de navios
C3P	Centro Para a Prevenção da Poluição
CRITICAL	Software, S.A.
EDISOFT	Empresa de Serviços e Desenvolvimento de Software, S.A.
EID	Empresa de Investigação e Desenvolvimento de Eletrónica, S.A.
EMPORDEF	Empresa Portuguesa de Defesa (SGPS) SA
EMPORDEF	Tecnologias de Informação, SA
ENVC	Estaleiros Navais de Viana do Castelo, S.A.
ESRI PORTUGAL	Sistemas e Informação Geográfica, SA
FEUP	Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto
GMVIS SKYSOFT, SA	Engenharia de Software
HOLOS	Soluções Avançadas em Tecnologias de Informação, SA
IDD	Indústria de Desmilitarização e Defesa, SA
INEGI	Instituto de Engenharia de Sistemas e Computadores
INESC PORTO	Instituto de Engenharia de Sistemas e Computadores do Porto
INETI	Instituto Nacional de Engenharia, Tecnologia e Inovação, I.P
INOV INESC	Inovação - Instituto de Novas Tecnologias
INTELI	Inteligência e Inovação, Centro de Inovação
ISQ	Instituto de Soldadura e Qualidade

MADAN PARQUE	Parque de Ciência e Tecnologia Almada/Setúbal
NAVALROCHA, S.A.	Sociedade de Construção e Reparações Navais, S.A.
OGMA	Indústria Aeronáutica de Portugal, S.A.
PARADIGMAXIS	Arquitetura e Engenharia de Software, SA
SATA AIR AÇORES, SA	Transportes Aéreos dos Açores
TAP AIR PORTUGAL, SA	Transportes Aéreos
TEKEVER	Tecnologias de Informação, SA

## 6.6 – QUALIDADE, NORMALIZAÇÃO E CATALOGAÇÃO

Dentro das competências da DGAED, foram exercidas no ano de 2013 as seguintes atividades no domínio da Qualidade, Normalização e Catalogação de bens militares:

### 6.6.1 - Qualidade

Compete à DGAIED “emitir ou promover a emissão de certificados de qualidade do armamento, equipamento e serviços de defesa produzidos ou prestados pela indústria nacional”.

#### 6.6.1.1 - Emissão de Certificados de Conformidade

	2012	2013
Número de Certificados de Conformidade emitidos por Portugal na sequência de pedidos de “Seguimento de Garantia da Qualidade Governamental” de contratos de Defesa, efetuados por países ou agências NATO.	156	66

### 6.6.2 - Normalização

Os Acordos de Normalização ou STANAG's – acrónimo que deriva da expressão ***Standard Agreements*** – são instrumentos usados na NATO para estabelecer normas militares comuns a todos os países da Organização nos domínios das políticas, das regras e procedimentos que abrangem variados domínios: operacionais, científicos, técnicos, logísticos, qualidade, etc.

#### 6.6.2.1 - Acordos de Normalização NATO

	2012 (a)	2013
Número de processos elaborados	145	80
Número de Pedidos de Parecer aos Ramos das Forças Armadas	55	15
Número de respostas aos Pedidos de Parecer solicitados aos Ramos das Forças Armadas	81	75
Número de acordos de normalização (STANAG's) ratificados por Portugal	78	53
Número de registos que constam na Base de Dados Nacional	1.171	1.165

(a) As diferenças surgidas entre 2011 e os anos anteriores resultam da saída do responsável pela elaboração do processo de Ratificação dos STANAG e do processo de reestruturação do MDN.

### 6.6.3 - Catalogação

O Centro Nacional de Catalogação, cumprindo o definido nos STANAG's 3150 e 3151, ratificados e implementados por Portugal, é a entidade nacional responsável pela:

Catalogação de artigos de produção nacional utilizados quer pelas Forças Armadas nacionais, quer pelas Forças Armadas de outros países que usam o Sistema de Catalogação NATO;

Catálogo de artigos utilizados pelas Forças Armadas nacionais que são produzidos em países não-NATO, mas que fazem parte do Sistema de Catalogação NATO (países participantes no Comité de Diretores Nacionais de Catalogação - AC/135);

Atribuição de Código de Organização (CORG) às organizações sediadas em Portugal que são fornecedoras das Forças Armadas nacionais e estrangeiras.

A catalogação destes artigos é efetuada através da atribuição de um “Número NATO de Abastecimento” (NNA) que identifica de forma inequívoca o artigo em causa para todos os países que utilizam o Sistema de Catalogação NATO.

Atualmente, com o desenvolvimento do Sistema Integrado de Gestão do Ministério da Defesa Nacional (SIGDN), o Centro Nacional de Catalogação passou a gerir e a atribuir os Números de Abastecimento Provisório (NAP-MD).

#### 6.6.3.1 - Pedidos de Catalogação de Artigos – 2013

Solicitações	Origem	Ao CNC Nacional	
		Pedidos de Catalogação	Catalogados
Internacional	Alemanha	15	12
	Brasil	14	14
	Dinamarca	2	2
	Espanha	1	1
	França	2	2
	Holanda	1	1
	Itália	1	1
	Reino Unido	4	4
	<b>TOTAL</b>	<b>40</b>	<b>37</b>
Nacional	Marinha	146*	125
	Exército	558*	539
	Força Aérea	12*	9
	<b>TOTAL</b>	<b>716</b>	<b>673</b>

Observações: Para além da satisfação dos 673 pedidos de catalogação válidos (\*43 pedidos não válidos – 21 da Marinha, 19 do Exército e 3 da Força Aérea) respeitantes ao ano de 2013, verificou-se igualmente a catalogação de 1 artigo de abastecimento relativo ao ano de 2009.

#### 6.6.3.2 - Pedidos de Atribuição de Códigos de Organização (CORG) – 2013

Solicitações	Origem	Ao CNC Nacional	A CNC Estrangeiros	
		Organizações Nacionais	Organizações Estrangeiras	
Internacional	Alemanha		1	
	Canadá		1	
	Eslovénia		1	
	Espanha		8	
	E.U.A.		4	
	França		2	
	Holanda		3	
	Itália		6	
	Polónia		1	
	Reino Unido		1	
	Turquia		2	
	Países Não OTAN		8	
		<b>TOTAL</b>	<b>-</b>	<b>38</b>
	Nacional	Marinha	12	-

	Exército	23	-
	Força Aérea	10	-
	Empresas	28	-
	<b>TOTAL</b>	<b>73</b>	<b>-</b>

### 6.6.3.3 - Propostas de Cancelamento de Números de Abastecimento NATO (NNA) - 2013

Pospostas de Cancelamento	Quantidade
Recebidas	548
Respostas efetuadas	589

#### Observações:

Para além das Propostas de Cancelamento recebidas foram cancelados mais 41 NNA's respeitantes a anos anteriores.

### 6.6.3.4 - Situação da Base de Dados de Catalogação (SPCAT II\*) em 31 de dezembro de 2013

Registos	Quantidade
Artigos catalogados por Portugal	12628
Referências nacionais	n/d
Artigos internacionais – PRT é Utente	455731
Artigos Nacionais com Utente estrangeiros	1327
Organizações nacionais	4594

\* SPCAT - Sistema Português de Catalogação – versão 2

### 6.6.3.5 - Articulação do Centro Nacional de Catalogação com o Sistema Integrado de Gestão da Defesa Nacional - SIG-DN (Área Logística) – 2013

	Atribuição de Número de Abastecimento Provisório (NAP/MD)	Alterações Efetuadas em SIG-DN (a)	Inserções de Dados (NAP e NNA) no Sistema Integrado de Gestão da Defesa Nacional (SIGDN/SAP)(b)
Marinha	9.537	21.905	5.196
Exército	1.038	6.985	1.789
Força Aérea	2.815	5.980	1.019
SC/MDN	304		-
EMGFA	8	5	6
IASFA	112		-
<b>Total</b>	<b>13.814</b>	<b>34.875</b>	<b>8.010</b>

(a) Compreendendo operações de: Evolução (NAP para NNA ou NNA para NNA); Eliminação (NAP e NNA); Adição/Eliminação de Utente; Adição/Eliminação de referências.

(b) Total de números de gestão (NAP-MD e NNA) inseridos em SIG-DN.

### 6.6.3.6 - Curso Geral de Catalogação

No ano de 2013 não foi ministrado qualquer Curso Geral de Catalogação [Gestores de Catalogação (CGC) ou Curso de Operadores do Sistema Nacional de Catalogação (COSNC)]:

Ramo / Entidade	Formandos
DGAIED (Centro Nacional de Catalogação)	
EMGFA	
Marinha	
Exército	
Força Aérea	
IASFA	
MDN	
<b>TOTAL</b>	<b>-</b>



# Infra-Estruturas





## **NOTA EXPLICATIVA**

O capítulo 7, da responsabilidade da Direção-Geral de Armamento e Infraestruturas de Defesa (DGAIED), cuja orgânica foi aprovada pelo Decreto-Regulamentar n.º 23/2009, que define a sua missão e atribuições, órgãos e serviços e respetivas competências, inclui dados estatísticos referentes ao património imobiliário afeto à Defesa Nacional.

Os dados apurados e indicados resultam da contribuição dos Órgãos e Serviços Centrais, do EMGFA, dos Ramos das Forças Armadas e do Instituto de Ação Social das Forças Armadas.

## **CONCEITOS**

### **Desamortização de Unidades Imobiliárias**

Desafetação de unidades imobiliárias do MDN, mediante a reafecção a outras entidades do Estado, e alienação por venda ou cessão a título definitivo e oneroso a pessoas coletivas de direito público ou instituições particulares de interesse público.

### **Alojamento Clássico**

Locais distintos e independentes, constituídos por uma divisão ou conjunto de divisões e seus anexos, num edifício de carácter permanente ou numa parte distinta do edifício (do ponto de vista estrutural) que, pelo modo como foi construído, reconstruído, ampliado ou transformado, se destina à habitação, na condição de no momento de referência não estar a ser utilizado totalmente para outros fins.

Distinto

Significa que é cercado por paredes de tipo clássico ou de outro tipo, que é coberto e permite que um indivíduo ou grupo de indivíduos possa dormir, preparar refeições e abrigar-se das intempéries, separados de outros membros da coletividade.

Independente

Significa que os seus ocupantes não têm que atravessar outras unidades de alojamento para entrar ou sair da unidade de alojamento onde habitam.

### **Área Bruta de Construção**

É o resultado do somatório da área bruta dos pisos, medida pelo perímetro exterior das paredes e eixo das paredes separadoras, incluindo as varandas privativas.

### **Área do Terreno**

Área bruta do terreno delimitado pelo seu perímetro.

### **Capacidade de Alimentação**

Número de refeições servidas por hora em cada unidade, considerando condições normais de utilização.

Capacidade de Alojamento

Número máximo de camas instaladas em cada unidade, em condições normais de utilização.

## **Classificação de Imóveis**

A classificação dos edifícios como Monumentos Nacionais e Imóveis de Interesse Público encontra-se definida na Lei nº 107/2001, de 9 de agosto.

### **Imóvel de Interesse Municipal**

Consideram-se de interesse municipal os bens cuja proteção e valorização, no todo ou em parte, representem um valor cultural de significado predominante para um determinado município.

### **Imóvel de Interesse Público**

Imóvel que, sem merecer a classificação de monumento nacional, ofereça, todavia, considerável interesse público, sob o ponto de vista artístico, histórico ou turístico.

### **Monumento Nacional**

Imóvel cuja conservação e defesa, no todo ou em parte, represente interesse nacional, pelo seu valor artístico, histórico ou arqueológico.

## **Construção Nova**

Edificação inteiramente nova, ainda que no terreno sobre o qual foi erguida já tenha sido efetuada outra construção, incluindo-se ampliações de edifícios existentes.

## **Grandes Reparações de Unidades Imobiliárias**

Trabalhos através dos quais as construções são melhoradas ou renovadas, prolongando materialmente a sua duração de tempo útil.

## **Natureza das Unidades Imobiliárias**

Qualificação dos prédios em rústicos, urbanos ou mistos, tendo em conta a sua descrição na matriz predial.

## **Servidões das Unidades Imobiliárias**

Restrições aos direitos de propriedade, público e privado, relativos a zonas confinantes com organizações militares ou de interesse para a Defesa Nacional, de caráter permanente ou temporário. Estas servidões são criadas por decreto.

## **TIPOS DE UTILIZAÇÃO**

### **Operacional**

Unidades imobiliárias utilizadas para o desenvolvimento das atividades (missões), da componente operacional do Sistema de Forças Nacional. São exemplos de unidades imobiliárias classificadas nesta categoria quartéis, bases aéreas e bases de fuzileiros.

### **Logístico-Administrativo**

Unidades imobiliárias cuja utilização é dirigida para o apoio logístico e administrativo da estrutura orgânica da Defesa Nacional, tais como os Centros de Finanças, os Centros de Recrutamento e o Comando Logístico e Administrativo da Força Aérea.

### **Formação/Instrução**

Unidades imobiliárias destinadas a ministrar formação militar, instrução, instrução básica e treino (academias, institutos, escolas, centros de instrução, campos de tiro, etc.), bem como ensino civil, tais como o Instituto de Odivelas, o Colégio Militar e o Instituto Militar dos Pupilos do Exército.

### **Cultural**

Unidades imobiliárias cuja utilização se relaciona com a divulgação cultural (museus, bibliotecas, etc.).

### **Ciência e Tecnologia**

Unidades imobiliárias onde se desenvolvem atividades científicas e tecnológicas – conjunto de atividades sistemáticas, estreitamente ligadas à produção, promoção, difusão e aplicação de conhecimentos científicos e técnicos em todos os domínios da ciência e tecnologia. Incluem-se nesta categoria os serviços hidrográficos, cartográficos, laboratórios de investigação de produtos químicos e farmacêuticos, etc.

### **Saúde**

Unidades imobiliárias cuja função é de apoio à saúde (hospitais militares, casas de saúde, farmácias, laboratórios militares de análises clínicas, etc.).

### **Justiça**

Unidades imobiliárias cuja utilização se relaciona com questões de justiça militar (tribunais, casas de reclusão, etc.).

### **Apoio Social**

Unidades imobiliárias destinadas ao apoio social dos militares (messes, habitações, lares e outros equipamentos de caráter social).

### **Mistos**

Unidades imobiliárias em que existem mais do que uma das utilizações referidas, não sendo nenhuma delas prioritárias em termos de ocupação de espaço.

### **Outros**

Unidades imobiliárias cuja utilização não se integra em nenhuma das definições anteriores, nomeadamente faróis, farolins, estradas militares, etc.

### **Unidade Imobiliária**

Todo o imóvel ou agrupamento imobiliário que seja fisicamente autónomo e independente e que apresente, em si mesmo, continuidade, qualquer que seja o número de freguesias em que se situe e o número de entidades afetárias ou utentes.

### **Imóvel**

Prédio rústico ou urbano afeto ao MDN, localizado no país ou no estrangeiro, incluindo edifícios ou construções de caráter provisório que se encontrem assentes no mesmo local por um período superior a 6 meses.

### **Agrupamento imobiliário**

Conjunto de várias edificações separadas entre si, mas constituindo um todo, por se encontrarem interligadas por um espaço exterior comum, em regra, vedado.

### **Unidades Imobiliárias Adquiridas**

Imóveis que passaram a integrarem o património afeto ao MDN, independentemente da forma como se processou a afetação (compra, permuta, arrendamento ou expropriação), sendo excluídas as novas construções.

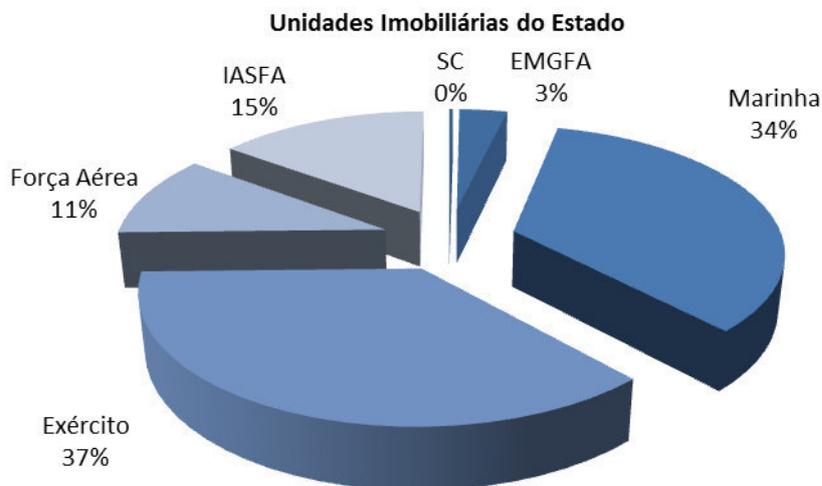
## 7.1 – UNIDADES IMOBILIÁRIAS AFETAS À DEFESA NACIONAL

Ano: 2013

Localização	UI DO ESTADO								UI ARRENDADAS						TOTAL
	SC	EMGFA	Marinha	Exército	Força Aérea	IASFA			S C	EMGFA	Marinha	Exército	Força Aérea	IASFA	
						PI	PE	DT							
Continente	3	1	290	402	87	127	8	39			11	10	1		979
Açores		24	105	28	33	3		1			24	4	37		259
Madeira		16	21	11	11	1					29	1			90
USA					3(a)										3
<b>TOTAL</b>	<b>3</b>	<b>41</b>	<b>416</b>	<b>441</b>	<b>134</b>	<b>131</b>	<b>8</b>	<b>40</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>64</b>	<b>15</b>	<b>38</b>	<b>-</b>	<b>1.331</b>

(a) Para alojamento dos 3 elementos da representação portuguesa no Air Force Material Command (Ohio);

(b) São consideradas "UI do Estado", as UI cuja totalidade das suas parcelas prediais tem como titular o Estado.

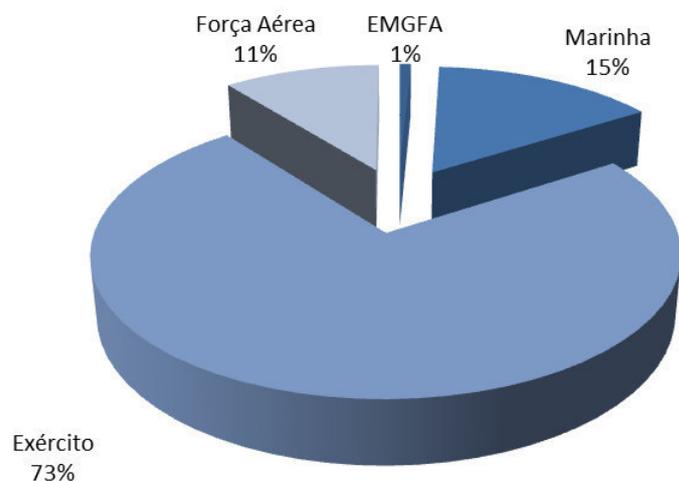


## 7.2 – SERVIDÕES DAS UNIDADES IMOBILIÁRIAS AFETAS À DEFESA NACIONAL

Ano: 2013

Localização	EMGFA	Marinha	Exército	Força Aérea	TOTAL
Continente		15	83	15	113
Açores	1	3	4	1	9
Madeira		1	4	1	6
<b>TOTAL</b>	<b>1</b>	<b>19</b>	<b>91</b>	<b>17</b>	<b>128 a)</b>

a) Estes valores correspondem aos Decretos de Servidão em vigor, independentemente do número de Unidades Imobiliárias abrangidas por cada Servidão.

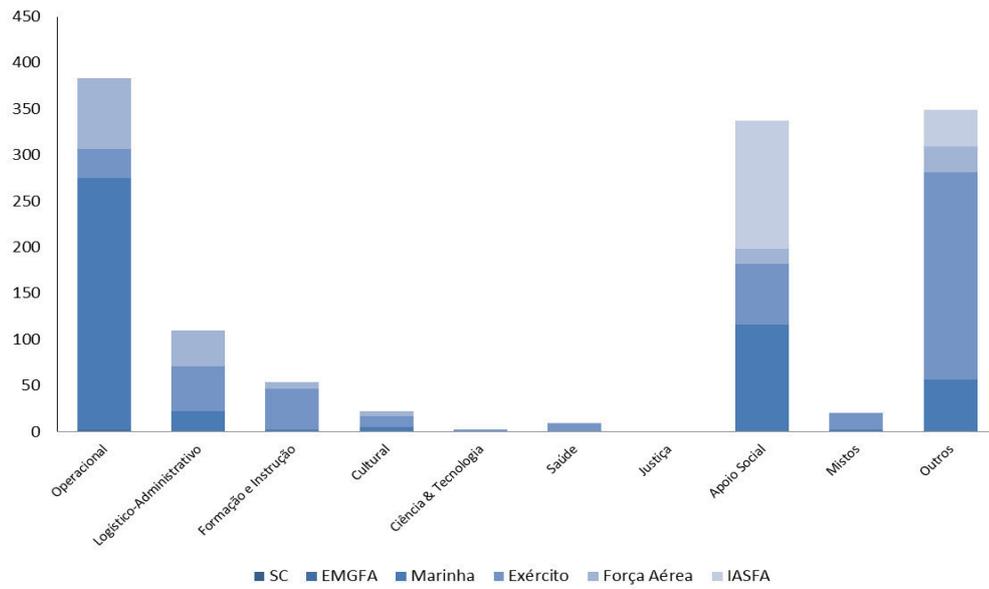


### 7.3 – TIPOS DE UTILIZAÇÃO DAS UNIDADES IMOBILIÁRIAS

Ano: 2013

Afetação	Localização	Tipos de Utilização									TOTAL	
		Operacional	Logístico-Administrativo	Formação e Instrução	Cultural	Ciência & Tecnologia	Saúde	Justiça	Apoio Social	Mistos		Outros
SC	Continente		2								1	3
	Açores											-
EMGFA	Continente	1		1					1			3
	Açores	1							23			24
	Madeira	1							15			16
Marinha	Continente	182	10	3	5	1	1		44	3	52	301
	Açores	73	11						40		5	129
	Madeira	17	1						32			50
Exército	Continente	25	45	41	11	2	8	1	56	18	211	418
	Açores	4	1	2					7		13	27
	Madeira	3	3	1	1				3			11
Força Aérea (a)	Continente	41	19	7	5		1		8		10	91
	Açores	27	20						7		16	70
	Madeira	8							1		2	11
	USA								3			3
IASFA	Continente								134		40	174
	Açores								4			4
	Madeira								1			1
<b>TOTAL</b>		<b>383</b>	<b>112</b>	<b>55</b>	<b>22</b>	<b>3</b>	<b>10</b>	<b>1</b>	<b>379</b>	<b>21</b>	<b>350</b>	<b>1.336</b>

a) As Unidades Imobiliárias do complexo de Sintra e do complexo do Lumiar para efeitos do tipo de utilização são desagregadas, sendo respectivamente BA1+AFA+MUSAR e BALUM+HFA.

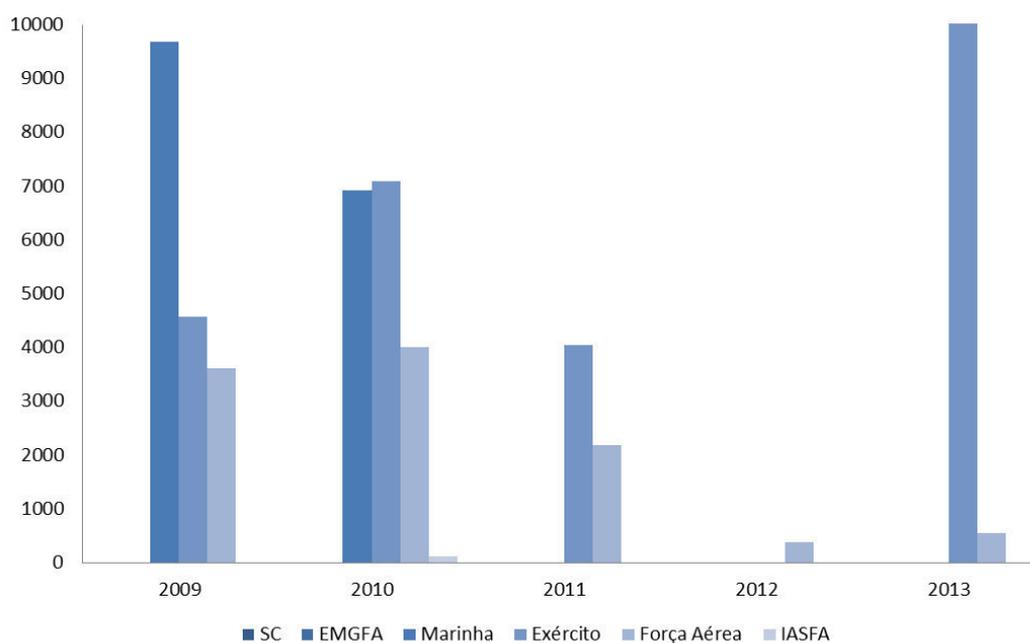


## 7.4 – VERBAS GASTAS COM CONSTRUÇÕES NOVAS

(milhares de euros)

Organismo	2009		2010		2011		2012		2013		TOTAL
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor
SC											-
EMGFA											-
Marinha	9.687,80	54,2	6.927,30	38,1							16.615,1
Exército	4.564,80	25,6	7.088,60	39,0	4.045,20	64,9	(a)		13.999,86	96,2	29.698,46
Força Aérea	3.610,90	20,2	4.017,90	22,1	2.183,20	35,1	384,80	100,0	557,9	3,8	10.754,70
IASFA			124,50	0,7							124,50
<b>TOTAL</b>	<b>17.863,50</b>	<b>100,0</b>	<b>18.158,3</b>	<b>100,0</b>	<b>6.228,40</b>	<b>100,0</b>	<b>384,80</b>	<b>100,0</b>	<b>14.557,76</b>	<b>100,0</b>	<b>57.192,76</b>

(a) Segundo dados da DIE, durante o ano de 2012 o Exército não efetuou gastos com novas construções.



## 7.5 – VERBAS GASTAS COM GRANDES REPARAÇÕES DE UNIDADES IMOBILIÁRIAS

(milhares de euros)

Organismo	2009		2010		2011		2012		2013		TOTAL
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor
SC	358,5	2,5	465,0	3,2	335,00	3,42					1.158,5
EMGFA	101,9	0,7	130,0	0,9			309,68		919,48	0,4	1.461,06
Marinha	2.215,5	15,4	2.671,3	18,4	1.461,90	14,91	2.576,36	47,9			8.925,06
Exército	4.003,8	27,9	4.435,7	30,5	4.707,50	48,02	0,00 (a)	00,0	4.176,50	1,8	17.323,5
Força Aérea	5.144,0	35,8	5.162,3	35,5	1.979,80	20,19	1.477,00	27,4	2.636,70	1,1	16.399,8
IASFA	2.532,2	17,6	1.691,8	11,6	1.319,60	13,46	1.328,35	24,7	2.324.160,00	96,6	2.331.031,95
<b>TOTAL</b>	<b>14.355,9</b>	<b>100,0</b>	<b>14.556,06</b>	<b>100,0</b>	<b>9.803,80</b>	<b>100,00</b>	<b>5.691,39</b>	<b>100,0</b>	<b>2.331.892,68</b>	<b>100,0</b>	<b>2.375.990,15</b>

(a) Segundo dados da DIE, durante o ano de 2012 o Exército não efetuou gastos com grandes reparações imobiliárias.

## 7.6 – CLASSIFICAÇÃO DOS EDIFÍCIOS AFETOS À DEFESA NACIONAL

Ano: 2013

Afetação		Edifícios Classificados		Edifícios em Vias de Classificação		TOTAL
		Monumento Nacional	Imóvel de Interesse Público	Monumento Nacional	Imóvel de Interesse Público	
Localização						
SC	Continente		1			1
	Açores					-
EMGFA	Continente		2			2
	Açores		1			1
	Madeira					0
Marinha	Continente	4	15			19
	Açores		2			2
	Madeira		2			2
Exército	Continente	31	10		68(a)	109
	Açores		3			3
	Madeira	1				1
Força Aérea	Continente				2	2
	Açores					-
	Madeira					-
IASFA	Continente		3			3
	Açores					-
	Madeira					-
<b>TOTAL</b>		<b>36</b>	<b>39</b>	<b>-</b>	<b>70</b>	<b>145</b>

a) Os dados referentes aos edifícios em vias de classificação são indiferenciados.

## 7.7 – ÁREAS ATRIBUÍDAS

Localização	SC		EMGFA		Marinha		Exército		Força Aérea (a)		IASFA		TOTAL	
	AT	ABC	AT	ABC	AT	ABC	AT	ABC	AT	ABC	AT	ABC	AT	ABC
Continente			14.744,00	36.283,00	8.462.214,00	649.830,00	102.296.720,61	1.616.701,51	111.053,30	4190,20	81.550,58	220.919,37	110.966.282,49	2.527.924,08
Açores				11.497,00	414.152,00	51.213,00	944.101,00	38.763,99	7.210,70	436,90	489,60	2.448,00	1.365.953,30	104.358,89
Madeira				6.846,00	155.406,00	12.116,00	234.830,78	41.191,41	690,10	8,60	726,00	1.639,00	391.652,88	61.801,01
USA									5,60	0,80			5,60	0,80
<b>TOTAL</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>14.744,00</b>	<b>53.626,00</b>	<b>9.031.773,00</b>	<b>713.159,00</b>	<b>103.475.652,39</b>	<b>1.696.656,91</b>	<b>118.959,70</b>	<b>4636,50</b>	<b>82.766,180</b>	<b>225.006,370</b>	<b>112.723.894,27</b>	<b>2.694.084,78</b>

AT – Área do terreno

ABC – Área bruta de construção (edificações)

(a) – Dados tratados no 1º Trimestre de 2013.

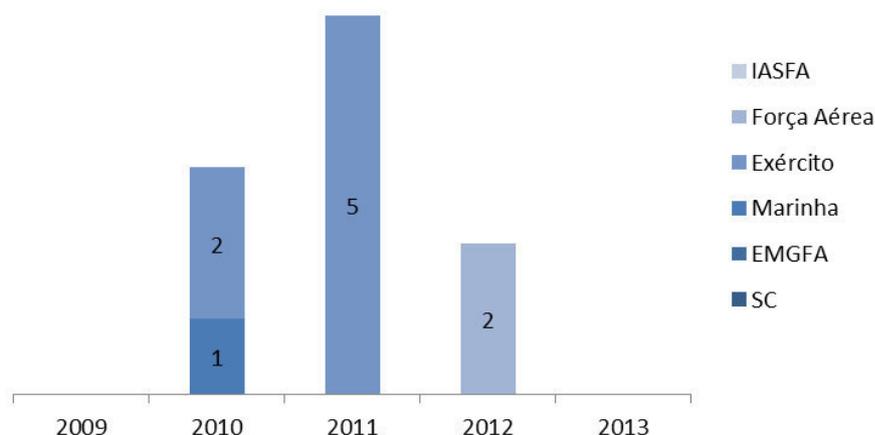
## 7.8 – UNIDADES IMOBILIÁRIAS ADQUIRIDAS

Ano	SC	EMGFA	Marinha	Exército	Força	IASFA	TOTAL
2013							-
2012							-
2011							-
2010							-
2009							-
<b>TOTAL</b>	<b>-</b>						

## 7.9 – ALIENAÇÃO DE UNIDADES IMOBILIÁRIAS AFETAS À DEFESA NACIONAL

Afetação	Localização	2009	2010	2011	2012	2013	TOTAL
SC	Continente						-
	Açores						-
EMGFA	Continente						-
	Açores						-
	Madeira						-
Marinha	Continente		1				1
	Açores						-
	Madeira						-
Exército	Continente		2	3			5
	Açores			2			2
	Madeira						-
Força Aérea	Continente				2 (a)		2
	Açores						-
	Madeira						-
	USA						-
IASFA	Continente						-
	Açores						-
	Madeira						-
<b>TOTAL</b>		-	3	5	2	-	<b>10</b>

(a) Alienação de duas UI através do Despacho n.º 16063/2012 dos Ministérios das Finanças e da Defesa Nacional, (publicado no Diário da República, 2.ª série – N.º 244 de 18 de Dezembro de 2012).



## 7.10 – ALOJAMENTOS CLÁSSICOS ATRIBUÍDOS

Localização	Ano: 2013						TOTAL
	SC	EMGFA	Marinha	Exército	Força Aérea	IASFA	N.º de unidades
	N.º de unidades						
Continente			244	1.756	562	1.783	4.345
Açores		28	225		196	30	479
Madeira		2	62	46	2		112
USA			X		3		3
<b>TOTAL</b>	-	<b>30</b>	<b>531</b>	<b>1.802</b>	<b>763</b>	<b>1.813</b>	<b>4.939</b>

X - Não aplicável.

## 7.11 – CAPACIDADE DOS QUARTÉIS E BASES

Ano: 2013

Afetação	Localização	N.º de Unidades		Capacidade de Alojamento		Capacidade de Alimentação	
			N.º de quartéis e bases		N.º de camas		N.º de refeições servidas/hora
Marinha	Continente	x	x	x	x	x	x
	ZMN	x	x	x	x	x	x
	ZMC	x	x	x	x	x	x
	ZMS	x	x	x	x	x	x
	Açores	x	x	x	x	x	x
	Madeira	x	x	x	x	x	x
Exército	Continente		55		28.036		25.672
	Açores		3		671		863
	Madeira		2		1.038		513
Força Aérea	Continente		18		7.132	3.394.500	2.943
	Açores		1		353	255.500	169
	Madeira		1				-
	USA		-				-
<b>TOTAL</b>		-	<b>80</b>	-	<b>37.230</b>	<b>3.650.000</b>	<b>30.160</b>

X – Não disponível.

Nota: O n.º de unidades é auferido pelo n.º de quartéis e bases; a capacidade de alojamento é auferida pelo n.º de camas e a capacidade de alimentação é auferida pelo n.º de refeições servidas/hora.

## 7.12 – NATUREZA DAS UNIDADES IMOBILIÁRIAS (a)

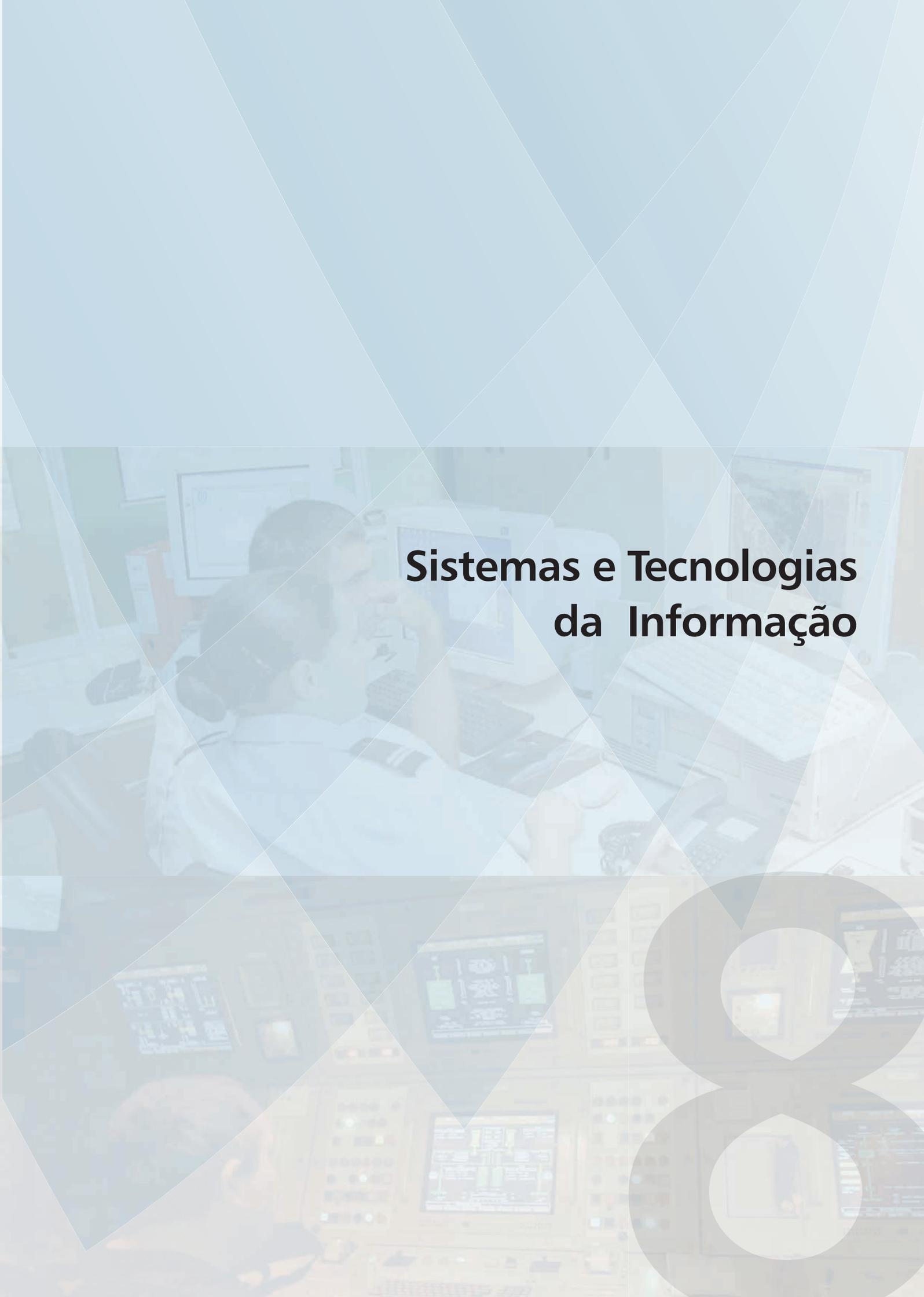
Ano: 2013

Organismo	Rústica	Urbana	Mista	Omissa na Matriz Predial	TOTAL
SC		3			<b>3</b>
EMGFA		44			<b>44</b>
Marinha	62	225	19	12	<b>318(b)</b>
Exército	88	315	53		<b>456</b>
Força Aérea	123	23	26		<b>172</b>
IASFA	2	176	1		<b>179</b>
<b>TOTAL</b>	<b>275</b>	<b>786</b>	<b>99</b>	<b>12</b>	<b>1.172</b>

(a) UIE + UIA;

(b) Recontagem com base em Cadernetas Prediais, estando ainda 162 UI por apurar.





# Sistemas e Tecnologias da Informação



# SISTEMAS E TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO

## CONCEITOS

### 1. *Hardware*

#### **Minicomputador (Departamental)**

Sistema de médio porte, multiutilizador, desenhado para suprir as necessidades de um departamento de uma grande organização, permitindo a exploração de aplicações que exijam recursos de máquina médios, possibilitando a sua portabilidade e geralmente utilizando sistemas operativos do tipo *UNIX*, *OS/400* ou *Windows NT*, etc.

#### **Microcomputador (PC's)**

Sistema de pequeno porte, normalmente monoposto e de uso pessoal, com capacidade de processamento e comunicações próprias, orientados para o tratamento de aplicações de uso geral.

Inclui a unidade de processamento, o monitor, o teclado e o rato. O equipamento deverá ser considerado enquanto solução autónoma, bem como quando utilizado em rede.

#### **Periférico**

Dispositivo ligado e controlado por um computador e suscetível de com ele comunicar (ex.: impressoras, *drives* de disco, *scanners*, etc.).

Inclui os terminais não inteligentes dos computadores de grande porte e dos minicomputadores.

#### **Comunicações**

Engloba os equipamentos de rede (ex.: *routers*, *bridges*, *switches*, *gateways*, repetidores, concentradores, etc.) e o respetivo suporte físico (ex.: fibra ótica, cabo coaxial, par entrançado, UTP, *wireless*, etc.).

### 2. *Software*

#### **SGBD – Sistema de gestão de base de dados**

Programa ou conjunto coordenado de programas que têm como função assegurar a gestão automatizada de uma base de dados e o controlo e gestão dos utilizadores que lhe acedem (ex.: *ORACLE*, *DB2*, *SQL Server*, etc.).

#### **Ferramenta de desenvolvimento**

Programa ou conjunto coordenado de programas cujo objetivo é o desenvolvimento de aplicações. Tipicamente inclui um editor, a linguagem de programação com compilador, *linker* e *debugger* e uma livreria de módulos e funções prontas a usar (ex.: *C*, *Pascal*, *Visual Basic*, *Java*, etc.).

#### **Ferramenta de produtividade individual**

Programa ou conjunto coordenado de programas, normalmente orientado para computadores pessoais, cujo objetivo é potenciar facilidades que contribuam para o aumento significativo da produtividade pessoal num sistema informático (ex.: folhas de cálculo, bases de dados, processadores de texto, SW de apresentação e edição gráfica, etc.).

#### **SW de transferência de dados**

Programa ou conjunto coordenado de programas cuja principal função é a transferência de dados entre sistemas, a emulação e o controlo de comunicações (ex.: *mail*, *EDI*, *PC3270*, *FTP*, *TCP-IP*, *SNA*, etc.).

#### **SW de segurança**

Programa ou conjunto coordenado de programas cuja principal função é a de garantir a segurança da informação num sistema informático (ex.: *Firewall*, SW de autenticação e encriptação, antivírus, etc.).

#### **SW aplicacional**

Programa ou conjunto coordenado de programas que se destinam a fazer face a tarefas concretas e específicas do organismo.

### **3. Serviços**

#### **Desenvolvimento de SW**

Atividades que englobam a aquisição de serviços de programação e/ou de aplicações desenvolvidas à medida, contratadas a um fornecedor externo à organização.

#### **Manutenção de HW e SW**

Atividade que tem por fim conservar ou repor uma unidade funcional num estado que lhe permita desempenhar a sua função.

#### **Comunicações**

Serviços na área das comunicações prestados por operadores de comunicações.

Inclui os custos de assinatura e de utilização.

#### **Consultoria**

Serviços prestados por um fornecedor externo em funções de estudo, análise, aconselhamento e orientação na área dos SI/TI.

#### **Outro Outsourcing**

Entrega da execução de uma função da organização, na área dos SI/TI, a um fornecedor externo, não incluída em rubrica anterior.

## 8.1 - Despesas com a aquisição e locação de bens e serviços

(euros)

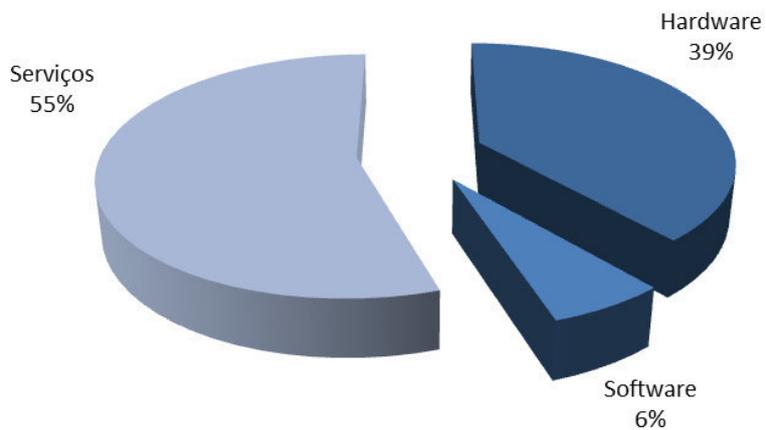
Bens e Serviços		MDN (*)		EMGFA		Marinha		Exército		Força Aérea		TOTAL		
		Qt.	Valor	Qt.	Valor	Qt.	Valor	Qt.	Valor	Qt.	Valor	Qt.	Valor	
Equipamento Informático Hardware	Computadores de Grande Porte	A	1	4.398,48								1	4.398,48	
		L											-	-
	Minicomputadores	A	55	25.447,39	14	90.767,62	18	91.236,28					87	207.451,29
		L	1	1.771,20									1	1.771,20
	Microcomputadores e Computadores Pessoais	A	171	79.063,76	112	80.397,48	142	77.408,50	51	31.255,70	630	49.3524,1	1.106	761.649,54
		L	37	10.013,38									37	10.013,38
	Periféricos	A	256	40.248,42	11	8.300,36	526	91.001,21	40	28.978,73	160	143.383,1	993	311.911,82
		L					2	11.459,66					2	11.459,66
	Comunicações	A	6	5.050,15	1	2.881.431,39	74		86	75.072,88	104	131.108,6	271	3.092.663,02
		L	1	1.086,29				86.070,54					1	86.070,54
<b>Subtotal</b>		A	489	154.208,2	138	3.060.896,85	760	259.645,99	177	135307,31	894	76.8015,8	2458	4.378.074,15
		L	39	11.784,58	-	-	2	97.530,2	-	-	-	-	41	109.314,78
Suporte Lógico Software	Sistemas Operativos	A	351	84.150,85	129	44.619,63	108	(a)	65	33.345,02	110	11.167,32	763	173.282,82
		L	75	627,25									75	627,25
	SGBD - Sistemas de Gestão Base de Dados	A	10	25.011,29	2	15.954,26					79	48.978,6	91	89.944,15
		L	60	711,53									60	711,53
	Ferramentas de Desenvolvimento	A	4	1.226,71							1	23.622,63	5	24.849,34
		L											-	-
	Ferramentas de Produtividade Individual	A	274 (b)	15.661,70					1	393,60			275	16.055,30
		L	97	2.335,81									97	2.335,81
	SW de Transferência de Dados	A			7	13.591,19							7	13.591,19
		L	7	87,05		0,00							7	87,05
SW de Segurança	A	1	1.721,57	879	30.763,04			7	77.534,13			887	110.018,74	
	L	105	1.237,45	1.000	3.936,00							1.105	5.173,45	
SW Aplicacional	A	587	102.544,16	22	13.912,18	24	37.014,72	6	131.345,47	1	1.179,44	640	285.995,97	
	L											-	-	
<b>Subtotal</b>		A	1.227	230.316	1.039	118.840	132	37.015	79	242.618	191	84.948	2.668	713.738,00
		L	344	4.999,09	1000	3.936	-	-	-	-	-	-	1344	8.935,09
Serviços	Desenvolvimento de Software	A	5	33.715,78	1	5.166,00	13	356.088,20	2	20.277,00			21	415.246,98
		L											-	-
	Manutenção de Hardware e Software	A	16	1.802.537,01	26	862.905,22	185	305.815,58	5	61.281,03	40	813557,7	272	3.846.096,54
		L	39	70.910,30									39	70.910,30
	Formação	A	55	98.545,00			20	12.300,00					75	110.845,00
		L											0	0
	Comunicações	A	12	106.609,16			3	206.863,30	5	643.496,00	2	9.051,98	22	966.020,44
		L	5	32.128,35	2	773.717,26							7	805.845,61
	Consultoria	A					2	71.745,90					2	71.745,90
		L											0	0
Outro Outsourcing	A	14	789.569,45	1	33.761,60					1	4.695	16	828.026,05	
	L											0	0	
<b>Subtotal</b>		A	102	2.830.976,4	28	901.832,82	223	952.812,98	12	725.054,03	43	827.304,68	408	6.237.980,91
		L	44	103.038,65	2	773717,26	0	0	0	0	0	0	46	876.755,91
<b>TOTAL</b>		A	1.818	3.215.501	1.205	4.081.570	1.115	1.249.474	268	1.102.980	1.128	1.680.268	5.534	11.329.792,57
		L	427	119.822	1.002	777.653	2	97.530	-	-	-	-	1.431	995.005,78

(\*) Inclui SC/MDN, DGAIED, DGPDN, DGPRM, IDN, PJM, IGDN, IESM, IASFA, LC, CPHM e CVP. o CNPCE foi extinta.

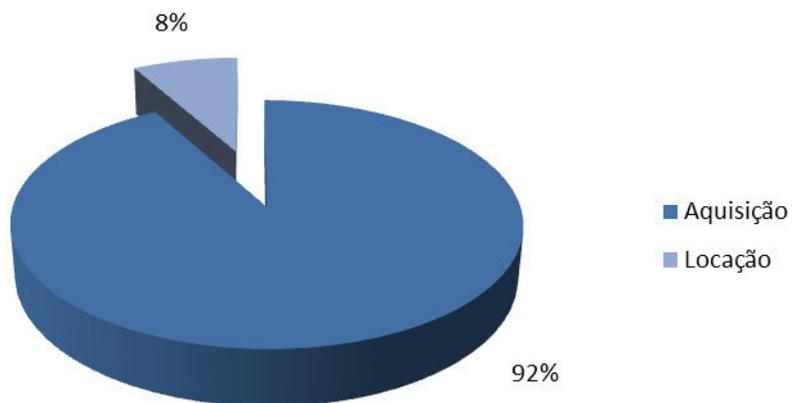
A – Aquisição

L – Locação

### Despesa com aquisição de bens e serviços



### Aquisição versus Locação



## 8.2 - Existências referidas a 31 de dezembro de 2013

(euros)

Bens e Serviços	MDN (*)		EMGFA		Marinha		Exército		Força Aérea		Total			
	Qt.	Valor	Qt.	Valor	Qt.	Valor	Qt.	Valor	Qt.	Valor	Qt.	Valor		
Equipamento	A	53	20.743,06								53	20.743,06		
		L									-	-		
Informático	A	119	269.322,84	34	135.687,95	96	119.360,00	83	2.064.604,14	151	824.329,12	483	3.413.304,05	
		L										-	-	
Hardware	A	1.828	572.373,12	916	440.032,31	7.215	1.027.039,00	7.032	6.870.910,00	5.138	978.822,10	22.129	9.889.176,53	
		L	5	1.853,61								5	1.853,61	
Microcomputadores e Computadores Pessoais	A	1.425	343.338,14	254	60.356,37	14.753	1.621.694,00	2.001	1.385.414,34	2.923	241.547,23	21.356	3.652.350,08	
		L										-	-	
Periféricos	A	855	213.938,92	7	940.000,00	918(a)	81.892,00	745	1.454.078,70	152	1.693.979,43	2.677	4.383.889,05	
		L										-	-	
Comunicações	A	4.280	1.419.716,08	1.211	1.576.076,63	22.982	2.849.985,00	9.861	11.775.007,18	8.364	3.738.677,88	46.698	21.359.462,77	
		L	5	1.853,61	-	-	-	-	-	-	-	5	1.853,61	
<b>Subtotal</b>		A	4.280	1.419.716,08	1.211	1.576.076,63	22.982	2.849.985,00	9.861	11.775.007,18	8.364	3.738.677,88	46.698	21.359.462,77
		L	5	1.853,61	-	-	-	-	-	-	-	5	1.853,61	
Sistemas Operativos	A	807	330.071,46	926	140.962,08	7.396	(a)	5.431	868.416,90	4.540	143.554,20	19.100	1.483.004,64	
		L	100	565,49								100	565,49	
Suporte Lógico Software	A	18	65.662,54	8	17.243,10			172	676.293,94	34	87.323,92	232	846.523,50	
		L	75	604,70								75	604,70	
Ferramentas de Desenvolvimento	A	14	7.708,91	18	10.272,80			123	318.027,25	15	134.570,20	170	470.579,16	
		L										-	-	
Ferramentas de Produtividade Individual	A	650	52.747,91	502	66.425,17	225	4.825,00	5.917	1.875.336,00	6.802	180.085,03	14.096	2.179.419,11	
		L	105	1.892,50								105	1.892,50	
SW de Transferência de Dados	A	1	193	14	16.105,35			5.621	387.401,00			5.636	403.699,35	
		L	5	48,34								5	48,34	
SW de Segurança	A	197	24.236,61	879	30.763,04			7.091	130.637,72	4.650	28.361,84	12.817	213.999,21	
		L	102	742,02	1.000	3.936,00						1.102	4.678,02	
SW Aplicacional	A	622	203.631,44	22	23.927,32	24	4.357,00	86	561.779,52	116	253.466,14	870	1.047.161,42	
		L										-	-	
<b>Subtotal</b>		A	2.309	684.252	2.369	305.699	7.645	9.182	24.441	4.817.892	16.157	827.361	52.921	6.644.386
		L	387	3.853	1.000	3.936						1.387	7.789	
<b>TOTAL</b>		A	6.589	2.103.967,95	3.580	1.881.775,49	30.627	2.859.167,00	34.302	16.592.899,51	24.521	4.566.039,21	99.619	27.999.024,16
		L	392	5.706,66	1.000	3.936	96	-	-	-	-	1.387	7.789,05	

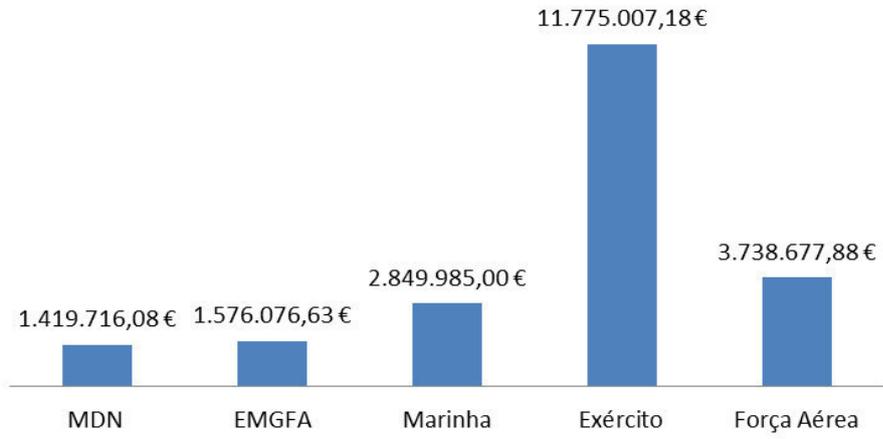
(\*) Inclui SC/MDN, DGAIED, DGPDN, DGPRM, IDN, PJM, IGDN, IESM, IASFA, LC, CPHM e CVP.

A – Aquisição

L – Locação

(a) Valor incluído na aquisição de computadores.

**Existências de Hardware a 31 de dezembro**



### 8.3 - Áreas informatizadas – Percentagem

Áreas Comuns	DGAIED	DGPDN	DGPRM	SG/MDN	IDN	PJM	IASFA	IGDN	LC
1. Gestão de Recursos Financeiros		100	<input type="checkbox"/>	100	90	100	90		100
1.1. Contabilidade	100	100	<input type="checkbox"/>	100	90	100	100	100	100
1.2. Process. e Cálculo Vencimentos	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	100	90	100	100		100
2. Gestão de Recursos Humanos	50	70	100	100	80	100	100		<input type="checkbox"/>
2.1. Formação de Pessoal		<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	100	<input type="checkbox"/>	100	20	100	<input type="checkbox"/>
3. Gestão de Recursos Materiais		50	100	100	75	100	85		<input type="checkbox"/>
3.1. Gestão de Stocks	50	60	<input type="checkbox"/>	100	75	100	85	100	<input type="checkbox"/>
4. Planeam. e Calendarização Atividades	25	70	<input type="checkbox"/>	60	90	<input type="checkbox"/>	60	100	100
5. Conceção e Gestão de Projetos	25	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	50	60	<input type="checkbox"/>	60	100	<input type="checkbox"/>
6. Apoio à Decisão	25	55	50	10	80	<input type="checkbox"/>	70	100	<input type="checkbox"/>
7. Gestão Documental / Cent. Document.	100	85	100	100	25	<input type="checkbox"/>	80	100	100
8. Gestão de Correspondência	100	80	100	100	<input type="checkbox"/>	100	95	100	100
9. Gestão de Processos Administrativos	50	<input type="checkbox"/>	100	50	50	100	30	100	100
10. Recolha / Receção de Informação	100	50	100	60	50	<input type="checkbox"/>	60	100	100
11. Registo de Informação	100	50	100	70	80	100	85	100	100
12. Organiz. Informação em Base de Dados	75	40	100	80	80	100	90	100	100
13. Process. e Tratamento da Informação	75	85	50	60	30	50	70	100	100
14. Difusão da Informação	75	85	50	100	90	100	60	100	100
Outras									
15. Gestão Operacional	<input type="checkbox"/>		<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>			
16. Gestão da Manut. Aeronaves e Viaturas	<input type="checkbox"/>		<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	100			
17. Gestão de Compras e Vendas	<input type="checkbox"/>		<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	100			
18. Organiz. Informação em Base de Dados	<input type="checkbox"/>			<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	100			100
19. Fornecimento de Alimentação (Rancho)	<input type="checkbox"/>			<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>			
20. Recrutamento	<input type="checkbox"/>			<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>			
21. Biblioteca	<input type="checkbox"/>			<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	50			100

Não aplicável

### 8.3 - Áreas informatizadas – Percentagem (Continuação)

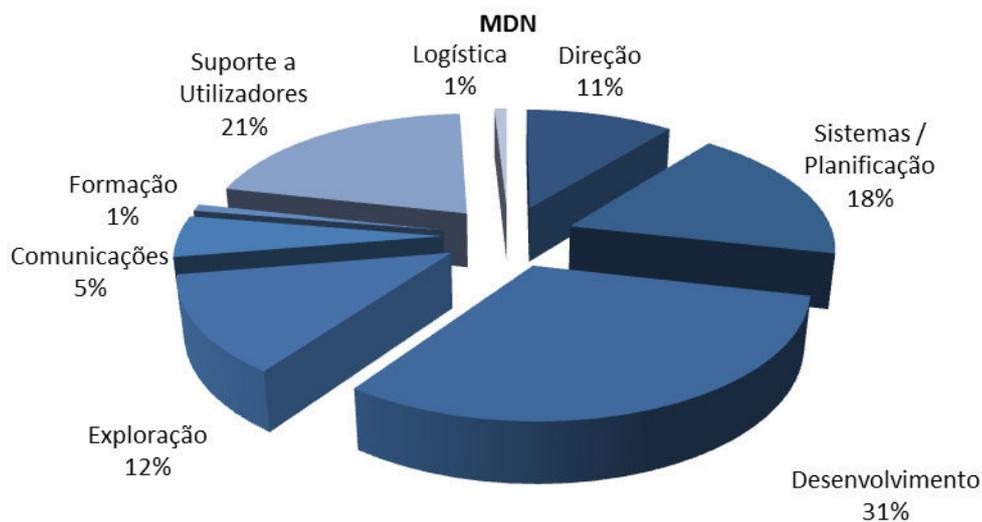
Áreas Comuns	EMGFA	Marinha	Exército	Força Aérea	CPHM	IESM	CVP
1. Gestão de Recursos Financeiros	100	98,56	100	100		100	50
1.1. Contabilidade	100	97,7	100	100	80	100	95
1.2. Process. e Cálculo Vencimentos	100	100	100	100	□	100	100
2. Gestão de Recursos Humanos	100	84,75	100	100	□	100	40
2.1. Formação de Pessoal	50	81,67	100	100	□	100	0
3. Gestão de Recursos Materiais	50	93,33	80	90		□	40
3.1. Gestão de Stocks	80	94,67	100	100	100	100	40
4. Planeam. e Calendarização Atividades	50	88,09	80	80	100	100	10
5. Conceção e Gestão de Projetos	20	74,36	80	70	□	100	10
6. Apoio à Decisão	50	78,64	80	75	□	100	10
7. Gestão Documental / Cent. Document.	100	90,50	50	90	100	100	20
8. Gestão de Correspondência	100	90,25	70	90	100	100	60
9. Gestão de Processos Administrativos	20	92,18	40	60	□	100	20
10. Recolha / Receção de Informação	0	87,64	80	95	□	70	30
11. Registo de Informação	0	92,64	80	95	100	70	20
12. Organiz. Informação em Base de Dados	0	85,55	80	95	100	80	40
13. Process. e Tratamento da Informação	0	91,09	70	95	□	80	40
14. Difusão da Informação	0	94,64	100	95	□	100	40
15. Gestão Operacional		46		100		□	
16. Gestão da Manut. Aeronaves e Viaturas		46		100		□	10
17. Gestão de Compras e Vendas		46		100		□	
18. Organiz. Informação em Base de Dados		46		95		□	50
19. Fornecimento de Alimentação (Rancho)		46	100	100		□	
20. Recrutamento		46		95		□	
21. Biblioteca		46		80		100	70

□ Não aplicável

## 8.4 - Pessoal afeto exclusivamente às Tecnologias de Informação e Comunicação (pessoal TIC)

Área	MDN (*)	EMGFA	Marinha	Exército	Força Aérea	TOTAL
Direção	12	1	13	12	3	41
Sistemas / Planificação	20	4	36	26	20	106
Desenvolvimento	35	3	27	16	26	107
Exploração	14	14	37	341	40	446
Comunicações	6	40	34	361	18	459
Formação	1	0	21	94	10	126
Suporte a Utilizadores	23	6	98	60	98	285
<b>Outras</b>						
Logística	1			49	5	59
Apoio			23		5	34
<b>TOTAL</b>	<b>112</b>	<b>68</b>	<b>289</b>	<b>959</b>	<b>225</b>	<b>1.663</b>

(\*) Inclui SC/MDN, DGAIED, DGPDN, DGPRM, IDN, PJM, IGDN, IESM, IASFA, LC, CPHM e CVP.



## 8.5 - Utilização da Internet. Disponibilização de informação na Internet

Área	DGAIED	DGPDN	DGPRM	SG/MDN	IDN	PJM	IASFA	IGDN	LC
<b>Meio de Ligação à Internet (Mais Utilizado)</b>									
Computadores ou postos com ligação individual			145		•	96			
Computadores ou postos partilhando uma ligação	•	54		•			•	•	•
<b>Acesso à Internet</b>									
Número de computadores ligados à Internet	100	58	145	237	94	96	516	36	28
Número de trabalhadores com acesso à Internet	100	54	145	241	56	71	516	36	28
<b>Correio eletrónico</b>									
Número de trabalhadores com endereço de correio externo	100	54		241	56	71	230	36	28
Número de trabalhadores com endereço de correio interno	100	54	145	241	56	71		36	28
<b>Atividades Prosseguidas pelo Organismo</b>									
Procura e recolha de informação / documentação	•	•	•	•	•	•	•	•	•
Acesso a bases de dados	•		•	•	•	71	•	•	•
Troca eletrónica de ficheiros	•	•	•	•	•	•	•	•	•
Correio eletrónico	•	•	•	•	•	•	•	•	•
Aquisição de bens e serviços <i>on-line</i>	•	•	X	•	•	9			
Consulta de catálogos de aprovisionamento	•	•	•	•	•	9	•		
Formação de recursos humanos	•		•	•	•	•	•		
Comunicação interna entre os diversos departamentos	•	•	•		•	•	•		
Comunicação externa com outros organismos AP	•	•	•	•	•	•	•	•	•
Realização atividades de I&D em cooperação	•		X			•			
Interação com outros órgãos ... ( guichet único )	•		•			•	•		

• Disponível

## 8.5 - Utilização da *Internet*. Disponibilização de informação na *Internet* (Continuação)

Área	EMGFA	Marinha	Exército	Força Aérea	CPHM	IESM	CVP
<b>Meio de Ligação à <i>Internet</i> ( Mais Utilizado )</b>							
Computadores ou postos com ligação individual					•		
Computadores ou postos partilhando uma ligação	•	•	•	•		•	•
<b>Acesso à <i>Internet</i></b>							
Número de computadores ligados à <i>Internet</i>	493	1.077	2.000	5.537	5	220	125
Número de trabalhadores com acesso à <i>Internet</i>	493	11.784	6.500	4.337	6	452	125
<b>Correio Eletrónico</b>							
Número de trabalhadores com endereço de correio externo	560	11.784	9.500	4.337	5	220	123
Número de trabalhadores com endereço de correio interno	560	5.694	9.500	4.337	6	220	123
<b>Atividades Prosseguidas pelo Organismo na Utilização da <i>Internet</i></b>							
Procura e recolha de informação / documentação	•		•	•		•	•
Acesso a bases de dados			•	•		•	•
Troca eletrónica de ficheiros	•		•	•		•	•
Correio eletrónico	•		•	•		•	•
Aquisição de bens e serviços <i>on-line</i>	•		•	•		•	
Consulta de catálogos de aprovisionamento	•		•	•		•	•
Formação de recursos humanos	•		•	•		•	•
Comunicação interna entre os diversos departamentos	•		•				•
Comunicação externa com outros organismos AP	•		•	•		•	
Realização atividades de I&D em cooperação			•				
Interação com outros órgãos... (guichet único)	•		•	•		•	•

• Disponível

## 8.6 - Presença do organismo na Internet

Área	DGAIED	DGPDN	DGPRM	SG/MDN	IDN	PJM	IASFA	IGDN
Informação institucional acerca organismo	•	□	•	•	•	•	•	•
Informação acerca serviços prestados	•	□	•	X	•	□	•	•
Endereço eletrónico para receção ou pedidos de informação	•	•	•	•	•	•	•	•
Disponibilizado acesso a bases de dados	□	□	•	X	•	□	•	□
Disponibilizados formulários preenchimento <i>on-line</i>	□	□	•	□	X	□	•	□
Informação acerca oportunidade de recrutamento	•	□	•	•	•	□	•	□
Distribuição gratuita de serviços ou produtos em formato digital <i>on-line</i>	□	□	•	□	X	□	•	□
Venda de serviços ou produtos em formato digital <i>on-line</i>	□	□	X	□	X	□	□	□
Disponibilizados formulários para <i>download</i>	□	□	•	□	•	□	•	□
Recebimentos <i>on-line</i>	□	□	X	□	□	□	X	□
Fornecimento de serviços <i>on-line</i> recorrendo a informação e funcionalidades em bases de dados de outros organismos	□	□	X	□	•	□	□	□

Área	LC	EMGFA	Marinha	Exército	Força Aérea	CNPCE	CPHM	IESM	CVP
Informação institucional acerca organismo	•	•	•	•	•	•	•	•	•
Informação acerca serviços prestados	•	□	•	•	•	•	•	•	•
Endereço eletrónico para receção ou pedidos de informação	•	•	•	•	•	•	•	•	•
Disponibilizado acesso a bases de dados	•	□	X	•	•	□	•	X	•
Disponibilizados formulários preenchimento <i>on-line</i>	•	□	•	•	•	□	•	•	•
Informação acerca oportunidade de recrutamento	•	□	•	•	•	□	•	X	•
Distribuição gratuita de serviços ou produtos em formato digital <i>on-line</i>	•	□	•	•	•	□	X	•	•
Venda de serviços ou produtos em formato digital <i>on-line</i>	X	□	•	□	•	□	X	X	X
Disponibilizados formulários para <i>download</i>	X	□	•	•	•	□	•	•	X
Recebimentos <i>on-line</i>	□	□	X	□	X	□	•	X	□
Fornecimento de serviços <i>on-line</i> recorrendo a informação e funcionalidades em bases de dados de outros organismos	□	□	•	x	X	□	•	X	□

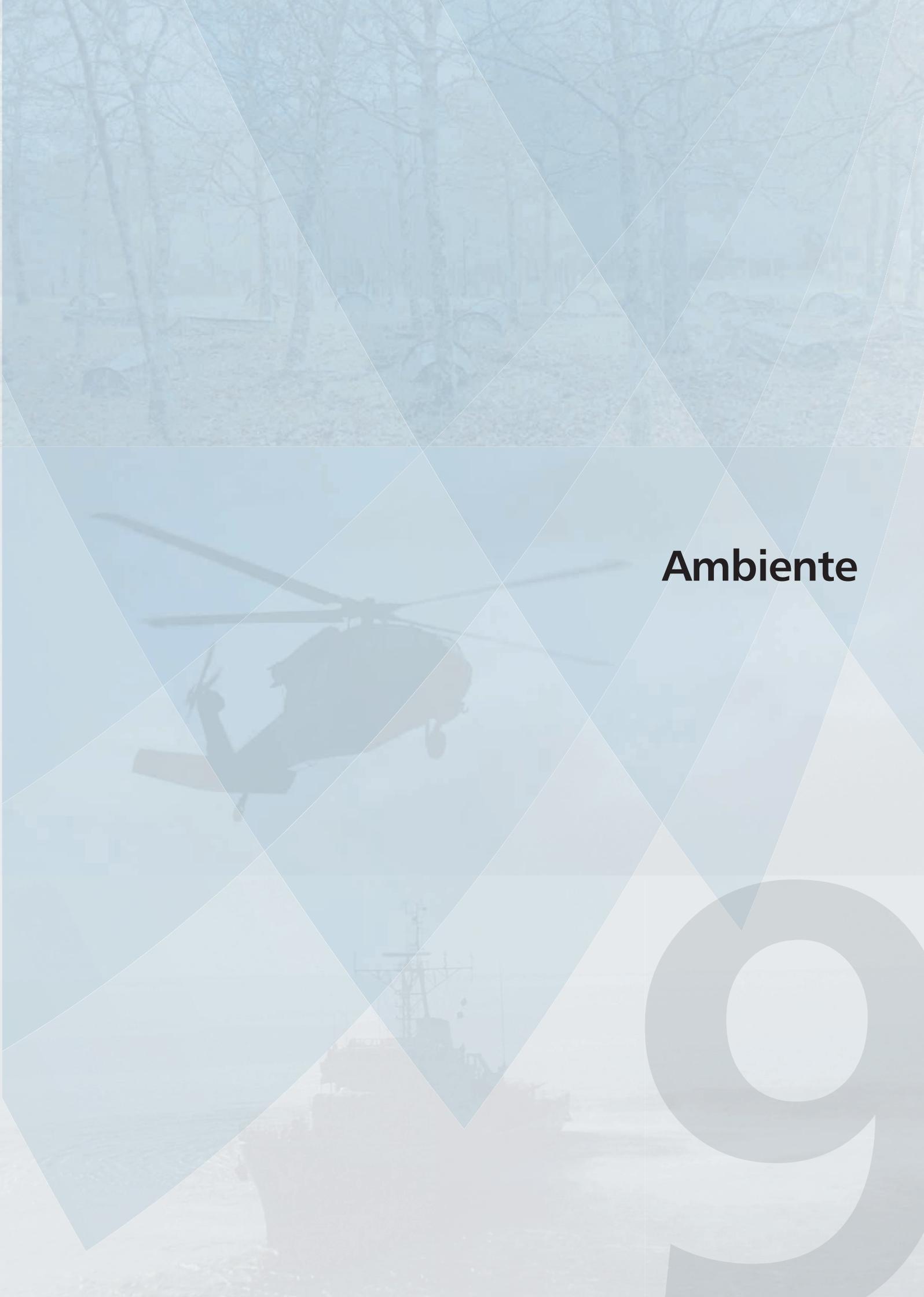
- Disponível
- X Não disponível
- Não aplicável

## 8.7 - Orientação do organismo relativamente à distribuição do acesso à Internet e correio eletrónico

Área	DGAIED		DGPDN		DGPRM		SG/MDN		IDN		PJM		IASFA		IGDN	
	Inter-net	Cor-reio														
Para a estrutura superior	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•
Para o secretariado da estrutura superior	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•
Para o comando/direção/chefia niv. inter.	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•
Para os quadros técnicos	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•
Para outros setores em que a activ. justif.	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•
Utilização generalizada	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•

Área	LC		EMGFA		Marinha		Exército		Força Aérea		CNPCE		CPHM		IESM		CVP	
	Inter-net	Cor-reio	Inter-net	Cor-reio	Inter-net	Cor-reio	Inter-net	Cor-reio	Inter-net	Cor-reio	Inter-net	Cor-reio	Inter-net	Cor-reio	Inter-net	Cor-reio	Inter-net	Cor-reio
Para a estrutura superior	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•
Para o secretariado da estrutura superior	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•
Para o comando/direção/chefia niv. inter.	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•
Para os quadros técnicos	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•
Para outros setores em que a activ. justif.	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•
Utilização generalizada	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•





# Ambiente

# 9



## **NOTA EXPLICATIVA**

Este capítulo, da responsabilidade da Direção-Geral de Armamento e Infraestruturas de Defesa (DGAIED), é dedicado às questões ambientais.

São inúmeras as atividades de carácter ambientais desenvolvidas no seio da defesa nacional, designadamente os diagnósticos ambientais, a implementação de sistemas de gestão ambiental, a gestão de recursos naturais e energéticos, a gestão de resíduos, a conservação e promoção da biodiversidade, a formação ambiental e ainda o Prémio Defesa Nacional e Ambiente.

## **CONCEITOS**

### **Ambiente**

Envolvente na qual uma organização opera, incluindo o ar, a água, o solo, os recursos naturais, a flora, a fauna, os seres humanos, e as suas inter-relações.

### **Auditoria Energética**

Exame detalhado das condições de utilização de energia numa instalação, permitindo conhecer onde, quando e como a energia é utilizada, qual a eficiência dos equipamentos e onde se verificam desperdícios de energia, indicando soluções para as anomalias detetadas.

### **Certificação Energética**

Classificação atribuída e comprovada através de um documento que quantifica o desempenho energético num edifício após ter sido sujeito a uma auditoria energética.

### **Diagnóstico Ambiental**

Levantamento sistemático e objetivo de todos os fatores ambientais relacionados com a atividade de uma organização, permitindo aferir o seu ponto da situação no que diz respeito à performance ambiental.

### **Sistema de Gestão Ambiental (SGA)**

Parte do sistema de gestão de uma organização utilizada para desenvolver e implementar a sua política ambiental e gerir os seus aspetos ambientais.

### **Formação Ambiental**

Conjunto de atividades que visam a aquisição de conhecimentos, perícias, atitudes e formas de comportamento ambientalmente corretos e que são exigidos para o exercício de um cargo ou função.

## 9.1 – DIAGNÓSTICOS AMBIENTAIS

Ano	MDN /SC	EMGFA	Marinha	Exército	Força Aérea	IASFA	TOTAL
2009							-
2010					1		1
2011			6	5	1		12
2012				5		X	5
2013			X	4	2 a)b)	X	6
<b>TOTAL</b>	-	-	6	14	4	X	<b>24</b>

X – Não disponíveis

a) Diagnóstico ambiental da Base Aérea nº5, no âmbito da Implementação do Sistema de Gestão Ambiental EMAS.

b) Diagnóstico Ambiental do Estado-Maior da Força Aérea - no âmbito de um projeto de final de curso da licenciatura de Engenharia do Ambiente da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa.

## 9.2 - PROCESSOS DE IMPLEMENTAÇÃO DE SISTEMAS DE GESTÃO AMBIENTAL (SGA)

Ano	MDN /SC	EMGFA	Marinha	Exército	Força Aérea	IASFA	TOTAL
2009					1		1
2010					1		1
2011			6	6	1		13
2012			6 (b)	9		X	15
2013			6	11	1(a)	X	18
<b>TOTAL</b>	-	-	18	26	4	X	<b>48</b>

(a) Implementação na Base Aérea nº5 e Estação Radar nº2 de um sistema de gestão segundo o Regulamento EMAS. Projeto em parceria com a UNL e o MDN, que teve início em 2010.

(b) O IH tem vindo a implementar um Sistema de Gestão Ambiental (SGA) de acordo com a Norma ISO 14001. Na implementação do SGA foram considerados 6 novos processos (Aspetos Ambientais; Análise de indicadores; Prevenção e Capacidade de Resposta; Identificação e Análise de Requisitos Legais; Gestão de Resíduos e Monitorização e Medição Ambiental que em conjunto com os processos já implementados no âmbito do Sistema de Gestão da Qualidade (SGQ) do IH vão dar resposta aos requisitos do referencial normativo. O IH tem o seu Sistema de Gestão da Qualidade certificado desde dezembro de 2007 (2007/CEP.3062), assim como, dispõe da acreditação laboratorial dos ensaios físico-químicos obtida em janeiro de 2011 (L0490) e calibração de sensores de equipamentos Hidro-oceanográficos – área de pressão (M0091) desde outubro de 2012.

## 9.3 - CERTIFICAÇÃO AMBIENTAL

Ano	MDN /SC	EMGFA	Marinha	Exército	Força Aérea	IASFA	TOTAL
2009							-
2010							-
2011				2			2
2012			c)	6		X	6
2013				11	2 a)b)	X	13
<b>TOTAL</b>	-	-	-	19	2	X	<b>21</b>

(a) Certificação Ambiental ISO 14001, Campo de Tiro.

(b) Certificação Florestal, Campo de Tiro.

- (c) O IH é um órgão da Marinha que se encontra envolvido no projeto PMEmas - Implementação faseada do EMAS nos Organismos da Defesa Nacional. O Sistema Comunitário de Eco-Gestão e Auditoria ("Eco-Management and Audit Scheme" – EMAS) tem como objetivo, enquanto instrumento importante do Plano de Ação para o consumo e Produção Sustentáveis, promover a melhoria contínua do desempenho ambiental das organizações mediante o estabelecimento e a implementação de sistemas de gestão ambiental, avaliação sistemática, objetiva e periódica do desempenho do sistema, a comunicação de informações sobre o desempenho ambiental e um diálogo aberto ao público e com outras partes interessadas, assim como a participação ativa do pessoal das organizações e a sua formação adequada. Encontram-se já desenvolvidas as atividades relativas às fases 1 – Situação de Referência; fase 2 – Identificação de requisitos legais e outros requisitos; fase 3 – Desenvolvimento de objetivos, metas e programas e fase 4 - Recursos, Atribuições, Responsabilidades e Autoridade.

## 9.4 - AUDITORIAS/CERTIFICAÇÕES ENERGÉTICAS

Ano	MDN/SC		EMGFA		Marinha		Exército		Força Aérea (c)		IASFA		TOTAL	
	A	C	A	C	A	C	A	C	A	C	A	C	A	C
Até 2012							2	1	5		X	X	7	1
2013							2				X	X	2	-
<b>TOTAL</b>	-	-	-	-	-	-	4	1	5	-	X	X	9	1

A – Auditoria; C – Certificação

(a) Foi realizada uma auditoria global ao Sistema de Gestão Ambiental do Campo de Tiro, por parte da IGFA.

## 9.5 – CONTROLO DE CONSUMOS

Tipo de Consumo	Un	MDN/SC	EMGFA	Marinha	Exército	Força Aérea	IASFA	(euros)
								TOTAL
Água	m <sup>3</sup>	X	17.165	80.289	1.058.953	1.202.125	X	<b>2.358.532</b>
Eletricidade	kW/h	X	2.839.102	32.426.850	24.456.026	34.871.321	X	<b>94.593.299</b>
Gás	m <sup>3</sup>	X	9.764	5.942.994	2.784.567	2.335.494	X	<b>11.072.819</b>
	Kg	X		15.872			X	<b>15.872</b>
Gasolina	l	2.435	39.607	11.050	18.256	27.872	X	<b>99.220</b>
Gasóleo	l	41.458	66.444	181.110	4.480.785	2.485.617	X	<b>7.255.414</b>

## 9.6 - PRODUÇÃO DE RESÍDUOS

Tipo de Resíduo	Un	MDN/SC	EMGFA	Marinha	Exército	Força Aérea	IASFA	TOTAL
Óleos usados	l		400	961.385	41.036	55.094	X	1.057.915
Óleos alimentares usados	l		150	19.008	6.806	5.209	X	31.173
Pilhas e acumuladores	Kg		25	335	3.347	176	X	3.883
Tinteiros e Tonners	Kg		350	641	706	100	X	1.797
Resíduos de Equipamentos Elétricos e Eletrónicos	Kg		X	7.028	36.951	10.762	X	54.741
Resíduos Hospitalares a)	Kg		8	960	2.146	36.335	X	39.449

(a) Contabilizar o somatório dos Grupos III e IV;

(b) O contrato com a empresa de recolha (*Ambimed*) tem como unidade de referência "litros".

## 9.7 - ATIVIDADES DE PROTEÇÃO AMBIENTAL

							(euros)	
Atividade	MDN /SC	EMGFA	Marinha	Exército	Força Aérea	IASFA	TOTAL	
Promoção da biodiversidade		N/A		13	d) f)	X	<b>13</b>	
Vigilância e limpeza das florestas, das praias, etc		N/A	(m)	45	b) l)	X	<b>45</b>	
Gestão eficiente da água		Sim		41	i) j) k)	X	<b>41</b>	
Gestão eficiente da energia		Sim		29	c) g) h)	X	<b>29</b>	
Gestão de resíduos		Sim		33	a)	X	<b>33</b>	
Outras				0	e)	X	-	

X – Não disponíveis

- a) Colocação de contentores de recolha seletiva – Base Aérea Nº 11.
- b) Desmatação e poda de árvores – Base Aérea nº5 e Base Aérea Nº 6.
- c) Substituição gradual de iluminação por lampadas de baixo consumo - Base Aérea Nº 6.
- d) Comemoração do dia da árvore – Base Aérea Nº 6.
- e) Criação de Hortas comunitárias – Base Aérea Nº 6.
- f) Programas co-financiados pelo PRODER na Base Aérea nº 6: controlo de espécies invasoras e limpeza da floresta e controlo da vegetação através de ações de desmatação. Custo financiado: 102.057€.
- g) Redução do tempo de funcionamento do sistema AVAC e ajustamento da temperatura *setpoint* - Estado-Maior da Força Aérea.
- h) Aplicação de sensores de movimento nos WC (473,79€) e aplicação de programadores horários (839,58€) - Estado-Maior da Força Aérea.
- i) Colocação de redutores de caudal da água nos chuveiros (84,24€) – Estado-Maior da Força Aérea.
- j) Colocação de cartazes – sensibilização para o consumo de recursos hídricos – Estado-Maior da Força Aérea.
- k) Identificação e eliminação de ruturas no sistema de abastecimento de água – Estado-Maior da Força Aérea.
- l) Controlo de espécies invasoras, limpeza da floresta e colocação de armadilhas para o nemátodo do pinheiro – Base Aérea nº5.
- m) Em colaboração com a Autoridade Nacional de Proteção Civil (ANPC), o Comando do Corpo de Fuzileiros (CCF) efetuou patrulhas na Serra da Arrábida, Mata da Machada e Mata dos Medos, no âmbito das operações de defesa da floresta contra incêndios, no período de 15 de Maio a 31 de Outubro.

## 9.8 – FORMAÇÃO AMBIENTAL

Formação	MDN /SC	EMGFA	Marinha	Exército	Força Aérea	IASFA	TOTAL
Cursos			3 (g)	49	1 a)	X	53
Palestras				50	1 f)	X	51
Seminários/ <i>Workshops</i>			1 (h)	4	2 b) d)	X	7
Outras atividades				17	2 c) e)	X	19

X – Não disponíveis

- a) Uma edição do curso de gestão ambiental promovido pela Direção de Engenharia e Programas em coordenação com a DGAIED/MDN, tendo como destinatários os outros dois Ramos e os organismos da Defesa (participaram para além de militares da Marinha e do Exército, 1 elemento da IGDN e 1 da DGAIED).
- b) Seminário de Gestão Florestal promovido pela Direção de Engenharia e Programas.
- c) Reunião dos Responsáveis de Ambiente da Força Aérea.
- d) Sensibilização na Base Aérea N° 6, sobre os temas: eficiência energética e consumo sustentável de recursos hídricos (6 ações de sensibilização).
- e) Realização de um *Peddy-paper* Ambiental, na Base Aérea N° 6.
- f) Cinco palestras na Base Aérea N° 6 e duas no Centro de Formação Militar e Técnica da Força Aérea – temáticas diversas.
- g) Sob a égide da ETNA.
- h) Sob a égide da FA e DCPM.

## 9.9 – REUNIÕES DAS COMISSÕES E GRUPOS DE TRABALHO

### 9.9.1 - Nacionais

Comissão / Grupo de trabalho	MDN /SC	EMGFA	Marinha	Exército	Força Aérea	IASFA	TOTAL
ECAA	4				1	X	5
Grupo de trabalho para a elaboração dos Manuais do Sistema de Gestão Ambiental da FA					2	X	2
Grupo de trabalho para a organização das II Jornadas de Ambiente					4	X	4
Instituto Portuário e Transportes Marítimos						X	-
Direção de Combate à Poluição do Mar (Da Direção Geral da Autoridade Marítima Nacional)						X	-
Instituto da Água						X	-
Associação de Portos						X	-
Conselho Nacional da Água	2					X	2

X – Não disponíveis

- a) Realizada em janeiro;
- b) Realizadas em maio, outubro e novembro;
- c) Realizada em junho;
- d) Realizada em dezembro.

## 9.9.2 Internacionais

Comissão / Grupo de trabalho	MDN /SC	EMGFA	Marinha	Exército	Força Aérea	IASFA	Total
<i>European Maritime Agency</i>						X	-
<i>The Atlantic Regions Coastal Pollution Response</i>						X	-
5+5 Initiative - <i>Cooperação entre Portugal, Espanha, França, Itália e Malta, Argélia, Mauritânia, Marrocos e Túnisia.</i>						X	-
<i>Environmental Pollution Exercise</i>						X	-
<i>European Group of Experts on Satellite monitoring of Sea</i>						X	-
Direção de Combate à Poluição do Mar (Da Direção Geral da Autoridade Marítima Nacional)						X	-
<i>North Atlantic Coast Guard Forum</i>						X	-
<i>Marine Chemistry Working Group do ICES</i>						X	1
<i>Working Group on Marine Sediments in Relation to Pollution do ICES</i>						X	1
Environmental Protection Working Group	1					X	1
DEFNET- Defence Network	1					X	1

## 9.10 - PROTOCOLOS E COOPERAÇÃO COM OUTROS ORGANISMOS

Comissão / Grupo de trabalho	MDN /SC	EMGFA	Marinha	Exército	Força Aérea	IASFA	Total
Outros Ministérios						X	-
Autarquias				22		X	22
Universidades					a) b) c)	X	-
Organizações Não-Governamentais de Ambiente (ONGA)						X	-
Outras organizações e entidades				28	d)	X	28

X – Não disponíveis

- Instituto Politécnico de Setúbal – no âmbito de um projeto final de fim de curso da licenciatura em Engenharia do Ambiente – Mapa de ruído ambiental na Base Aérea Nº 6.
- Universidade de Aveiro e Lisboa – no âmbito de um projeto de investigação de aves limícolas.
- Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa – no âmbito de dois projetos de final de curso da licenciatura em Engenharia do Ambiente – Relatório de Sustentabilidade da Base Aérea Nº 6 e Diagnóstico Ambiental do Estado-Maior da Força Aérea.
- Protocolo entre a empresa AMB3E e a Base Aérea Nº 11.

## 9.11 PRÉMIO DEFESA NACIONAL E AMBIENTE

O Prémio Defesa Nacional e Ambiente, criado em 1993, por Despacho Conjunto dos Ministros da Defesa Nacional e do Ambiente e dos Recursos Naturais, tem por objetivo incentivar as boas práticas ambientais nas Forças Armadas Portuguesas, vincando as suas preocupações na preservação dos recursos naturais do nosso país.

Este Prémio destina-se a galardoar a unidade, estabelecimento ou órgão das Forças Armadas que, de acordo com os princípios da Defesa Nacional, melhor contributo preste, em Portugal, para a qualidade do ambiente, numa perspetiva de desenvolvimento sustentável, através da utilização eficiente dos recursos naturais, da promoção de boas práticas de gestão de ordenamento do território e da proteção e valorização do património natural e paisagístico e da biodiversidade.

O regulamento do Prémio (Despacho Conjunto n.º 8383/2007 dos Ministros da Defesa Nacional e do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional) encontra-se publicado no Diário da República, 2ª série N.º 90, de 10 de maio de 2007.

Desde 1993, concorreram ao Prémio 90 candidaturas de unidades, estabelecimentos e órgãos dos três Ramos das Forças Armadas (Exército: 42; Marinha: 25; Força Aérea: 23), evidenciando assim o seu empenho, preocupação e contributo para a qualidade do ambiente em Portugal, através da salvaguarda dos recursos naturais, na perspetiva da Defesa Nacional.

### 9.11.1 Candidaturas ao Prémio Defesa Nacional e Ambiente

Ramo das FA	2009	2010	2011	2012	2013
Marinha	2		1		3
Exército	1	2	1	1	1
Força Aérea	1	2	1 (a)	3	2
<b>Total</b>	<b>4</b>	<b>4</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>6</b>

a) Campo de Tiros e a Estação Radar n.º2.

### 9.11.2 Atribuição do Prémio Defesa Nacional e Ambiente

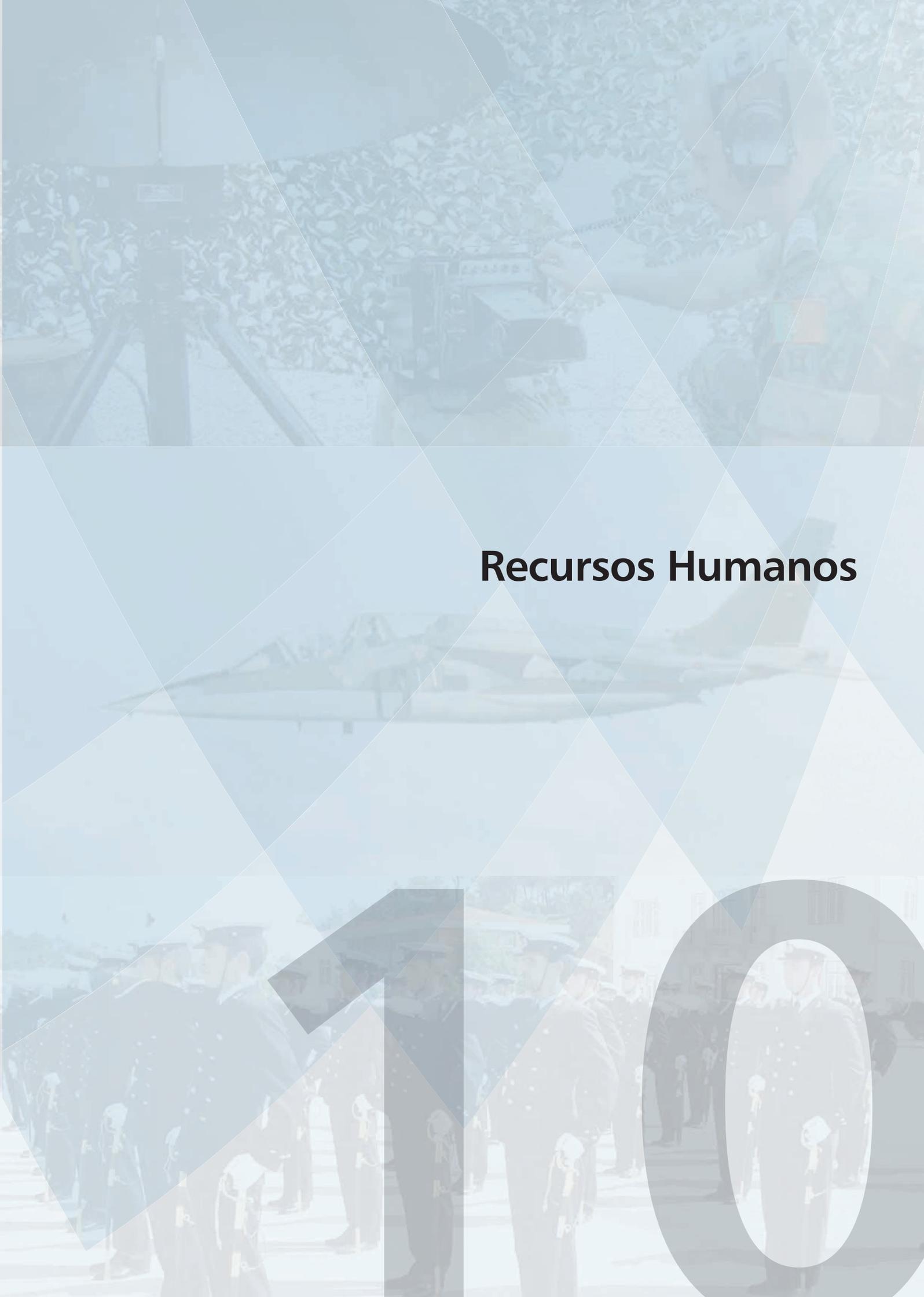
Ramo das FA	2009	2010	2011	2012	2013
Marinha					c)
Exército	Ação da Zona Militar dos Açores na Bacia Hidrográfica da Lagoa das Furnas				b)
Força Aérea			Força Aérea – Campo de Tiro – “Investimento no Futuro” (a)	Estação Radar n.º2 – “...meio ambiente preservando o presente garantindo o futuro...”	“Base Aérea nº6 – “Cumprir a missão, preservando o ambiente”

a) Estação Radar nº 2 recebeu uma menção honrosa com o tema: "Boas Práticas, melhor Ambiente...".

b) Comando da Logística recebeu uma menção honrosa com o tema: "Edifício Ceuta...Edifício Verde".

c) Instituto Hidrográfico recebeu uma menção honrosa com o tema "Sistema de Monitorização e Previsão Operacional da ZEE Portuguesa – MONIZEE".





# Recursos Humanos



## **NOTA EXPLICATIVA**

Os dados apresentados no presente capítulo, da responsabilidade da Direção-Geral de Pessoal e Recrutamento Militar (DGPRM), visam analisar quantitativamente os recursos humanos (pessoal militar, militarizado e civil) que servem diretamente no âmbito da Defesa Nacional. Tal como no ano transato, fixa-se o dia 31 de dezembro como data de referência para a contabilização de todos os efetivos.

Apresentam-se igualmente os conceitos considerados essenciais, não só para a interpretação da informação que é tratada sob forma de quadros e gráficos, mas também para a familiarização do público em geral com a realidade subjacente às Bases Gerais do Estatuto da Condição Militar e dos diversos diplomas que o corporizam, bem como com o ordenamento jurídico e de carreiras do pessoal civil.

Contemplam-se uma parte das alterações determinadas pelos despachos n.º 126/MDN/2005, de 21 de junho e 143/MDN/2006, de 14 de julho, designadamente o tratamento dos dados relativos a encargos financeiros com os vencimentos dos militares em regime de voluntariado e em regime de contrato (quadro 10.1.1.12) e as despesas decorrentes da aplicação da Lei do Serviço Militar (quadro 10.1.1.13).

## **CONCEITOS**

### **Pessoal Militar**

#### **Enquadramento Legal**

Na sequência da 4.ª Revisão Constitucional (Lei n.º 1/97, de 20 de setembro), a atual Lei do Serviço Militar (LSM), aprovada pela Lei n.º 174/99, de 21 de setembro, alterada pela Lei Orgânica n.º 1/2008, de 6 de maio, criou um novo modelo de serviço militar que, em tempo de paz, assenta no voluntariado e cujo regime jurídico entrou em vigor com a publicação do Regulamento da Lei do Serviço Militar (RLSM), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 289/2000, de 14 de novembro, e alterado pelo Decreto-Lei n.º 52/2009 de 2 de março, (diploma que define as ações necessárias ao recenseamento militar e os mecanismos de articulação entre os organismos do Estado que intervêm no novo modelo de recenseamento). Relembra-se que, com a publicação do RLSM, iniciou-se um período transitório para se extinguir o Serviço Efetivo Normal (SEN), período cujo final não poderia exceder quatro anos. Assim, em setembro de 2004, passaram à situação de reserva de disponibilidade os últimos militares que foram incorporados com destino ao SEN (vide quadro 10.1.1.2.2). Tendo em vista facilitar o recrutamento dos recursos humanos necessários, foi publicado o Decreto-Lei n.º 320-A/2000, de 15 de dezembro, que aprovou o Regulamento de Incentivos à Prestação de Serviço Militar nos Regimes de contrato (RC) e de voluntariado (RV). Este conjunto de incentivos foi alterado pelo Decreto-Lei n.º 118/2004, de 21 de maio, pelo Decreto-Lei n.º 320/2007, de 27 de setembro, pela Lei n.º 55-A/2010, de 31 de dezembro, (Lei do Orçamento do Estado para 2011) pela Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, (Lei do Orçamento do Estado para 2012) e pela Lei n.º 66-B/2012, de 31 de Dezembro, (Lei do Orçamento de Estado para 2013).

Em complemento, o Estatuto dos Militares das Forças Armadas (EMFAR), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 236/99, de 25 de junho, com as alterações e retificações introduzidas pela Declaração de Retificação n.º 10-BI/99, de 31 de julho, pela Lei n.º 25/2000, de 23 de agosto, pelo Decreto-Lei n.º 197-A/2003, de 30 de agosto, pelo Decreto-Lei n.º 70/2005, de 17 de março, pelo Decreto-Lei n.º 166/2005, de 23 de setembro, pelo Decreto-Lei n.º 310/2007, de 11 de setembro, procurou adaptar-se ao novo modelo de serviço militar e tornar compatíveis alguns aspetos do Estatuto da Condição Militar com outras alterações, entretanto ocorridas, no âmbito da macroestrutura das Forças Armadas e da racionalização dos efetivos militares.

### **Formas de prestação de Serviço Militar**

Assim, com a entrada em vigor do novo quadro legal, o militar pode encontrar-se numa das seguintes formas de prestação de serviço:

#### **- Nos Quadros Permanentes (QP)**

É o militar que, tendo ingressado voluntariamente na carreira militar, se encontra vinculado às Forças Armadas com carácter de permanência.

O militar dos QP pode encontrar-se numa das seguintes situações:

##### **. Ativo**

Considera-se no ativo o militar dos QP que se encontre afeto a serviço efetivo ou em condições de ser chamado ao seu desempenho e que não tenha sido abrangido pelas situações de reserva ou de reforma.

##### **. Reserva**

É a situação para que transita o militar dos QP no ativo, desde que verificadas as condições estabelecidas no EMFAR, mantendo-se, no entanto, disponível para o serviço.

##### **. Reforma**

É a situação para que transita o militar dos QP no ativo ou na reserva, desde que verificadas as condições estabelecidas no EMFAR.

#### **- Em Regime de Contrato (RC)**

É o militar que, voluntariamente, presta serviço por um período de tempo limitado (duração mínima de 2 e máxima de 6 anos), com vista à satisfação das necessidades das Forças Armadas ou ao seu eventual ingresso nos QP.

#### **- Em Regime de Voluntariado (RV)**

É o militar que, voluntariamente, presta serviço por um período de 12 meses, incluindo o período de instrução, findo o qual pode ingressar no serviço efetivo em regime de contrato.

## **Pessoal Militarizado**

Na Marinha e no Exército existem quadros de pessoal militarizado, os quais foram originados pela necessidade de satisfação de um conjunto de tarefas próprias desses Ramos num âmbito não especificamente militar (Decreto-Lei nº 282/76, de 20 de abril - Quadro de Pessoal Militarizado da Marinha -, Decreto-Lei nº 550-R/76, de 12 de julho - Quadro de Pessoal Militarizado do Exército - e Decreto-Lei nº 248/95, de 21 de setembro, alterado pelo Decreto-Lei nº 220/2005, de 23 de dezembro e pelo Decreto-Lei nº 235/2012, de 31 de outubro - que criou a Polícia Marítima, autonomizando os grupos 1 – Corpo de Polícia Marítima e 3 – Cabos de Mar, anteriormente integrados no QPMM).

## **Pessoal Civil**

Ao abrigo das modalidades de contratação previstas na Lei nº 12-A/2008, de 27 de fevereiro (contrato de trabalho para exercício de funções públicas por tempo indeterminado, determinado ou determinável).

## **Pessoal Civil dos Estabelecimentos Fabris das Forças Armadas (EFFA)**

Pessoal que integra os estabelecimentos fabris, na dependência direta dos Ramos das FA, que foram criados com vista ao desempenho da função "Arsenal", imprescindível na época para o adequado desempenho das missões atribuídas às Forças Armadas.

Os estabelecimentos fabris do Exército atualmente existentes são o **Laboratório Militar de Produtos Químicos e Farmacêuticos** (LMPQF), **Manutenção Militar** (MM), **Oficinas Gerais de Fardamento e Equipamento** (OGFE) e **Oficinas Gerais de Material de Engenharia** (OGME).

Nos termos da Lei Orgânica do Exército, Decreto-Lei nº 231/2009, de 15 de Setembro e do Decreto Regulamentar nº 74/2007, de 2 de Julho, os estabelecimentos fabris do Exército, dotados por lei de personalidade jurídica e autonomia administrativa e financeira, continuam sujeitos aos poderes de direção e fiscalização do Comando da Logística, que por sua vez integra os denominados órgãos centrais de administração e direção enquanto parte da estrutura de comando do Exército.

Os trabalhadores destes Estabelecimentos são detentores de um regime peculiar, não lhes sendo aplicável o regime do contrato de trabalho em funções públicas consagrado na Lei nº 12-A/2008, de 27 de fevereiro (LVCR).

Estão em curso os trabalhos conducentes à reestruturação dos EFE, que deverão incidir, designadamente na necessária definição jus-laboral destes trabalhadores.

## 10.1 – Pessoal Militar

### 10.1.1 – Pessoal Militar, Segundo Regime e Situação, em 31DEZ

Ano: 2013

Situação	Ramo das FA	Marinha	Exército	Força Aérea	TOTAL
<b>QPa</b>	Quadro Permanente (Ativo)	7.140	5.871	3.837	16.848
<b>RC</b>	Regime de Contrato	1.518	11.549	2.506	15.573
<b>RV</b>	Regime de Voluntariado		217		217
<b>SUBTOTAL</b>		<b>8.658</b>	<b>17.637</b>	<b>6.343</b>	<b>32.638</b>
<b>QPrs</b>	Quadro Permanente (Reserva)	1.416	1.746	900	4.062
<b>QPrf</b>	Quadro Permanente (Reforma)	7.559	8.625	3.935	20.119
<b>SUBTOTAL</b>		<b>8.975</b>	<b>10.371</b>	<b>4.835</b>	<b>24.181</b>
<b>TOTAL</b>		<b>17.633</b>	<b>28.008</b>	<b>11.178</b>	<b>56.819</b>

### 10.1.1.2 – Dados Retrospectivos dos Últimos Cinco Anos

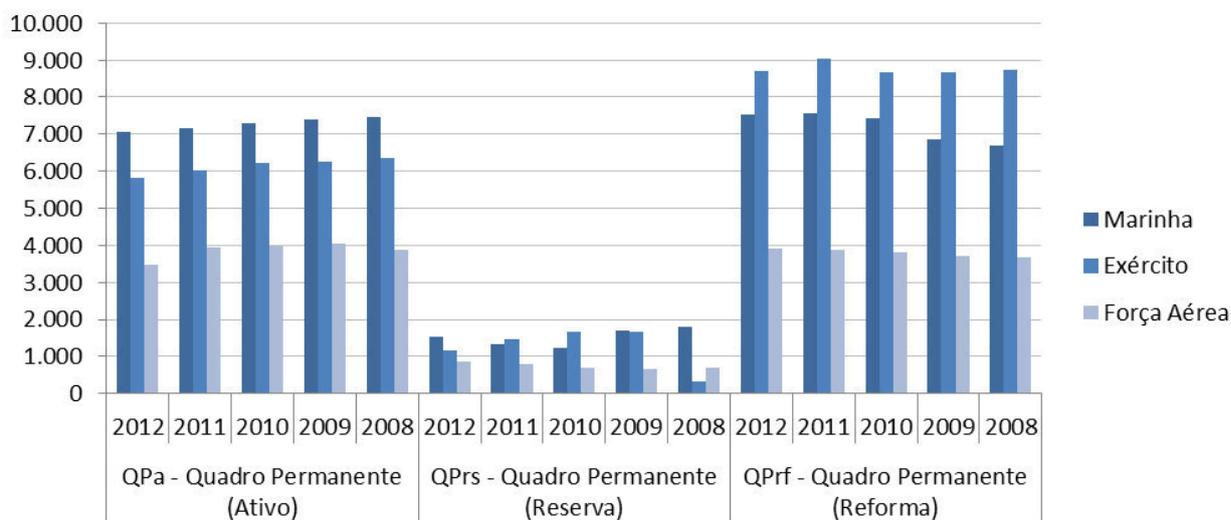
#### 10.1.1.2.1 – Militares do Quadro Permanente

Situação	Ramo das FA	Marinha	Exército	Força Aérea	TOTAL
<b>QPa - Quadro Permanente (Ativo)</b>	2012	7.065	5.833	3.489	16.747
	2011	7.177	6.021	3.933	17.131
	2010	7.294	6.231	3.977	17.502
	2009	7.382	6.273	4.050	17.705
	2008	7.460	6.372	3.891	17.723
<b>QPrs - Quadro Permanente (Reserva)</b>	2012	1.533	1.151	855	3.539
	2011	1.326	1.462	789	3.577
	2010	1.236	1.662	703	3.601
	2009	1.701	1.674	658	4.033
	2008	1.816	315	680	2.811
<b>QPrf - Quadro Permanente (Reforma)</b>	2012	7.516	8.709	3.916	20.141
	2011	7.565	9.023	3.874	20.462
	2010	7.426	8.676	3.818	19.920
	2009	6.857	8.681	3.697	19.235
	2008	6.685	8.735	3.670	19.090

MAR - Marinha; EXE - Exército; FAP - Força Aérea Portuguesa

RC - Regime de Contrato; RV - Regime de Voluntariado

**Evolução dos Militares pertencentes aos Quadros Permanentes**



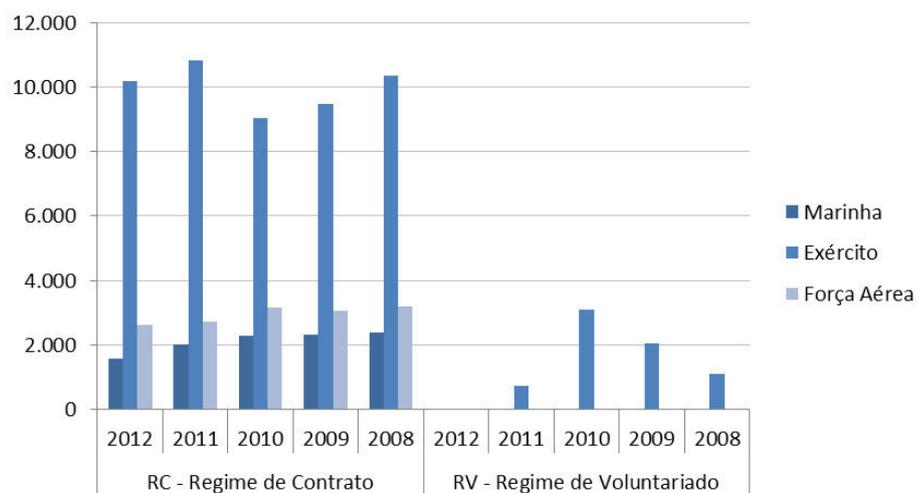
#### 10.1.1.2.2 – Militares não Pertencentes ao Quadro Permanente

Situação	Ramo das FA	Marinha	Exército	Força Aérea	TOTAL
<b>RC - Regime de Contrato</b>	2012	1.571	10.184	2.609	<b>14.364</b>
	2011	2.016	10.837	2.714	<b>15.567</b>
	2010	2.290	9.041	3.145	<b>14.476</b>
	2009	2.312	9.473	3.040	<b>14.825</b>
	2008	2.392	10.359	3.189	<b>15.940</b>
<b>RV - Regime de Voluntariado</b>	2012	-	-	-	<b>-</b>
	2011	-	732	-	<b>732</b>
	2010	-	3.079	-	<b>3.079</b>
	2009	-	2.035	-	<b>2.035</b>
	2008	-	1.093	-	<b>1.093</b>

MAR - Marinha; EXE - Exército; FAP - Força Aérea Portuguesa

RC - Regime de Contrato; RV - Regime de Voluntariado

**Evolução dos Militares não pertencentes aos Quadros Permanentes**



### 10.1.1.3 – Militares do QP, Ativo, Quanto à Efetividade de Serviço (a)

Ano: 2013

Situação	Ramo das FA	Marinha	Exército	Força Aérea	TOTAL
Comissão normal		7.045	5.834	3.827	16.706
Comissão especial		4	4	4	12
Inatividade temporária		76	2	2	80
Licença sem vencimento		15	31	4	50
<b>TOTAL</b>		<b>7.140</b>	<b>5.871</b>	<b>3.837</b>	<b>16.848</b>

(a) Artigo 145.º do Estatuto dos Militares das Forças Armadas (EMFAR).

### 10.1.1.4 – Distribuição Hierárquica do Pessoal Militar (a)

Ano: 2013

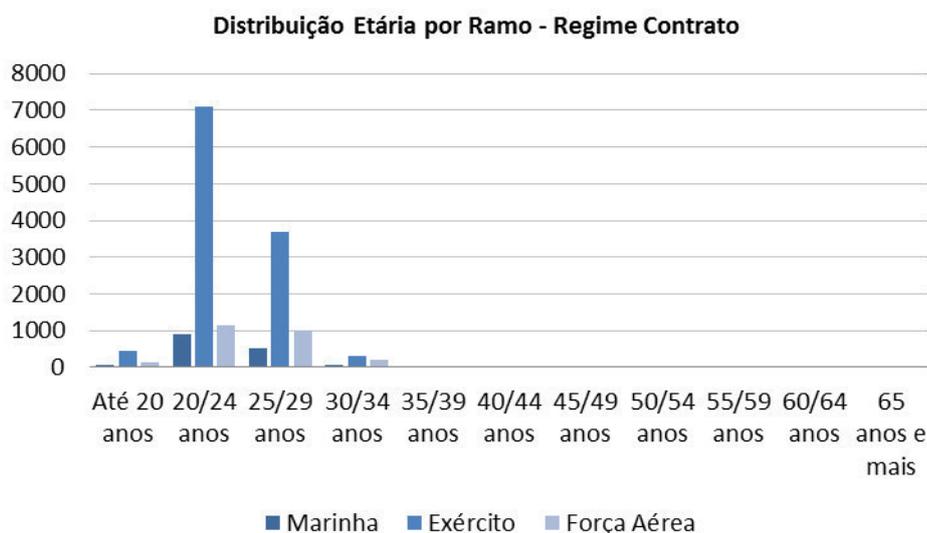
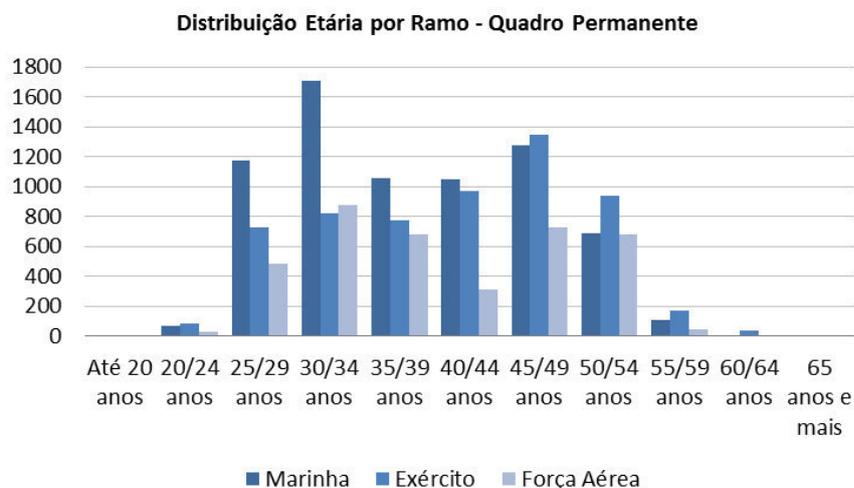
Situação	Ramo das FA	Marinha			Exército			Força Aérea			TOTAL		
		QPa	RC	RV	QPa	RC	RV	QPa	RC	RV	QPa	RC	RV
Oficiais Gerais	Almirante da Armada; Marechal										-	-	-
	Almirante; General	1			1			2			4	-	-
	Vice Almirante; Tenente-General	6			12			6			24	-	-
	Contra-Almirante; Major-General	21			51			19			91	-	-
	Comodoro; Brigadeiro-General							1			1	-	-
	<b>SUBTOTAL</b>	<b>28</b>			<b>64</b>			<b>28</b>			<b>120</b>	-	-
Oficiais	Capitão de mar e guerra; Coronel	105			213			83			401	-	-
	Capitão de fragata; Tenente-Coronel	228			493			202			923	-	-
	Capitão-Tenente; Major	303			525			244			1.072	-	-
	1º Tenente; Capitão	367			608			399			1.374	-	-
	2º Tenente; Tenente	278	49		365	164		390	151		1.033	364	-
	Guarda-Marinha; Subtenente; Alferes Aspirante a Oficial	30	72		43	309			182		73	563	-
	<b>SUBTOTAL</b>	<b>1.311</b>	<b>181</b>		<b>2.247</b>	<b>509</b>		<b>1.318</b>	<b>369</b>		<b>4.876</b>	<b>1.059</b>	-
Sargentos	Sargento-Mor	35			130			35			200	-	-
	Sargento-Chefe	139			324			159			622	-	-

Sargento-Ajudante	554		1.227		951		2.732	-	-		
1º Sargento	1.293		1.350		933		3.576	-	-		
2º Sargento	519	25	529	53	413		1.461	78	-		
Subsargento; Furriel		12		574			-	586	-		
2º Subsargento; 2º Furriel				91			-	91	-		
<b>SUBTOTAL</b>	<b>2.540</b>	<b>37</b>	<b>3.560</b>	<b>718</b>	<b>2.491</b>		<b>8.591</b>	<b>755</b>	<b>-</b>		
Cabo; Cabo de Secção	2235						2.235	-	-		
1º Marinheiro; Cabo Adjunto	1026	125		36		381	1.026	542	-		
2º Marinheiro; 1º Cabo		872		1.292		888	-	3.052	-		
1º Grumete; 2º Cabo		63		92		267	-	422	-		
2º Grumete; Soldado; Sold. Cadete		240		8.902	217	601	-	9.743	217		
<b>SUBTOTAL</b>	<b>3.261</b>	<b>1.300</b>		<b>10.322</b>	<b>217</b>	<b>2.137</b>	<b>3.261</b>	<b>13.759</b>	<b>217</b>		
<b>TOTAL</b>	<b>7.140</b>	<b>1.518</b>		<b>5.871</b>	<b>11.549</b>	<b>217</b>	<b>3.837</b>	<b>2.506</b>	<b>16.848</b>	<b>15.573</b>	<b>217</b>

(a) De acordo com o quadro Anexo I ao artigo 28º do EMFAR, aprovado pelo DL n.º 236/99, de 25 de junho.  
QPa - Quadro Permanente (Ativo)

### 10.1.1.5 – Estrutura Etária do Pessoal Militar

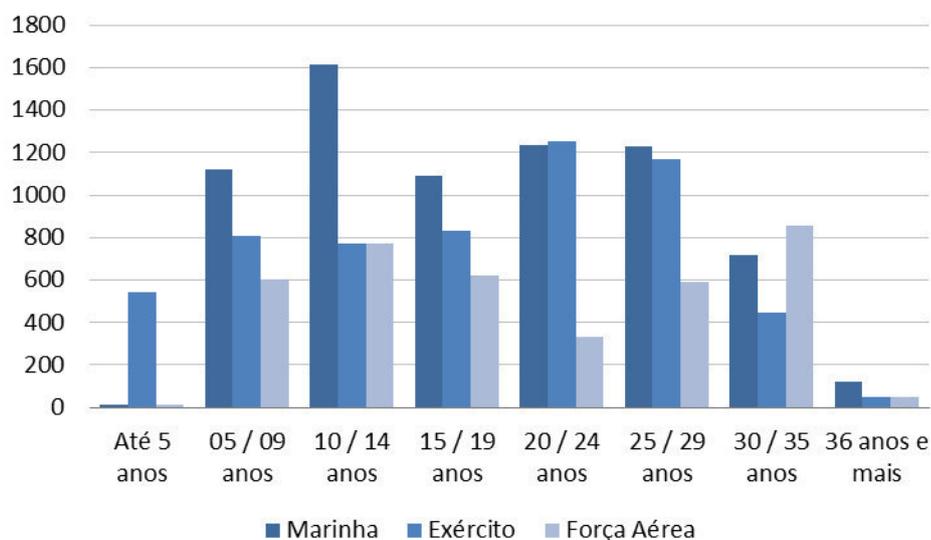
Situação	Ramo das FA	Marinha			Exército			Força Aérea			TOTAL		
		QPa	RC	RV	QPa	RC	RV	QPa	RC	RV	QPa	RC	RV
	Até 20 anos		56		451	72		128			635	72	
	20/24 anos	72	893		81	7.105	133	30	1157		183	9.155	133
	25/29 anos	1.174	515		729	3.694	12	481	1.003		2.384	5.212	12
	30/34 anos	1.709	54		824	298		874	215		3.407	567	
	35/39 anos	1.059			773			683	3		2.515	3	
	40/44 anos	1.047			972	1		313			2.332	1	
	45/49 anos	1.273			1.346			731			3.350		
	50/54 anos	692			941			679			2.312		
	55/59 anos	108			171			43			322		
	60/64 anos	6			34			3			43		
	65 anos e mais												
	<b>TOTAL</b>	<b>7.140</b>	<b>1.518</b>		<b>5.871</b>	<b>11.549</b>	<b>217</b>	<b>3.837</b>	<b>2.506</b>		<b>16.848</b>	<b>15.573</b>	<b>217</b>



#### 10.1.1.6 – Estrutura de Tempo de Serviço dos Militares do QP, no Ativo

Ano: 2013

Situação	Ramo das FA	Marinha	Exército	Força Aérea	TOTAL
Até 5 anos		12	542	13	567
05 / 09 anos		1.119	805	602	2.526
10 / 14 anos		1.614	769	770	3.153
15 / 19 anos		1.091	834	621	2.546
20 / 24 anos		1.238	1.256	330	2.824
25 / 29 anos		1.227	1.170	594	2.991
30 / 35 anos		720	446	858	2.024
36 anos e mais		119	49	49	217
<b>TOTAL</b>		<b>7.140</b>	<b>5.871</b>	<b>3.837</b>	<b>16.848</b>



### 10.1.1.7 – Origem Geográfica dos Militares

Ano: 2013

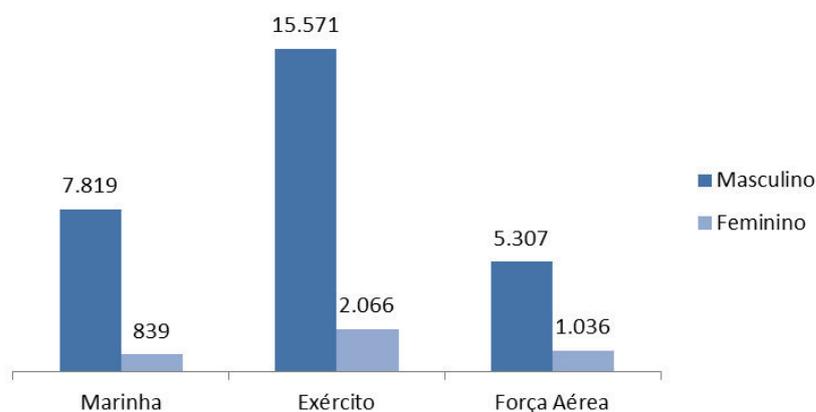
Ramo das FA	Marinha			Exército			Força Aérea			TOTAL		
	QPa	RC	R V	QPa	RC	R V	QPa	RC	RV	QPa	RC	RV
Aveiro	142	37		261	661	6	119	160		522	858	6
Beja	236	39		45	121	1	70	47		351	207	1
Braga	131	28		252	1.302	29	98	91		481	1.421	29
Bragança	172	14		26	198	5	64	25		262	237	5
Castelo Branco	218	41		54	229		94	50		366	320	-
Coimbra	224	40		227	394	2	153	91		604	525	2
Évora	257	40		194	304	1	101	66		552	410	1
Faro	205	57		52	286	3	66	58		323	401	3
Guarda	124	12		45	261	4	66	24		235	297	4
Leiria	199	62		287	399	4	180	144		666	605	4
Lisboa	2.189	451		1.553	1.509	13	1222	721		4.964	2.681	13
Portalegre	235	58		76	225	3	95	52		406	335	3
Porto	246	93		574	2.043	26	237	288		1.057	2.424	26
Santarém	425	91		974	592	13	287	152		1.686	835	13
Setúbal	992	299		492	695	6	242	187		1.726	1.181	6
Viana do Castelo	121	13		55	289	5	35	41		211	343	5
Vila Real	125	9		151	365	4	67	29		343	403	4
Viseu	202	27		276	676	16	127	59		605	762	16
Açores	53	10		115	594	65	59	41		227	645	65
Madeira	38	19		152	406	11	26	21		216	446	11
Outras origens	606	78		10			429	159		1.045	237	-
<b>TOTAL</b>	<b>7.140</b>	<b>1.518</b>		<b>5.871</b>	<b>11.549</b>	<b>217</b>	<b>3.837</b>	<b>2.506</b>		<b>16.848</b>	<b>15.573</b>	<b>217</b>

### 10.1.1.8 – Distribuição por Sexo de Pessoal Militar

Ano: 2013

Situação	Ramo das FA			Exército			Força Aérea			TOTAL		
	QPa	RC	RV	Qpa	RC	RV	Qpa	RC	RV	Qpa	RC	RV
Masculino	6.575	1.244		5.586	9.795	190	3.357	1.950		15.518	12.989	190
Feminino	565	274		285	1.754	27	480	556		1.330	2.584	27
<b>TOTAL</b>	<b>7.140</b>	<b>1.518</b>		<b>5.871</b>	<b>11.549</b>	<b>217</b>	<b>3.837</b>	<b>2.506</b>		<b>16.848</b>	<b>15.573</b>	<b>217</b>

Distribuição por Sexo



### 10.1.1.9 – Promoção de Militares do QP

Ano: 2013

Situação	Ramo das FA	Marinha	Exército	Força Aérea	TOTAL
Oficiais Gerais	Almirante da Armada; Marechal				
	Almirante; General	1			1
	Vice-Almirante; Tenente-General	1	4	1	6
	Contra-Almirante; Major-General	6	9	3	18
	Comodoro; Brigadeiro-General				
	<b>SUBTOTAL</b>	<b>8</b>	<b>13</b>	<b>4</b>	<b>25</b>
Oficiais	Capitão de mar e guerra; Coronel	6	18	25	49
	Capitão de fragata; Tenente-Coronel	10	20	41	71
	Capitão-Tenente; Major	42	55	26	123
	1º Tenente; Capitão	57	67	85	209
	2º Tenente; Tenente	99	105	115	319
	Guarda-Marinha; Subtenente; Alferes	30		67	97
	<b>SUBTOTAL</b>	<b>244</b>	<b>265</b>	<b>359</b>	<b>868</b>
Sargentos	Sargento-Mor	14	25	15	54
	Sargento-Chefe	23	98	54	175
	Sargento-Ajudante	42	158	37	237
	1º Sargento	208	117	161	486
	2º Sargento	79		78	157
	Subsargento; Furiel				
	<b>SUBTOTAL</b>	<b>366</b>	<b>398</b>	<b>345</b>	<b>1.109</b>

	Cabo; Cabo de Secção	28	28
Praças	1º Marinheiro; Cabo Adjunto	109	109
	<b>SUBTOTAL</b>	<b>137</b>	<b>137</b>
<b>TOTAL</b>		<b>755</b>	<b>676</b>
		<b>708</b>	<b>2.139</b>

### 10.1.1.10 – Pessoal Militar, Ingressos e Saídas por Categorias e Formas de Prestação de Serviço

Ano: 2013

Situação	Ramo das FA	Marinha			Exército			Força Aérea			TOTAL		
		QPa	RC	RV	QPa	RC	RV	QPa	RC	RV	QPa	RC	RV
Ingressos	Oficiais	36	66		68		6	67	36		171	102	6
	Sargentos	11			135		55	78			224	-	55
	Praças	137	347			1.693	1.005		299		137	2.339	1.005
	<b>TOTAL</b>	<b>184</b>	<b>413</b>		<b>203</b>	<b>1.693</b>	<b>1.066</b>	<b>145</b>	<b>335</b>		<b>532</b>	<b>2.441</b>	<b>1.066</b>
Saídas	Oficiais	42	65		69		86	73	100		184	165	86
	Sargentos	79	8		111		172	85		275	8	172	
	Praças	22	422			375	1.315		388		22	1.185	1.315
	<b>TOTAL</b>	<b>143</b>	<b>495</b>	<b>-</b>	<b>180</b>	<b>375</b>	<b>1.573</b>	<b>158</b>	<b>488</b>	<b>-</b>	<b>481</b>	<b>1.358</b>	<b>1.573</b>

Marinha Relativamente aos 2 quadros o diferencial 2010-2011 não dá valor zero, porque os dados recolhidos para estes quadros do anuário estatístico baseiam-se na informação recolhida no Sistema Integrado de Informação do Pessoal (SIIP).

Se os dados forem recolhidos num determinado dia de um ano, tudo o que for inserido no SIIP posteriormente referente a esse ano já não é contabilizado para o anuário estatístico. Muitos dos dados só são inseridos depois de publicados à Ordem.

Exemplo: se em 01FEV2011 recolhermos os dados do número de efetivos em 31DEZ2010 e foram inseridos no SIIP em 02FEV2011, dados de passagem à reserva referentes a 30DEZ2010, já não são contabilizados.

Todos os dias há inúmeras atualizações na base de dados referentes a datas anteriores. Daí as diferenças de valores encontradas.

NOTA: Ingressos: entradas no QP-ACT, entradas nos RC;

Saídas QP-ACT: passagem de QP-ACT a QP-RES e a QP-REF;

### 10.1.1.11 – Evolução do número de baixas de pessoal

Ano: 2013

Ramo	Marinha			Exército			Força Aérea			TOTAL		
	QPa	RC	RV	QPa	RC	RV	QPa	RC	RV	QPa	RC	RV
Oficiais	1						5.373	1.835		5.374	1.835	-
Sargentos	1			8			17.116			17.125		-
Praças	5				6			13.611		5	13.617	-
<b>TOTAL</b>	<b>7</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>8</b>	<b>6</b>	<b>-</b>	<b>22.489</b>	<b>15.446</b>	<b>-</b>	<b>22.504</b>	<b>15.452</b>	<b>-</b>

**10.1.1.12 – Encargos Financeiros com os Vencimentos dos Militares em Regime de Voluntariado (RV) e Regime de Contrato (RC) (a)**

(milhares de euros) Ano: 2013

Ramo das FA		Marinha		Exército			Força Aérea		TOTAL		
Situação		RC	RV	RC	RV	IB/IC (b)	RC	RV	RC	RV	IB/IC (b)
Oficiais	2º Tenente; Tenente	1.573,18		6.161.555,70			3.776,00		<b>1.573,18</b>	<b>3.776,00</b>	6.161.555,70
	Guarda-Marinha; Subtenente; Alferes	1.755,81		7.147.317,72			5.360,00		<b>1.755,81</b>	<b>5.360,00</b>	7.147.317,72
	Aspirante a Oficial	464,87		509.216,20	290,36		451,00		<b>464,87</b>	<b>451,00</b>	509.216,20
	<b>SUBTOTAL</b>	<b>3.793,86</b>		<b>13.818.089,62</b>	<b>290,36</b>		<b>9.587,00</b>		<b>3.793,86</b>	<b>9.587,00</b>	<b>13.818.089,62</b>
Sargentos	1º Sargento			115.801,17							115.801,17
	2º Sargento	447,15		2.131.604,01			170,00		<b>447,15</b>	<b>170,00</b>	2.131.604,01
	Subsargento; Furriel	199,48		13.106.569,76			1.431,00		<b>199,48</b>	<b>1.431,00</b>	13.106.569,76
	2º Subsargento; 2º Furriel			670.161,76							670.161,76
	<b>SUBTOTAL</b>	<b>646,63</b>		<b>16.024.136,70</b>			<b>1.601,00</b>		<b>646,63</b>	<b>1.601,00</b>	<b>16.024.136,70</b>
Praças	Cabo; Cabo de Secção										
	1º Marinheiro; Cabo Adjunto	4.406,72		994.392,93			5.037,00		<b>4.406,72</b>	<b>5.037,00</b>	994.392,93
	2º Marinheiro; 1º Cabo	11.775,04		18.909.201,94			12.082,00		<b>11.775,04</b>	<b>12.082,00</b>	18.909.201,94
	1º Grumete; 2º Cabo	655,96		5.665.680,09			2.522,00		<b>655,96</b>	<b>2.522,00</b>	5.665.680,09
	2º Grumete; Soldado	797,50		101.107.792,98	2.934.185,73	523.131,88	3.312,00		<b>523.929,38</b>	<b>3.312,00</b>	<b>101.107.792,98</b>
	<b>SUBTOTAL</b>	<b>17.635,22</b>		<b>126.677.067,94</b>	<b>2.934.185,73</b>	<b>523.131,88</b>	<b>22.953,00</b>		<b>540.767,10</b>	<b>22.953,00</b>	<b>126.677.067,94</b>
<b>TOTAL</b>	<b>22.075,71</b>		<b>156.519.294,26</b>	<b>2.934.476,09</b>	<b>523.131,88</b>	<b>34.141,00</b>		<b>545.207,59</b>	<b>34.141,00</b>	<b>156.519.294,26</b>	

(a) Art.º 20º, n.º 3 do Regulamento de Incentivos à Prestação de Serviço Militar nos Regimes de Contrato e de Voluntariado (RI), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 320-A/2000, de 15/12, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 118/2004, de 21/05.

Portaria n.º 149/2003, de 13/02, que aprova, em desenvolvimento daquele artigo, a estrutura remuneratória dos militares em RC e RV.

(b) Pessoal que só recebeu pelo período de instrução (básica/complementar ou cujo vencimento em 2011 corresponde a esta situação);

### 10.1.1.13 – Despesas decorrentes da Aplicação da Lei do Serviço Militar

(milhares de euros) Ano: 2013

Parâmetro	Ramo das FA Situação	Marinha	Exército (a)	Força Aérea	TOTAL
Vencimentos (1)	RV		1.682		1.682
			Encargos	3.457,00	3.457,00
	RC	2.175	12.458	2.708	17.341
		Encargos	22.075,71	156.519,00	34.141,00
Formação e Certificação Profissional (2)	RV				-
			Encargos		-
	RC				-
			Encargos		-
Programa de Apoio ao Estudo (3)	RV				-
			Encargos		-
	RC				-
			Encargos		-
Compensação Financeira (4)	RV		156		156
			Encargos	130,00	130,00
	RC	190	5.090	343	5.623
		Encargos	1.487,27	9.190,00	2.826,00
Encargos Financeiros (5)	RV		162		162
			Encargos	65,00	65,00
	RC		2.901	603	3.504
			Encargos	1.577,00	192,00
Prestações Familiares (6)	RV				-
			Encargos		-
	RC	24	12	186	222
		Encargos	16,15	3,00	155,00
Subsistema da Proteção Familiar (7)	RV				-
			Encargos		-
	RC				-
			Encargos		-
Proteção à Maternidade, Paternidade e adoção (7)	RV				-
			Encargos		-
	RC	14	33	5	52
		Encargos	42,64	61,00	9,00
Outros (8)	RV				-
			Encargos		-
	RC	510		558	1.068
		Encargos	846,92		965,00
<b>TOTAL</b>	RV				<b>2.000</b>
			Encargos		<b>3.652,00</b>
	RC	<b>2.913</b>	<b>20.494</b>	<b>4.403</b>	<b>27.810</b>
		<b>24.468,69</b>	<b>167.350,00</b>	<b>38.288,00</b>	<b>230.106,69</b>

(a) Vencimentos não incluem período de instrução (básica/complementar) - 1.708,31 milhares de euros (ver nota b. do quadro 10.1.1.12);

(1) Encargos financeiros com os vencimentos dos militares nos regimes de Contrato (RC) e de Voluntariado (RV):

- Art.º 20º, n.º 3 do Regulamento de Incentivos à Prestação de Serviço Militar nos Regimes de Contrato e de Voluntariado (RI), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 320-A/2000, de 15/12, com as alterações introduzidas pelo Decreto-lei n.º 118/2004, de 21/05;

- Portaria n.º 149/2003, de 13/02, que aprova, em desenvolvimento daquele artigo, a estrutura remuneratória dos militares em RC e RV.

(2) Encargos financeiros com a formação e certificação profissional ministrada aos militares em RC e RV pelas Forças Armadas e instituições especializadas:

- Art.ºs 9º a 19º do RI.

(3) Encargos financeiros de acordo com o Art.º 7º do RI.

(4) Encargos financeiros com o pagamento da compensação financeira pela prestação de serviço em RC e RV.

- Art.º 21º do RI.

(5) Encargos financeiros com os direitos a fardamento, alojamento, alimentação e transporte dos militares em RC e RV.

- Art.º 22º do RI.

(6) Encargos financeiros com as prestações familiares, designadamente, no que respeita ao subsídio de maternidade e subsídio de apoio a crianças e jovens (abono de família), a que têm direito os militares em RC e RV. Art.º 39º, n.º 1 do RI.

(7) Encargos financeiros de acordo com o n.º 1, do Art.º 39º do RI.

(8) Encargos financeiros que não possam ser agregados nas rubricas anteriores.

### 10.1.1.14 - Evolução dos vencimentos dos militares

(milhares de euros) Ano: 2013

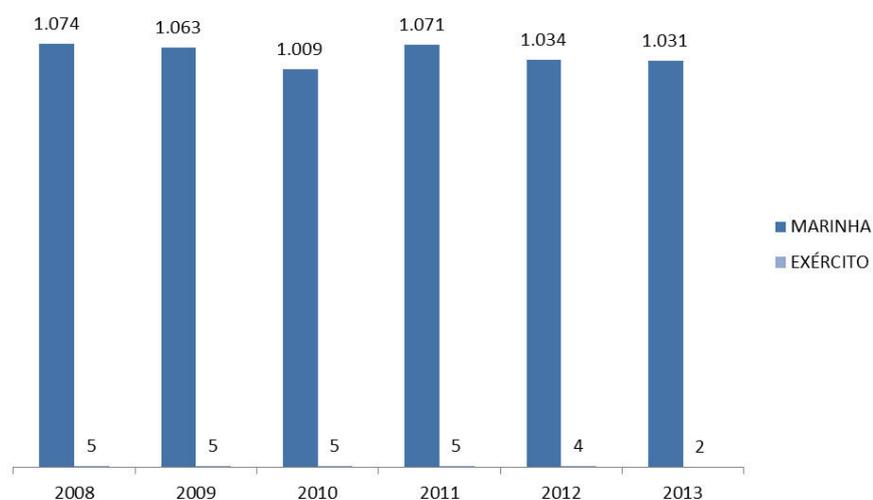
Situação	Ramo das FAs	Marinha	Exército	Força Aérea	Total
Oficiais		43.096,76	94.177.197,07	75.499,00	94.295.792,83
Sargentos		57.535,30	102.802.387,90	81.776,00	102.941.699,20
Praças		59.997,35	124.108.805,31	23.292,00	124.192.094,66
		<b>160.629,41</b>	<b>321.088.390,28</b>	<b>180.567,00</b>	<b>321.429.586,69</b>

### 10.1.2 – Pessoal Militarizado

#### 10.1.2.1 – Pessoal Militarizado da Defesa Nacional

MARINHA	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Polícia Marítima	609	591	535	591	578	573
Polícia dos Estabelecimentos de Marinha	115	115	112	125	116	114
Troço de Mar	204	212	219	210	204	200
Práticos/Costa Algarve	2	2	2	2	2	2
Faroleiros	144	143	141	143	134	142
<b>TOTAL</b>	<b>1.074</b>	<b>1.063</b>	<b>1.009</b>	<b>1.071</b>	<b>1.034</b>	<b>1.031</b>

EXÉRCITO	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Técnico-Profissional e Administrativo						
Auxiliar de Serviços						
Motorista						
Tratador	5	5	5	5	4	2
Vigilante						
<b>TOTAL</b>	<b>5</b>	<b>5</b>	<b>5</b>	<b>5</b>	<b>4</b>	<b>2</b>

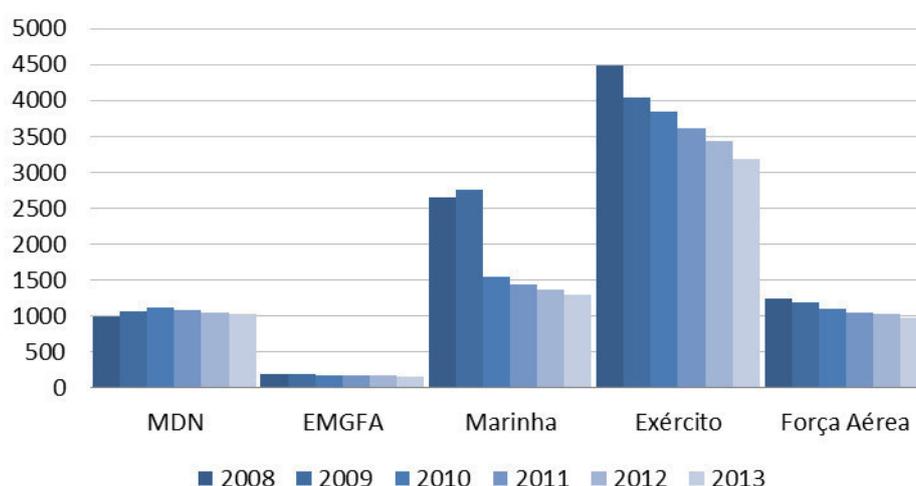


### 10.1.3 – Pessoal Civil

#### 10.1.3.1 – Efetivos Globais

Entidade	MDN	EMGFA	Marinha	Exército	Força Aérea	TOTAL
2013	1.026	150	1.295	3.195	971	<b>6.637</b>
Dados retrospectivos dos últimos 5 anos						
2012	1.051	163	1.361	3.432	1.021	<b>7.028</b>
2011	1.078	167	1.447	3.610	1.046	<b>7.348</b>
2010	1.110	165	1.543	3.853	1.102	<b>7.773</b>
2009	1.071	181	2.762	4.049	1.196	<b>9.259</b>
2008	986	182	2.655	4.490	1.241	<b>10.066</b>

**Evolução dos Efetivos Globais do Pessoal Civil**



#### 10.1.3.2 – Pessoal Civil por Grupos Profissionais (a)

Ano: 2013

Entidade	MDN	EMGFA	Marinha	Exército	Força Aérea	TOTAL
Dirigente e Chefia	37			7	18	62
Técnico superior	187	6	83	60	189	525
Docente / Investigador (b)	8	1	6	205	656	876
Médico / Enfermagem (b)	35		11	267	26	339
Informático (b)	44	12	8	122	9	195
Assistente técnico	232	84	35	812	12	1.175
Assistente operacional	483	47	441	1.704	33	2.708
<b>TOTAL</b>	<b>1.026</b>	<b>150</b>	<b>1.295</b>	<b>3.195</b>	<b>971</b>	<b>6.637</b>

- (a) Mapa de acordo com a estrutura prevista no n.º 1 do art.º 41º e n.º 1 do art.º 49º, ambos da Lei n.º 12A/2008, de 27 de Fevereiro.
- (b) Carreiras de regime especial a que refere o n.º 2 do art.º 41º da citada lei.
- (d) Inclui Técnicos de Diagnóstico e Terapêutica.
- (e) Inclui categorias subsistentes, Pessoal do QPCISN e outros não enquadráveis nas carreiras supra.

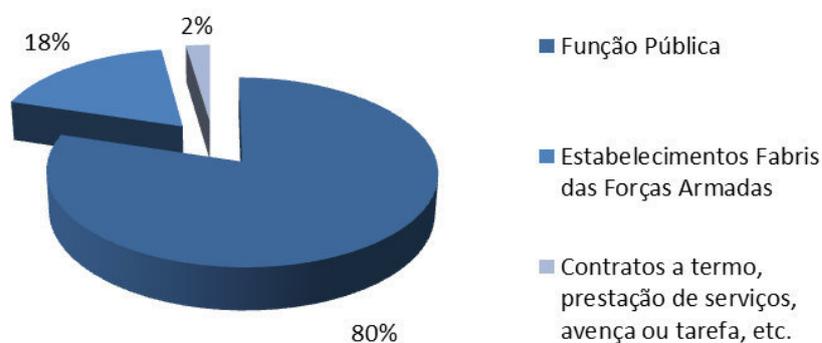
### 10.1.3.3 – Pessoal Civil por Estatuto Jurídico

Ano: 2013

Entidade	MDN	EMGFA	Marinha	Exército	Força Aérea	TOTAL
Função Pública	1.019	150	1.280	1.900	959	5.308
Estabelecimentos Fabris das Forças Armadas	1			1.191		1.192
Contratos a termo, prestação de serviços, avença ou tarefa, etc.	7		31	104	12	154
Outros(a)						
<b>TOTAL</b>	<b>1.027</b>	<b>150</b>	<b>1.311</b>	<b>3.195</b>	<b>971</b>	<b>6.654</b>

(a) Nos outros quadros referentes ao pessoal civil não são referidos os 180 contratos a termo pois não pertencem ao quadro do Exército.  
(MDN) SG Inclui 1 nomeação definitiva  
Marinha - Inclui 16 Bolseiros do IH

Pessoal Civil por Estatuto Jurídico



### 10.1.3.4 – Pessoal Civil por Habilitações Académicas

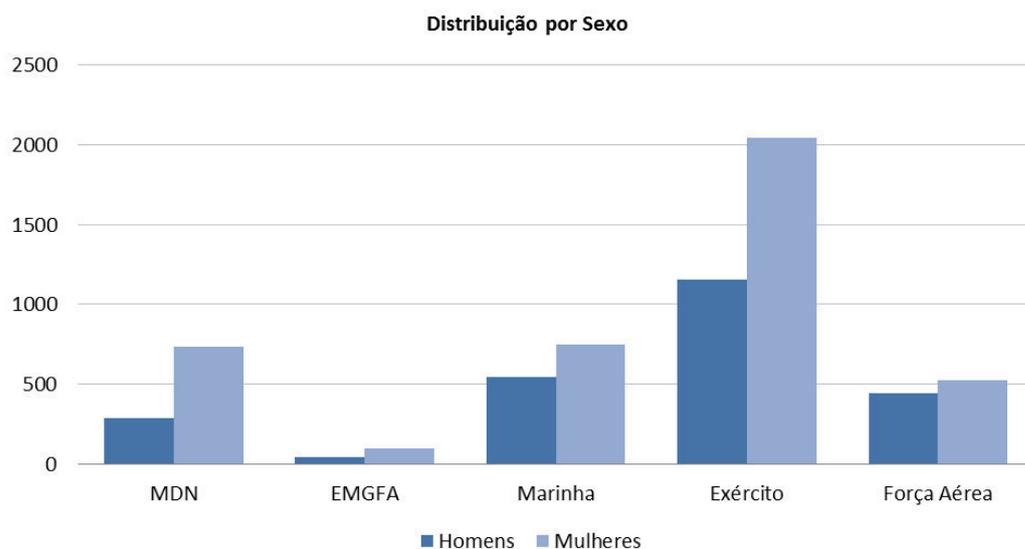
Ano: 2013

Entidade	MDN	EMGFA	Marinha	Exército	Força Aérea	TOTAL
Doutoramento e mestrado	28	2	20	64	6	120
Licenciatura	202	9	109	457	86	863
Bacharelato	76		17	83	16	192
Anos de Escolaridade	194	61	290	716	129	-
	79	18	100	141	39	-
	198	30	270	610	207	-
	121	14	190	453	176	-
	120	15	290	648	311	-
	8	1	2	7	1	-
Desconhecidas			7	16		23
<b>TOTAL</b>	<b>1.026</b>	<b>150</b>	<b>1.295</b>	<b>3.195</b>	<b>971</b>	<b>6.637</b>

### 10.1.3.5 – Pessoal Civil por Sexo

Ano: 2013

Entidade	MDN	EMGFA	Marinha	Exército	Força Aérea	TOTAL
Homens	287	48	545	1.154	443	2.477
Mulheres	739	102	750	2.041	528	4.160
<b>TOTAL</b>	<b>1.026</b>	<b>150</b>	<b>1.295</b>	<b>3.195</b>	<b>971</b>	<b>6.637</b>



### 10.1.3.6 – Estrutura Etária do Pessoal Civil

Ano: 2013

Entidade	MDN	EMGFA	Marinha	Exército	Força Aérea	TOTAL
Até 20 anos						
20/24 anos	1		2	2		5
25/29 anos	15	1	14	6		36
30/34 anos	79	5	45	44	18	191
35/39 anos	121	9	144	238	44	556
40/44 anos	146	10	132	375	71	734
45/49 anos	168	21	224	493	170	1.076
50/54 anos	181	39	266	762	244	1.492
55/59 anos	158	40	298	829	257	1.582
60/64 anos	132	24	143	389	155	843
65 anos e mais	25	1	27	57	12	122
<b>TOTAL</b>	<b>1.026</b>	<b>150</b>	<b>1.295</b>	<b>3.195</b>	<b>971</b>	<b>6.637</b>

### 10.1.3.7 – Tempo de Serviço do Pessoal Civil

Ano: 2013

Entidade	MDN	EMGFA	Marinha	Exército	Força Aérea	TOTAL
Até 5 anos	51	2	257	137	14	461
05/09 anos	63	1	169	75	1	309
10/14 anos	256	4	158	176	24	618
15/19 anos	191	27	137	649	164	1.168
20/24 anos	170	26	190	425	113	924
25/29 anos	109	40	208	562	233	1.152
30/35 anos	83	28	118	589	267	1.085
36 anos e mais	103	22	58	582	155	920
<b>TOTAL</b>	<b>1.026</b>	<b>150</b>	<b>1.295</b>	<b>3.195</b>	<b>971</b>	<b>6.637</b>

### 10.1.3.8 – Promoções do Pessoal Civil por Grupo Profissional

Ano: 2013

Entidade	MDN	EMGFA	Marinha	Exército	Força Aérea	TOTAL
Dirigente e Chefia						-
Téc. Superior / Técnico Licenciado						-
Técnico / Técnico Bacharel						-
Docente						-
Médico / Enfermagem						-
Informático		1				1
Técnico Profissional						-
Administrativo						-
Operário						-
Auxiliar						-
<b>TOTAL</b>	<b>-</b>	<b>1</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>1</b>

### 10.1.3.9 – Ingressos e Saídas de Pessoal Civil

Ano: 2013

Entidade		MDN	EMGFA	Marinha	Exército	Força Aérea	TOTAL
Função Pública	Entradas	32	7	2	32	5	78
	Saídas	105	19	64	192	54	434
Estabelecimentos Fabris das Forças Armadas	Entradas	36					36
	Saídas				76		76
Contratos a termo, prestação de serviços, avença ou tarefa, etc.	Entradas	1		9	97		107
	Saídas			10	93	1	104
<b>TOTAL</b>	<b>Entradas</b>	<b>69</b>	<b>7</b>	<b>11</b>	<b>129</b>	<b>5</b>	<b>221</b>
	<b>Saídas</b>	<b>105</b>	<b>19</b>	<b>74</b>	<b>361</b>	<b>55</b>	<b>614</b>

**10.1.4 – Comparações internacionais**  
**10.1.4.1 – Efetivos de países membros da NATO**

(milhares)

<b>Efetivos Militares dos Ramos das FA's</b>	<b>Qt</b>
Albânia	8''
Alemanha	184''
Bélgica	31''
Bulgária	26''
Canadá	70''
Croácia	16''
Dinamarca	19''
Eslováquia	15''
Eslovénia	7''
Espanha	122''
Estados Unidos da América	1.370''
Estónia	6''
França	213''
Grécia	109''
Hungria	18''
Itália	186''
Latvia	5''
Lituânia	9''
Luxemburgo	0.9''
Noruega	21''
Países Baixos	43''
Polónia	100''
Portugal	35''
Reino Unido	174''
República Checa	21''
Roménia	66''
Turquia	494''
<b>Total</b>	<b>3.368.9''</b>

Fonte: Site da NATO

## 10.2 – JUSTIÇA E DISCIPLINA

### 10.2.1 – Condecorações Atribuídas

Ano: 2013

Ramo das FA	Marinha	Exército	Força Aérea	TOTAL
Serviços distintos	110	98	48	256
Mérito militar	166	243	141	550
Comportamento exemplar	641	807	649	2.097
Mérito do Ramo	363	441	72	876
Ordens honoríficas nacionais	3	15	6	24
Outras	864	7	327	1.198
<b>TOTAL</b>	<b>2.147</b>	<b>1.611</b>	<b>1.243</b>	<b>5.001</b>

### 10.2.2 – Processos Iniciados

Ano: 2013

Ramo das FA	Marinha	Exército	Força Aérea	TOTAL
Averiguações	98	1.033	52	1.183
Disciplinares	67	215	42	324
<b>TOTAL</b>	<b>165</b>	<b>1.248</b>	<b>94</b>	<b>1.507</b>

### 10.2.3 – Punições Aplicadas

Ano: 2013

Ramo das FA	Marinha	Exército	Força Aérea	TOTAL
Repreensão simples	3	24	12	39
Repreensão agravada	15	34	9	58
Detenção	12		8	20
Prisão disciplinar	1	8	2	11
Prisão disciplinar agravada			5	5
<b>TOTAL</b>	<b>31</b>	<b>66</b>	<b>36</b>	<b>133</b>

## 10.2.4 – Processos Instruídos por Indícios de Prática de Crimes

Ano: 2013

Ramo das FAs	Marinha	Exército	Força Aérea	TOTAL
Abandono de posto - artº66º CJM		2		2
Abuso de autoridade - artº382 CP				-
Abuso de autoridade por ofensa à integridade física-artº93º CJM		1		1
Abuso de autoridade por outras ofensas-artº95º CJM		1		1
Abuso de poder				-
Ameaça e coação			1	1
Comércio ilícito de material de guerra - artº82º CJM	1	2		3
Contrafação ou falsificação de moeda		1		1
Corrupção		2		2
Crimes de guerra		1		1
Dano contra a natureza		2		2
Dano em bens militares ou de interesse militar-artº79º CJM	1	3	1	5
Deserção - artºs 72º e 74º CJM	2	26	1	29
Detenção ou tráfico de armas proibidas				-
Difamação, calúnia e injúria				-
Entrada ou permanência ilegítima-artº70º do CJM	1	2	11	14
Exploração ilícita de jogo			1	1
Extravio de material de guerra - artº81º CJM	1	3	2	6
Falsificação de doc,cunhos, marcas, chancelas, pesos, medidas	2		2	4
Furto/roubo de material de guerra-artº83º e 84.º C.JM		3	1	4
Incêndio		1		1
Incumprimento Deveres serviço-artº 67º CJM	3	1		4
Insubordinação por ameaças ou outras ofensas-artº89º CJM		1		1
Insubordinação por desobediência-artº87º CJM		1		1
Insubordinação por ofensas à integridade física-artº86º CJM		1		1
Maus tratos o sobrecarga de menores,incapazes ou do conjuge			1	1
Ofensa à integridade física voluntária simples		4		4
Ofensa a sentinela		1	1	2
Outras burlas		1		1
Outros crimes				-
Outros crimes contra a autodeterminação sexual	1			1
Outros crimes contra a realização da justiça		1		1
Outros crimes contra a vida	2	1		3
Outros crimes contra o Estado				-
Outros crimes respeitantes a estupefacientes		1		1
Outros danos		4	1	5
Outros furtos	10	39	31	80
Peculato	1	3		4
<b>TOTAL</b>	<b>25</b>	<b>109</b>	<b>54</b>	<b>188</b>





# Ensino e formação militar





## NOTA EXPLICATIVA

O ensino militar tem por finalidade a habilitação profissional do militar, a aprendizagem de conhecimentos adequados à evolução da ciência e da tecnologia e o seu desenvolvimento cultural.

A formação militar, instrução e treino, visam continuar a preparação do militar para o exercício das respetivas funções e abrangem componentes de natureza técnico-militar, cultural e de aptidão física. A formação militar envolve ações de investimento, de evolução e de ajustamento e materializa-se através de cursos, tirocínios, estágios, instrução e treino operacional e técnico, consoante a categoria, posto, classe, arma, serviço ou especialidade a que o militar pertence.

O ensino e formação ministrados em estabelecimentos militares garante a continuidade do processo educativo e integra-se sempre que possível nos sistemas educativo e formativo nacionais.

Decorrente das orientações constantes da Resolução de Conselho de Ministros n.º 39/2008, de 28 de fevereiro, realizou-se a reforma do ensino superior público militar, procurando harmonizar e adaptar o modelo de formação de oficiais das Forças Armadas, incorporando as orientações do “Processo de Bolonha”, assumindo o ciclo de estudos integrados conducentes ao grau de mestre (2.º ciclo de Bolonha) como habilitação mínima exigida para início da carreira de oficiais oriundos do ensino superior universitário militar.

Ao nível das estruturas, o sistema de ensino superior público militar está baseado no Instituto de Estudos Superiores Militares, Escola Naval, Academia Militar e Academia da Força Aérea.

Relativamente ao Instituto de Estudos Superiores Militares, o mesmo visa ministrar formação nos planos científico, doutrinário e técnico das ciências militares aos Oficiais dos Quadros Permanentes das Forças Armadas e da Guarda Nacional Republicana (GNR), necessário ao desempenho das funções de Comando, Direção e Estado-Maior nos Ramos e GNR, bem como ao exercício de cargos em Organizações Internacionais.

De referir ainda o Conselho do Ensino Superior Militar que visa a coordenação do ensino superior público militar através de uma visão integrada, assegurando a conceção e o acompanhamento das políticas que, neste domínio, cabem ao Ministério da Defesa Nacional

Por outro lado, no âmbito do ensino superior público politécnico militar, a Escola do Serviço de Saúde Militar propõe-se assegurar, no âmbito da saúde militar, as necessidades de pessoal específicas das Forças Armadas e da GNR. Paralelamente a integração do ensino superior politécnico na Escola Naval, Academia Militar e Academia da Força Aérea, tenta garantir um contexto de igual dignidade e exigência, mas de vocação diferente do ensino superior universitário militar.

No mesmo âmbito cabe à Direção-Geral de Pessoal e Recrutamento Militar (DGPRM) conceber, harmonizar e apoiar tecnicamente a definição e execução das políticas de recursos humanos necessários à defesa nacional.

No campo concreto do ensino e formação militares, a DGPRM propõe e avalia a política nos domínios do ensino, formação e desenvolvimento profissional e participa na definição da política de ensino superior militar, em articulação com o Conselho de Ensino Superior Militar.

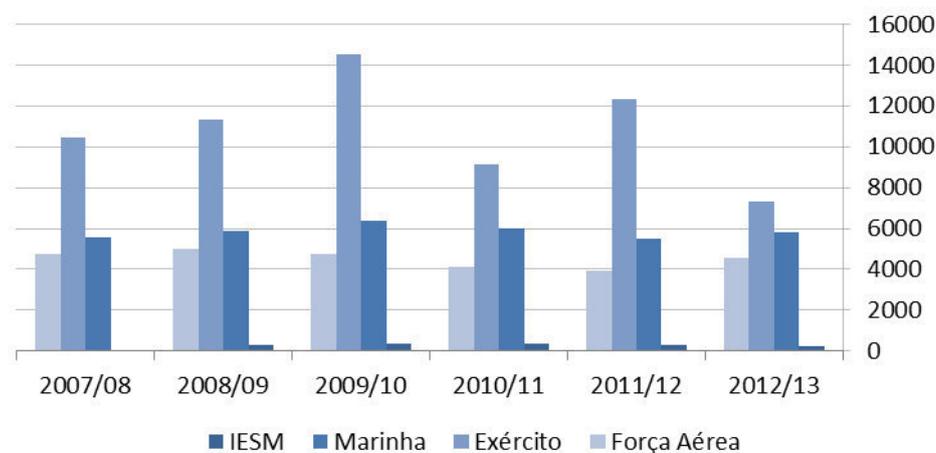
De forma mais específica, deve a DGPRM estudar e propor a definição sobre a qualificação e o desenvolvimento de competências para as Forças Armadas e exercer, nos termos da lei, as competências relativas ao processo de certificação das entidades formadoras dos ramos, em especial através da colaboração com as entidades competentes em matéria de reconhecimento e certificação de qualificações profissionais.

## 11.1 – Institutos, Academias, Escolas e Centros de Instrução das FA

(Pessoal Militar, Militarizado e Civil das Forças Armadas)

Ramo das FA		IESM	Marinha	Exército	Força Aérea	TOTAL
Alunos admitidos nos Estabelecimentos de Ensino das Forças Armadas	2012/13	258	5.805	7.322	4.576	17.961
	<b>Dados retrospectivos</b>					
	2011/12	266	5.532	12.361	3.937	22.096
	2010/11	363	6.004	9.172	4.111	19.650
	2009/10	345	6.360	14.529	4.733	26.987
	2008/09	313	5.891	11.357	5.021	22.582
	2007/08	X	5.582	10.437	4.731	20.750
Saídas com aproveitamento	2012/13	258	5.399	6.880	4.695	17.232
	<b>Dados retrospectivos</b>					
	2011/12	255	5.074	12.555	4.377	22.261
	2010/11	352	6.213	8.313	5.036	19.914
	2009/10	341	5.896	13.517	4.352	10.589
	2008/09	311	5.366	10.010	5.001	20.688
	2007/08	X	5.123	9.136	4.465	18.724

Distribuição Anual de alunos admitidos em Institutos, Academias, Escolas e Centros de Instrução das FA



## 11.2 – Pessoal Militar na Efetividade de Serviço que Frequentou Cursos Internos

Ano: 2013

Ramo das FA	IESM	Marinha	Exército	Força Aérea	TOTAL
Cursos de Formação		604	1.968	733	3.305
Cursos de Promoção	205	327	132	325	989
Cursos de Especialização ou Qualificação	53	4.776	873	2.904	8.606
Cursos de Atualização		98	555	105	758
<b>TOTAL</b>	<b>258</b>	<b>5.805</b>	<b>3.528</b>	<b>4.067</b>	<b>13.658</b>

### 11.3 – Pessoal Militar que Frequentou Cursos no Estrangeiro

Ano: 2013

Ramo das FA	IESM	Marinha	Exército	Força Aérea	TOTAL
219Curta (até um mês)	15	44	7	153	219
Média (de um a três meses)		2	2	5	9
Longa (mais de três meses)	1	1	5	6	13
<b>TOTAL</b>	<b>16</b>	<b>47</b>	<b>14</b>	<b>164</b>	<b>241</b>

## ESTABELECEMENTOS DE ENSINO DAS FORÇAS ARMADAS (a) (Principais Institutos, Academias, Escolas e Centros de Instrução)

<b>MDN</b>
Instituto de Estudos Superiores Militares

<b>Marinha</b>	
Escola Naval (Alfeite)	Escola de Fuzileiros (Vale do Zebro)
Escola Superior de Tecnologias Navais (Alfeite)	Escola de Submarinos (Alfeite)
Escola de Tecnologias Navais	Escola de Mergulhadores (Alfeite)
Departamento de Operações	Escola de Hidrografia e Oceanografia (Lisboa)
Departamento de Armas e Eletrónica	Escola de Faroleiros (Paço de Arcos)
Departamento de Propulsão e Energia	Centro de Educação Física da Armada (Alfeite)
Departamento de Limitação de Avarias	Centro de Instrução de Tática Naval (Alfeite)
Departamento de Administração e Logística	Centro de Instrução de Helicópteros (Montijo)
Departamento de Comunicações e Sistemas de Informação	Centro de Instrução da Polícia dos Estabelecimentos de Marinha (Alfeite)
Departamento de Formação em Tecnologias de Educação	Centro Naval de Ensino à Distância (Lisboa)
Departamento de Formação Geral	Escola de Autoridade Marítima (Lisboa) (b)

<b>Exército</b>	
Academia Militar (Lisboa)	Escola Militar de Eletromecânica (Paço de Arcos)
Escola Superior Politécnica do Exército (Amadora)	Escola de Tropas Aerotransportadas (Tancos)
Escola do Serviço de Saúde Militar (Lisboa) (c)	Centro de Psicologia Aplicada do Exército (Lisboa)
Escola de Sargentos do Exército (Caldas da Rainha)	Centro de Informática do Exército (Lisboa)
Escola Prática de Infantaria (Mafra)	Centro Militar de Educação Física e Desportos (Mafra)
Escola Prática de Artilharia (Vendas Novas)	Centros de Instrução de Praças:
Escola Prática de Cavalaria (Santarém)	(Região Militar do Norte, Governo Militar de Lisboa,
Escola Prática de Engenharia (Tancos)	Campo Militar de St.ª Margarida, Região Militar Sul,
Escola Prática de Transmissões (Porto)	Zonas Militares dos Açores e Madeira)
Escola Prática do Serviço de Material (Entroncamento)	Instituto Geográfico do Exército (Lisboa)
Escola Prática de Administração Militar (Póvoa de Varzim)	Banda do Exército (Queluz)
Escola Prática do Serviço de Transportes (Figueira da Foz)	

<b>Força Aérea</b>	
Academia da Força Aérea (Sintra)	Centro de Formação Militar e Técnica da Força Aérea (Ota) que inclui:
Escola Sup. de Tecnologias Militares Aeronáuticas (Sintra)	Escola de Língua Inglesa (ELI)
Esquadra 101/ Epsilon (Beja)	Escola de Formação Pedagógica de Formadores
Esquadra 103 / Alfa Jet (Beja)	Escola de Formação de Condutores
Esquadra 552 / AL III (Beja)	Banda de Música da Força Aérea (Lisboa)
Esquadra 502 / Aviocar (Sintra)	Centro de Treino e Sobrevivência da Força Aérea (BA 6 - Montijo)
	Centro de Instrução Cinófila (AM 2 - Ovar)
	Centro de Medicina Aeronáutica – Secção de Treino Fisiológico (Lisboa)
	Direção de Instrução (Lisboa)

(a) Não inclui o Colégio Militar, Instituto Militar dos Pupilos do Exército e Instituto de Odívetas;

(b) Integrado na estrutura do Sistema de Autoridade Marítima;

(c) Estabelecimento do ensino superior politécnico. Órgão de apoio aos 3 Ramos, inserido na estrutura orgânica do Exército.

## 11.4 – Cursos ministrados e número de alunos, por estabelecimento de ensino

### 11.4.1 – Caracterização da atividade formativa

Ano: 2013

		IESM		EN		AM		AFA		ESSM	
		Nº de ciclos de estudo/ cursos ministrados	Nº de alunos	Nº de ciclos de estudo/ cursos ministrados	Nº de alunos	Nº de ciclos de estudo/ cursos ministrados	Nº de alunos	Nº de ciclos de estudo/ cursos ministrados	Nº de alunos	Nº de ciclos de estudo/ cursos ministrados	Nº de alunos
Cursos confe-rentes de grau	Ensino Universitário	1	35	6	197	9	69	5	146		
	Ensino Politécnico			3	14	1	1	5	10	2	5
Curso não conferentes de grau		7	223	4	62			1	16		
<b>TOTAL</b>		<b>8</b>	<b>258</b>	<b>13</b>	<b>273</b>	<b>10</b>	<b>70</b>	<b>11</b>	<b>172</b>	<b>2</b>	<b>5</b>

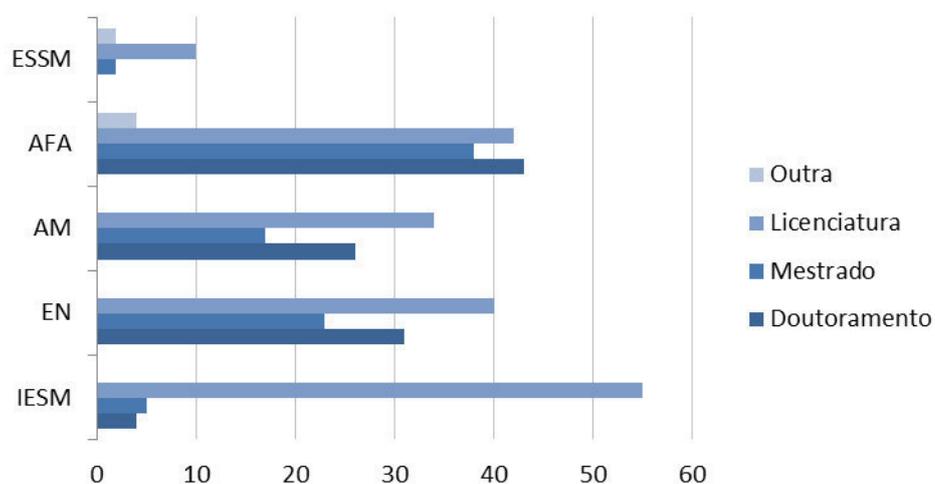
**11.5 – Docentes, por estabelecimento de ensino e por categoria (militares/ civis, doutorados/ mestres/ licenciados)**

Ano: 2013

CATEGORIA		IESM	EN	AM	AFA	ESSM	TOTAL
Militares	Oficiais	64	55	43	72	6	240
	Sargentos			4		5	9
	Praças						-
<b>Subtotal</b>		64	55	47	72	11	249
Civis				39	41	55	2
<b>TOTAL</b>		<b>64</b>	<b>94</b>	<b>88</b>	<b>127</b>	<b>13</b>	<b>386</b>

HABILITAÇÕES ACADÉMICAS	IESM	EN	AM	AFA	ESSM	TOTAL
Doutoramento	4	31	26	43		104
Mestrado	5	23	17	38	2	85
Licenciatura	55	40	34	42	10	181
Outra				4	2	6
<b>TOTAL</b>	<b>64</b>	<b>94</b>	<b>77</b>	<b>127</b>	<b>14</b>	<b>376</b>

**Grau Acadêmico versus Estabelecimento de Ensino**



### 11.6 – Pessoal de apoio por estabelecimentos de ensino (militares/ civis)

Ano: 2013

CATEGORIA		IESM	EN	AM	AFA	ESSM	TOTAL
Militares	Oficiais	22		44	50		116
	Sargentos	20			35		55
	Praças	27			31		58
	<b>Subtotal</b>	<b>69</b>		<b>44</b>	<b>116</b>		<b>229</b>
<b>Civis</b>				43	33	14	18
<b>TOTAL</b>		<b>69</b>	<b>43</b>	<b>77</b>	<b>130</b>	<b>18</b>	<b>-</b>

### 11.7 – Projetos de investigação iniciados, em curso e concluídos

Ano: 2013

ATIVIDADES/SITUAÇÃO		IESM	EN	AM	AFA	ESSM	TOTAL
Projetos de investigação	Iniciados	2	14	7	1		24
	Em curso	3	17	5	2		27
	Concluídos	4	1	2			7
	<b>Subtotal</b>	<b>9</b>	<b>32</b>	<b>14</b>	<b>3</b>		<b>58</b>
Publicações/Artigos Científicos	Iniciados				2	2	4
	Em curso				1	1	2
	Concluídos			59	8	1	68
	<b>Subtotal</b>			<b>59</b>	<b>11</b>	<b>4</b>	<b>74</b>
<b>TOTAL</b>		<b>9</b>	<b>32</b>	<b>73</b>	<b>14</b>	<b>4</b>	<b>132</b>

**11.8 - Cursos ministrados por centros de instrução**  
**11.8.1 – Estabelecimentos de Ensino e Formação não Superior**  
**11.8.1.1 – Caracterização de Ação Formativa**

Ano: 2013

Estabelecimentos de Ensino e Formação	Nº de Cursos/Ações de Formação Ministrados	Nº Alunos
	CNED	
	CEFA	164
	CIH	291
	CITAN	296
	CIPQPEM	
Marinha	EAM	2.692
	EHO	6
	EMERG	133
	ESUB	13
	ETNA	3.744
	EFUZ	1.147
	<b>Subtotal</b>	<b>8.486</b>
	CM	349
	IO	74
	IPE	94
	ESE	328
	EA	3
	EPA	91
	EPE	1.893
Exército	EPS	876
	EPI	798
	EPC	1.062
	EPT	
	ETP	471
	CTOE	228
	CTC	198
	CMEFD	7
	RA5	136
	RC3	454
	RAME	35
	RG3	100
	UNaP/Cmd	
	ZMM	50
	<b>Subtotal</b>	<b>322</b>
Força Aérea	CFMT	958
	<b>Subtotal</b>	<b>958</b>
<b>TOTAL</b>	<b>1.036</b>	<b>16.691</b>

**11.9 – Instrutores e pessoal de apoio, por centros de instrução**  
**11.9.1 – Caracterização dos Docentes/ Formadores/ Instrutores por Categoria**

Ano: 2013

Estabelecimentos de Ensino e Formação	Militares				Militarizados				Civis	TOTAL
	Oficiais	Sargentos	Praças	TOTAL	Inspetores	Chefes	Guardas	TOTAL		
CNED								-		-
CEFA	7	3	4	14				-		14
CIH	3	5		8				-		8
CITAN	7	11		18				-		18
CIPQPEM								-		-
Marinha EAM	12	3		15				-	16	31
EHO	15			15				-		15
EMERG	2	9	8	19				-		19
ESUB	3	5		8				-	8	16
ETNA	62	204	18	284				-		284
EFUZ	13	47	11	71				-		71
<b>TOTAL</b>	<b>124</b>	<b>287</b>	<b>41</b>	<b>452</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>24</b>	<b>476</b>

Estabelecimentos de Ensino e Formação	Militares				Civis	TOTAL
	Oficiais	Sargentos	Praças	TOTAL		
CM	3			3	63	66
IO	3	2		5	47	52
IPE	1	6		7	50	57
ESE	15	24	1	40	4	44
EA	3	1	4	8	1	9
EPA	53	52		105		105
EPE	16	30	6	52		52
EPS	35	63		98		98
EPI	29	38		67		67
Exército EPC	23	27	6	56		56
EPT						
ETP	24	87	8	119		119
CTOE	49	53	6	108		108
CTC	18	39	16	73		73
CMEFD	3	1	4	8	1	9
RA5	10	7		17		17
RC3	4	25		29		29
RG3	5	7	4	16		16
UnAo/CmdZMM					1	1
<b>TOTAL</b>	<b>294</b>	<b>463</b>	<b>54</b>	<b>811</b>	<b>167</b>	<b>978</b>

Estabelecimentos de Ensino e Formação	Militares				Civis	TOTAL
	Oficiais	Sargentos	Praças	TOTAL		
Força Aérea CFMT	50	78	7	135		135
<b>TOTAL</b>	<b>50</b>	<b>78</b>	<b>7</b>	<b>135</b>	<b>-</b>	<b>135</b>

### 11.9.2 – Caracterização dos Docentes/ Formadores/ Instrutores por Habilitações

Ano: 2012

Estabelecimentos de Ensino e Formação	Habilitações Acadêmicas				TOTAL
	Doutoramento	Mestrado	Licenciatura	Outra	
CNED					-
CEFA		5	1	8	14
CIH			3	5	8
CITAN		4	3	11	18
CIPQPEM					
Marinha EAM		2	34	32	68
EHO	2	13	12	4	31
EMERG			3	16	19
ESUB		1	3	4	8
ETNA		16	59	217	292
EFUZ		3	12	56	71
<b>Subtotal</b>	<b>2</b>	<b>44</b>	<b>130</b>	<b>353</b>	<b>529</b>
CM		4	47	12	63
IO	2	4	40	1	47
IMPE	1	1	48		50
ESE		5	17	22	44
EA			4	5	9
EPA			53	52	105
EPE		2	14	36	52
EPS		7	31		38
EPI	1	12	18		31
Exército EPC		11	12	33	56
EPT					-
ETP			24		24
CTOE		12	39		51
CTC		9	9	55	73
CMEFD			4	4	8
RA5			10		10
RC3			5	24	29
RG3			5	11	16
UnAo/CmdZMM				1	1
<b>Subtotal</b>	<b>4</b>	<b>120</b>	<b>327</b>	<b>256</b>	<b>707</b>
Força Aérea CFMT	1	7	41	84	133
<b>Subtotal</b>	<b>1</b>	<b>7</b>	<b>41</b>	<b>84</b>	<b>133</b>
<b>TOTAL</b>	<b>7</b>	<b>171</b>	<b>498</b>	<b>693</b>	<b>1.369</b>

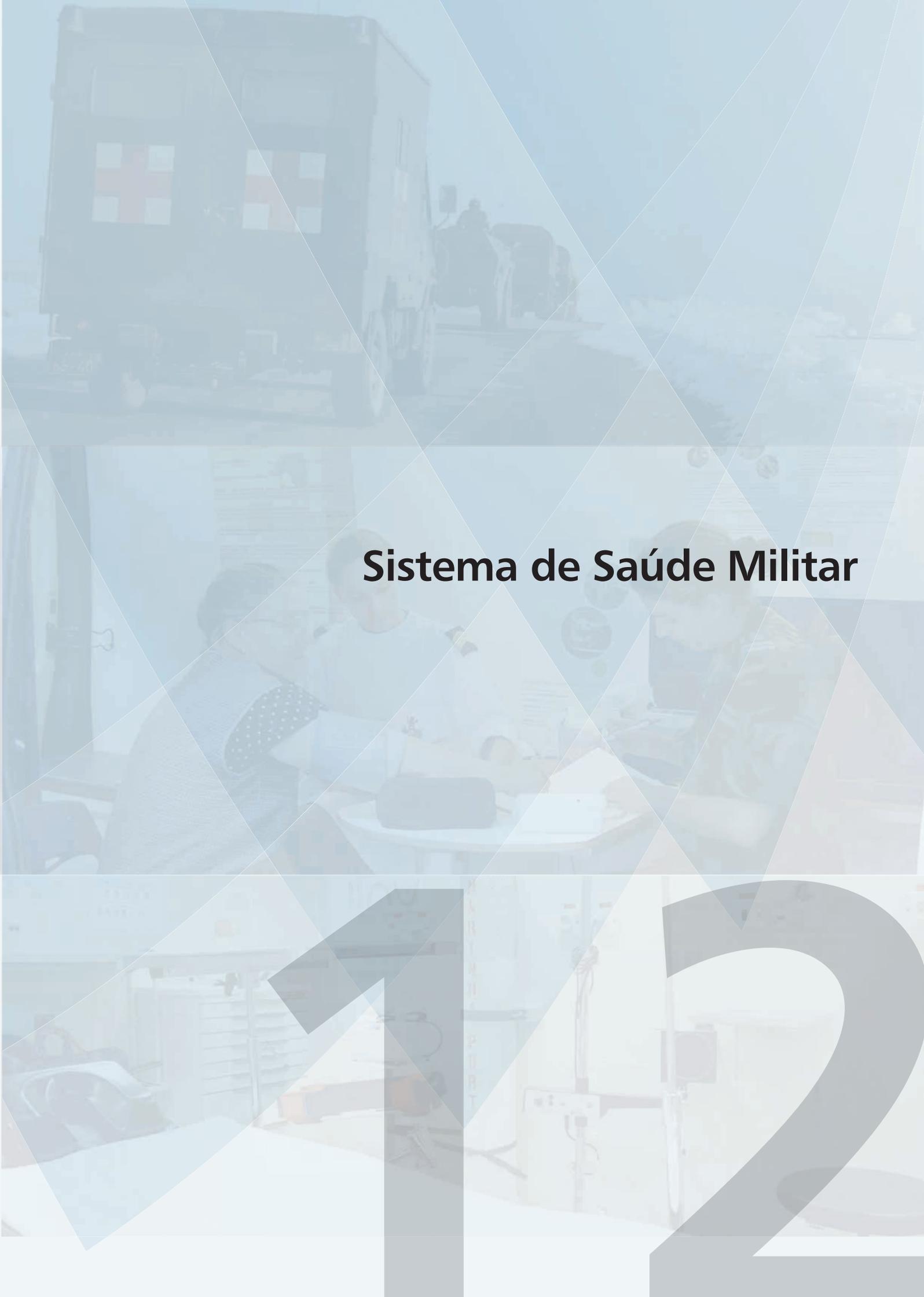
### 11.9.3 – Caracterização do Pessoal de Apoio

Ano: 2013

Estabelecimentos de Ensino e Formação	Militares				Militarizados				Civis	TOTAL
	Oficiais	Sargentos	Praças	TOTAL	Inspetores	Chefes	Guardas	TOTAL		
CNED								-		-
CEFA	3	1	3	7				-		7
CIH		1		1				-		1
CITAN	2	1		3				-		3
CIPQPE M								-		
EAM								-		
EHO	1			1				-		1
EMERG		3	1	4				-		4
ESUB			1	1				-		1
ETNA		8	26	34				-		34
EFUZ	4	9	10	23				-		23
<b>TOTAL</b>	<b>10</b>	<b>23</b>	<b>41</b>	<b>74</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>74</b>

Estabelecimentos de Ensino e Formação	Militares				Civis	TOTAL
	Oficiais	Sargentos	Praças	TOTAL		
CM	22	17	40	79	66	145
IO	12	10	19	41	54	95
IMPE	23	22	34	79	41	120
ESE	4	4	3	11		11
EPA						-
EPE	7	5	4	16		16
EPS	4	8	6	18		18
EPI						-
EPC	5	18	131	154	15	169
EPT	5	9	22	36		36
ETP						-
CTOE	2	6	20	28		28
CTC	38	48	60	146	3	149
CMEFD	4	15	12	31		31
RA5	10	7	5	22		22
RC3			10	10		10
RG3	1	1	1	3		3
UnAo/CmdZMM	1	1	1	3		3
<b>TOTAL</b>	<b>126</b>	<b>162</b>	<b>351</b>	<b>639</b>	<b>179</b>	<b>818</b>

Estabelecimentos de Ensino e Formação	Oficiais	Militares			Civis	TOTAL
		Sargentos	Praças	Total		
Força Aérea CFMT	41	70	70	181	55	236
<b>TOTAL</b>	<b>41</b>	<b>70</b>	<b>70</b>	<b>181</b>	<b>55</b>	<b>236</b>



# Sistema de Saúde Militar

1 2



## NOTA EXPLICATIVA

O Sistema de Saúde Militar (SSM) tem por missão garantir o apoio sanitário à componente operacional e, simultaneamente, assegurar a assistência médica aos efetivos militares e às suas famílias, procedendo a uma avaliação permanente dos recursos humanos que servem a força militar, desde a sua admissão ao serviço até à sua saída.

Nas Forças Armadas portuguesas, cada Ramo possui os seus próprios Serviços de Saúde, por razões de especificidade da missão e da particularidade dos meios com que atuam. Os três Serviços de Saúde Militar são dependentes, hierárquica, funcional e administrativamente das chefias do respetivo Ramo, sendo que, em cada um, o Serviço de Saúde planeia, coordena, supervisiona e executa as missões que lhe são atribuídas.

O SSM tem, nos últimos anos passado por uma profunda reforma assente na concentração e racionalização, que se traduziu, em concreto, numa primeira fase, na fusão das 4 unidades hospitalares existentes em Lisboa e na concomitante criação<sup>10</sup> e implementação do Polo de Lisboa do Hospital das Forças Armadas (HFAR).

A maioria dos recursos humanos da saúde - Médicos, Enfermeiros, Técnicos de Diagnóstico e de Terapêutica, Técnicos Superiores de Saúde, Auxiliares de Ação Médica e Socorristas, encontram-se adstritos ao HFAR estando, no entanto, alguns destes militares, dispersos nas restantes unidades de saúde dos Ramos. Trata-se dum efetivo maioritariamente militar, apesar de ser complementado pelo recurso a efetivos civis de forma a responder às diferentes especificidades e necessidades.

A informação necessária para a elaboração da estatística da saúde aqui apresentada, no que se refere ao pessoal de saúde ao serviço nos Ramos das Forças Armadas, ao pessoal adstrito ao HFAR, bem como toda a informação relativa à atividade hospitalar e aos equipamentos de saúde, tem origem em informação fornecida pelos Ramos.

---

<sup>10</sup> Em agosto de 2012 através do Decreto-Lei 187/2012 de 16 de agosto.

## 12.1 – Médicos Militares e Cíveis

### 12.1.1 – Infraestruturas hospitalares

#### 12.1.1.1 – Localização

Unidades Hospitalares	Pólo Lisboa do Hospital das Forças Armadas (HFAR)			Exército
	U.H.Estrela (ex HMP)	U.H. Lumiar	U.H.Santa Clara*	HMR1
	Largo da Estrela	Azinhaga dos Ulmeiros	Campo de Stª Clara	Av. Da Boavista
	Lisboa	Lisboa	Lisboa	Porto

\*Em funcionamento até maio de 2013

#### 12.1.1.2 – Camas, segundo o fim a que se destinam

Ramo das FA Hospitalares	HFAR			Exército	Total
	U.H.Estrela	U.H.Lumiar	U.H.Sta. Clara		
Internamento geral					
- Lotação oficial	67	103			170
- Lotação praticada		190		74	264
Enfermarias		138			138
Quartos		32			32
Cuidados Intensivos		5			5
Cuidados Intermédios					-
Salas de Recobro		8		17	25
Serviço de Observação (Urg.)		4		6	10
Hospital de dia		1		17	18
Outras camas		2			2
<b>TOTAL</b>	<b>67</b>	<b>483</b>	<b>-</b>	<b>114</b>	<b>664</b>

### 12.1.1.3 – Camas por Especialidade

Ano: 2013

Ramo das FA Hospitais	HFAR			Exército HFA
	U.H.Estrela	U.H.Lumiar	U.H.Sta. Clara	
<b>a. Salas operatórias (a)</b>		6		5
<b>b. Gab. de cons. Externa</b>		54		57
<b>c. Equipamentos diagnóstico e terapêutica:</b>				
Endoscopia		4		5
Hemodialise (nº. dialisadores)		3		9
Imagiologia		15		7 (a)
- Ecografia		6		
- Imag. convencional (RX)		2		
- Mamografia		1		
- Osteodesiometria				
- Tomografia comput. (TC)		1		
- Outros		5		
Laboratórios anatomia patológica e tanatologia	8			Não
Laboratórios de patologia clínica		27		Sim
Medicina nuclear		11		Não
Raios laser	4	9		Não
Serviços de imuno-hemoterapia		10		Sim
Serviços farmacêuticos				Sim
<b>Outros</b>	<b>63</b>	<b>291</b>		

(a) Inclui todos os equipamentos de imagiologia.

**12.1.2 – Recursos Humanos**  
**12.1.2.1 – Médicos militares e civis**

Ano: 2013

Ramo das FA	HFAR			Ramos da Forças Armadas			TOTAL
	U.H.Estrela	U.H.Lumiar	U.H.Sta. Clara	Marinha	Exército	Força Aérea	
Contra-Almirante; Major-General				4		2	6
Capitão-de-mar-e-guerra; Coronel		5		9	2	6	22
Capitão-de-fragata; Tenente-Coronel		18		8	12	4	42
Capitão-Tenente; Major		15		7	13	6	41
1º Tenente; Capitão		19		48	19	15	101
2º Tenente; Tenente		4		13	19	9	45
Guarda-Marinha; Subtenente; Alferes Aspirante a Oficial		2				9	11
Civis RCTFP(a)		51			44	1	96
Civis RCPS(b)		60		2	23		85
<b>TOTAL</b>	-	<b>174</b>	-	<b>91</b>	<b>132</b>	<b>52</b>	<b>449</b>

(a) Civis em Regime de Contrato de Trabalho em Funções Públicas.

(b) Civis em Regime de Contrato de Prestação de Serviços.

**12.1.2.2 – Enfermeiros militares e civis**

Ano: 2013

Ramo das FA	HFAR			Ramos das FA			TOTAL
	U.H.Estrela	U.H.Lumiar	U.H.Sta. Clara	Marinha	Exército	Força Aérea	
Capitão Tenente; Major		2			6		8
1º Tenente; Capitão		12				1	13
2º Tenente; Tenente		1				3	4
Aspirante a Oficial							-
Guarda- Marinha; Subtenete; Alferes					4		4
Sargento-Mor				1	3		4
Sargento-Chefe		7		14	11	2	34
Sargento- Ajudante		29		49	22	14	114
1º Sargento		95		115	15	26	251
2º Sargento		17		15	10	5	47
Subsargento; Furriel		3		3			6
2º Subsargento					46		46
Civis RCTFP (a)		64		9	16		89
Civis RCPS (b)		1					1
<b>TOTAL</b>	-	<b>231</b>	-	<b>206</b>	<b>133</b>	<b>51</b>	<b>621</b>

(a) Civis em Regime de Contrato de Trabalho em Funções Públicas.

(b) Civis em Regime de Contrato de Prestação de Serviços.

### 12.1.2.3 – Técnicos de Superiores de Saúde

Ano: 2013

Ramo das FA	HFAR			Ramos das FA			TOTAL
	U.H.Estrela	U.H.Lumiar	U.H.Sta. Clara	Marinha	Exército	Força Aérea	
Capitão-de-Mar-e-Guerra; Coronel		2		2			4
Capitão-de-Fragata; Tenente-Coronel		2		4	1		7
Capitão-Tenente; Major		3		3	4		10
1ºTenente; Capitão		4		2	1		7
2ºTenente; Tenente		1		1			2
Guarda-Marinha; Subtenente; Alferes		2		2			4
Aspirante a Oficial				1			1
Civis RCTFP (a)		5			2		7
Civis RCPS (b)		8		2	1		11
<b>TOTAL</b>	<b>-</b>	<b>27</b>	<b>-</b>	<b>17</b>	<b>9</b>	<b>-</b>	<b>53</b>

(a) Civis em Regime de Contrato de Trabalho em Funções Públicas.

(b) Civis em Regime de Contrato de Prestação de Serviços.

### 12.1.2.4 – Médicos Dentistas

Ano: 2013

Ramo das FA	HFAR			Ramos das FA			TOTAL
	U.H.Estrela	U.H.Lumiar	U.H.Sta. Clara	Marinha	Exército	Força Aérea	
Capitão-de-Mar-e-Guerra; Coronel							-
Capitão-de-Fragata; Tenente-Coronel					1	1	2
Capitão-Tenente; Major					4		4
1ºTenente; Capitão		2		1	3		6
2ºTenente; Tenente		2		3			5
Guarda-Marinha; Subtenente; Alferes		3		3	4	1	11
Aspirante a Oficial		1		1			2
Civis RCTFP (a)					3		3
Civis RCPS (b)		3			1		4
<b>TOTAL</b>	<b>-</b>	<b>11</b>	<b>-</b>	<b>8</b>	<b>16</b>	<b>2</b>	<b>37</b>

(a) Civis em Regime de Contrato de Trabalho em Funções Públicas.

(b) Civis em Regime de Contrato de Prestação de Serviços.

### 12.1.2.5 – Médicos Veterinários Militares e Civis

Ano: 2013

Ramo das FA	HFAR		Ramos das FA			TOTAL	
	U.H.Estrela	U.H.Lumiar	U.H.Sta. Clara	Marinha	Exército		Força Aérea
Capitão-de-Mar-e-Guerra; Coronel						-	
Capitão-de-Fragata; Tenente-Coronel		1			1	2	
Capitão-Tenente; Major					1	-	
1º Tenente; Capitão					1	1	
2º Tenente; Tenente					1	1	2
Guarda-Marinha; Subtenente; Alferes						1	1
Aspirante a Oficial							-
Civis RCTFP (a)							-
Civis RCPS (b)							-
<b>TOTAL</b>	-	1	-	-	4	2	7

(a) Civis em Regime de Contrato de Trabalho em Funções Públicas.  
(b) Civis em Regime de Contrato de Prestação de Serviços.

### 12.1.2.6 – Enfermeiros Veterinários militares e civis

Ano: 2013

Ramo das FA	HFAR		Ramos das FA			TOTAL	
	U.H.Estrela	U.H.Lumiar	U.H.Sta. Clara	Marinha	Exército		Força Aérea
Capitão-de-Mar-e-Guerra; Coronel						-	
Capitão-de-Fragata; Tenente-Coronel						-	
Capitão-Tenente; Major						-	
1º Tenente; Capitão						-	
2º Tenente; Tenente						-	
Guarda-Marinha; Subtenente; Alferes						-	
Aspirante a Oficial						-	
Civis RCTFP (a)					3	3	
Civis RCPS (b)						-	
<b>TOTAL</b>	-	-	-	-	3	-	3

(a) Civis em Regime de Contrato de Trabalho em Funções Públicas.  
(b) Civis em Regime de Contrato de Prestação de Serviços.

### 12.1.2.7 – Técnicos de Diagnóstico e Terapêutica

Ano: 2013

Ramo das FA	HFAR			Ramos das FA			TOTAL
	U.H.Estrela	U.H.Lumiar	U.H.Sta. Clara	Marinha	Exército	Força Aérea	
Capitão		2			10		12
Tenente		1			1		2
Sargento-Mor							-
Sargento-Chefe		4		2	4		10
Sargento-Ajudante		17		11	4		32
1º Sargento		3		9	1		13
2º Sargento		5		3	1		9
Furriel							
RC/Subsargento		5		9	16		30
2ºFurriel/2º Subsargento		8				7	15
Civis RCTFP (a)		56		6	22		84
Civis RCPS (b)		14			9		23
<b>TOTAL</b>	<b>-</b>	<b>115</b>	<b>-</b>	<b>40</b>	<b>68</b>	<b>7</b>	<b>230</b>

(a) Civis em Regime de Contrato de Trabalho em Funções Públicas.

### 12.1.2.8 – Médicos, por Especialidade Exercida (a)

Ano: 2013

Unidades Hospitalares	HFAR			Total
	U.H.Estrela	U.H. Lumiar	U.H. Stª Clara	
<b>a. Especialidades cirúrgicas</b>				
Cirurgia geral		8		8
Cirurgia pediátrica				-
Cirurgia plástica reconstrutiva		4		4
Cirurgia vascular/Angiologia		1		1
Estomatologia		15		15
Ginecologia		3		3
Neurocirurgia		2		2
Obstetrícia				-
Oftalmologia		4		4
Oncologia cirúrgica				-
Ortopedia		8		8
Otorrinolaringologia		6		6
Urologia		4		4
Outras esp. cirúrgicas		16		16
<b>b. Especialidades médicas</b>				
Cardiologia		7		7
Dermatologia		2		2
Endocrinologia		5		5
Fisiatria		5		5
Gastroenterologia		5		5
Hematologia		1		1
Imunoalergologia		1		1
Infeciologia		2		2
Medicina interna		11		11
Nefrologia		6		6
Neurologia		2		2
Oncologia médica				-

Pediatria médica		-
Pneumologia	3	3
Psiquiatria	8	8
Reumatologia	1	1
Outras esp. médicas	44	44
<b>TOTAL</b>	<b>174</b>	<b>174</b>

### 12.1.2.9 – Técnicos Superiores, por especialidade

Ano: 2013

Unidades Hospitalares	HFAR			Total
	U.H. Estrela	U.H. Lumiar	U.H. Stª Clara	
<b>Técnico superior de saúde</b>				
- Ramo de farmácia				-
- Ramo de laboratório		6		6
- Ramo de nutrição		3		3
- Ramo de psicologia clínica		3		3
- Ramo de veterinária		10		10
- Outros ramos		1		1
Técnico superior		2		2
- De serviço social				-
- De instalações e equipam. de serviços de saúde		2		2
- Outros ramos				-
<b>TOTAL</b>	<b>-</b>	<b>27</b>	<b>-</b>	<b>27</b>

### 12.1.2.10 – Técnicos de Diagnóstico e de Terapêutica, por especialidade

Ano: 2013

Unidades Hospitalares	HFAR			Total
	U.H. Estrela	U.H. Lumiar	U.H. Stª Clara	
Dietistas		2		2
Higienistas orais		4		4
<b>Ramo laboratorial</b>				
- Patologia clínica		26		26
- Anatomia patológica		4		4
- Farmácia				-
- Outros				-
<b>Ramo radionuclear</b>				
- Radiologia		18		18
- Outros				-
<b>Ramo cinesiológico</b>				
- Fisioterapia		25		25
- Outros		9		9
Terapeutas da fala		1		1
Terapeutas ocupacionais		4		4
Outro pessoal técnico de diagnóstico e de terapêutica		22		22
<b>TOTAL</b>	<b>-</b>	<b>115</b>	<b>-</b>	<b>115</b>

### 12.1.3 – Atividade Hospitalar

#### 12.1.3.1 – Consultas Efetuadas, por especialidade, nos Hospitais militares

Ano: 2013

Unidades Hospitalares	HFAR			Total
	U.H.Estrela	U.H. Lumiar	U.H Stª Clara	
<b>a. Especialidades cirúrgicas</b>				
Cirurgia geral	2.580	4.344		<b>6.924</b>
Cirurgia pediátrica				-
Cirurgia plástica reconstrutiva	1.569	2.093		<b>3.662</b>
Cirurgia vascular/Angiologia	307	654		<b>961</b>
Medicina Dentária	2.234	14.770		<b>17.004</b>
Ginecologia	1.400	3.185		<b>4.585</b>
Neurocirurgia	155	1.253		<b>1.408</b>
Obstetrícia		648		<b>648</b>
Oftalmologia		10.150		<b>10.150</b>
Oncologia cirúrgica				-
Ortopedia	989	4.446		<b>5.435</b>
Otorrinolaringologia		7.743		<b>7.743</b>
Urologia	1.546	5.009		<b>6.555</b>
Outras especialidades cirúrgicas				-
<b>b. Especialidades médicas</b>				
Cardiologia	1.155	7.330		<b>8.485</b>
Dermatologia	296	5.407		<b>5.703</b>
Endocrinologia	916	3.563		<b>4.479</b>
Fisiatria	6.102	4.086		<b>10.188</b>
Gastroenterologia	1.013	4.062		<b>5.075</b>
Hematologia	52	384		<b>436</b>
Imunoalergologia		2.323		<b>2.323</b>
Infeciologia	90	479		<b>569</b>
Medicina interna	281	3.068		<b>3.349</b>
Nefrologia	56	436		<b>492</b>
Neurologia		3.216		<b>3.216</b>
Oncologia médica	376	1.710		<b>2.086</b>
Pediatria médica				-
Pneumologia	2.697	2.843		<b>5.540</b>
Psiquiatria	782	5		<b>787</b>
Reumatologia	144	430		<b>574</b>
Outras especialidades médicas		16.764		<b>16.764</b>
<b>TOTAL</b>	<b>24.740</b>	<b>110.401</b>	<b>-</b>	<b>135.141</b>

#### 12.1.3.2 – Evolução do total de consultas nos hospitais militares

Ano: 2013

Atos	HFAR			Exército HMR1	Total
	Unidades Hospitalares	U.H.Estrela	U.H. Lumiar		
Braquiterapia					-
Imuno-hemoterapia	6.383	9.901		321	<b>16.605</b>
Fisioterapia	23.080	129.645		87.884	<b>240.609</b>
Medicina nuclear (tratamento com isótopos)		919			<b>919</b>
Hemodialise	1.413			1.403	<b>2.816</b>
Ortóteses		17		404	<b>421</b>
Próteses		219		1.804	<b>2.023</b>
Quimioterapia	467	808		1.184	<b>2.459</b>
Sessões de psicoterapia					-
Outros tratamentos (c)			38.523	18.044	<b>56.567</b>
<b>TOTAL</b>	<b>31.343</b>	<b>180.032</b>	<b>-</b>	<b>111.044</b>	<b>322.419</b>

### 12.1.3.3 - Atos de Diagnóstico Efetuados no Hospital das Forças Armadas

Ano: 2013

Atos	HFAR			Exército HMR1	Total	
	Unidades Hospitalares	U.H.Estrela	U.H. Lumiar			U.H Stª Clara
Anatomia patológica		650	3.876		15.066	19.592
Imagiologia		23.021	39.174		649	62.844
Ecocardiogramas			1.786		4.066	5.852
Eletrocardiogramas			12.450		132	12.582
Eletroencefalogramas			339		2.340	2.679
Endoscopia			1.390		3	1.393
Exames mio-elétricos					58	58
Exames hemodinâmicos					170	170
Holters			897		277	1.174
Provas de esforço			787		444	1.231
Provas de função respiratória			4.498			4.498
Psicologia (d)			198		145.238	145.436
Outros			667.072			667.072
<b>TOTAL</b>		<b>23.671</b>	<b>732.467</b>	<b>-</b>	<b>168.443</b>	<b>924.581</b>

### 12.1.3.4 - Intervenções Cirúrgicas Realizadas, por Serviço

Ano: 2013

Atos Unidades Hospitalares	U.H.Estrela	HFAR U.H. Lumiar	U.H St <sup>a</sup> Clara	Exército HMR1	Total
<b>b. Especialidades cirúrgicas</b>					-
Cirurgia geral	95	616		219	930
Cirurgia pediátrica					-
Cirurgia plástica reconstrutiva		477		116	593
Cirurgia vascular/Angiologia	20	54		43	117
Medicina Dentária	3	52			55
Ginecologia		181		44	225
Neurocirurgia	17	43		15	75
Obstetrícia					-
Oftalmologia		834		328	1.162
Oncologia cirúrgica					-
Ortopedia	132	223		466	821
Otorrinolaringologia		264		117	381
Urologia	45	406		101	552
Outras esp. cirúrgicas					-
<b>b. Especialidades médicas</b>					-
Cardiologia		5			5
Dermatologia		1.794			1.794
Endocrinologia					-
Fisiatria					-
Gastroenterologia		2			2
Hematologia					-
Infeciologia					-
Medicina interna					-
Nefrologia					-
Neurologia					-
Oncologia médica					-
Pediatria médica					-
Pneumologia					-
Psiquiatra					-
Reumatologia					-
Outras esp. médicas					-
<b>TOTAL</b>	<b>312</b>	<b>4.951</b>	<b>-</b>	<b>1.449</b>	<b>6.712</b>

### 12.1.3.5 - Taxa Mensal de Ocupação das Camas, por Unidade Hospitalar

Ano: 2013

Atos Unidades Hospitalares	U.H.Estrela	HFAR U.H. Lumiar	U.H St <sup>a</sup> Clara	Exército HMR1
Janeiro		32%		48%
Fevereiro		68%		56%
Março		40%		57%
Abril		39%		70%
Mai		52%		66%
Junho		51%		67%
Julho		80%		63%
Agosto		85%		48%
Setembro		66%		61%
Outubro		75%		68%
Novembro		91%		74%
Dezembro		60%		67%



ENFERMARIA

# Assistência na Doença

13



## NOTA EXPLICATIVA

O Decreto-Lei n.º 167/2005, de 23 de setembro, veio estabelecer o regime jurídico da Assistência na Doença aos Militares das Forças Armadas (ADM), resultante da unificação dos três subsistemas de saúde específicos de cada um dos Ramos (Assistência na Doença aos Militares da Marinha - ADMA, Assistência na Doença aos Militares do Exército - ADME e Assistência na Doença aos Militares da Força Aérea - ADMFA) num único subsistema sujeito a um regime paralelo ao da Assistência na Doença aos Servidores Civis do Estado (ADSE).

Aquele diploma estabeleceu que a gestão deste novo subsistema da saúde incumbe ao Instituto de Ação Social das Forças Armadas, I.P. (IASFA, I.P.). A regulamentação do funcionamento foi definida pela Portaria n.º 284/2007, de 12 de março.

### BENEFICIÁRIOS

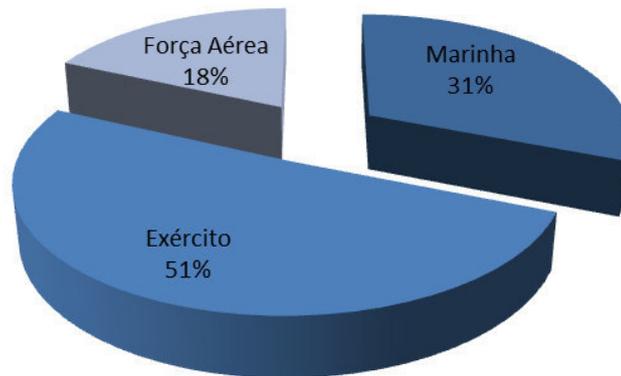
A qualidade de beneficiário, de acordo com o Decreto-Lei n.º 167/2005, de 23 de setembro, adquire-se com a prévia inscrição na ADM, podendo esta assumir um caráter obrigatório ou facultativo. Os beneficiários integram as categorias de beneficiários titulares e de beneficiários familiares ou equiparados.

### 13.1 - Beneficiários ADM – distribuição por Ramos das Forças Armadas e por

#### Tipologia

Ano2013				
Sistema de Apoio	ADM			TOTAL
	Marinha	Exército	Força Aérea	
Ativo	8.063	6.650	3.901	18.614
Reserva	1.497	1.982	884	4.363
Reforma	7.953	17.295	4.252	29.500
Regime de voluntariado (RV)		254		254
Regime de contrato (RC)	1.471	7.788	2.451	11.710
Familiares	21.876	31.894	12.195	65.965
Outros				
<b>TOTAL</b>	<b>40.860</b>	<b>65.863</b>	<b>23.683</b>	<b>130.406</b>

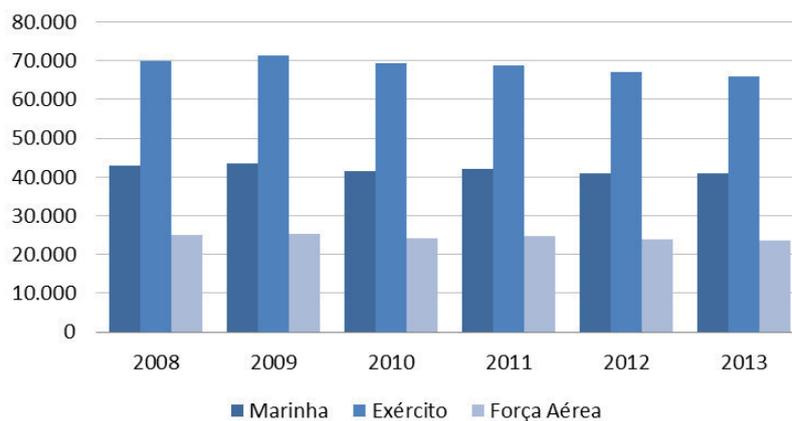
### Beneficiários da ADM - Distribuição por Ramos



### 13.2 Evolução do número de beneficiários

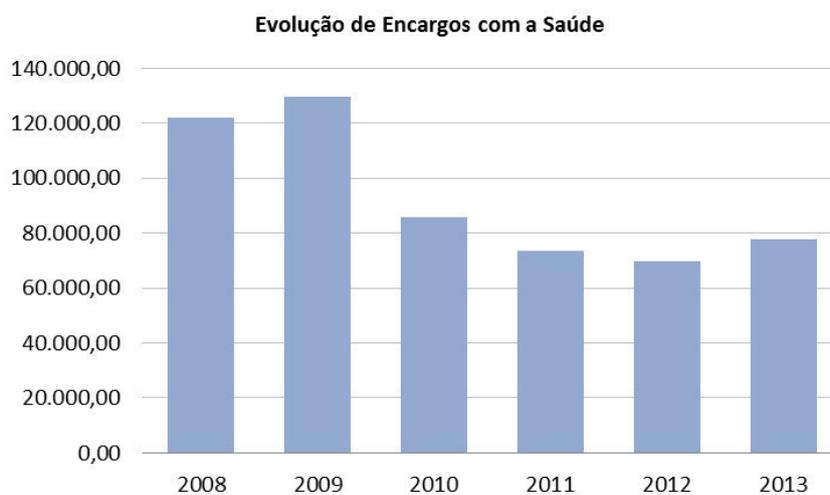
Sistema de Apoio	ADM			TOTAL
	Marinha	Exército	Força Aérea	
2013	40.860	65.863	23.683	130.406
<b>Dados retrospectivos</b>				
2012	40.966	67.031	24.023	132.020
2011	42.016	68.862	24.637	135.515
2010	41.513	69.303	24.212	135.028
2009	43.409	71.223	25.231	139.863
2008	42.787	69.855	24.992	137.634

Evolução do Número de Beneficiários por Ramo



### 13.3 Evolução dos encargos com a saúde

Sistema de Apoio	ADM			TOTAL
	Marinha	Exército	Força Aérea	
2013	X	X	X	77.930,81
<b>Dados retrospectivos</b>				
2012	X	X	X	69.632,90
2011	X	X	X	73.706,30
2010	X	X	X	85.654,90
2009	X	X	X	129.684,20
2008	X	X	X	121.842,90

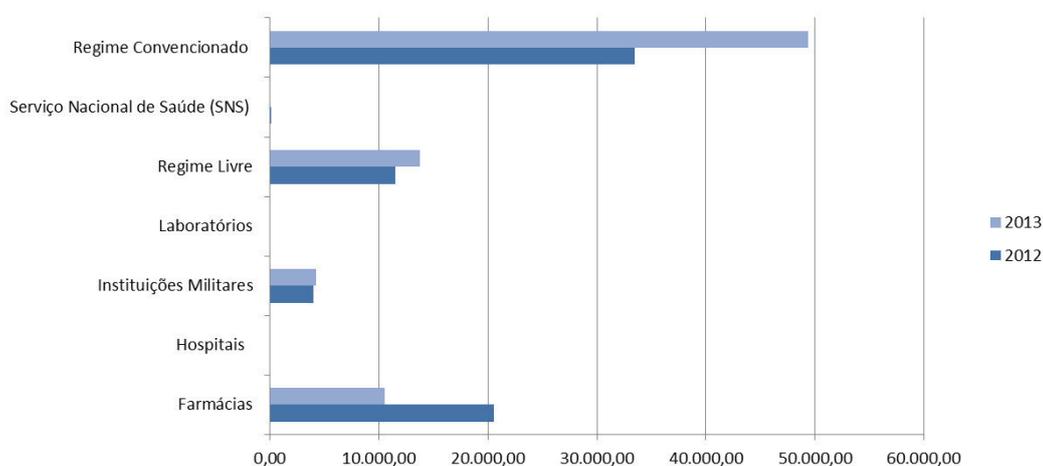


### 13.4 Evolução dos encargos com a saúde por modalidade de assistência

Sistema de Apoio	ADM		
	2012	2013	Varição
Farmácias	20.532,90	10.533,41	-48,70%
Hospitais			-
Instituições Militares	4.003,90	4.262,05	6,45%
Laboratórios			-
Regime Livre	11.506,50	13.783,18	19,79%
Serviço Nacional de Saúde (SNS) (*)	145,8		-100,00%
Regime Convencionado (**)	33.443,80	49.352,17	47,57%
<b>TOTAL</b>	<b>69.632,90</b>	<b>77.930,81</b>	<b>11,92%</b>

(\*)Segurança Social

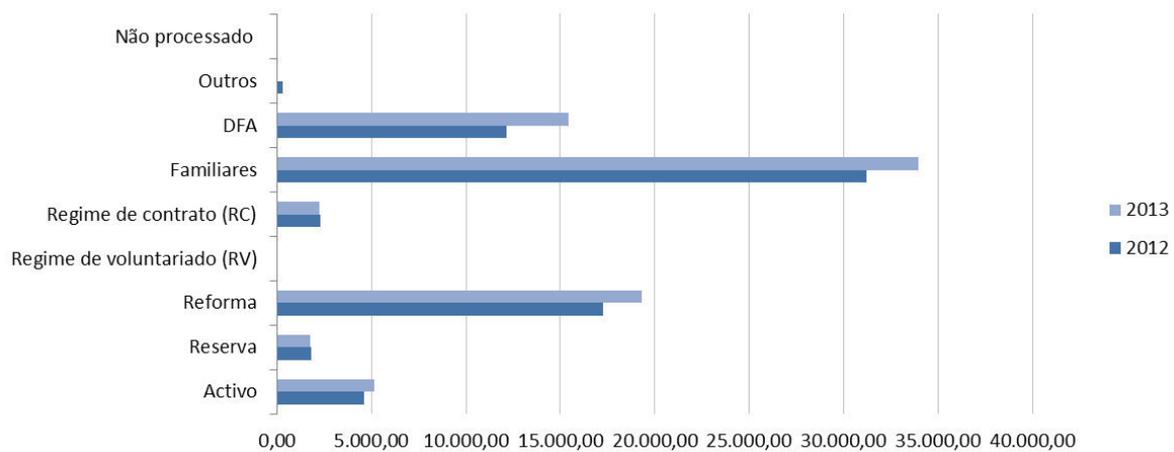
(\*\*)Entidades Convencionadas + CAS



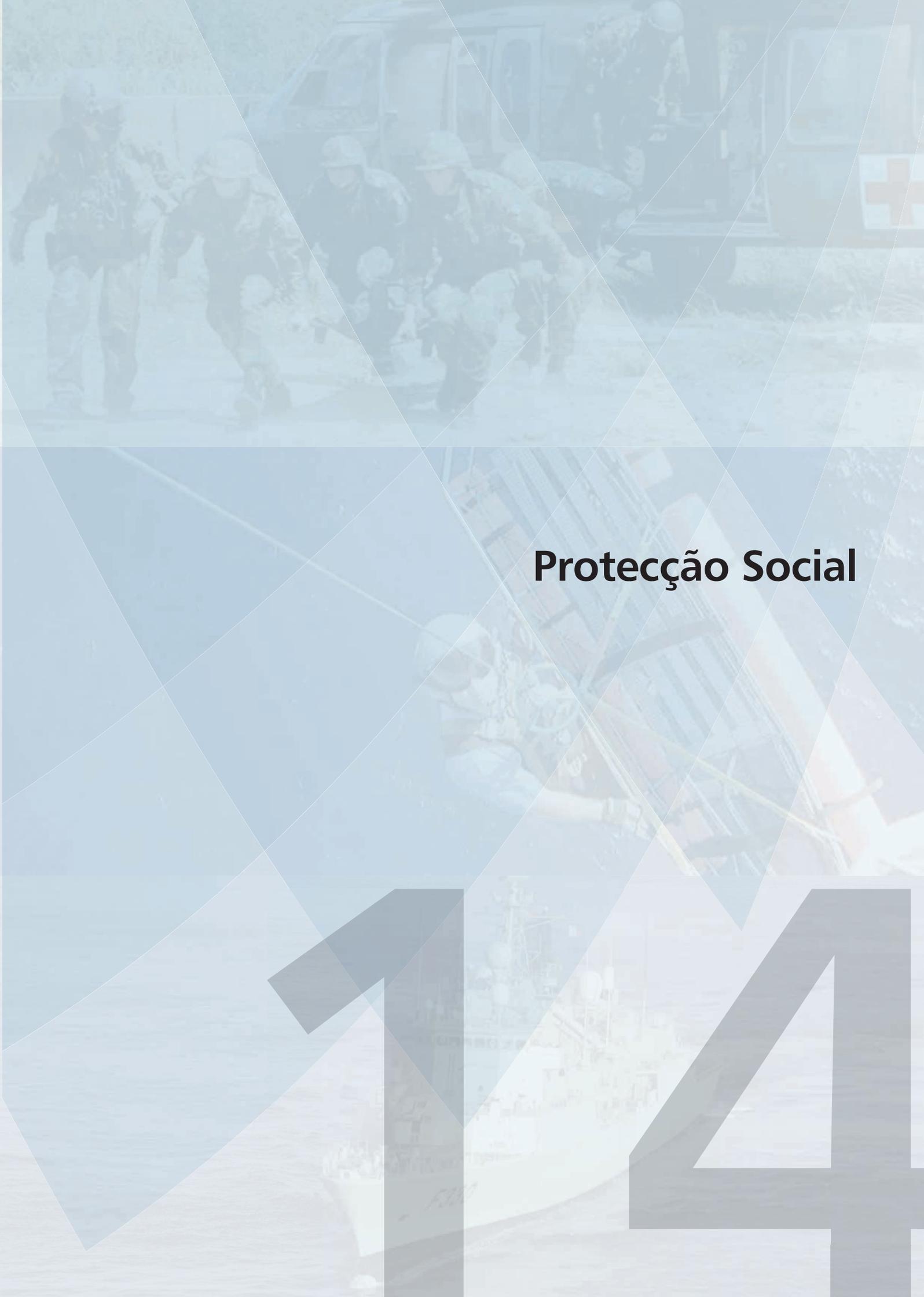
### 13.5 Evolução dos encargos com a saúde por tipologia de beneficiários

	2012	2013	Varição
Activo	4.613,30	5.170,44	12,08%
Reserva	1.803,80	1.733,02	-3,92%
Reforma	17.241,40	19.322,21	12,07%
Regime de voluntariado (RV)	9,9	1,09	-88,99%
Regime de contrato (RC)	2.284,40	2.268,03	-0,72%
Familiares	31.229,20	33.979,48	8,81%
DFA	12.165,50	15.456,54	27,05%
Outros	285,3		-100,00%
Não processado (*)			
<b>TOTAL</b>	<b>69.632,90</b>	<b>77.930,81</b>	<b>11,91%</b>

(\*) Pago pelo valor total da fatura, não por ato a ato médico, imputável a cada beneficiária







# Protecção Social





## **NOTA EXPLICATIVA**

Os dados a seguir apresentados foram coligidos pelo Instituto de Ação Social das Forças Armadas (IASFA, I.P.) as prestações familiares e sociais despendidas com o pessoal militar e civil pelos órgãos e serviços centrais do MDN (SC/MDN), EMGFA, Marinha, Exército, Força Aérea, Instituto da Defesa Nacional e IASFA, a que aludem os Decretos-Leis n.ºs 223/95, de 8 de setembro e 133-B/97, de 30 de maio, este último revogado, na parte relativa ao subsídio familiar a crianças e jovens e ao subsídio de funeral, pelo Decreto-Lei n.º 176/2003, de 2 de agosto, alterado pelo Decreto-lei n.º133/2012 de 27 de Junho; os subsídios concedidos, pelo IASFA, I.P., aos seus beneficiários, previstos no Decreto-Lei n.º 193/2012 de 23 Agosto.

Tais prestações pecuniárias (abonos, subsídios e prestações complementares) estão agrupadas nas Funções de Proteção Social, consideradas pelo Instituto Nacional de Estatística na sua publicação *“Estatísticas de Proteção Social Associações Sindicais Patronais”*.

O IASFA, I.P., intervém junto dos seus beneficiários no campo da ação social complementar, nomeadamente na atribuição de subsídios e de outros benefícios sociais.

## **FUNÇÕES DE PROTEÇÃO SOCIAL - SUBSÍDIOS**

### **Função Invalidez**

Subsídio especial de apoio de 3ª pessoa (SEAP), concedido pelo IASFA, I.P., a beneficiários, em função da sua situação socioeconómica, que se encontrem em situação de necessidade de apoio de terceira pessoa, sem que se torne necessário o seu internamento em estabelecimento hospitalar, ou não seja aconselhável, ou possível, o seu internamento em lar.

### **Função Carência Económica e Velhice**

Subsídio complementar normal de pensões (SCNP), concedido aos beneficiários que auferem rendimentos inferiores a um determinado valor (mínimo vital) presentemente fixado pelo IASFA, pelo valor equiparado à remuneração mínima garantida. Em 2012, o Subsídio Complementar de Apoio Familiar (SCAF) foi integrado no SCNP, sendo o valor do mínimo vital acrescido de um montante a fixar anualmente pelo Conselho Diretivo, por cada elemento dependente do agregado familiar. No anuário da Defesa o SCAF estava agrupado na função família.

Subsídio especial de lar (SEL), para auxiliar o internamento em lares (públicos ou privados, não fazendo parte do IASFA, I.P.), dos beneficiários que, comprovadamente, não possam manter-se no agregado familiar;

Subsídio especial de residente (SER), para permitir aos beneficiários mais carenciados o seu internamento nas Residenciais para Idosos (RI) e Centros de Recuperação (CR) dos equipamentos sociais do IASFA, I.P.

### **Função Sobrevivência**

Subsídios por morte e de funeral previstos, respetivamente, nos Decretos-Leis n.ºs 223/95, de 8 de setembro e 176/2003, de 2 de agosto.

### **Função Família**

Abono de família para crianças e jovens que visa compensar os encargos decorrentes de situações geradoras de despesas para as famílias, especialmente previstas no Decreto-Lei n.º 176/2003, de 2 de agosto, alterado pelo Decreto-Lei n.º 201/2009, de 28 de agosto;

Bonificação por deficiência, prevista no Decreto-Lei n.º 133-B/97, de 30 de maio, acrescendo ao abono de família para crianças e jovens, concedido nos termos do Decreto-Lei n.º 176/2003, de agosto;

Subsídio por frequência de estabelecimento de educação especial, subsídio mensal vitalício e subsídio por assistência de 3ª pessoa, regulados pelo Decreto-Lei n.º 133-B/97, de 30 de maio;

Comparticipações concedidas pelo IASFA, I.P.:

Escolar (CE), aos agregados com mais fracos recursos económicos e em todos os graus de ensino;

Especial para o apoio na deficiência (CEAD), aos beneficiários titulares ou beneficiários familiares cujos descendentes ou equiparados sejam portadores de deficiência, independentemente da idade, e frequentem estabelecimentos de ensino especial na valência de apoio técnico precoce, valência sócio-educativa ou valência de atividades ocupacionais. A participação poderá ainda ser atribuída pela frequência de ensino regular, nomeadamente em creche e jardim de infância, desde que esta frequência seja considerada essencial para superar ou minimizar a deficiência, contribuindo para um melhor desenvolvimento pessoal e integração social.

## **OUTRAS FUNÇÕES DE PROTEÇÃO SOCIAL**

### **Assistência a Idosos**

As Residenciais de Idosos do IASFA, I.P. constituem um alojamento coletivo para beneficiários idosos em situação de maior risco de perda de independência ou de autonomia, que se encontrem com dificuldades em residir no meio familiar normal.

Os Centros de Recuperação do IASFA, I.P. constituem um alojamento coletivo para beneficiários idosos em regime de internamento temporário ou definitivo, quer para convalescença quer para situações de dependência moderada ou severa.

### **Assistência Médica e Sanitária**

O apoio nos cuidados primários de saúde em regime ambulatorio, como complemento de outros sistemas de saúde, a beneficiários titulares e familiares constitui outra missão de proteção social exercida pelo IASFA, I.P. Esta ação é concretizada através dos Centros Médicos, onde se efetuam

consultas das diversas especialidades, exames auxiliares de diagnóstico, ações terapêuticas e pelo apoio prestado pelos Postos Clínicos.

Centros de Recuperação e Residenciais de Idosos, aos utentes das consultas externas e aos beneficiários em geral.

### **Assistência a Jovens Estudantes e Crianças**

O apoio a jovens estudantes é prestado pelas Residenciais Universitárias do IASFA, cujo objetivo é proporcionar, de acordo com as disponibilidades, alojamentos aos filhos dos beneficiários titulares matriculados em estabelecimentos de ensino superior na área da Grande Lisboa.

O apoio sócio-educativo aos filhos dos beneficiários titulares do IASFA, I.P. é disponibilizado por alguns equipamentos ligados à educação, nomeadamente uma Creche, um jardim de infância/Pré-Escolar e a Escola de Ensino Básico nº 1 do Alfeite (o ensino básico é ministrado sob a responsabilidade do Ministério da Educação). As Atividades de Tempos Livres, extintas em 2006, deram lugar ao Centro de Recursos (CERE) que continuou a apoiar os alunos que frequentam aquele estabelecimento de ensino.

### **Assistência Financeira**

A assistência financeira prestada pelo IASFA, I.P., aprovado a 2 de Dezembro 2010 aos beneficiários envolve a concessão de empréstimos, liquidação de subsídios pecuniários por morte (CPFA), que permitem resolver situações gravosas, urgentes e imprevistas.

### **Assistência Habitacional**

Um dos objetivos a atingir pelo IASFA, I.P., na sua prestação de apoio à habitação, é a disponibilização de fogos aos seus beneficiários em condições favoráveis.

### **Assistência no Lazer**

O IASFA, I.P., como representante de Portugal no Comité de Ligação dos Organismos Sociais Militares (CLIMS), desenvolve a cooperação entre os organismos responsáveis pela ação social militar, tanto no âmbito da doutrina e metodologias do apoio social como no intercâmbio de jovens e de residências de férias, em apoio da família militar.

Proporciona aos seus beneficiários, a preços sociais, períodos de férias e de repouso nos Centros de Apoio Social de Oeiras e de Runa e no Centro de Repouso de Porto Santo (CEREPOSA), organizando turnos de frequência de acordo com o calendário e o normativo da época.

## 14.1 - Beneficiários do IASFA,I.P. – Distribuição por Ramos das FA

Ano: 2013

Ramo das FA	Marinha	Exército	Força Aérea	Civis IASFA I.P.	TOTAL
Número de beneficiários (a)	17.196	17.751	8.392	142	43.481
Variação face ao ano de 2012	Em valor absoluto	-148	-44	-89	-281
	Em percentagem (%)	-0,85	-0,25	-1,05	-0,64

(a) Considerados apenas os beneficiários titulares;

## 14.2 - Funções de Proteção Social – Invalidez – SUBSÍDIO

(euros)

	SEAP	
	N.º (a)	Montante Despendido (b)
IASFA,I.P.	289	26.240

(a) N.º de beneficiários contemplados;

(b) Prestações mensais – valor atribuído em média.

## 14.3 - Função de Proteção Social – Velhice – SUBSÍDIOS

(euros)

	SCNP		SEL		SER		TOTAL	
	N.º (a)	Montante Despendido (b)						
IASFA,I.P.	96	12.799	114	25.822	44	11.351	253	49.972

(a) N.º de beneficiários contemplados;

(b) Prestações mensais – valor atribuído em média.

## 14.4 - Função de Proteção Social – Sobrevivência – SUBSÍDIOS

(euros)

Organismo/Ramo	Por Morte		De Funeral	
	N.º	Montante Despendido	N.º	Montante Despendido
SC/MDN				-
EMGFA				-
Marinha	24	45.277,02	6	1.283,18
Exército	12	17.607,24	4	4.222,72
Força Aérea	7	11.318,94		-
IASFA,I.P.				-
<b>TOTAL</b>	<b>43</b>	<b>74.203,2</b>	<b>10</b>	<b>5.505,9</b>

## 14.5 - Função de Proteção Social – Família – SUBSÍDIOS

(euros)

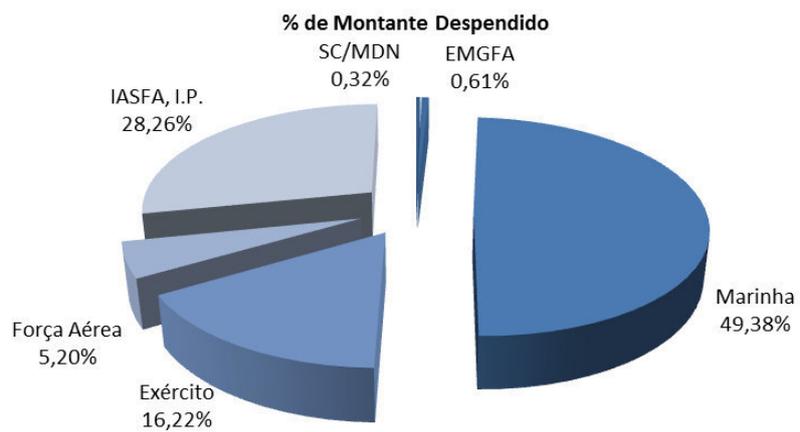
Organismo/ Ramo	Familiar		Educação				Mensal		Por		Bonificação por Deficiência		CE e CEAD	
	N.º	MD	Especial		Parental (b)		Vitalício		Assistência de 3ª Pessoa		N.º	MD	N.º	MD
			N.º	MD	N.º	MD	N.º	MD	N.º	MD				
SC/MDN	12	5.001,35			2	4.805,33	1	2.121,12			2	1.029,80		
EMGFA	16	7.251,00			2	1.789,00	2	6.363,00	3	3.181,00	6	5.931,00		
Marinha	403	269.680,02	2	1.713,70	107	1.067.753,61	22	43.129,44	42	43.831,52	150	133.637,32		
Exército (a)	322	206.118,00	1	2.160,00			13	26.514,00	43	43.743,15	148	138.005,20		
Força Aérea	142	108.556,88					11	20.857,68	17	17.497,68	52	49.886,94		
IASFA,,I.P.	28	15.949,87									3	2.676,32	1.173	265.307,44
<b>TOTAL</b>	<b>923</b>	<b>612.557,12</b>	<b>3</b>	<b>3.873,70</b>	<b>111</b>	<b>1.074.347,94</b>	<b>49</b>	<b>98.985,24</b>	<b>105</b>	<b>108.253,35</b>	<b>361</b>	<b>331.166,58</b>	<b>1.173</b>	<b>265.307,44</b>

(a) Inclui os valores referentes aos subsídios de casamento, nascimento, aleitação e abono de família que foram substituídos ou extintos pelo DL n.º 133-B/97, de 30Mai.

## 14.6 - Total Anual de Subsídios e Montantes Despendidos por Função

(euros)

Função	SC/MDN	EMGFA	Marinha	Exército	Força Aérea	IASFA, I.P.	TOTAL
<b>Invalidez</b>							
Subsídios			107	162		289	558
Montante Despendido			115.971,00	210.422,35		314.886,32	641.279,67
<b>Carência Económica e Velhice</b>							
Subsídios			108			253	361
Montante Despendido			252.850,00 €			531.565,30	784.415,3
<b>Sobrevivência</b>							
Subsídios			30	16	7		53
Montante Despendido			46.560,20	21.829,96	11.318,94		79.709,1
<b>Família</b>							
Subsídios	17	29	726	527	222	1204	2.520
Montante Despendido	12.957,60	24.515,00	1.559.745,60	416.540,35	196.799,18	283.933,63	2.284.068,71
<b>TOTAL/Subsídios</b>	<b>17</b>	<b>29</b>	<b>971</b>	<b>705</b>	<b>229</b>	<b>1746</b>	<b>3.492</b>
<b>Montante Despendido</b>	<b>12.957,60</b>	<b>24.515,00</b>	<b>1.975.126,80</b>	<b>648.792,71</b>	<b>208.118,12</b>	<b>1.130.385,25</b>	<b>3.789.472,78</b>



## 14.7 - Outras Funções de Proteção Social

Nº de Beneficiários	2011	2012	2013
<b>Assistência a Idosos</b>			
▪ Residenciais de Idosos	215	213	194
▪ Centros de Recuperação	200	201	165
<b>Subtotal</b>	<b>415</b>	<b>414</b>	<b>359</b>
<b>Assistência Médica</b>			
▪ Consultas	52.215	38.055	20.973
▪ Consultas Med. Dentária e Tratamentos de Estomatologia	20.405	14.848	7.221
▪ Exames Auxiliares de Diagnóstico	12.538	11.080	7.826
▪ Exames e Tratamentos de Enfermagem	55.309	76.565	55.433
▪ Fisioterapia	80.081	72.357	79.211
▪ Terapia Ocupacional	11.665	4.189	8378
▪ Terapia da fala		1.448	1.932
<b>Subtotal</b>	<b>232.213</b>	<b>218.542</b>	<b>180.974</b>
<b>Assistência a Jovens e Crianças</b>			
▪ Residenciais Universitárias	15	12	11
▪ Creche	105	115	107
▪ Jardim de Infância/Pré-Escolar	219	217	199
▪ Escola de Ensino Básico/Centro de Recursos (CERE)	251	255	257
<b>Subtotal</b>	<b>590</b>	<b>599</b>	<b>574</b>
<b>Assistência Financeira</b>			
▪ Empréstimos	370	370	416
	(1.774.924€)	(1.774.924€)	(2.049.999.34€)
▪ Subsídios pecuniários por morte (ex-CPFA)		434	467
<b>Subtotal</b>	<b>370</b>	<b>804</b>	<b>883</b>
		(139058,23€)	(140.924.19€)
<b>Assistência Habitacional</b>			
▪ Habitação Económica	1.410	1.410	1.229
<b>Assistência no Lazer</b>			
▪ CLIMS	693	1.826	1229
▪ Colónias de Férias e Centro de Repouso de Porto Santo	427	264	326
<b>Subtotal</b>	<b>1.120</b>	<b>2.090</b>	<b>1555</b>
<b>TOTAL</b>	<b>236.118</b>	<b>223.859</b>	<b>185.593</b>



The background is a collage of three images: a helicopter on a beach, a close-up of a person's face, and a sailboat. The text is centered over the middle image.

# Actividade Inspectiva

15



## NOTA EXPLICATIVA

Da análise da atividade inspetiva desenvolvida durante o ano de 2012, verifica-se que foram inspecionados 254 U/E/O pelos Ramos, dos quais 131 foram efetuadas pela inspeção da Marinha, 51 pela do Exército e 72 pela da Força Aérea. Foram ainda efetuadas 33 ações de auditoria e inspeção pela IGDN.

Em 2012, para além do cumprimento dos compromissos estabelecidos no respetivo Plano Anual de Atividades, a atuação da IGDN decorreu na linha de continuidade do modelo de gestão e de estratégica seguida, nomeadamente ao nível:

Da constituição de equipas de projeto temporárias, de natureza multidisciplinar, tendo em vista uma maior flexibilidade orgânica;

Do desenvolvimento do Manual de Procedimentos de Auditoria e Inspeção da IGDN e de bases de dados de conhecimento, destinadas a organizar, explorar e melhorar a qualidade do capital humano existente;

Do desenvolvimento do Sistema de Informação de Gestão Estratégica da IGDN (SIGE), nomeadamente do Sistema de Informação de Monitorização de Projetos e de Organização do Conhecimento (SIMPOC);

Do controlo e gestão dos riscos dos processos internos da IGDN, através da implementação e atualização do Plano de Gestão de Riscos (PGR), tendo em vista uma melhoria contínua do desempenho organizacional;

Da assunção das responsabilidades decorrentes do Sistema de Controlo Interno da Administração Financeira do Estado (SCI).

O indicador “N.º projetos (área inspetiva) executados” envolveu a realização das seguintes ações inspetivas:

Auditorias de 2012: Sistemas de Informação e Tecnologias de Informação e Comunicação (SI/TIC), Estruturas de Missão (EM), Instituto de Defesa Nacional (IDN), Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas (PGRIC) e Colégio Militar;

Inquérito Empordef/Defloc.

No âmbito de ações desenvolvidas a nível interno, procedeu-se à:

Elaboração, atualização e implementação do PGR;

Elaboração do Relatório Anual para remessa ao Conselho de Prevenção da Corrupção;

Prestação de apoio jurídico à Direção Superior, através de estudos, pareceres e assessoria;

Acompanhamento da evolução dos conceitos em Auditoria Interna através da participação em eventos diversos de formação e divulgação;

Ações de troca de experiências e divulgação das melhores práticas de auditoria, com a participação na Iniciativa 5+5+ e com a Escola Naval.

No que se refere à execução material dos 35 projetos fixados para 2012, verifica-se que das 361 ações planeadas, 308 foram concluídas, o que corresponde a 86% de realização desse universo. Assim, comparando estes últimos dados com os relativos à utilização de recursos, pode concluir-se que, de uma forma geral, os projetos obtiveram um resultado atingido ou tolerável, apresentando-se como causa fundamental do maior impedimento do mesmo a insuficiência de recursos humanos.

## CONCEITOS

Auditoria – Exame metodológico com a finalidade de exprimir uma opinião sobre a conformidade global entre o seu objeto e as disposições legais ou normas aplicáveis.

Auditoria Ordinária (A) – Auditoria prevista e programada no Plano de atividades.

Auditoria Extraordinária (A/E) – Auditoria não prevista no Plano de Atividades e determinada por determinação da tutela.

Equipas Multidisciplinares (E/M) – Equipas multidisciplinares.

Da análise da atividade inspetiva desenvolvida durante o ano de 2013, verifica-se que foram inspecionados 261 U/E/O pelos Ramos, dos quais 182 foram efetuadas pela inspeção da Marinha, 19 pela do Exército e 60 pela da Força Aérea. Foram ainda efetuadas 44 ações de auditoria e inspeção pela IGDN.

Em 2013, para além do cumprimento dos compromissos estabelecidos no respetivo Plano Anual de Atividades, a atuação da IGDN decorreu na linha de continuidade do modelo de gestão e de estratégica seguida, nomeadamente ao nível:

- a. Da constituição de equipas de projeto temporárias, de natureza multidisciplinar, tendo em vista uma maior flexibilidade orgânica;
- b. Do desenvolvimento do Manual de Procedimentos de Processo de Auditoria e Inspeção da IGDN;
- c. Do desenvolvimento do Sistema de Informação de Gestão Estratégica da IGDN (SIGE), nomeadamente do Sistema de Informação de Monitorização de Projetos e de Organização do Conhecimento (SIMPOC);
- d. Da assunção das responsabilidades decorrentes do Sistema de Controlo Interno da Administração Financeira do Estado (SCI);
- e. Do desenvolvimento do Plano Estratégico da IGDN para o triénio 2013-2015.

O indicador “N.º projetos (área inspetiva) executados” envolveu a realização das seguintes ações inspetivas:

- a. Auditorias de 2013: Processamento e pagamento de remunerações de pessoal, Follow-up ao grau de implementação do Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas (PGRIC) do MDN, Execução de sentenças transitadas em julgado no âmbito dos Tribunais Administrativos e Fiscais, Atribuição e pagamento de suplementos de natureza militar nas Forças

Armadas, Cobrança de receitas, Transição da situação de reserva para a situação de reforma dos militares das Forças Armadas, Gestão documental, Processamento e pagamento de faturas a fornecedores, Tratamento das reclamações dos utentes dos serviços públicos no setor da Defesa Nacional e Estado de implementação dos processos previstos na Diretiva Ambiental para a Defesa Nacional;

b. Inquérito Empordef/Defloc.

No âmbito de ações desenvolvidas a nível interno, procedeu-se à troca de experiências e divulgação das melhores práticas de auditoria, com a participação na “Iniciativa 5+5”, bem como ao intercâmbio com as inspeções congéneres de Espanha e dos Estados Unidos da América.

No que se refere à execução material dos 35 projetos fixados para 2013, verifica-se que das 365 ações planeadas, 344 foram concluídas, o que corresponde a 94% de realização desse universo. Assim, comparando estes últimos dados com os relativos à utilização de recursos, pode concluir-se que, de uma forma geral, os projetos obtiveram um resultado atingido ou tolerável, apresentando-se como causa fundamental do maior impedimento do mesmo, a insuficiência de recursos humanos.

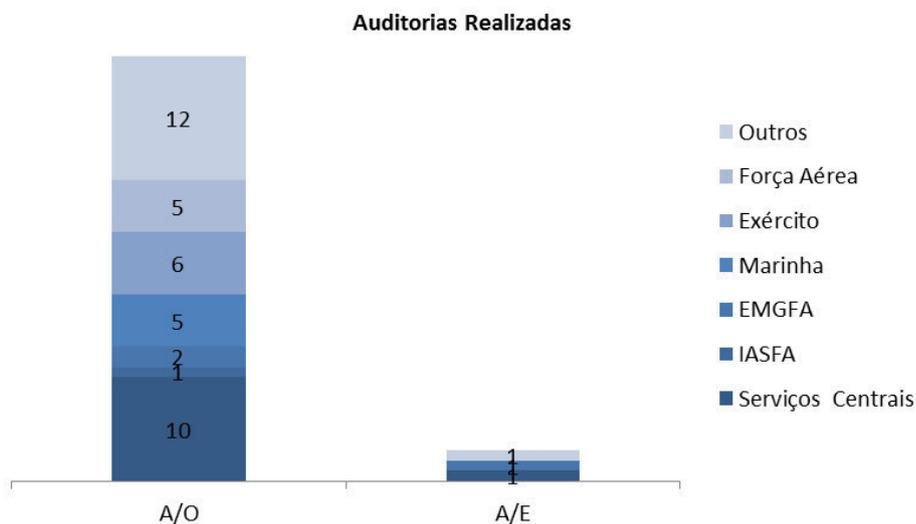
## 15.1 / 15.2 – AUDITORIAS EXECUTADAS PELA IGDN

Área	Tipo	Tema	Estrutura	N.º de entidades	N.º de Inspetores	Dias de atividade		
						Planeamento	Execução	Relatório
E/M	A	Processamento e Pagamento de Remunerações de Pessoal nas Forças Armadas	Exército	1	3	5	5	6
E/M	A	Processamento e Pagamento de Remunerações de Pessoal nas Forças Armadas	Marinha	1	3	5	5	6
E/M	A	Processamento e Pagamento de Remunerações de Pessoal nas Forças Armadas	Força Aérea	1	3	3	5	9
E/M	A	Follow-up ao PGRIC	SG/MDN	1	2	30	10	16
E/M	A	Follow-up ao PGRIC	EMGFA	1	2	30	6	14
E/M	A	Follow-up ao PGRIC	Exército	1	2	30	8	18
E/M	A	Controlo de Execução de sentenças transitadas em julgado no âmbito dos TAF	SG/MDN	1	3	16	5	8
E/M	A	Controlo de Execução de sentenças transitadas em julgado no âmbito dos TAF	Exército	1	3	16	5	8
E/M	A	Controlo de Execução de sentenças transitadas em julgado no âmbito dos TAF	Marinha	1	3	16	5	3
E/M	A	Controlo de Execução de sentenças transitadas em julgado no âmbito dos TAF	Força Aérea	1	3	15	4	10
E/M	A	Atribuição e Pagamento de suplementos de natureza Militar nas Forças Armadas	Exército	1	3	11	5	5
E/M	A	Atribuição e Pagamento de suplementos de natureza Militar nas Forças Armadas	Marinha	1	3	11	5	5
E/M	A	Atribuição e Pagamento de suplementos de natureza Militar nas Forças Armadas	Força Aérea	1	3	11	5	5
E/M	A	Cobrança de Receitas	IH	1	4	11	5	5
E/M	A	Cobrança de Receitas	IGeoE	1	4	11	5	5
E/M	A	Cobrança de Receitas	CTA	1	4	11	5	5
E/M	A	Cobrança de Receitas	Messe de Oficiais de Caxias – Exército	1	4	10	5	3
E/M	A	Cobrança de Receitas	Messe de Cascais – Marinha	1	4	11	5	5
E/M	A	Cobrança de Receitas	Messe de Monsanto – Força Aérea	1	4	11	5	5
E/M	A	Transição da situação de Reserva para a Reforma nas Forças Armadas	Exército	1	3	11	5	5

E/M	A	Transição da situação de Reserva para a Reforma nas Forças Armadas	Marinha	1	3	11	5	5
E/M	A	Transição da situação de Reserva para a Reforma nas Forças Armadas	Força Aérea	1	3	11	5	5
E/M	A	Processamento e Pagamento de faturas de fornecedores	Manutenção Militar	1	3	15	10	10
E/M	A	Processamento e Pagamento de faturas de fornecedores	LMPQF	1	3	15	10	10
E/M	A	Tratamento das Reclamações dos utentes de serviços públicos no setor da Defesa Nacional	Academia Militar	1	3	15	11	16
E/M	A	Tratamento das Reclamações dos utentes de serviços públicos no setor da Defesa Nacional	Academia da Força Aérea	1	3	15	11	16
E/M	A	Tratamento das Reclamações dos utentes de serviços públicos no setor da Defesa Nacional	Escola Naval	1	3	15	15	15
E/M	A	Implementação dos processos previstos na Diretiva Ambiental para a Defesa Nacional	DGAIED	1	3	11	7	15
01/2012	E	Inquérito	EMGFA	1	3	60	40	39
02/2012	A	Contratação Pública	SC, EMGFA, Ramos, IASFA	12	8	10	15	20
03/2012	E	Inquérito	SG/MDN e DEFLOC	2	3	4	16	13
06/2012	A	Art.º 62 da Lei de Enquadramento Orçamental	DGAM	1	6	21	43	25

### 15.3 – AUDITORIAS REALIZADAS PELA IGDN EM 2012

Tipo	Serviços Centrais	IASFA	EMGFA	Marinha	Exército	Força Aérea	Outros	Total
A/O	10	1	2	5	6	5	12	41
A/E	1		1				1	3
<b>Total</b>	<b>11</b>	<b>1</b>	<b>3</b>	<b>5</b>	<b>6</b>	<b>5</b>	<b>13</b>	<b>44</b>

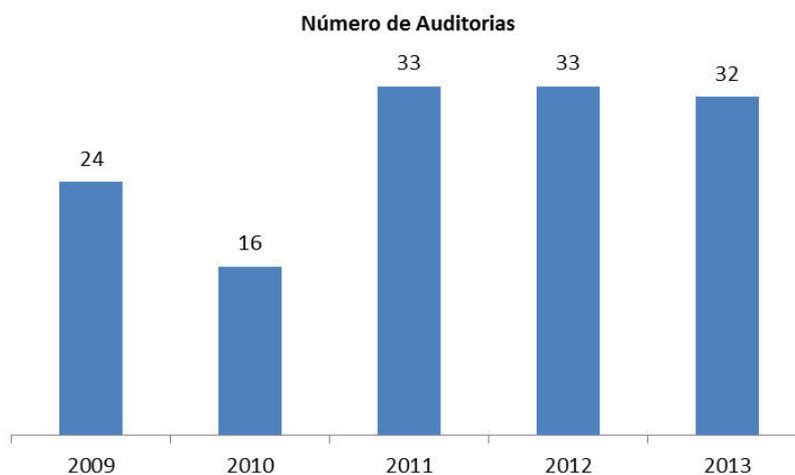


## 15.4 – EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE AUDITORIAS

Estrutura	2009	2010	2011	2012	2013
MDN	5	7	17	12	11
IASFA		1	3	2	1
EMGFA	4	1	2	2	3
Marinha	5	1	3	2	5
Exército	5	3	2	2	6
Força Aérea	5	2	2	2	5
Outros		1	4	11	13
<b>TOTAL</b>	<b>24</b>	<b>16</b>	<b>33</b>	<b>33</b>	<b>44</b>

## 15.5 – NÚMERO DE AUDITORIAS REALIZADAS NOS ÚLTIMOS ANOS

Área	2009	2010	2011	2012	2013
Meios Humanos					
Meios Materiais					
Meios Financeiros	3				
Programas e Sistemas					
E/M	21	16	33	33	32
<b>Total</b>	<b>24</b>	<b>16</b>	<b>33</b>	<b>33</b>	<b>32</b>

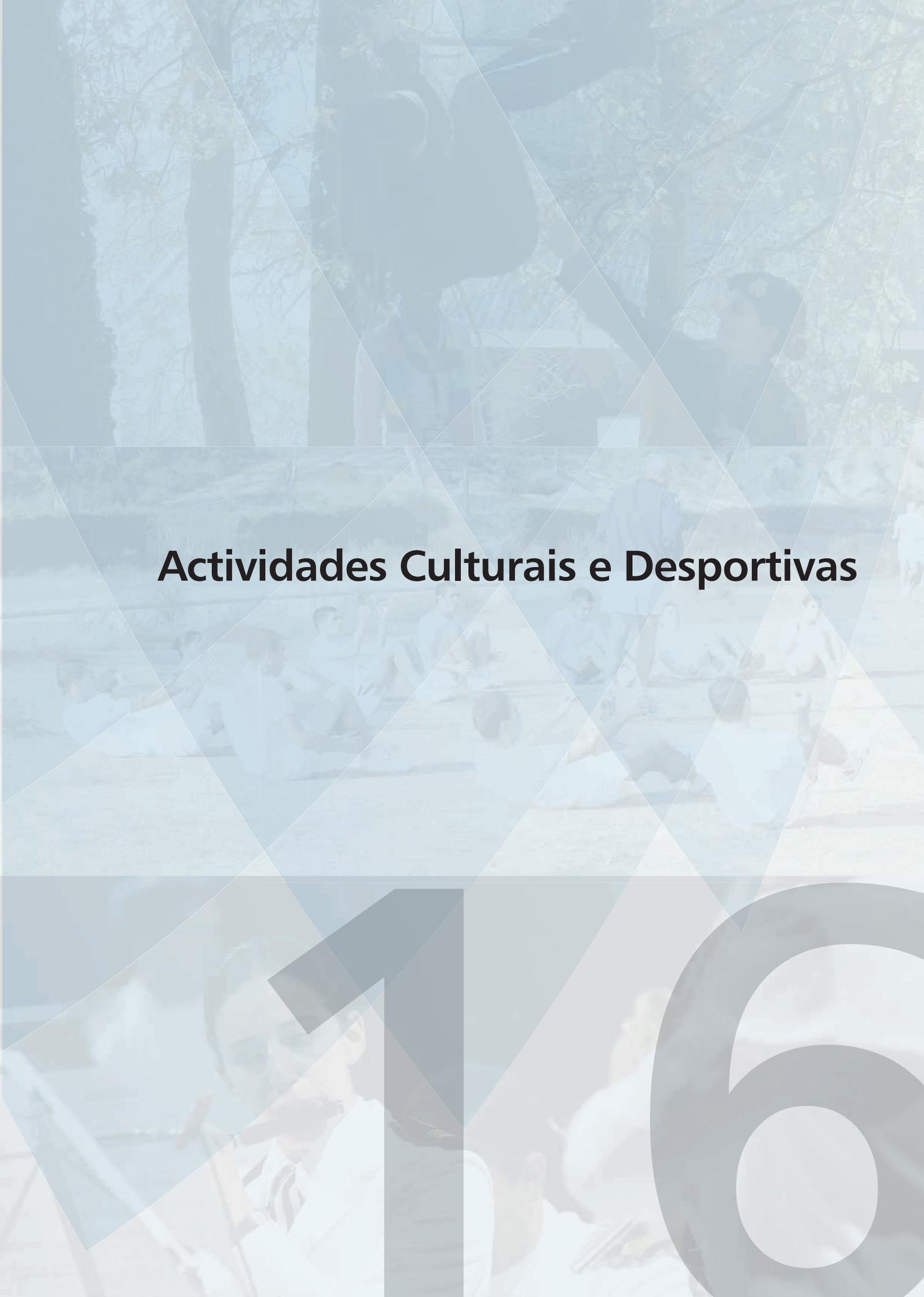


## 15.6 – INSPEÇÕES DA ADMINISTRAÇÃO DOS MEIOS EXECUTADAS PELOS RAMOS

Ramo	Tipo	Planeamento	U/E/O Inspeccionadas					Nº de Inspetores (a)					U/E/O		Dias de Execução (b)	
			EM	OCAD(d)	CmdOp	DS/DT	U/E/O		IG	EM	OCAD	CmdOp	DS/DT	OIT		SFN
							OIT	SFN								
EXÉRCITO	IG	IO					7		7		49	7			14	
	IG	IE													-	
	IAO	IO					3	9	12		60	36			24	
	IAO	IE													-	
	IT	IO													-	
	IT	IE													-	
FORÇA AÉREA	IG	IO					10	6	110		4	10	31	20	346	
	IPS	IO													-	
	IT	IO		1	3	1	24	5	1	1	10	36	98	25	233	
	VA(c)	IO			2		8		90				3	2	280	

**NOTA:** Na sequência da promulgação da nova Lei Orgânica da Marinha (DL n.º 233/2009, 15SET), foi alterada a estrutura orgânica que vigorou até essa data, a qual passou a compreender os órgãos identificados no Artigo 6.º, não sendo por este motivo possível efetuar a caracterização das atividades inspetivas conforme preconizado na anterior tabela. A Marinha adotou a seguinte tabela:

Tipo	Planeamento	UU/EE/OO Inspeccionadas						Equipas de Inspeção						Dias de Execução	
		EM/Órg. Cons./Órg. Insp.	OCAD	Cmd Comp Naval	Órg. de Base	Elem. COSF	Outros Órgãos	EM/Órg. Cons./Órg. Insp.	OCAD	Cmd Comp Naval	Órg. de Base	Elem. COSF	Outros Órgãos		
IG	IP				1										7
IS	IP					69									69
IT	IP	4	19	6	22	12	16			245					260
IPS	IP														-
ISEG	II						1	5							2
ISEG	IP		2		3	1	1	21				4			17
IO	IP					25					425	16			33



# **Actividades Culturais e Desportivas**

1

6



## NOTA EXPLICATIVA

O Capítulo 16, “Atividades Culturais e Desportivas”, da responsabilidade da Direção de Serviços de Comunicação e Relações Públicas da SG/MDN, inclui dados estatísticos referentes a:

- Desporto Militar;
- Museus Militares;
- Bibliotecas Militares;
- Arquivos Militares;
- Música.

A prática da educação física e do desporto tem tradição enraizada na Instituição Militar, sendo estimulada como forma de manter a preparação física dos militares, fomentando o seu bem-estar e criando espírito de equipa e disciplina. Assim sendo, o Desporto Militar é uma referência como atividade fundamental na formação do carácter das Forças Armadas.

Os Museus, as Bibliotecas e os Arquivos Militares, dado o património artístico, os fundos documentais e o espólio arquivístico que os caracterizam, assumem um papel fundamental no âmbito da cultura militar em particular e da Nação em geral.

Com efeito, o património móvel que se encontra à guarda dos vários Museus e Núcleos Museológicos Militares espalhados por todo o País, representa um valioso acervo artístico, histórico, técnico e científico, sendo considerado por este facto um espaço privilegiado da memória coletiva portuguesa.

As Bibliotecas Militares afetas ao Exército, Marinha e Força Aérea, recolhem, nas suas áreas especializadas, um importante património bibliográfico nacional, que disponibilizam a um público interno e externo, maioritariamente militar, mas também a investigadores nacionais e estrangeiros.

Por seu turno os Arquivos Militares nas suas vertentes de corrente, intermédio e histórico, constituem um acervo e um património documentais imprescindíveis para a Instituição Militar e para o conhecimento da História de Portugal, cuja preservação se afigura essencial.

Finalmente, a Música Militar assumiu, ao longo dos séculos, um papel preponderante junto das populações, como agente da cultura, pelo que se considera esta atividade lúdica inspirada e representada em Bandas e Orquestras Militares, primordial para a compreensão da História e Cultura Portuguesas.

## CONCEITOS

### **DESPORTO MILITAR**

Desporto Militar é uma atividade desportiva essencialmente praticada por militares, presente em competições nacionais e internacionais, cujo objetivo se prende com o treino físico militar para um melhor desempenho profissional, tendo por base os diferentes domínios da sua atuação: terra, mar e ar.

Além das competições internas realizadas anualmente pelas Forças Armadas, o MDN, através da Comissão de Educação Física e Desporto Militar (CEFDM), órgão afeto à DGPRM, organiza, em várias modalidades, campeonatos nacionais militares disputados entre seleções dos Ramos das Forças Armadas e das Forças de Segurança.

A nível internacional, Portugal participa nos campeonatos mundiais militares, organizados pelo *Conseil International du Sport Militaire* (CISM), com seleções nacionais militares que integram atletas do Exército, Marinha, Força Aérea, PSP e GNR selecionados entre os elementos que mais se distinguiram nos Campeonatos Nacionais Militares.

### **MUSEUS MILITARES**

Os Museus Militares, como centros de conhecimento inesgotável do passado e memória dos feitos militares, são locais de educação e cultura ao serviço da comunidade. Além da salvaguarda e exposição de coleções, conservam atualmente a memória coletiva de forma mais alargada, através da mostra da evolução das ciências e técnicas associadas à História Militar.

Verdadeiros polos culturais alargados, referenciam-se, além dos Museus Militares do Exército em Lisboa, Porto, Chaves, Elvas, Coimbra, Batalha, Bragança e Buçaco, os Museus da Marinha, o Aquário Vasco da Gama, a Fragata D. Fernando II e Glória e o Museu do Ar, entre outros.

### **BIBLIOTECAS MILITARES**

As Bibliotecas Militares caracterizam-se por um espólio valiosíssimo constituído por livros, revistas, jornais, cartas e mapas, entre outras fontes de informação. Os fundos específicos prendem-se com áreas transversais e comuns a todas as bibliotecas, tais como história militar, estratégia e tática militares, relações internacionais, geopolítica, e geoestratégia.

Consideram-se, para este efeito, as Bibliotecas Centrais de cada um dos Ramos, as Bibliotecas dos Estabelecimentos de Ensino Superior, a Biblioteca do IESM, a Biblioteca da Secretaria-geral do MDN e a Biblioteca do IDN.

## ARQUIVOS MILITARES

Os Arquivos Militares, cujo património faz a ligação com sucessivas gerações que serviram nos três ramos das Forças Armadas, possuem um espólio de valor histórico incalculável para conhecimento do passado e compreensão do presente. A tipologia dos arquivos corresponde às três fases do valor dos documentos e respetiva frequência de utilização: de uso diário (corrente) de uso esporádico (intermédio) e de conservação permanente (histórico).

Os Arquivos mais importantes são, no Exército, o Arquivo Geral e o Arquivo Histórico, na Marinha o Arquivo Geral, na Força Aérea o Arquivo Histórico e ainda, na dependência do MDN, o Arquivo da Defesa Nacional (ADN).

## MÚSICA

A Música Militar é composta por elementos dos três Ramos das Forças Armadas com formação na área e que integram Bandas Militares, Orquestras Ligeiras ou Fanfarras. Visam dar o necessário enquadramento musical a cerimónias e atos militares, assim como atuar em eventos a convite de organizações nacionais ou estrangeiras.

Atualmente no País atuam com regularidade a Banda Sinfónica e a Orquestra Ligeira do Exército, a Banda da Armada e a Banda da Força Aérea.

### 16.1 – Desporto Militar

#### 16.1.1 – Instalações desportivas, por Ramo

Ano: 2013

Infraestruturas	Exército	Marinha	Força Aérea	TOTAL
Polidesportivo (ar livre)	20	6	25	51
Polidesportivo (coberto)	13	2	4	19
Sala de Musculação	12	3	15	30
Pista de Atletismo (400m)	4	2	3	9
Pista de obstáculos	9	5	3	17
Piscinas	6(a)	4		10
Campo de squash			2	2
Campo de Voleibol Praia	3		2	5
Campo Ténis	9		15	24
<b>TOTAL</b>	<b>76</b>	<b>22</b>	<b>69</b>	<b>167</b>

- a) Piscinas cobertas:5  
Piscinas descobertas:1

### 16.1.2 – Pessoal especializado em educação física, por Ramo

Ano: 2013

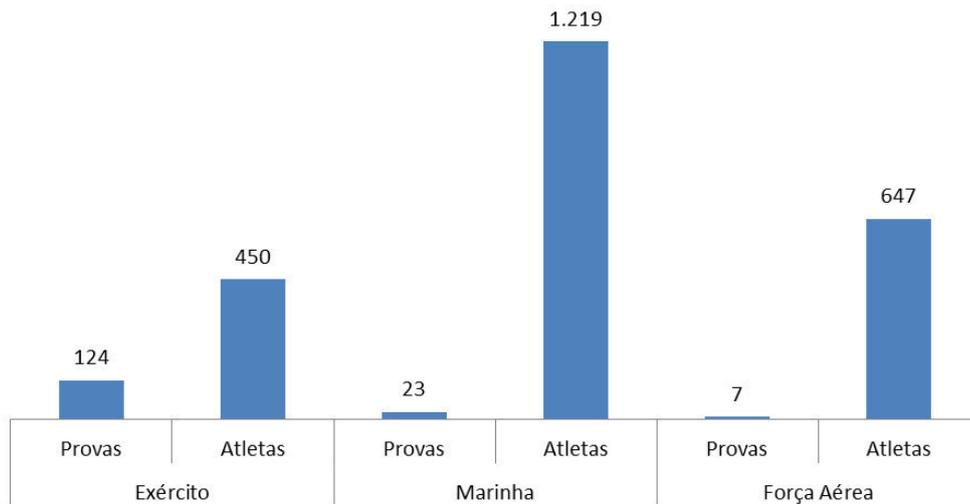
Ramo das FA	Exército		Marinha		Força Aérea	
	Lic. EF	C. Monitor	Lic. EF	C. Monitor	Lic.EF	C.Monitor
Oficiais	18	39	2	17	16	0
Sargentos	1	39	1	106	2	21
Praças	0	0	0	103		
Civis	0	0	0	0		
<b>TOTAL</b>	<b>19</b>	<b>78</b>	<b>3</b>	<b>226</b>	<b>18</b>	<b>21</b>

### 16.1.3 – Competições desportivas por Ramo das FA

Ano: 2013

Ramo das FA Modalidade	Exército		Marinha		Força Aérea	
	Provas	Atletas	Provas	Atletas	Provas	Atletas
Andebol			2	103		
Atletismo (de pista)						
Atletismo (provas de estrada)			2	63	1	89
Badminton						
Basquetebol			2	48		
Corta-Mato	4	12	1	37	1	61
Esgrima	3	11				
Futebol de 11						
Futsal			2	315	1	343
Judo			1	8		
Natação			3	100		
Orientação	8	152	3	311	1	31
Para-quedismo Desportivo						
Pentatlo Militar						
Prova "D. Nuno Álvares"						
Tiro de Espingarda	4 a)	12 a)				
Tiro de Pistola			2	36		
Triatlo						
Vela						
Voleibol			2	120		
BTT	5	29	2	68	1	64
Challenge Aventura	5	11				
Provas Equestres Militares	51	196				
Provas Equestres Civis	40	15				
Duatlo BTT	4	12	1	10	1	31
Voleibol Praia					1	28
<b>TOTAL</b>	<b>124</b>	<b>450</b>	<b>23</b>	<b>1.219</b>	<b>7</b>	<b>647</b>

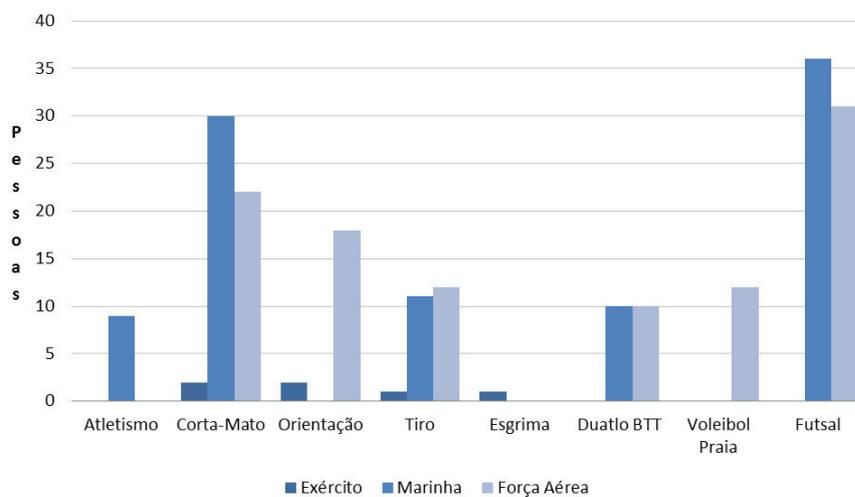
a) Tiro Desportivo



#### 16.1.4 – Pessoal militar que participou em campeonatos nacionais das FA

Ano: 2013

Ramos das FA Modalidades	Exército	Marinha	Força Aérea	TOTAL
Atletismo		9		9
Corta-Mato	2	30	22	54
Orientação	2		18	20
Tiro	1	11	12	24
Esgrima	1			1
Duatlo BTT		10	10	20
Voleibol Praia			12	12
Futsal		36	31	67
<b>TOTAL</b>	<b>6</b>	<b>96</b>	<b>105</b>	<b>207</b>



### 16.1.5 – Pessoal militar que participou em provas internacionais militares.

Ano: 2013

Ramos das FA Modalidades	Exército	Marinha	Força Aérea	TOTAL
Corta-Mato				-
Orientação				-
Tiro				-
Provas Equestres Civas	1			1
<b>TOTAL</b>	<b>1</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>1</b>

## 16.2 – Museus militares

### 16.2.1 – Números de salas, por museu

Ano: 2013

Museu	Ramo	N.º Salas	Obs.
Museu Militar de Lisboa	Exército	25	
Museu Militar do Porto	Exército	12	
Museu Militar de Coimbra	Exército		
Museu Militar de Bragança	Exército	16	
Museu Militar de Elvas	Exército	24	
Museu Militar de Chaves	Exército		
Museu da Marinha	Marinha	24	
Museu Militar do Buçaco	Exército	2	
Museu da Escola Prática de Artilharia	Exército	9	
Museu Marítimo Alm. Ramalho Ortigão	Marinha	3	
Museu do Ar	Força Aérea	14	Sintra – 7 (pólo principal) Ovar – 4 Alverca – 3
Museu da Escola Prática dos Serviços	Exército	3	
Museu das Transmissões	Exército	3	
Museu Militar da Madeira	Exército	4	
Museu Militar dos Açores	Exército	10	
Museu de Infantaria de Mafra	Exército	6	
Museu da Escola de Sargentos do Exército	Exército	1	
Museu da Escola Prática de Cavalaria	Exército	1	
Museu do Regimento de Cavalaria N.º 3	Exército	2	
Sala Museu do Fuzileiro	Marinha	6	
Fragata D. Fernando II e Glória	Marinha	14	
Pólo Museológico do Farol de Santa Marta	Marinha	3	
Pólo Museológico do Farol de São Vicente	Marinha	5	
Pólo Museológico do Hospital da Marinha	Marinha	a)	
Pólos Museológicos do Instituto Hidrográfico	Marinha	11	b)

(a) Em virtude do Hospital de Marinha ter sido extinto em 16 agosto de 2012, de acordo com o Decreto-Lei n.º 187/2012 de 16 de agosto, não existe informação para preencher o quadro

(b) O IH tem 11 polos (salas e outros espaços)

## 16.2.2 – Número médio de horas semanais de abertura ao público, por museu

Ano: 2013

Museu	Nº horas semanais de Abertura ao Público	Obs.
Museu Militar de Lisboa	42	
Museu Militar do Porto	31	
Museu Militar de Coimbra		
Museu Militar de Bragança	40	
Museu Militar de Elvas	42	
Museu Militar de Chaves	0	
Museu da Marinha	42	
Museu Militar do Buçaco	42	
Museu da Escola Prática de Artilharia	32	
Museu Marítimo Alm. Ramalho Ortigão	28	
Museu do Ar	42	
Museu da Escola Prática dos Serviços	30	
Museu das Transmissões	32	
Museu Militar da Madeira	40	
Museu Militar dos Açores	40	
Museu de Infantaria de Mafra	30	
Museu da Escola de Sargentos do Exército	0	
Museu da Escola Prática de Cavalaria	40	
Museu do Regimento de Cavalaria N.º 3	25	
Sala Museu do Fuzileiro	30	(a)
Fragata D. Fernando II e Glória	42	
Pólo Museológico do Farol de Santa Marta	51	
Pólo Museológico do Farol de São Vicente	54/48	Horário Verão/Inverno
Pólo Museológico do Hospital da Marinha	(b)	
Pólos Museológicos do Instituto Hidrográfico	(c)	

- a) Fins-de-semana e Feriados carecem de marcação prévia  
b) Em virtude do Hospital de Marinha ter sido extinto em 16 agosto de 2012, de acordo com o Decreto-Lei n.º 187/2012 de 16 de agosto, não existe informação para preencher o quadro  
c) Visitável por marcação prévia

### 16.2.3 – Pessoal dos museus, segundo o seu emprego

Ano: 2013

Carreiras Museus	Conserv.	CR	TCR	TFRpC	TPM	TPCR	VR
Museu Militar de Lisboa							5
Museu Militar do Porto					1		2
Museu Militar de Coimbra							
Museu Militar de Bragança			1				2
Museu Militar de Elvas		1	1		1 a)	1 a)	3
Museu Militar de Chaves							
Museu de Marinha	1	1	0	1	2	2	5
Museu Militar do Buçaco							1
Museu da Escola Prática de Artilharia							
Museu Marítimo Alm. Ramalho Ortigão							
Museu do Ar	1						
Museu da Escola Prática dos Serviços							
Museu das Transmissões							
Museu Militar da Madeira							2
Museu Militar dos Açores							
Museu de Infantaria de Mafra							
Museu da Escola de Sargentos do Exército							
Museu da Escola Prática de Cavalaria							
Museu do Regimento de Cavalaria N.º 3							
Sala Museu do Fuzileiro			1		1		
Fragata D. Fernando II e Glória							6
Pólo Museológico do Farol de Santa Marta				N/A (b)			
Pólo Museológico do Farol de São Vicente							
Pólo Museológico do Hospital da Marinha				(c)			
Pólos Museológicos do Instituto Hidrográfico							

a) Em acumulação.

b) O pessoal é da CM Cascais.

c) Em virtude do Hospital de Marinha ter sido extinto em 16 agosto de 2012, de acordo com o Decreto-Lei n.º 187/2012 de 16 de agosto, não existe informação para preencher o quadro.

## 16.2.4 – Visitas, por museu

Ano: 2013

Museu	Visitas	Obs.
Museu Militar de Lisboa	15.490	
Museu Militar do Porto	7.022	
Museu Militar de Coimbra		
Museu Militar de Bragança	38.897	
Museu Militar de Elvas	7.036	
Museu Militar de Chaves		
Museu da Marinha	144.321	
Museu Militar do Buçaco	5.752	
Museu da Escola Prática de Artilharia	1.712	
Museu Marítimo Alm.Ramalho Ortigão	3.055	
Museu Militar da Batalha		
Museu do Ar	29.536	Sintra – 16.920 Ovar – 11.576 Alverca – 1.040 (aberto ao público – segundas)
Museu da Escola Prática dos Serviços	450	
Museu das Transmissões	630	
Museu Militar da Madeira	6.173	
Museu Militar dos Açores	16.582	
Museu de Infantaria de Mafra	136	
Museu da Escola de Sargentos do Exército	50	
Museu da Escola Prática de Cavalaria	63	
Museu do Regimento de Cavalaria N.º 3	732	
Sala Museu do Fuzileiro	6.719	
Fragata D. Fernando II e Glória	17.619	
Pólo Museológico do Farol de Santa Marta	43.998	
Pólo Museológico do Farol de São Vicente	14.887	
Pólo Museológico do Hospital da Marinha	(a)	
Pólos Museológicos do Instituto Hidrográfico	13	

- a)** Em virtude do Hospital de Marinha ter sido extinto em 16 agosto de 2012, de acordo com o Decreto-Lei n.º 187/2012 de 16 de agosto, não existe informação para preencher o quadro

## 16.2.5 – Eventos organizados

Ano: 2013

Museu	Eventos Organizados	Obs.
Museu Militar de Lisboa		
Museu Militar do Porto	4	
Museu Militar de Coimbra	6	
Museu Militar de Bragança		
Museu Militar de Elvas	8	
Museu Militar de Chaves	2	
Museu da Marinha	115	
Museu Militar do Buçaco	1	
Museu da Escola Prática de Artilharia	1	
Museu Marítimo Alm. Ramalho Ortigão	25	
Museu Militar da Batalha		
Museu do Ar	2	Dia da Unidade (21 fevereiro) Cerimónia de Rendição do Comando (19 novembro)
Museu da Escola Prática dos Serviços		
Museu das Transmissões		
Museu Militar da Madeira	1	
Museu Militar dos Açores	6	
Museu de Infantaria de Mafra	3	
Museu da Escola de Sargentos do Exército	1	
Museu da Escola Prática de Cavalaria		
Museu do Regimento de Cavalaria N.º 3		
Sala Museu do Fuzileiro	188	
Fragata D. Fernando II e Glória	16	
Pólo Museológico do Farol de Santa Marta	16	
Pólo Museológico do Farol de São Vicente		
Pólo Museológico do Hospital da Marinha	(a)	
Pólos Museológicos do Instituto Hidrográfico	3	

- a)** Em virtude do Hospital de Marinha ter sido extinto em 16 agosto de 2012, de acordo com o Decreto-Lei n.º 187/2012 de 16 de agosto, não existe informação para preencher o quadro

### 16.2.6 – Publicações editadas, por museu

Ano: 2013

Museu	Publicações editadas
Museu Militar de Lisboa	
Museu Militar do Porto	
Museu Militar de Coimbra	
Museu Militar de Bragança	1
Museu Militar de Elvas	
Museu Militar de Chaves	
Museu da Marinha	
Museu Militar do Buçaco	
Museu da Escola Prática de Artilharia	
Museu Marítimo Alm. Ramalho Ortigão	
Museu Militar da Batalha	
Museu do Ar	
Museu da Escola Prática dos Serviços	
Museu das Transmissões	
Museu Militar da Madeira	
Museu Militar dos Açores	2
Museu de Infantaria de Mafra	
Museu da Escola de Sargentos do Exército	
Museu da Escola Prática de Cavalaria	
Museu do Regimento de Cavalaria N.º 3	
Sala Museu do Fuzileiro	
Fragata D. Fernando II e Glória	
Pólo Museológico do Farol de Santa Marta	
Pólo Museológico do Farol de São Vicente	
Pólo Museológico do Hospital da Marinha	
Pólos Museológicos do Instituto Hidrográfico	

## 16.3 – Bibliotecas militares

### 16.3.1 – Dados gerais das bibliotecas (número médio de horas semanais de abertura ao público, automatização, equipamento)

Ano: 2013

Bibliotecas	Ramo	Horas Abertura (Nº médio semanal)	Obs
Biblioteca da Academia Militar	Exército	35	
Biblioteca da Escola Naval	Marinha	38	
Biblioteca de Ciências Militares Aeronáuticas da AFA	Força Aérea	40* 40**	A BCMA é composta por vários espaços biblioteca, nomeadamente, a Biblioteca Principal (Bib)* e o Centro de Apoio ao Estudo (CAE)**. Ambos os espaços mantêm o mesmo horário.
Biblioteca da Escola do Serviço de Saúde Militar	Exército	35	
Biblioteca do IESM	EMGFA	35	
Biblioteca do Exército	Exército	35	
Biblioteca Central de Marinha	Marinha	35	
Biblioteca da Força Aérea	Força Aérea	45	
Biblioteca do IDN	MDN	40	
Biblioteca do MDN	MDN	30	
Biblioteca do Museu de Marinha	Marinha	N/A (a)	
<b>TOTAL</b>	<b>-</b>	<b>408</b>	

a) Acesso mediante pedido prévio.

Ano: 2013

Bibliotecas	EQUIPAMENTO/AUTOMATIZAÇÃO						Obs.
	PC's	Impressoras	Software	Fotocopiadoras	Scanner	Multifunções	
Biblioteca da Academia Militar	12						
Biblioteca da Escola Naval	4	0	Porbase	1	0	1	
Biblioteca de Ciências Militares Aeronáuticas da AFA	11* 14**	1* 2**	1	1* 1**	2* 0**	1**	Os espaços biblioteca da BCM (Bib* e CAE**) estão apetrechados com acesso à Internet com e sem fios; Existem PC's específicos para impressão, consulta e/ou trabalho e digitalização. O quantitativo de PC's engloba os de trabalho e os de acesso ao público. Na Bib existem, também, 3 impressoras de etiquetas para o tratamento documental das espécies documentais. Software, refere-se à Base de Dados Documental que é comum a ambos os espaços da BCMA
Biblioteca da Escola de Serviço de Saúde Militar	1	1			1		
Biblioteca do IESM	27	2	Horizon		1		
Biblioteca do Exército	11	2	3 a)	0	2	1	a) DocBase (3 licenças) DocWeb (1 licença) Adobe Acrobat Standard XI (1 licença)
Biblioteca Central de Marinha	5	2	MindPrisma	1	1	0	
Biblioteca da Força Aérea	3	1	1	1	0	0	
Biblioteca do IDN	6		Horizon			1	
Biblioteca do MDN	4		DocBase DocWeb			1	
Biblioteca do Museu de Marinha	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	

### 16.3.2 – Fundos existentes, por século, por biblioteca

Ano: 2013

Bibliotecas	Fundos	Séculos	Obs.
Biblioteca da Academia Militar	38.732	XVI a XXI	
Biblioteca da Escola Naval	33	XX	
Biblioteca da Academia da Força Aérea	22.514* 180**	XX e XXI	* Total de títulos de Monografias, dos vários acervos da BCMA, em catálogo bibliográfico ** Total de títulos de Publicações Periódicas, em kardex
Biblioteca da Escola de Serviço de Saúde Militar	2.404	XX e XXI	
			Coleção de Monografias Correntes e Periódicos Coleção de Teses Coleção de Manuais Antigos do Exército Coleção de Documentação Histórica Coleção Monteiro Portugal
Biblioteca do IESM	5 Coleções	XIX XX XXI	O termo Fundo aplica-se mais aos Arquivos e refere-se à proveniência da documentação. As coleções da Biblioteca do IESM reúnem documentação proveniente do Antigo IAEM, do Ex-ISNG e ainda doações de particulares de entre as quais se destaca a coleção Monteiro Portugal doada pela viúva do embaixador, que conta com cerca 40 metros lineares de monografias. A documentação do Antigo IAEM anterior ao século XX foi transferida para a Biblioteca do Exército em 2006.
Biblioteca do Exército	Paulistas, DHCM, Biblioteca do EME, ex - IAEM e DGSS	XVI a XXI	
	4	XV	
	306	XVI	
	1.001	XVII	
	2.925	XVIII	
Biblioteca Central de Marinha	8.441	XIX	Foram contabilizadas todas as Monografias, assim como todas as Publicações Periódicas
	41.431	XX	
	1.843	XXI	
	15.197	s/ data de edição	
Biblioteca da Força Aérea	4.958		
Biblioteca do IDN	8.173 * 203 ** 23.864 ***	XX e XXI	* Registos de Monografias ** Registos de títulos de Publicações Periódicas *** Registos de analíticos de Publicações Periódicas
Biblioteca do MDN	34.694	XVIII a XXI	Foram contabilizadas todas as Monografias, incluindo as do FSJB, assim como todas as Publicações Periódicas
Biblioteca do Museu de Marinha	N/A	N/A	

### 16.3.3 – Entrada e saída de fundos

Ano: 2013

Bibliotecas	Fundos		Obs.
	Entradas	Saídas	
Biblioteca da Academia Militar	207		
Biblioteca da Escola Naval	900		
Biblioteca de Ciências Militares Aeronáuticas da AFA	428	1.203* 1.223**	Entradas= Aquisições por compra Saídas=Empréstimos (Bib*, CAE**)
Biblioteca da Escola de Serviço de Saúde Militar			
Biblioteca do IESM	291 * 55 **	538 a) 3.747 b) 9 c) 160 d) 3.055 e) 132 f)	* Monografias - Exemplares ** Publicações Periódicas - Fascículos a) Doação de Material Bibliográfico à Escola da Guarda b) Doação de Material Bibliográfico à Biblioteca Central da Marinha c) Doação de Material Bibliográfico a Cabo Verde d) Doação de Material Bibliográfico ao ISEDEF (Moçambique) e) Doação de Material Bibliográfico para reciclagem ao Banco Alimentar Contra a Fome. f) Doação de Material Bibliográfico à Biblioteca do Colégio Militar <b>Informação complementar:</b> Excepto o Material Bibliográfico referido na alínea a), o qual resulta de uma ação de desbaste à coleção do Documental do IESM, e o referido na alínea c) que é composto por edições do IESM, o restante Material Bibliográfico doado fazia parte da coleção do extinto ISNG.
Biblioteca do Exército	1.000		
Biblioteca Central de Marinha	1.745		
Biblioteca da Força Aérea	33	19	
Biblioteca do IDN	113 * 1.004 ** 1 ***		Integração de 69 registos no espaço IDN do Projeto RCAAP * Registos de Monografias ** Registos de artigos de Publicações Periódicas *** Registo de Publicação Periódica
Biblioteca do MDN	149 * 931 **		* Registos de Monografias ** Registos de Publicações Periódicas
<b>TOTAL</b>	<b>6.857</b>	<b>10.086</b>	

### 16.3.4 – Pessoal das bibliotecas, segundo o seu emprego

Ano: 2013

Carreiras Bibliotecas	Coordenador	Técnico - superior	Assistente Técnico	Assistente Operacional	Oficiais	Sargentos	Praças	Obs.
Biblioteca da Academia Militar		1	1	1	2 a)		1	a) Em acumulação de funções
Biblioteca da Escola Naval			1	1				
Biblioteca de Ciências Militares Aeronáuticas da AFA				1	1	1	3	
Biblioteca da Escola de Serviço de Saúde Militar			1					
Biblioteca do IESM		1 *	4 ** 3 ***					* Até Setembro ** Até Junho *** Após Junho
Biblioteca do Exército			0	1	4	2	2	-
Biblioteca Central de Marinha		1	3	2	3	1	2	1 Ass. Adm. em contrato de Avença
Biblioteca da Força Aérea			1			1		
Biblioteca do IDN		1	2	1				
Biblioteca do MDN	1	2	1					
Biblioteca do Museu de Marinha	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	
<b>TOTAL</b>	<b>1</b>	<b>6</b>	<b>17</b>	<b>7</b>	<b>10</b>	<b>5</b>	<b>8</b>	

### 16.3.5 – Eventos organizados

Ano: 2013

Bibliotecas	Eventos	Obs.
Biblioteca da Academia Militar	5	
Biblioteca da Escola Naval		
Biblioteca de Ciências Militares Aeronáuticas da AFA	1* 1**	Exposição permanente sobre instrumentos de voo, nos espaços biblioteca da BCMA (Bib*, CAE**)
Biblioteca da Escola o Serviço de Saúde Militar		
Biblioteca do IESM		
Biblioteca do Exército	5	
Biblioteca Central de Marinha	6	2 Mostras bibliográficas 4 Mostras Documentais e Iconográficas
Biblioteca da Força Aérea		
Biblioteca do IDN		

Biblioteca do MDN	3	2 Exposições de pintura 1 Exposição de fotografia
Biblioteca do Museu de Marinha	N/A	
<b>TOTAL</b>	<b>21</b>	

## 16.4 – Arquivos Militares

### 16.4.1 – Km (ou metros lineares) de documentação, por arquivo

Ano: 2013

Arquivos	Km/metros lineares documentação	Obs.
Arquivo da Defesa Nacional	3.5 km	
Arquivo Geral do Exército	34 km	
Arquivo Histórico Militar	8 km	
Centro documentação, informação e Arquivo Central da Marinha	0.014301 km	Em conjunto os dois arquivos
Arquivo Histórico da Marinha		
Arquivo Histórico da Força Aérea	1.3 km	Aprox.
<b>TOTAL</b>	<b>46.814301 km</b>	

### 16.4.2 – Volume de documentação incorporada por arquivo

Ano: 2013

Arquivos	Volume de documentação incorporada	Obs.
Arquivo da Defesa Nacional	167 ml	
Arquivo Geral do Exército	26 ml	
Arquivo Histórico Militar	25.2 ml	
Centro de documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha	1.301 ml	Incorporada das Unidades/Estabelecimentos/Orgãos da Marinha
	11.65 ml	Transferência de documentação oriunda do Hospital da Marinha e da Escola Naval.
Arquivo Histórico da Marinha	130 ml	Oriunda do CDIACM (Arquivo Intermédio) - Fundos/Núcleos: 10 - Capitania do Porto de Lisboa; 105 - Vapor "Serra da Agrela"; 398 - Junta Nacional da Marinha Mercante; e 216 – Vapor "Tomaz Andreia" .
	0.3 ml	Adquiridos por Oferta (Arquivos Particulares) - Carta com os diversos registos de posição corveta "Duque da terceira"; Livros de Registo de Derrotas do Guarda-marinha João Xavier de Ramalho Rosa; e Postais de Faróis.

Arquivo Histórico da Força Aérea	50 ml	Aprox.
<b>TOTAL</b>	<b>411.451 ml</b>	

### 16.4.3 – Volume de documentação eliminada por arquivo

Ano: 2013

Arquivos	Volume de documentação eliminada	Obs.
Arquivo da Defesa Nacional	55 ml	
Arquivo Geral do Exército	0	
Arquivo Histórico Militar	1.35 ml	
Centro de documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha	0	
Arquivo Histórico da Marinha	N/A	
Arquivo Histórico da Força Aérea	10 ml	Aprox.
<b>TOTAL</b>	<b>66.35 ml</b>	

### 16.4.4 – Pessoal dos arquivos, segundo o seu emprego

Ano: 2013

Arquivos	Of.Sup.	Of.Sub.	Sarg.	Praças	Civis	Investig.	Obs.
Arquivo da Defesa Nacional			2		2 *		* Técnicos Superiores
Arquivo Geral do Exército	3	3	16	22	8		
Arquivo Histórico Militar	1	3	5	12	7		
Centro de documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha	2	1	3	4	2		
Arquivo Histórico da Marinha			2		6		1 Téc. Sup. Arqv; 3 voluntários, sendo que um deles trata dos restauros e encadernações
Arquivo Histórico da Força Aérea	1	1	2	2	3	4	Investig: 1 OfGen; 2 Sar; 1 Civ
<b>TOTAL</b>	<b>7</b>	<b>8</b>	<b>30</b>	<b>40</b>	<b>28</b>	<b>4</b>	

### 16.4.5 – Restauro e encadernação de unidades de instalação por arquivo

Ano: 2013

Arquivos	Restauro e Encadernação	Obs.
Arquivo da Defesa Nacional		
Arquivo Geral do Exército	297	
Arquivo Histórico Militar	216	
Centro de documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha	18	

Arquivo Histórico da Marinha	1634 Restauraos; 36 encadernações; Higienização e acondicionamento de 41 maços, 185 livros e 950 documentos avulsos	Cada maço contém aproximadamente 500 peças. 1 Ass. Ope ART GRAF
Arquivo Histórico da Força Aérea	96	4 embalagens; 53 rótulos; 39 restauraos

#### 16.4.6 – Serviço ao público – número de utilizadores

Ano: 2013

Arquivos	Nº de Clientes	Obs.
Arquivo da Defesa Nacional	392	Inclui Arquivo Histórico e Intermédio
Arquivo Geral do Exército	3.331	
Arquivo Histórico Militar	3.121	
Centro de documentação, Informação e Arquivo Central da Marinha	8 – presenciais 240 – não presenciais	Apoio a Unidades, Estabelecimentos e Órgãos da Marinha
Arquivo Histórico da Marinha	606 – presenciais 260 – correspondência 171 - telefone	
Arquivo Histórico da Força Aérea	177	Referente ao n.º de solicitações. O AHFA não está aberto ao público, o acesso é feito por solicitação
<b>Total</b>	<b>8.306</b>	

### 16.5 – Música

#### 16.5.1 – Número de músicos, por banda de música e orquestra

Ano: 2013

Banda/Orquestra	Número de Músicos	Obs.
Banda Sinfónica do Exército	84	
Orquestra Ligeira do Exército	23	
Banda Militar do Porto	56	
Fanfarra do Exército	20	
Banda da Armada	105	
Banda da Força Aérea	94	

#### 16.5.2 – Desfiles e paradas realizadas por banda de música

Ano: 2013

Banda/Orquestra	Desfiles e Paradas	Obs.
Banda Sinfónica do Exército	69	
Orquestra Ligeira do Exército	//	Não se aplica

Banda Militar do Porto	33
Fanfarra do Exército	91
Banda da Armada	65
Banda da Força Aérea	136

### 16.5.3 – Concertos realizados, por banda de música e orquestra

Ano: 2013

Banda/Orquestra	Concertos realizados	Obs.
Banda Sinfónica do Exército	22	
Orquestra Ligeira do Exército	30	
Banda Militar do Porto	32	
Banda da Armada	66	
Banda da Força Aérea	27	
<b>Total</b>	<b>177</b>	

### 16.6 – Outros organismos de âmbito cultural

Ano: 2013

Organismos	Ramo	Área de Conhecimento	Localização
Aquário Vasco da Gama	Marinha	Museu Vivo	Lisboa
Fragata D. Fernando II e Glória	Marinha	Navio-Museu	Lisboa

Ano: 2013

Organismos	Salas	Horas a)	Visitas	Eventos
Aquário Vasco da Gama	11	56	52.959	8
Fragata D. Fernando II e Glória	14 b)	42 c)	17.619 d)	16 e)

- a) Horas de abertura semanal
- b) Este valor encontra-se no quadro 16.2.1;
- c) Este valor encontra-se no quadro 16.2.2;
- d) Este valor encontra-se no quadro 16.2.4;
- e) Este valor encontra-se no quadro 16.2.5.



## SIGLAS

AFG	Afeganistão
AGS	Navio Hidrográfico
AGSC	Navio Hidrográfico Costeiro
ANA	AfghanNationalArmy
ANCP	Autoridade Nacional de Proteção Civil
ANP	AfghanNationalPolice
AOF	Assistência Operacional de Forças
AOR	Navio Reabastecedor
APD	Ajuda Pública ao Desenvolvimento
AT	Advisors Teams
BF	Base de Fuzileiros
BG	Battle Groups
BiH	Bósnia e Herzegovina
BIPara	Brigada de Paraquedistas
BLD	Blindado
BOAT	Batalhão Operacional Aero-terrestre
BrigRR	Brigada de Reação Rápida
CCF	Comando do Corpo de Fuzileiros
CEMGFA	Chefe do Estado Maior General das Forças Armadas
Cger	Companhia Geral
CGER	Comando Geral
CI	Contra Informação
CIM	Célula de Informações Militares
CIMIC	Civil Military Cooperation
CINAV	Centro de Investigação Naval
CLESD	Conselho Luso-espanhol de Segurança e Defesa
CMDT UMD	Comandante da Unidade de Meios de Desembarque
CMF	Coalition Maritime Forces
CN	Comando Naval
COA	Comando Operacional dos Açores
COA	Comando Operacional dos Açores
COC	Comando Operacional Conjunto
COM	Comando Operacional da Madeira
COM	Comando Operacional da Madeira
COMAERFAP	Comando Aereo da Força Aérea
COMAR	Centro de Operações Marítimas
COMNAV	Comando Naval
CP	Prevenção de Conflitos
CPLP	Comunidade dos Países de Língua Portuguesa
CPX	Command Post Exercise
CRO	Operação de resposta a crises
CRO	Operações de Resposta a Crises
CS	Conselho de Segurança
CSDN	Conselho Superior de Defesa Nacional
CTF	Combined Task Force
CTM	Cooperação Técnico Militar

CZAA	Comando de Zona Aérea dos Açores
CZMiIA	Comando de Zona Militar dos Açores
DAE	Destacamento de Ações Especiais (do corpo de fuzileiros)
DGAM	Direção Geral de Autoridade Marítima
DGO	Direção-Geral do Orçamento
DGPDN	Direção-geral de Política da Defesa Nacional
DGPRM	Direção-geral de Pessoal e Recrutamento Militar
DMS	Destacamento de Mergulhadores Sapadores
DRC	Democratic Republic of Congo
DTP	Direção Técnico Pedagógica
ECOSF	Componente Operacional do Sistema de Forças
EMFAR	Estatuto dos Militares das Forças Armadas
EMGFA	Estado-Maior General das Forças Armadas
CISMIL	Centro de Informações e Segurança Militares
DICSI	Divisão de Comunicações e Sistemas de Informação
EN	Escola Naval
ETP	Escola de Tropas Para-quedistas
EUA	Estados Unidos da América
EUBG	EU Battle Group
EUROFOR	European Rapid Operational Force
EUROMARFOR	European Maritime Force
EUSEC RDC	EU advisory and assistance mission for security reform in the Democratic Republic of Congo
EUTM	EU Training Mission
FFAA	Forças Armadas
FFGH	Fragata Vasco da Gama e Embarque de Helicópteros
FIBUA	Fighting in Build-up Areas
FND	Forças Nacionais destacadas
FOC	Full Operational Capability
FRA	Forces Royales Air
FRI	Força de Reação Imediata
FS	Corveta
GNR	Guarda Nacional Republicana
H/V	Horas Vão
HO	Operações Humanitárias
HoA	Corno de África
HQ ARRC	Headquarter Allied Rapid Reaction Corps
HUMINT	Human and Intelligence
ID&I	Investigação e Desenvolvimento e Inovação
IDN	Instituto de Defesa Nacional
IH	Instituto Hidrográfico
IMFACC	International Military Flight Training Center Consortium
IRF	Immediate Reaction Force
ISAF	International Security Assistance Force
KFOR	Kosovo Force

LCU	Lancha de Desembarque Grande
LFR	Lancha de Fiscalização Rápida
LHD	Landing Helicopter Dock
MDN	Ministério da Defesa Nacional
MHP	Missões Humanitárias e de Paz
MNE	Ministério dos Negócios Estrangeiros
MSO	Operações de Segurança Marítima
NAC	Conselho do Atlântico Norte
NAFO	Northwest Atlantic Fisheries Organization
NEAFC	North East Atlantic Fisheries Commission
NRF	Nato Response Force
NU	Nações Unidas
OAE	Operação Ative Endeavour
OMLT	Operational Mentoring and Liaison Team
ONU	Organização das Nações Unidas
OOS	Operação Ocean Shield
OTAN	Organização do Tratado do Atlântico Norte
PAOC	Plano de Atividade Operacional Civil
PB	Consolidação da Paz
PE	Imposição de Paz
PESD	Política Europeia de Segurança e Defesa
PJ	Polícia Judiciária
PK	Manutenção de Paz
PM	Restabelecimento da Paz
PSO	Operações de Apoio à Paz
PSP	Polícia de Segurança Pública
QGOE	Quartel-general de Operações Especiais
QRF	Quick Reaction Force
RC	Regime de Contrato
RG1	Regimento
RV	Regime de Voluntariado
SAR	Search & Rescue
SEF	Serviço de Estrangeiros e Fronteiras
SEN	Serviço Efetivo Normal
SGA	Sistema de Gestão Ambiental
SGQ	Sistema de Gestão de Qualidade
SHAPE	Supreme Headquarters Allied Powers Europe
SIC	Sistemas de Informação e Comunicação
SNMG	Standing NATO Maritime Group
SOLTG	Special Operations Land Task Group
SRR	Search and Rescue Region
SSG	Guided Missile Submarine
TO	Teatro de Operações
UNAMA	United Nations Assistance Mission in Afghanistan
UNIFIL	United Nations Interim Force in Lebanon
UNMIK	United Nations Military Mission in Kosovo

UNMIT	United Nations Integrated Mission in East-Timor
VHF	Very High Frequency
ZEE	Zona Económica Exclusiva
ZMA	Zona Marítima dos Açores